

ELABORAÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA NOS POLOS TURÍSTICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONVÊNIO MTUR / SEOBRAS/RJ Nº 702738/2008

POLO LITORAL

PROGRAMA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ♦ PRODETUR-RJ

VERSÃO PRELIMINAR/FINAL



Ministério do
Turismo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Gastão Dias Vieira

**SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS
DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Secretário: Fábio Rios Mota

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS
REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO**

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS
REGIONAIS I**

Coordenador: Claudio Corrêa Vasques

Técnica Nível Superior: Luciana Amado
Guimarães

Engenheiro: Ricardo de Sousa Mendes

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS –
SEOBRAS**

Secretário: Hudson Braga

**SUBSECRETARIA DE ESTADO DE
PROJETOS DE URBANISMO**

Subsecretário: Vicente de Paula Loureiro

**SUPERINTENDENCIA DE URBANISMO
METROPOLITANO**

Superintendente: Jelcy Willekens
Trigueiro Filho

**SUPERINTENDENCIA DE ESTRUTURAÇÃO
REGIONAL E METROPOLITANA**

Superintendente: Paulo Gustavo Pereira
Bastos

**SUPERINTENDENCIA DE URBANISMO
REGIONAL**

Superintendente: Paulo César Silva Costa

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO
CONTRATO**

Arquiteto: Paulo César Silva Costa

Arquiteto: Paulo Gustavo Pereira Bastos

Engenheira: Carmen Lúcia Petraglia

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID

Especialistas: Denise Levy (VPS/ESG) e

Joseph Milewski (RND/CBR)

UNIDADE COORDENADORA DO PROGRAMA (UCP) • PRODETUR–RJ

Coordenador Executivo: Vicente de Paula Loureiro

Coordenador Adjunto de Relacionamento Institucional: Bruno Jorge Vaz Sasson

Gerente de Turismo: Marcos Rogério Garcia Pereira

Gerente de Projetos e Obras: Paulo Gustavo Pereira Bastos

Gerente de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural: Maria Regina Pontim

Gerente de Apoio Operacional e Financeiro: Jaelir Gonçalves Rangel Leite

Gerente de Aquisições e Contratos: Jelcy Willekens Trigueiro Filho

Assessor Jurídico: Jorge Luiz Maruche da Cruz

Assessora de Apoio Técnico: Valéria Maria de Souza Lima

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM

SUPERINTENDENCIA GERAL DO IBAM

Superintendente: Paulo Timm

SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – DES

Superintendente: Alexandre Santos

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO E GERÊNCIA

Supervisão Técnica: Alexandre Santos

Coordenação Técnica: Maria Cristina Tiná Soares de Almeida

Assistente, Gerência de Projetos: Clarice Antoun Martinho

Assistente, Programação e Monitoramento: Ricardo Moraes

Assistente, Análise de Viabilidade: Iara Verocai

Suporte de Pesquisa: Gustavo Rabelo

Apoio de Pesquisa: Gustavo Santos Elpes

Especialista e Cartografia: Evanelza Sabino Quadros e Felipe Cronemberger

APOIO ADMINISTRATIVO

Gerência Financeira: Sergio DeLuiz

Secretaria: Flávia Lopes

Secretaria de eventos: Selma Rodrigues

CONSULTORES TEMÁTICOS

Dinâmica Regional: Claudio Antonio Goncalves Egler e Bianca Borges Medeiros Santos

Desenvolvimento Urbano e Patrimônio Histórico–Cultural: Rui Velloso

Governança e Desenvolvimento Local: Maria da Graça Ribeiro das Neves e Miriam Danowski

Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo: Ana Maria Siems Forte e Heitor de Brito Cintra

Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental: Sonia Lucia Peixoto e Felipe Cronemberger

Saneamento Ambiental: Victor Zveibil

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR-RJ¹

POLO LITORAL

SUBPOLO COSTA VERDE

Ana Paula Ueti – Presidente do Fórum Regional de Turismo da Costa Verde, Representante COMTUR das Pousada, Albergues e Campings e da APEB (Associação de Pousadas da Enseada do Bananal), Conselheira consultiva do Angra CV&B.

Laíse Siqueira Costa – Representante da Secretaria de Turismo de Paraty e Vice-Presidente do Fórum Regional de Turismo da Costa Verde

Ary Marcio O. de Menezes – 2º Vice Presidente do Fórum Regional de Turismo da Costa Verde, COMTUR e Instituto Roda D'Água – Rio Claro

SUBPOLO COSTA DO SOL

Isac Tillinger – Secretário de Turismo de Armação de Búzios

Claudia Tinoco – Representante da Secretaria de Turismo de Cabo Frio

Tatiane Peyroteo – Representante da Secretaria de Turismo de Arraial do Cabo

¹ Indicações dos Conselhos Regionais de Turismo.

APRESENTAÇÃO

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL – Rio de Janeiro é objeto do Convênio nº 702.738/2008 celebrado entre a União, através do Ministério de Turismo, e a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

No presente documento encontram-se consolidados os relatórios referentes aos Produtos 1, 2, 3, 4 e 5 da Avaliação Ambiental Estratégica nos Polos Turísticos do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento às etapas previstas no Contrato nº. 001/2010, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. O contrato foi publicado no DOERJ em 24 de fevereiro de 2010 que corresponde à data de início dos trabalhos. Sua execução é pautada pelo que estabelece o Termo de Referência – PRODETUR/Nacional – Rio de Janeiro e a Proposta de Prestação de Serviço apresentada pela contratada, constantes do processo administrativo nº. E-17/001.731/2009.

Este documento, na parte relativa ao Produto 1 – Relatório de Preparação do Estudo, relata as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados durante o período, para o Polo Litoral, que foram organizados segundo as Etapas previstas na Meta 1 do Convenio nº 702.738/2008: Etapa 1.1 Mobilização e Preparação de Equipe; Etapa 1.2 Planejamento do Seminário Interno; e Etapa 1.3 Preparação dos Trabalhos de Campo, que correspondem aos conteúdos do Produto 1 do Contrato nº. 001/2010.

A Etapa de Mobilização e Preparação de Equipe foi dedicada à seleção final e contratação de pessoal e à exposição e debates internos acerca dos principais conteúdos do projeto com vistas à preparação da equipe técnica envolvida. No desenvolvimento da Etapa de Planejamento do Seminário Interno foram tratadas as questões operacionais para viabilizar a realização do evento e a definição e consolidação dos conteúdos que seriam levados a debate. Durante a Etapa de Preparação dos Trabalhos de Campo a equipe desenvolveu uma proposta básica de programação para as Oficinas e promoveu a identificação dos atores sociais relevantes para o projeto, em acordo com as finalidades desses trabalhos.

Além dessas atividades, durante esse período, foi realizado o Seminário Interno do projeto, com o objetivo de apresentar aos órgãos contratantes os procedimentos realizados pela equipe executora durante a fase inicial da Avaliação Ambiental Estratégica e permitir a mobilização, a troca de informações e o nivelamento dos técnicos das instituições convidadas, com vistas ao desenvolvimento da Meta seguinte. Os resultados do Seminário Interno, a serem apresentados no Relatório do Produto 2, atenderam aos objetivos programados e permitiram avançar o entendimento sobre os focos a serem adotados e as alternativas de metodologia mais apropriadas para se alcançar os resultados finais esperados.

Os técnicos e as instituições envolvidas com os estudos mantem a convicção que os resultados alcançados nessa Meta 1 contribuíram para a integração das equipes e para subsidiar os fundamentos que permitirão o aprofundamento e a consolidação dos objetivos da AAE; e a Elaboração da Metodologia, em construção.

Já a parte relativa ao Produto 2 – Metodologia para Elaboração da AAE, apresenta os resultados alcançados durante o período, que foram organizados segundo as Etapas previstas na Meta 2 do Convenio nº 702.738/2008: Etapa 2.1 – Resultados do Seminário Interno; Etapa 2.2 – Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE; e Etapa 2.3 – Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE, que correspondem aos conteúdos do Produto 2 do Contrato nº. 001/2010.

A parte relativa ao Produto 3 – Linha de Base e Diagnóstico Integrado, relata as atividades desenvolvidas durante o período, para o Polo Litoral e Regiões (Subpolos) abrangidas pelo PRODETUR-RJ, referente às Etapas conclusivas da Meta 3 do referido Convenio, apresentando, de forma clara e concisa, a caracterização da situação atual do Polo Litoral e Regiões que integram o cenário aonde se darão as intervenções do Programa. A Linha de Base é resultante dos aspectos mais significativos que compõem as Análises Temáticas, considerados relevantes para a presente Avaliação Ambiental Estratégica, complementados por dados obtidos durante os Trabalhos de Campo.

A forma de apresentação do Diagnóstico tem como base a construção de mapas-síntese de **Fatores Críticos** concernentes a cada subpolo, com um recorte que leva em consideração a organização desses fatores segundo as **Dimensões da Sustentabilidade** adotadas pela AAE e os Pontos Fortes e Pontos Fracos (**Ambiente Interno**), Oportunidades e Ameaças (**Ambiente Externo**) ligados à economia e à gestão do turismo, com a finalidade de delinear uma leitura integrada e de fácil assimilação, e que aponte os fatores mais estratégicos para a construção de uma visão de futuro sobre o desenvolvimento do turismo no contexto do PRODETUR-RJ.

A parte relativa ao Produto 4 – Cenarização reúne os resultados alcançados durante o período, para o Polo Litoral, organizados segundo as Etapas previstas na Meta 4 do Convenio nº 702.738/2008: Etapa 4.1 – Visão de Futuro, Etapa 4.2 – Construção do Cenário de Referência, Etapa 4.3 – Construção do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, Etapa 4.4 – Avaliação Comparativa dos Cenários e Etapa 4.5 – Construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Conforme referido na Metodologia, a construção dos Cenários futuros do PRODETUR-RJ baseia-se nas proposições de Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade e na identificação das Questões-chave condicionantes ao desenvolvimento do turismo sustentável que guardam relação com os temas analisados nas etapas anteriores desta AAE, cujos resultados são apresentados na Etapa 4.1.

A construção do Cenário de Referência, Etapa 4.2, fundamentou-se nos resultados das análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, compreendendo, a partir da situação atual de cada tema, o estudo da evolução dos indicadores e dos processos mais importantes observados em cada Polo, mantendo-se as atuais tendências até o horizonte temporal de 2020.

Para a projeção do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ adotou-se como base o Cenário de Referência, para o mesmo universo temporal de 2020, considerando a hipótese de que as ações e os projetos do PRODETUR-RJ sejam executados, conforme apresentado na Etapa 4.3.

A partir da configuração dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, face aos temas estratégicos e respectivos processos analisados,

foram trabalhados os principais aspectos que permitissem uma Avaliação Comparativa dos mesmos, de acordo com o relatado na Etapa 4.4.

A construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade, Etapa 4.5, é resultado da avaliação comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ e, fundamentalmente, da avaliação dos Impactos Estratégicos do PRODETUR-RJ à luz da Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade definidos. Da avaliação dos impactos resultaram as Recomendações Estratégicas e as Propostas de Ação que compõem esse Cenário.

Além dessas atividades, foi realizado o 2º Seminário Interno do projeto com o objetivo de apresentar e avaliar os resultados do Diagnóstico Integrado, Etapa 3.3, a Visão de Futuro e os Objetivos de Sustentabilidade e os Cenários Construídos, em versão preliminar.

Por fim, a parte relativa ao Produto 5 – Versão Preliminar da AAE consolida e esclarece o conjunto das recomendações associadas ao Cenário de Sustentabilidade para o Polo Litoral, organizados segundo as Etapas previstas na Meta 5: Etapa 5.1 – Conclusões e Recomendações e Etapa 5.2 – Monitoramento do Programa.

A hierarquização das recomendações que foram associadas aos recursos do PRODETUR-RJ consta do cronograma do Plano de Ações do programa, de forma a garantir a efetividade das ações de prevenção, controle e mitigação. As demais recomendações, igualmente relevantes, deverão ser incorporadas nos orçamentos das Esferas Públicas de Competência indicadas no quadro 3 do presente documento.

A Versão Final da AAE, objeto da Meta 6 (Produto 6) irá consolidar as conclusões obtidas ao longo das etapas do trabalho, incorporando as recomendações resultantes do Seminário de Validação da AAE.

Este Produto é apresentado em 2 (duas) cópias impressas, acompanhadas de 4 (quatro) CD-ROM contendo os respectivos arquivos.

Março de 2011

Revisto em Novembro de 2011

Última revisão em Maio de 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	17
METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA AAE	39
LINHA DE BASE DO POLO LITORAL	60
DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO POLO LITORAL	270
CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	289
CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E MONITORAMENTO	348
REFERÊNCIAS	372
ANEXOS.....	374

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Polos e Subpolos contemplados pelo PRODETUR-RJ	19
Figura 2 – Circuito–Rede Industrial e Turístico	29
Figura 3 – Estrutura metodológica da AAE	39
Figura 4 – Cenário de referência	44
Figura 5 – Cenário de desenvolvimento do PRODETUR-RJ	44
Figura 6 – Cenário de desenvolvimento e sustentabilidade	45
Figura 7 – Esquema para análise dos impactos do PRODETUR-RJ das recomendações estratégicas	58
Figura 8 – Esquema de referência para a proposta de ação	58
Figura 9 – Esquema de referência para programa de acompanhamento e monitoramento	59
Figura 10 – Área de abrangência da AAE do PRODETUR-RJ	69
Figura 11 – Polo Litoral, municípios PRODETUR-RJ.	70

Figura 12 – PRODETUR–RJ – Ações previstas para o Polo Litoral	72
Figura 13 – Municípios do Subpolo Costa Verde	98
Figura 14 – Municípios do Subpolo Metropolitano	122
Figura 15 – Municípios do Subpolo Costa do Sol.....	143
Figura 16 – Unidades de Conservação do Subpolo Costa Verde.....	196
Figura 17 – Unidades de Conservação do Subpolo Metropolitano.....	204
Figura 18 – Unidades de Conservação do Subpolo Costa do Sol	212
Figura 19 – Cenário de Referência	292
Figura 20 – Cenário de Desenvolvimento PRODETUR–RJ.....	292
Figura 21 – Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.....	293
Figura 22 – Arco Metropolitano	298
Figura 23 – Obras de recuperação das RJs 165 e 149.	299
Figura 24 – Obras de recuperação da RJ–163 e vista do rio Preto.....	300
Figura 25 – Ponte dos Arcos e vista da Serra da Beleza (RJ–137).	300
Figura 26 – Obras de recuperação da RJ–142 e paisagem da APA de Macaé de Cima.	301
Figura 27 – Mapa das Ações previstas do PRODETUR–RJ para o Polo Litoral	323
Figura 28 – Terminais hidroviários de Mangaratiba e Abraão, Ilha Grande.	325
Figura 29 – Centros históricos de Paraty e Cabo Frio.	326
Figura 30 – Parque Estadual da Ilha Grande, trilha circuito do Abraão e Caminho para Dois Rios.....	327
Figura 31 – Análise dos Impactos do PRODETUR–RJ e Recomendações Estratégicas para o Cenário de Desenvolvimento Sustentável	333
Figura 32 – Recomendações Estratégicas e Propostas de Ação.....	333
Figura 33 – Componentes do Programa de Acompanhamento e Monitoramento ..	334
Figura 34 – Sistema Nacional de Gestão de Turismo	349

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos específicos do PRODETUR-RJ	17
Quadro 2 – Composição dos recursos do PRODETUR-RJ, por fonte	19
Quadro 3 – Investimentos do PRODETUR-RJ segundo componentes	20
Quadro 4 – Matriz de Indicadores: Temas Estratégicos e Diretrizes de Sustentabilidade.....	24
Quadro 5 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: O&G e Petroquímica	26
Quadro 6 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Siderurgia	26
Quadro 7 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Logística e Material de Transporte	27
Quadro 8 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Infraestrutura de Renovação Urbana e Turismo	28
Quadro 9 – Objetivos da AAE.....	34
Quadro 10 – Quadro modelo para seleção dos indicadores	42
Quadro 11 – Metas e etapas previstas para elaboração da AAE	45
Quadro 12 – Objetivos Geral e Específicos do PDTIS-RJ para o Polo Litoral.....	68
Quadro 13 – Município do Polo Litoral – Distancias da capital.....	69
Quadro 14 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Costa Verde ...	90
Quadro 15 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Metropolitano	92
Quadro 16 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Costa do Sol ..	95
Quadro 17 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Costa Verde	216
Quadro 18 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Costa Verde	218

Quadro 19 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Metropolitano.....	221
Quadro 20 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Costa do Sol.....	224
Quadro 21 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Costa do Sol	226
Quadro 22 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Costa Verde	251
Quadro 23 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Metropolitano.....	253
Quadro 24 – Estrutura pública de planejamento e gestão urbana no Subpolo Costa do Sol.....	258
Quadro 25 – Ações do PRODETUR-RJ para o Polo Litoral.....	322
Quadro 26 – Recomendações Estratégicas suplementares	336
Quadro 27 – Análise dos Impactos do PRODETUR-RJ e Recomendações Estratégicas	338
QUADRO 28 – RECOMENDAÇÕES PARA A GESTÃO AMBIENTAL DO PRODETUR-RJ	350
QUADRO 29 – RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS, PROPOSTAS DE AÇÃO E EFEITOS ESPERADOS – POLO LITORAL	352
QUADRO 30 – PROPOSTAS DE AÇÃO – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO – POLO LITORAL	362

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Polo Litoral: População residente e crescimento relativo (1994–2007)	75
Tabela 2. Informações sobre IDH médio	76
Tabela 3 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991, 2000) no Subpolo Costa Verde	77
Tabela 4 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Costa Verde.....	78
Tabela 5 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Costa Verde	79

Tabela 6 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991–2000) no Subpolo Metropolitano	80
Tabela 7 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Metropolitano.....	83
Tabela 8 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Metropolitano	84
Tabela 9 – Variação Populacional (1991–2007), taxa de urbanização (1991–2000) no Subpolo Costa do Sol	85
Tabela 10 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Costa do Sol.....	87
Tabela 11 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Costa do Sol.....	88
Tabela 12 – Quadro institucional no Polo Litoral	89
Tabela 13 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Costa Verde.....	92
Tabela 14 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Metropolitano	94
Tabela 15 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Costa do Sol	96
Tabela 16 – Clima, solo e recursos hídricos do Subpolo Costa Verde	100
Tabela 17 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Costa Verde.....	101
Tabela 18 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Costa Verde	103
Tabela 19 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Costa Verde	106
Tabela 20 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Costa Verde	108
Tabela 20A – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Costa Verde	108
Tabela 21 – Investimento das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Costa Verde	110
Tabela 22 – PIB 2009 no Subpolo Costa Verde	111

Tabela 23 – Valor adicionado em 2009 no Subpolo Costa Verde	111
Tabela 24 – Clima, solo e recursos hídricos do Subpolo Metropolitano	124
Tabela 25 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Metropolitano ..	125
Tabela 26 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Metropolitano	128
Tabela 27 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Metropolitano	129
Tabela 28 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Metropolitano	130
Tabela 29 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Metropolitano	132
Tabela 30 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Metropolitano.....	133
Tabela 31 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Metropolitano	135
Tabela 36 – PIB 2009 no Subpolo Metropolitano	137
Tabela 37 – Valor adicionado em 2009 no Subpolo Metropolitano	137
Tabela 38 – Clima, solo e recursos hídricos do Subpolo Costa do Sol.....	145
Tabela 39 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Costa do Sol	146
Tabela 40 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Costa do Sol	149
Tabela 41 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Costa do Sol.....	151
Tabela 42 – Manejo e disposição final resíduos sólidos no Subpolo Costa do Sol.	152
Tabela 43 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Costa do Sol	155
Tabela 44 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Costa do Sol.....	156

Tabela 45 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Costa do Sol	158
Tabela 46 – PIB 2009 no Subpolo Costa do Sol	159
Tabela 47 – Valor adicionado em 2009 no Subpolo Costa do Sol	159
Tabela 48 – Municípios do Subpolo Costa Verde beneficiados pelo PRODETUR – Área e População Residente (2007).....	166
Tabela 49 – Municípios do Subpolo Metropolitano beneficiados pelo PRODETUR – Área e População Residente (2007).....	169
Tabela 50 – Municípios do Subpolo Costa do Sol beneficiados pelo PRODETUR – Área e População Residente (2007).....	172
Tabela 51 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Costa Verde	192
Tabela 52 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Costa Verde	193
Tabela 53 – Área de Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Costa Verde	195
Tabela 54 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Metropolitano.....	200
Tabela 55 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Metropolitano .	201
Tabela 56 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Metropolitano	202
Tabela 57 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Costa do Sol.....	208
Tabela 58 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Costa do Sol....	209
Tabela 59 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Costa do Sol.....	210
Tabela 60 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Costa Verde	232

Tabela 61 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Costa Verde	232
Tabela 62 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Costa Verde	233
Tabela 63 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Costa Verde	234
Tabela 64 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Metropolitano	235
Tabela 65 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Metropolitano	236
Tabela 66 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Metropolitano	238
Tabela 67 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas	240
Tabela 68 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Costa do Sol	243
Tabela 69 – Taxa de Variação Anual do PIB por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Costa do Sol	243
Tabela 70 – Evolução da Variação da participação relativa do setor terciário no PIB no Subpolo Costa do Sol.....	244
Tabela 71 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Costa do Sol.....	245

1. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Objetivos do PRODETUR-RJ

O PRODETUR-RJ é uma iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro que visa “reforçar a interiorização e integração dos fluxos turísticos a partir da Metrópole, com o objetivo de ampliar os tempos de permanência dos turistas no estado. Para tal pretende-se através dele complementar a rede de acessibilidades, articulando o território fluminense a usuários costumeiros e potenciais de seus produtos turísticos”.

Com esse intuito, o Programa visa contribuir para ampliação da geração das divisas e empregos na atividade turística, melhorando a qualidade de vida da população dos polos turísticos. Compreende como objetivos específicos e resultados estratégicos o que segue:

Quadro 1 – Objetivos específicos do PRODETUR-RJ

Objetivos Específicos	Resultados Estratégicos
Interiorização do Turismo no Estado	1. Incremento no gasto médio do turista 2. Redução da sazonalidade 3. Incremento do tempo de permanência turista
Melhoria do Perfil da Demanda Turística	1. Incremento no gasto médio do turista 2. Diversificação dos segmentos turísticos

Fonte: UCP/RJ (2010)

De um modo geral, desenho intencionado pelo PRODETUR-RJ busca, fundamentalmente, potencializar a organização e a sustentabilidade da atividade turística a partir dos recursos e ativos existentes no Estado, considerando também que as macropolíticas que estão em curso deverão promover novas relações entre

as regiões do interior do Estado e a Região Metropolitana. Nessa linha, prevê que (...) a requalificação dos polos e regiões turísticas elencadas pelo PRODETUR-RJ colaborará para a:

- (i) criação de novos negócios e oportunidades de emprego-renda;*
- (ii) melhoria da qualidade de vida da população nelas residente; e*
- (iii) fixação da mão-de-obra e contenção dos fluxos migratórios não desejáveis.* ²

Objeto da AAE, Abrangência Territorial e Definições preliminares

As questões abordadas nesse item compreendem um conjunto ordenado de conteúdos que será detalhado e consolidado na Metodologia para a elaboração dessa AAE. Esse conjunto de questões, preparadas especialmente para leva-las ao debate no Seminário Interno, expressa os entendimentos preliminares da equipe do projeto resultante dos debates internos relatados nos itens iniciais do presente Relatório.

Esse item antecipa, portanto, aproximações preliminares em relação às definições mais relevantes a serem definidas como princípios que irão nortear o desenvolvimento da AAE. São eles: (i) o objeto de análise da AAE e a definição do recorte territorial; (ii) a definição da Visão de Futuro; (iii) a definição dos horizontes temporais e dos indicadores; (iv) o resgate regionalizado do PRODETUR/PDITS-RJ; e (v) a identificação das condições de conjuntura-contexto que tendem a (re) definir as condições de contexto vigentes no território objeto do PRODETUR-RJ.

² Fonte: Termo de Referência – PRODETUR/Nacional – Rio de Janeiro

I. O objeto da AAE e a definição do recorte territorial

O objeto de avaliação da presente AAE é formado pelo conjunto de ações/projetos previstos no PRODETUR-RJ, que são referenciados às ações priorizadas pelo PDITS-RJ.

No âmbito da implantação do PRODETUR-RJ, parte-se do princípio de que os projetos do programa serão objeto de apreciação individual quanto a sua viabilidade econômico-financeira e ambiental. As intervenções de maior porte têm sido ou serão objeto de processos de licenciamento ambiental, algumas inclusive sendo submetidas à Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). A AAE do PRODETUR-RJ, ao contrário dos estudos de impacto ambiental, enfatiza o caráter estratégico que tipifica esse tipo de avaliação, priorizando uma visão de conjuntos regionais (polos e Subpolos turísticos) e uma perspectiva para o horizonte temporal projetado de dez anos.

Em 2008, o Estado do Rio de Janeiro se habilitou junto ao PRODETUR Nacional, propondo um conjunto de ações organizado segundo os componentes do Programa, num total de US\$ 187 milhões, tendo aprovada a viabilidade inicial do contrato de empréstimo junto à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX. Os montantes dos investimentos orçados para a execução do Programa, dentro do período previsto, constam dos quadros abaixo segundo as fontes dos recursos e os componentes do Programa.

Quadro 2 – Composição dos recursos do PRODETUR-RJ, por fonte

Tipo de Fonte	US\$ (x 1.000)	%
Fonte Externa		
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	112.000	60
Fonte Interna		
Contrapartida Nacional / Estado do Rio de Janeiro	75.000	40
Total	187.000	100

Fonte: UCP/RJ (2010)

Os investimentos foram organizados segundo as cinco Componentes do PRODETUR: Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

Quadro 3 – Investimentos do PRODETUR-RJ segundo componentes

Investimento por Componente	US\$ (x 1.000)	%
1 Estratégia de Produto Turístico	66.426	35,52
2 Estratégia de Comercialização	5.400	2,89
3 Fortalecimento Institucional	6.700	3,58
4 Infraestrutura e Serviços Básicos	79.540	42,53
5 Gestão Ambiental	18.460	9,87
Encargos, Gerenciamento, Supervisão e Auditoria	10.474	5,60
Total	187.000	100

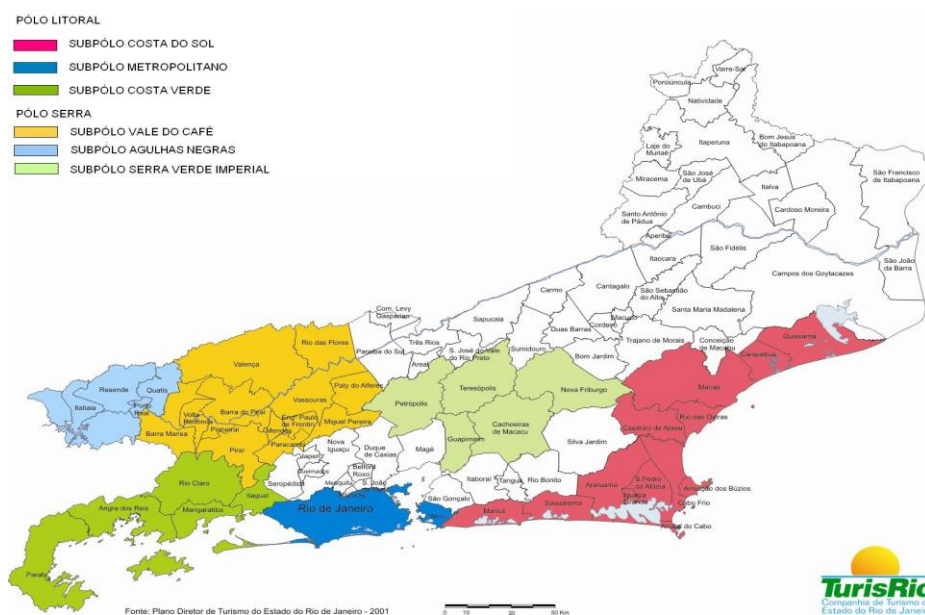
Fonte: UCP/RJ (2010)

A AAE do PRODETUR/PDITS-RJ adotará o caráter estratégico que tipifica esse tipo de avaliação, priorizando uma visão de conjuntos regionais e uma perspectiva de médio/longo como recomenda a experiência acumulada na matéria.

O objeto de avaliação é formado pelo conjunto de ações previstas no PRODETUR-RJ e, em alguma medida, no PDITS RJ. A equipe encarregada da AAE parte do princípio de que tomadas isoladamente as ações previstas já foram objeto de apreciação quanto à sua viabilidade econômico-financeira e ambiental. Sendo que aquelas de maior porte foram, estão sendo ou serão objeto de processos de licenciamento ambiental, algumas inclusive sendo submetidas ao ritual dos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA).

A definição do recorte territorial mais apropriado à realização da AAE do PRODETUR/PDITS RJ tomou por base as referências encontradas na documentação base da AAE. O recorte territorial a ser adotado é, portanto, aquele proposto na documentação de base dessa AAE (documentação do PRODETUR-RJ e do PDITS-RJ), a qual contém repetidas referências aos recortes denominados Polos e Subpolos (ver Figura a seguir).

Figura 1 – Polos e Subpolos contemplados pelo PRODETUR-RJ



Fonte: TurisRio (2010)

Contudo, esse é um recorte territorial que deverá ser empregado de forma flexível de maneira que possa comportar situações particulares que obriguem a AAE a *flutuar entre diferentes escalas*, ora adotando recortes geográficos mais amplos ora mais localizados. Essa previsão deriva da necessidade da AAE analisar processos mais amplos ou características mais localizadas. A análise de possíveis efeitos sinérgicos/cumulativos determinados por PPP's referidas a áreas situadas fora do recorte territorial do PRODETUR/PDITS-RJ serve de exemplo de uma situação que obrigará a adoção momentânea de um recorte territorial mais amplo. A consideração específica de um bem ou recurso de interesse turístico é, por outro lado, outro exemplo de uma situação inversa que recomenda a adoção circunstancial de um recorte territorial mais localizado.

Assim sendo, a AAE será desenvolvida tendo como referência principal o recorte adotado pelo PRODETUR/PDITS-RJ (seu objeto primordial de avaliação), admitindo, contudo, a necessidade/conveniência de *flutuar* por momentos em direção a outros recortes e escalas consideradas oportunas.

II. Definição da Visão de Futuro

A Visão de Futuro para o caso da economia do turismo no Estado do Rio de Janeiro foi projetada a partir da consulta feita aos conteúdos da documentação base dessa AAE, cujo núcleo principal é formado pelos textos do PRODETUR/PDITS-RJ.

O objetivo da AAE do PRODETUR/PDITS-RJ é o de avaliar as possíveis consequências das estratégias de desenvolvimento propostas no âmbito dessas Políticas Públicas (PPs) e, dessa forma, analisar os méritos e/ou riscos a elas associados, sugerindo, sempre que necessário, correções e complementações que apontem para caminhos alternativos em direção aos objetivos estabelecidos pelas mesmas.

Para isso a AAE parte de uma ideia de futuro desejado que é definida tendo como ponto inicial de referência as diretrizes e estratégias estabelecidas nessas mesmas PPs e no seu TR respectivo. A ideia de futuro desejado servirá como parâmetro de referência para a avaliação em tela. A definição dessa *visão de futuro* orientará os trabalhos desde o momento que são definidos os indicadores a serem pesquisados ao longo da AAE, em especial na fase em que se esteja realizando a avaliação comparativa dos cenários que serão construídos.

A definição da *visão de futuro* considera como primeiras referências alguns elementos centrais que compõem os objetivos e estratégias estabelecidos no conjunto da documentação de base já citada (PRODETUR RJ, PDITS-RJ e TR da AAE).

A esses elementos agregam-se diretrizes estratégicas de sustentabilidade que compõem também parte da visão de futuro que norteia o PRODETUR/PDITS RJ e, portanto, a AAE que será realizada sobre o mesmo. Essas diretrizes estão subordinadas a quatro dimensões da sustentabilidade conforme a seguir discriminado:

- Ecológica e Ambiental: visa assegurar a compatibilidade do desenvolvimento da atividade turística com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais, entendendo-os como patrimônio público e ativos econômicos a serviço da sociedade, e a capacidade de suporte dos ecossistemas em absorver ou recuperar-se das agressões derivadas da ação humana;
- Econômica: visa assegurar que o desenvolvimento da economia do turismo seja economicamente eficaz, de forma a incrementar a participação do setor na composição do PIB das regiões e do Estado, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras;
- Sociocultural: visa assegurar que o desenvolvimento da atividade turística aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo a ampliação da geração de oportunidades de emprego-renda visando à redução do desemprego e a formalização do setor, aumento do IDH dos municípios, melhoria da infraestrutura de serviços coletivos, redução dos índices de criminalidade e violência, preservação/promoção de atividades tradicionais, valores socioculturais e patrimônio construído;
- Político-institucional: visa assegurar a solidez, a continuidade e a ampliação dos laços de coordenação e cooperação entre níveis e setores governamentais,

contribuindo para a ampliação da autonomia dos governos locais através da descentralização de responsabilidades e do fortalecimento da capacidade decisória dos mesmos, prestigiando os mecanismos de representação da sociedade civil e do setor produtivo nos fóruns decisórios das Políticas Públicas.

III. Definição dos horizontes temporais e indicadores

Dado que a AAE incluirá um exercício de cenarização, é necessário que a escolha dos indicadores se dê de forma associada à definição do horizonte temporal com que se pretende trabalhar.

Como não poderia deixar de ser, o corte temporal foi definido de forma a ajustar àquele adotado pelo PDITS-RJ (10 anos) resultando assim no horizonte para efeito de cenarização da AAE o ano de 2020.

A definição dos indicadores que servirão de base para a AAE, notadamente para a construção da Linha de Base, do Diagnóstico Integrado, dos Cenários futuros (Referência ou Tendencial, Desenvolvimento PRODETUR e de Sustentabilidade), assim como dos mecanismos visando ao acompanhamento–avaliação dos resultados da execução do PRODETUR/PDITS RJ toma por base um conjunto de temáticas prioritárias, as Diretrizes de Sustentabilidade e as categorias de análise prescritas no modelo PEIR como discriminado a seguir:

- as 7 (sete) temáticas definidas como prioritárias compreendem: Dinâmica Regional, Desenvolvimento Urbano, Governança e Desenvolvimento Local, Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo, Patrimônio Histórico / Cultural, Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental e Saneamento Ambiental;
- as 4 (quatro) diretrizes estratégicas adotadas na definição da Visão de Futuro compreendem a sustentabilidade Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-institucional; e
- as 4 (quatro) categorias de indicadores contempladas no quadro lógico de análise conhecido como Matriz P.E.I.R.: Pressão / Estado / Impacto / Resposta, a partir dos quais serão tratados os dados e as informações relativas aos temas estratégicos, a saber: (a) indicadores de *Pressão* que relacionam as causas dos problemas ambientais sobre as quais devem atuar as respostas do Poder Público e da sociedade para preservar ou melhorar o estado do meio ambiente; (ii) indicadores de *Estado* que descrevem as condições e a qualidade do meio ambiente local; (iii) indicadores de *Impacto* que são orientados a captar os efeitos do estado do meio ambiente sobre diferentes âmbitos de interesse para as atividades humanas; e (iv) indicadores de *Resposta* que refletem a capacidade de gestão/resolução de conflitos (presente e projetada) dos agentes (públicos, produtivos e sociais) presentes nesse território face ao *Estado* em que se encontram os recursos e às *Pressões* exercidas sobre os mesmos.

Conforme ilustra o quadro a seguir apresentado, cada conjunto [tema estratégico x diretriz de sustentabilidade] será detalhado sob a forma de indicadores que contemplem as categorias de indicadores considerados no modelo PEIR, de forma a se compor o conjunto de indicadores que servirá de base para a orientação da AAE.

Quadro 4 – Matriz de Indicadores: Temas Estratégicos e Diretrizes de Sustentabilidade

Temas Estratégicos	Diretrizes de Sustentabilidade	Categorias de Análise (PEIR)			
		Pressão	Estado	Impacto	Resposta
Dinâmica Regional	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Desenvolvimento Urbano	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Governança e Desenvolvimento Local	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Patrimônio Histórico / Cultural	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Recursos Naturais, Unidades de Conservação e	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Saneamento Ambiental	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				

Os resultados preliminares desse esforço oferecem um conjunto de indicadores que estão sendo trabalhados pelas consultorias temáticas. Esse material será submetido a um tratamento de conjunto pela equipe da AAE e será consolidado num conjunto de indicadores coerente e consistente que orientará, na sequência, a elaboração das diversas Linhas de Base temáticas das quais derivará o Diagnóstico Integrado, base de apoio para a etapa de Cenarização.

IV. Resgate regionalizado do PRODETUR-RJ

O resgate regionalizado das propostas de diretrizes, ações e outras recomendações contidas no PRODETUR/PDITS RJ visa estabelecer uma *leitura* do como se distribuem

as definições contidas no Programa, tomando-se como referência seus componentes (Estratégia de Produto Turístico; Estratégia de Comercialização; Fortalecimento Institucional; Infraestrutura e Serviços Básicos; e Gestão Ambiental), as temáticas definidas no TR e os recortes territoriais considerado de interesse para a AAE (Polos, Subpolos e Territórios Funcionais).

V. Identificação das condições de conjuntura–contexto

O fato do PRODETUR RJ contemplar a interiorização e integração dos fluxos turísticos como um dos seus objetivos centrais condiz com o entendimento de que a sustentabilidade da economia do turismo do Rio de Janeiro pode ser favorecida através da multiplicação e fortalecimento dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL's) turísticos. Dessa forma, a AAE do PRODETUR/PDITS–RJ se apoiará na ideia de que devem ser prestigiadas, fortalecidas e ampliadas as iniciativas de APL's verificadas nos Polos e Subpolos conforme apontam os estudos de base e as formulações do PRODETUR/PDITS–RJ.

A AAE também se apoiará na ideia de que através desses arranjos é possível alcançar uma maior diversidade, complementaridade e competitividade da “cadeia produtiva” da indústria do turismo. E que esse resultado depende do estabelecimento de um regime de cooperação–coordenação entre os agentes envolvidos, assim como da capacidade de inovação dos mesmos, tanto no que se refere à diversidade como à qualidade dos produtos turísticos. Parte-se assim do suposto de que um modelo de desenvolvimento turístico calcado nesses APL's poderá aumentar significativamente a contribuição que essa atividade pode dar como vetor de desenvolvimento regional e local, preenchendo lacunas deixadas pelos modelos do *turismo de 2ª residência* e dos chamados *resorts* (ou *enclaves territoriais turísticos*).

As diretrizes e ações propostas pelo PRODETUR–RJ serão vistas como parte de uma estratégia do Estado visando ao resgate das práticas de planejamento regional no âmbito do Rio de Janeiro. Esse resgate se dá num momento em que se faz necessário responder ao processo de reestruturação da economia fluminense, no âmbito do que está presente uma expectativa de desenvolvimento sustentável da economia e das regiões turísticas do Rio de Janeiro.

Nesse marco, a contextualização das diretrizes e ações do PRODETUR/PDITS–RJ deve ser analisada também na perspectiva das condições (presentes e projetadas) criadas por outras Políticas, Planos, Programas e Projetos (PPP's), públicos e privados, que possam determinar dinamismos regionais. Admite-se que o dinamismo induzido por essas outras PPP's possa interagir (positiva ou negativamente) com os objetivos e ações propostos pelo PRODETUR–PDITS RJ, seja através de efeitos cumulativos–sinérgicos ou de efeitos de competição.

Com esse propósito, estão sendo compilados dados referentes aos investimentos estruturantes verificados no estado, os quais apresentaram convergência em direção a 4 (quatro) setores de atividade: (i) produção de óleo e gás natural (O&G) e petroquímica; (ii) siderurgia; (iii) logística e material de transporte; e (iv) infraestrutura–renovação urbana e turismo.

Efetivamente, como demonstram os quadros apresentados a seguir, o Rio de Janeiro vem sendo palco de investimentos que, realizados desde a década de 1990, tem contribuído não só para o reaquecimento da economia fluminense, como também para o reforço ou introdução de novos dinamismos regionais no estado.

Quadro 5 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: O&G e Petroquímica

Sector de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Produção de Óleo e Gás (O&G) e Petroquímica	Exploração e produção de óleo e gás nas Bacias de Campos e Santos	PETROBRAS	Litoral dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo
	Consolidação do polo gasquímico de Duque de Caxias e Belford	PETROBRAS	Baixada Fluminense e Baía de Guanabara
	Implantação do Complexo Petroquímico de Itaboraí	PETROBRAS	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Plano de Aceleração da Produção de Gás Natural (PLANGAS)	PETROBRAS	Bacia de Campos, RMRJ e área de influência da rede de dutos
	Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC)	PETROBRAS	Baixada Fluminense e Baía d Guanabara

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Quadro 6 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Siderurgia

Sector de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Siderurgia	Ampliação da Usina Presidente Vargas (UPV/CSN)	CSN	Região do Médio Paraíba
	Implantação da mini-mill em Resende	VOTORANTIM METAIS	Região do Médio Paraíba
	Implantação da Cia Siderúrgica do Atlânticos Sul	THYSSEN KRUPP/VALE	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de
	Ampliação da Usina de Santa Cruz (RJ)	GUERDAU	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de
	Implantação da Usina Siderúrgica de Itaguaí (USITA)	CSN	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de
	Projeto de implantação de Usina siderúrgica associada ao	EBX/Grupo Chinês	Região Norte Fluminense

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Quadro 7 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Logística e Material de Transporte

Setor de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Logística e Material de Transporte	Ampliação, modernização e concessão do Porto de Itaguaí	Cia. Docas do RJ (CDRJ)	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Melhorias, ampliação e concessão do Porto do Rio de Janeiro	Cia Docas do RJ (CDRJ)	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Implantação de terminais marítimos dedicados à exportação de minério	MMX, VALE, CSN, USIMINAS, BRAZORE	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de
	Implantação de terminal marítimo dedicado ao recebimento de gás	PETROBRAS	Região Metropolitana do Rio de Janeiro e área de
	Implantação de terminal marítimo dedicado à exportação de minério de ferro (integrado a mineroduto)	EBX	Região Norte Fluminense e área de influência do mineroduto
	Implantação de estação de tratamento e ampliação de capacidade de processamento de	TRANSPETRO	Região da Baía da Ilha Grande e área de influência da rede de dutos
	Planejamento de terminal de graneis líquido-sólidos de O&G junto ao	PETROBRAS	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de
	Reaquecimento da indústria naval no Rio de Janeiro, Niterói e São	Indústria naval em atendimento à indústria de	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Ampliação da rede dutoviária ligando terminais e áreas	PETROBRAS	Bacia de Campos, RMRJ e área de influência da rede
	Modernização e ampliação da capacidade de carga da rede	MRS Logística	Área de influência da MRS Logística e do Porto de
	Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Implantação do aeroporto de Cabo Frio	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região da Costa do Sol e Macaé (base logística da
	Implantação do aeroporto de Angra dos Reis	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região da Costa Verde e Angra dos Reis (base
	Implantação do aeroporto de Resende	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região do Médio Paraíba

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Quadro 8 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Infraestrutura de Renovação Urbana e Turismo

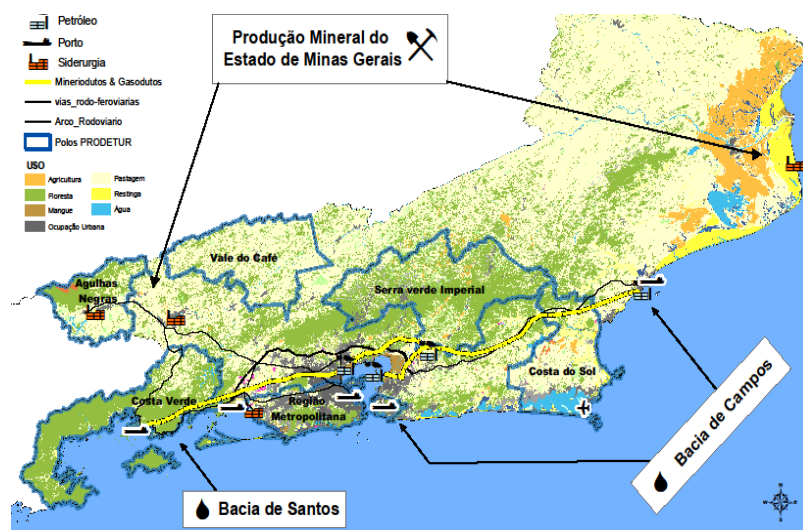
Sector de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Infraestrutura/Renovação Urbana e Turismo	Plano de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região Metropolitana do
	Implantação de projetos de saneamento ambiental e habitação no	Governos Federal e Estadual	Região Metropolitana do
	Renovação da Zona Portuária do Rio de Janeiro	Governos Municipal e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Obras de infraestrutura dos Jogos Panamericanos	Governos Municipal e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014	Governos Municipal e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Melhoria e ampliação da rede hoteleira para a Copa do Mundo de	Setor produtivo	Município do Rio de Janeiro
	Obras de infraestrutura para os Jogos Olímpicos de 2016	Governos Municipal, Estadual e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Melhoria e ampliação da rede hoteleira para os Jogos Olímpicos de	Setor de hotelaria	Município do Rio de Janeiro
	Execução do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Rio	Governos Federal e do Estado do Rio de	Polos e Subpolos contemplados

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Ainda que faltem dados e a análise dessas informações não tenha sido concluída, algumas observações de caráter estratégico podem e devem ser antecipadas. A propósito, vale sinalizar preliminarmente em relação a quatro observações que se apoiam nos citados quadros:

- a influência que já exercem (e que tende a ser ampliada) os setores mineração, petroquímica e siderurgia;
- a estreita vinculação entre os investimentos no setor de logística-material de transporte e esses mesmos setores de atividade;
- a diferença de valores investidos, por um lado, nos três primeiros setores (produção de O&G e petroquímica; siderurgia; infraestrutura e material de transporte) *vis-à-vis* aquele aplicado em infraestrutura-renovação urbana e turismo;
- a concentração espacial dos investimentos dedicados ao setor infraestrutura/renovação urbana no município do Rio de Janeiro que assim confirma seu perfil de Subpolo dedicado a grandes eventos.

Figura 2 – Circuito–Rede Industrial e Turístico



Uma vez representados na Figura ao lado, esses investimentos nos levam a especular, ainda que preliminarmente, quanto à *qualidade* das possíveis interações entre essas PPP's e os objetivos/ações do PRODETUR/PDITS–RJ. Nesse sentido, não é de todo descabido admitir que dessas interações podem resultar um número de situações de conflito–concorrência mais elevado que o de efeitos sinérgicos–cumulativos que seriam desejáveis.

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

RESULTADOS DO SEMINÁRIO INTERNO

Entre os principais conteúdos previstos para essa Etapa inscrevem-se os resultados do Seminário Interno, realizado ao final da Meta 1 – Preparação dos Estudos e que contou com a participação de representantes das instituições promotoras e colaboradores do projeto. O evento teve por finalidades:

- . Promover o intercâmbio entre as equipes encarregadas da AAE;
- . Validar e detalhar internamente os objetivos gerais e específicos da AAE.

O seminário ocorreu³ conforme planejado, seguindo os itens da pauta acordada, quais sejam:

³ Local: Sede da Instituição Executora; Data: 24/03/2011.

1. PRODETUR-RJ: objetivos e metas do programa e andamento de sua implementação;
2. AAE/PRODETUR: conceitos, abrangência e princípios metodológicos a serem adotados;
3. Esclarecimentos / Debates; e
4. Recomendações finais.

A seguir é apresentada a síntese da memória do evento, organizada segundo a ordem da pauta.

1. PRODETUR-RJ: objetivos e metas do programa e andamento de sua implementação

O tema foi apresentado pelo Coordenador de Relacionamento Institucional da UCP – PRODETUR-RJ, Bruno Sasson, abordando os seguintes pontos:

- . Contextualização e objetivos gerais do PRODETUR nacional e do PRODETUR-RJ;
- . Objetivos específicos do PRODETUR/RJ, com ênfase na busca da interiorização do turismo e na melhoria do perfil da demanda turística;
- . Apresentação das premissas estratégias e dos dados e informações turísticas que as subsidiaram, com ênfase na questão da mobilidade rodoviária e na importância dada aos destinos indutores;
- . Apresentação dos Polos e Subpolos turísticos definidos no âmbito do PRODETUR-RJ;
- . Apresentação dos 5 (cinco) componentes do Programa; dos seus recursos e respectivas fontes; da distribuição de tais recursos por componente; e do seu cronograma de desembolso;
- . Apresentação de uma amostra de projetos do PRODETUR-RJ e de sua situação de implementação/execução; e
- . Contextualização do estágio atual do PRODETUR-RJ, com o PDITS-RJ elaborado, a AAE em elaboração, o processo de transformação da Unidade Executora Estadual – UEE em UCP, e estudos de viabilidade dos projetos da amostra em execução.

2. AAE/PRODETUR: conceitos, abrangência e princípios metodológicos a serem adotados

O tema foi apresentado pela Coordenadora do Projeto pela Instituição executora, Maria Cristina Soares de Almeida. Os principais pontos abordados foram:

- . Objetivos da AAE, com ênfase na identificação de sinergias e eventuais riscos socioambientais relacionadas às ações do Programa, conjugada com a proposição de ajustes e complementações ao mesmo;
- . Base documental orientadora da AAE e dos princípios que a orientam;
- . Cronograma de execução do projeto e de suas etapas de trabalho, com ênfase na etapa em que se encontra o trabalho (Preparação do Estudo);
- . Proposições de debate, abordando aspectos metodológicos a serem problematizados no seminário, atinentes à (i) definição/pactuação de uma Visão de Futuro como base da AAE; (ii) ao caráter central da sustentabilidade e de suas dimensões para os cenários a serem projetados; (iii) à complexidade ligada à definição dos recortes territoriais/escalas a serem utilizados na construção da Linha de Base e no processo de cenarização, tendo em vista a escassez de dados disponíveis; e (iv) à metodologia de construção dos indicadores de sustentabilidade;
- . Problematização dos quatro itens acima recortados, tendo em vista os materiais e entendimentos já produzidos e elaborados pela equipe do projeto.

3. Debates e Recomendações

Após as apresentações foram realizados debates a seguir relatados.

Os principais pontos debatidos e as recomendações foram organizados segundo três grandes itens: (i) **objetivo e escopo** da AAE/PRODETUR; (ii) **amplitude, escala e metodologia** da análise; e (iii) **subsídios, etapas de trabalho e cronograma** de execução.

i. Com relação ao **objetivo e escopo** da AAE/PRODETUR:

- Denise Levy, do BID, enfatizou o caráter particular da AAE/PRODETUR, uma vez que o Programa representa um conjunto de decisões já tomadas, algumas das quais já estão em fase implementação; Denise Levy levantou ainda a importância de as recomendações/proposições serem o foco prioritário dos produtos da AAE;
- Joseph Milewski, do BID, informou que a AAE do PRODETUR-RJ está sendo considerada como um “piloto”, que servirá de referência para os outros estados;
- Luciana Guimarães, do Ministério do Turismo, sublinhou que a AAE deve ser feita tendo como foco as ações prioritárias previstas no PRODETUR-RJ;

- Denise Levy sublinhou a importância de se entender uma AAE como instrumento focado na abordagem dos impactos indiretos e cumulativos/sinérgicos no território objeto de estudo.
- ii. Com relação à **amplitude, escala e metodologia** da análise a ser realizada:
- Denise Levy levantou a questão da centralidade do componente de capacitação dos sistemas de gestão, visando melhorar a capacidade de resposta das instituições, e a necessidade de que as recomendações da AAE contemplem propostas de como fortalecer tais instituições; em seguida, recomendou cuidado com a consistência/coerência dos produtos, de forma que ao consultá-los os leitores não precisem fazer um grande esforço de “decodificação”;
 - Joseph Milewski sugeriu considerar o uso do modelo de análise estratégica tipo SWOT (pontos fortes e pontos fracos; oportunidades e ameaças) como instrumento para definir agendas especializadas para cada Polo e Subpolo; ele sugeriu também considerar outras Políticas, Planos e Programas (públicos e privados) que possam gerar efeitos cumulativos/sinérgicos ou conflitar/concorrer com os objetivos/ações a cargo do PRODETUR/PDITS-RJ;
 - Alexandre Santos e Rui Velloso, consultor do projeto, levantaram questões relativas à dificuldade de obtenção de dados consistentes que subsidiem a análise, uma vez que não há recursos/tempo disponíveis para a realização de um diagnóstico amplo e, não obstante, o diagnóstico presente no PDITS-RJ não contempla as necessidades da AAE; Rui Velloso deu ênfase à importância das diretrizes e do plano de ação presentes no PDITS-RJ para a AAE;
 - Joseph Milewski sublinhou a importância de se utilizar o conhecimento e a experiência acumulados pela equipe responsável pela elaboração da AAE sobre a dinâmica do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de subsidiar uma análise que tenha um caráter parcialmente especulativo, mas com lastro em tal conhecimento adquirido, como forma de (1) contornar as possíveis dificuldades de obtenção de dados e (2) dar corpo e efetivar o caráter analítico e reflexivo de uma Avaliação Ambiental Estratégica;
 - Joseph Milewski sugeriu a combinação, sempre que possível, de abordagens regionais e locais, gerando recomendações em todas as escalas;
 - Carmen Lúcia Petraglia, Coordenadora de Licenciamento Ambiental da SEOBRAS, comentou que a AAE deve partir do princípio de que os projetos/ações contidos no PRODETUR-RJ, especialmente aquelas sujeitas ao processo de licenciamento e, mais ainda, aquelas submetidas ao procedimento de AIA, devem ser considerados como individualmente viáveis, tanto do ponto de vista econômico e financeiro como ambiental e que, portanto, o foco da AAE deve ser o conjunto de ações e diretrizes propostas para os Polos e Subpolos.
- iii. Com relação aos **subsídios**, às **etapas** de trabalho e ao **cronograma** de execução:
- Carmen Lúcia Petraglia ficou de verificar a viabilidade de disponibilizar à equipe da AAE as Licenças (com as exigências pertinentes) e PBA's dos

projetos já licenciados, a partir de solicitação feita por Maria Graça Neves, consultora do projeto;

- Paulo Costa, Superintendente de Urbanismo Regional da SEOBRAS e membro da UCP-RJ, informou que a instituição que representa dispõe de um “mapeamento” dos investimentos a serem realizados nos próximos 10 anos no porto de Angra dos Reis;
- Luciana Guimarães informou que a expansão do prazo para a execução da AAE é uma questão que pode ser analisada, dentro dos limites dos recursos já disponibilizados.

4. Recomendações finais (grifos nossos)

As principais definições pactuadas e recomendações apresentadas no seminário a serem consideradas na definição da Metodologia da AAE são as seguintes:

- . A AAE/PRODETUR deve ser entendida como uma **análise dos impactos cumulativos e indiretos do conjunto de ações do PRODETUR-RJ** nos Polos e Subpolos recortados, mas levando em consideração também sua articulação com outras políticas, planos e programas;
- . Tal análise deve ter um caráter parcialmente especulativo e analítico, que deve ser **realizado em conjugação e a partir dos dados e indicadores disponíveis e da experiência acumulada pela equipe** de elaboração da AAE acerca da dinâmica socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro;
- . A AAE deve adotar um **olhar multi-escalar** em seu processo de análise, no limite dos dados disponíveis, e cuja integração deve ser feita de forma a permitir uma apresentação coerente, objetiva e consistente dos resultados;
- . A AAE deve priorizar, entre seus resultados concretos, a formulação de **recomendações objetivas para implementação do PRODETUR-RJ**;
- . Deve-se levar em consideração a possibilidade de **utilização da metodologia SWOT para a definição de agendas especializadas** em cada Polo e Subpolo.

As apresentações dos slides e a lista de presença constam, respectivamente, dos Anexos IV e V desse Relatório.

CONSOLIDAÇÃO DOS OBJETIVOS DA AAE

Nessa Etapa foram discutidas as principais referências teóricas norteadoras da AAE e consolidados os objetivos e a linha de abordagem da presente AAE.

Apresenta-se a seguir os conceitos e definições considerados nesse contexto inicial do trabalho, com vistas a balizar os principais aspectos relacionados ao processo de elaboração da AAE.

Segundo publicação do MMA, 2002, a AAE é definida como um “**Procedimento sistemático e contínuo de avaliação** da qualidade do meio ambiente e das consequências ambientais decorrentes de visões e intenções alternativas de desenvolvimento, incorporadas em iniciativas, tais como: a formulação de políticas, planos e programas (PPP), de modo a assegurar a integração efetiva dos aspectos biofísicos, econômicos, sociais e políticos, o mais cedo possível, aos processos públicos de planejamento e tomada de decisão.” (grifo nosso)

Importante também destacar nesse contexto as definições de **impacto** de natureza estratégica e dos possíveis **objetos** de aplicação da AAE: as políticas, os planos e os programas.

- **Impacto estratégico:** aqueles gerados por ações e decisões de natureza estratégica, isto é, linhas de ação que permitam alcançar objetivos de longo prazo; consequência e resultado dessas ações e decisões, também de longo prazo, de acordo com princípios ou pressupostos previamente estabelecidos.
- **Política:** linha de conduta geral ou direção que o governo está ou estará adotando, apoiada por juízos de valor que orientem seus processos de tomada de decisão.
- **Plano:** estratégia composta de objetivos, alternativas e medidas, incluindo a definição de prioridades, elaborada para viabilizar a implementação de uma política.
- **Programa:** conjunto de atividades e projetos a ser implantados em determinada unidade espacial necessários para implementar uma política, podendo ou não se integrar a um plano.

Entre os **objetivos** da AAE, destaca-se aquele direcionado a **facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos ambientais** das estratégias de ação no quadro de desenvolvimento sustentável. O quadro abaixo apresenta os objetivos gerais da AAE de ampla aceitação na literatura técnica.

Quadro 9 – Objetivos da AAE

1. Contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável
2. Melhorar a qualidade de políticas, planos e programas
3. Fortalecer e facilitar a AIA de projetos
4. Promover novas formas de tomar decisão.

Segundo TEIXEIRA, 2008, a adoção da AAE fundamenta-se na experiência internacional, “cuja prática está associada a **duas abordagens distintas**: (a) a primeira voltada à **sustentabilidade dos processos de crescimento e de desenvolvimento**, buscando contribuir ou facilitar uma visão de futuro; e (b) a segunda, mais ligada ao **aperfeiçoamento da prática da AIA**, com foco na cumulatividade de impactos ambientais e na prática mais eficiente do licenciamento ambiental.” (grifo nosso)

Ainda que em ambas as abordagens o uso da AAE visem influenciar a gestão de potenciais conflitos e a tomada de decisão que o planejamento do desenvolvimento acarreta. A adoção de uma **abordagem estratégica** na AAE pode contribuir para aumentar as possibilidades de sucesso dos resultados na medida em que é utilizada como instrumento de **reflexão sobre as oportunidades e os riscos** de se optar por determinadas direções de desenvolvimento futuro.

Apresentam-se a seguir os diversos conceitos e informações que permitem ajudar a compreender o que é a **AAE em sua dimensão estratégica**. Definem-se os quatro conceitos básicos em AAE: meio ambiente, sustentabilidade, estratégia e avaliação.

- **Meio Ambiente** é definido como “*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*” (Lei nº 6938/1981, Art. 3º Inciso I).
- **Sustentabilidade** é um conceito que se baseia no termo sustentável, significando “aquilo que pode ser mantido ao longo do tempo”. Está associado ao conceito de desenvolvimento sustentável.
- **Estratégia** é um conceito associado, normalmente, a objetivos de longo prazo, se distinguindo de tática, que corresponde a objetivos de mais curto prazo. Ainda segundo outros autores, as abordagens estratégicas em política e planejamento não se destinam a tentar saber o que pode acontecer no futuro, mas sim a tentar planejar e guiar ações que constituam caminhos possíveis para um futuro desejável. As estratégias de ação estão fortemente associadas à formulação de políticas e são desenvolvidas no contexto de processos de planejamento e programação.
- **Avaliação** é a ação de avaliar. É determinar o valor que pode ser atribuído a algo, ou ainda a determinação aproximada de uma grandeza ou quantidade sem recorrer à medição direta, com base em estimativas.

Uma das características da AAE de abordagem estratégica é a pré-identificação do seu alcance, na qual é discriminando o que será estudado e analisado. Para atender a essa condição, a metodologia de AAE de base estratégica deve adotar o conceito de **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)**, que elegerá aqueles fatores (ou temas)

mais relevantes e compatíveis com os prazos para a tomada de uma decisão estratégica.

Quanto às **diretrizes metodológicas**, tem-se identificado que a AAE torna-se mais eficiente em face aos seus objetivos se adotar alternativa de metodologia que **dê prioridade à influência estratégica da AAE no processo de decisão**. Desse modo é exigido que a AAE seja iniciada o mais cedo possível para integrar as questões ambientais e de sustentabilidade no ciclo de planejamento e programação do PPP; e ainda que a avaliação seja centrada em opções estratégicas plausíveis, envolvendo pensamento estratégico na discussão das opções e na definição de diretrizes para implementação.

Com relação aos **princípios de boa prática** na aplicação da AAE, a literatura sobre o tema tem sublinhado os critérios adotados pela IAIA (*International Association for Impact Assessment*), em 2002, quais sejam: Integração, Orientação para a sustentabilidade, Foco, Verificação, Participação e Interação.

Aspectos igualmente fundamentais para a AAE são os **princípios de responsabilização, participação, transparência e sustentabilidade**, bem como a capacidade de a AAE acompanhar, de modo iterativo e facilitador, os ciclos de preparação, execução e revisão que caracterizam os processos de planejamento de PPPs.

A AAE PRODETUR-RJ

O Termo de Referência aporta a seguinte **definição** para a AAE:

“A AAE é um instrumento que **faculta a incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento** setorial e regional, pela realização de uma avaliação dos impactos ambientais gerados por conjuntos de ações–investimentos (políticas, planos e programas) que excede, portanto, a esfera de projetos isolados. Contribui, ainda, para **viabilizar a harmonia ou sinergia dos objetivos de desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos ambientais** e para **redução das incertezas e riscos associados à questão ambiental** que, muitas vezes, acaba se traduzindo em maiores custos e prazos mais longos para a implementação de empreendimentos e em conflitos entre os diversos agentes sociais envolvidos. A Avaliação Ambiental Estratégica é, portanto, um **procedimento de avaliação da**

qualidade do ambiente e das consequências de conjuntos de ações–investimentos decorrentes de uma intenção planejada. No caso presente essas ações–investimentos decorrem dos componentes elencados no PRODETUR–RJ.” (grifo nosso)

Sobre os objetivos da AAE, o citado Termo de Referencia faz o seguinte enunciado: “Com a realização dessa AAE pretende–se gerar **elementos de apoio à tomada de decisões sobre a implantação dos projetos e ações definidos no programa**, definindo possíveis ajustes e complementações, assim como recomendações visando ao estabelecimento das bases para um processo de gestão estratégica.” (grifo nosso)

Os elementos de apoio à tomada de decisão, referidos acima, são esperados como resultado da AAE PRODETUR–RJ e estão contemplados no **Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade** (CDS). Segundo o TR esse Cenário compreende um conjunto de recomendações voltadas para: (i) promover ajustes / correções no PRODETUR–RJ com vistas à mitigação de impactos negativos e potencialização de positivos, (ii) indicação de medidas e instrumentos que o complementem e (iii) proposição de eventuais ajustes / complementações ao PDTIS–RJ.

Com relação às duas categorias de abordagens de AAE, as quais se refere TEIXEIRA, 2008: a) voltada à **sustentabilidade dos processos de crescimento e de desenvolvimento**; e (b) mais ligada ao **aperfeiçoamento da prática da AIA**, a orientação contida nas diretrizes (TR, pag. 11) destaca: “A AAE do PRODETUR–RJ deverá **privilegiar uma abordagem estratégica** e uma escala de análise regionalizada. A **dimensão principal dessa análise é do desenvolvimento sustentável da economia do turismo**. Deverão ser reconhecidas e consideradas as especificidades, potencialidades e oportunidades para cada um dos Polos e das Regiões, assim como para o conjunto por eles formado.” (grifo nosso)

Confirmando a opção da **abordagem estratégica**, há a recomendação de que a elaboração da AAE do PRODETUR–RJ (TR, pag. 16) contemple “a seleção e organização de um grupo de profissionais com especialização e experiência em **áreas temáticas tais como**: Infraestrutura turística e mobilidade; patrimônio histórico e cultural; patrimônio natural e Unidades de Conservação;

desenvolvimento urbano-regional; políticas públicas e gestão ambiental; organização social, lideranças e iniciativas da sociedade civil.” (grifo nosso).

No que diz respeito à observância aos princípios da boa prática e aos de responsabilização, participação, transparência e sustentabilidade, entre as diretrizes, há recomendações claras a respeito, referentes à identificação e consulta aos agentes sociais relevantes no contexto da definição de uma estratégia de desenvolvimento e à instituição, no âmbito desse estudo, do Comitê de Acompanhamento da AAE. (TR, pag.16)

Essa breve contextualização reúne os principais fundamentos que orientaram o detalhamento da metodologia apresentada a seguir.

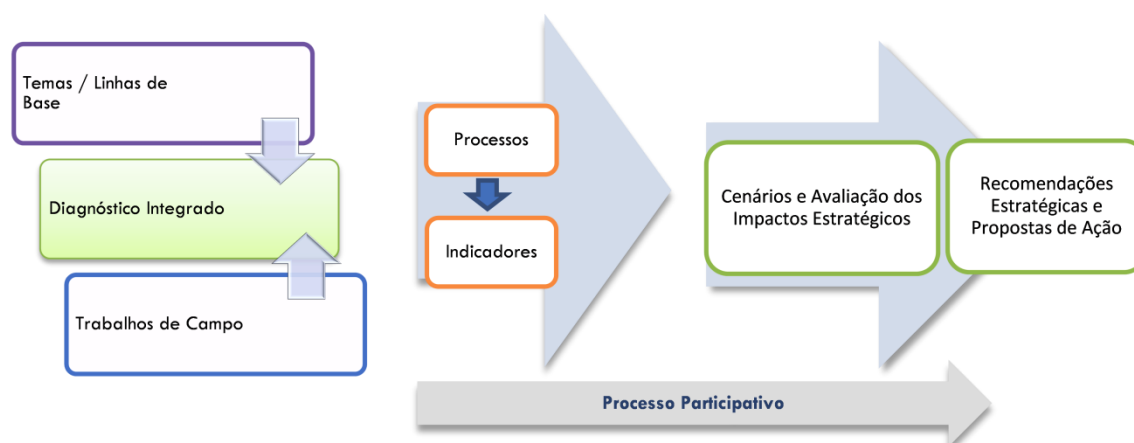
METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DA AAE

Com base no que foi consolidado como objetivos gerais e específicos da AAE, nessa Etapa foram delineados os Princípios Metodológicos e definidos os procedimentos em Plano de Trabalho que irão orientar a elaboração da AAE.

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

No âmbito técnico da AAE, são parte essencial os estudos prospectivos realizados depois de escolhidos e analisados os temas e processos importantes para a compreensão do objeto de avaliação. Isto porque são eles que permitirão identificar os impactos ambientais estratégicos positivos, referidos como oportunidades, e os impactos estratégicos negativos, referidos como riscos ambientais, para que se possam identificar e fundamentar opções de desenvolvimento e as diretrizes e recomendações que vão orientar a implementação do programa sob avaliação. Esse instrumental também irá informar as decisões a respeito das ações de natureza estratégica relativas aos próximos passos do processo de planejamento das

Figura 3 – Estrutura metodológica da AAE



atividades, com vistas ao desenvolvimento sustentável. A figura a seguir expressa a estrutura metodológica empregada nessa AAE para a construção dos cenários previstos.

Os princípios metodológicos propostos para execução da AAE do PRODETUR-RJ observaram as diretrizes enunciadas no Termo de Referência – PRODETUR Nacional – Rio de Janeiro, considerando os seus aspectos gerais e específicos, bem como as diretrizes e salvaguardas definidas pelo BID, contidas no Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental (MTur, 2008), além de outras referências, tais como:

- Plano Nacional de Turismo (2007);
- Plano Estadual de Turismo (2001);
- Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade (MTur, 2007);
- Avaliação Ambiental Estratégica (MMA, 2002); e as

- Recomendações resultantes das conclusões do Seminário Interno realizado no âmbito desse trabalho, que teve a participação de representantes do BID, do MTur, da UEE – UCP/PRODETUR-RJ, do INEA, da SEA, além da equipe responsável pela elaboração da AAE (IBAM, 2010).

As diretrizes e salvaguardas definidas pelo BID têm como finalidade internalizar a dimensão da sustentabilidade ambiental em todos os seus projetos. Assim sendo, tais preocupações serão incluídas no escopo do trabalho, materializadas num conjunto de indicadores analíticos empregados na Definição da Linha de Base, nos Diagnósticos Integrados, de caráter estratégico, das regiões e polos turísticos; na Construção e Avaliação dos Cenários propostos; e no Monitoramento do Programa.

A elaboração da AAE também será norteadas por princípios que atendam a integração dos diferentes níveis decisórios e a interrelação dos aspectos ambientais aos de natureza econômica, sociocultural e político-institucional. Nas questões significativas, de natureza estratégica, será focada a participação dos atores relevantes que poderão contribuir para a tomada de decisões.

Quanto à peculiaridade desta AAE para o Estado do Rio de Janeiro, que passa por um processo de recuperação econômica, a principal dimensão da análise deverá tratar do desenvolvimento sustentável da economia do turismo, no que diz respeito às especificidades, potencialidades e oportunidades de cada um dos Polos turísticos. Também foram consideradas as ações previstas no PRODETUR-RJ que contribuem para esse desenvolvimento e para a interiorização e integração dos fluxos turísticos a partir da Metrópole.

Dada à natureza do programa e de seus componentes, a AAE contempla sete Temas Estratégicos e centrais de análise, a saber:

1. Dinâmica Regional;
2. Desenvolvimento Urbano;
3. Governança e Desenvolvimento local;
4. Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo;
5. Patrimônio Histórico e Cultural;
6. Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental;
7. Saneamento Ambiental.

Como objetivos estratégicos do PRODETUR-RJ foram resgatados as seguintes indicações:

- Interiorizar e integrar os fluxos turísticos a partir da Metrópole como forma de, entre outros resultados, ampliar os tempos de permanência dos turistas no estado;
- Fortalecer as relações funcionais existentes entre os Subpolos e deles em relação à Metrópole;
- Complementar a rede de mobilidade, articulando o território fluminense a usuários costumeiros e potenciais de seus produtos turísticos.

A esses elementos agregam-se diretrizes estratégicas de sustentabilidade, que compõem também a Visão de Futuro sob o ponto de vista da sustentabilidade ampliada, subordinadas a quatro dimensões:

- Econômica: visa assegurar que o desenvolvimento da economia do turismo seja economicamente eficaz, de forma a incrementar a participação do setor na composição do PIB das regiões e do Estado, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras;
- Ecológica e Ambiental: visa assegurar a compatibilidade do desenvolvimento da atividade turística com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais, entendendo-os como patrimônios públicos e ativos econômicos a serviço da sociedade, e a capacidade de suporte dos ecossistemas em absorver ou recuperar-se das agressões derivadas da ação humana;
- Sociocultural: visa assegurar que o desenvolvimento da atividade turística aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo a ampliação da geração de oportunidades de emprego-renda visando à redução do desemprego e a formalização do setor, aumento do IDH dos municípios, melhoria da infraestrutura de serviços coletivos, redução dos índices de criminalidade e violência, preservação/promoção de atividades tradicionais, valores socioculturais e patrimônio construído;
- Político-institucional: visa assegurar a solidez, a continuidade e a ampliação dos laços de coordenação e cooperação entre níveis e setores governamentais, contribuindo para a ampliação da autonomia dos governos locais através da descentralização de responsabilidades e do fortalecimento da capacidade decisória dos mesmos, prestigiando os mecanismos de representação da sociedade civil e do setor produtivo nos fóruns decisórios das Políticas Públicas.

Dado que a AAE inclui um exercício de cenarização, a escolha dos indicadores se deu de forma associada à definição do horizonte temporal com que se pretende trabalhar: 2020. Os indicadores a serem selecionados orientarão a construção da Linha de Base, do Diagnóstico Integrado, dos Cenários futuros: de Referência, de Desenvolvimento PRODETUR e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

A definição dos indicadores, assim como dos mecanismos visando ao acompanhamento-avaliação dos resultados da execução do PRODETUR-RJ, tomarão por base os sete Temas Estratégicos e as quatro diretrizes estratégicas adotadas na definição da Visão de Futuro nas dimensões Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-institucional. Constam dos Anexos deste relatório os quadros que apresentam o detalhamento preliminar dos indicadores que estão sendo estudos por cada um dos temas, segundo o modelo abaixo.

Quadro 10 – Quadro modelo para seleção dos indicadores

Diretrizes de sustentabilidade	Categorias de análise (PEIR)					Justificativa	Disponibilidade de fontes	Trabalho de campo	Possibilidade de projeção
	Pressão	Estado	Impacto	Resposta					
				Indicador Estratégico	Outros indicadores				
Ecológica e ambiental									
Econômica									
Sociocultural									
Político-institucional									

Abordagem Metodológica da Construção dos Cenários

Para dar suporte à construção dos cenários é imprescindível consolidar a Visão de Futuro, isto é, a proposição do que se espera com a execução do plano ou do programa sob avaliação, em termos do desenvolvimento econômico e social, qualidade ambiental e de vida, determinando-se os Objetivos de Sustentabilidade que se deve perseguir para alcançá-la. A Visão de Futuro e os Objetivos de Sustentabilidade servirão ainda de orientação para a avaliação final dos impactos estratégicos. Também será essencial determinar o contexto no qual as variáveis analisadas se desenvolvem, mas sobre as quais os responsáveis pela estratégia sob análise não têm controle. Tais variáveis serão referidas nesta AAE como Questões-chave condicionantes do turismo sustentável. Essa contextualização será necessária para que fique claro em que condições as análises prospectivas foram realizadas, quer dizer, envolvendo questões que condicionam os cenários, mas que não fizeram parte do escopo do diagnóstico estratégico.

São diversos os métodos e técnicas que podem ser empregados para instrumentar os estudos prospectivos, podendo-se mencionar as técnicas de informatização de dados geográficos, os modelos matemáticos de simulação da dinâmica dos sistemas ambientais, a técnica SWOP, além das técnicas usuais de previsão de impacto ambiental e planejamento. A maioria dos estudos de AAE, realizados no País até 2010, tem utilizado o método de formulação ou construção de cenários, por ser ele um instrumento técnico apropriado para avaliar os prováveis comportamentos de sistemas complexos que tenham a eles associado um alto nível de incerteza, principalmente quando existem limitações de tempo e recursos para o emprego de outros métodos mais exigentes, por exemplo, os modelos de simulação. O método de construção de cenários que tem sido empregada nos estudos de AAE foi

desenvolvido pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA) da COPPE/UFRJ.

Os cenários serão construídos a partir da extrapolação de tendências identificadas no passado ou no momento atual, descrevendo as projeções e apresentando um quadro futuro que poderá ser atingido, caso determinadas ações sejam realizadas. Os cenários permitem, assim, comparar uma situação inicial com situações futuras resultantes de condições preestabelecidas.

No âmbito de planos e programas, é frequente que sejam formuladas ações concretas, com a forma de um conjunto de projetos de investimento e atividades de fortalecimento institucional e gestão ambiental, que são propostos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de determinado setor de atividades, como é o caso do PRODETUR-RJ. Na AAE, tais ações são então consideradas, não como fins, mas como os meios que o Poder Público escolheu para atingir os objetivos desse Programa e as diretrizes dos PDITS-RJ. O objeto de avaliação da AAE não é, portanto, cada um dos projetos e atividades propostos para a concretização do PRODETUR-RJ, mas a estratégia de desenvolvimento do turismo que se pretende desenvolver. Ainda assim, sob essa ótica, a análise dos impactos do Programa contemplou todos os componentes, segundo recorte territorial de Polo turístico, avaliando as oportunidades e riscos com vistas ao Cenário de Desenvolvimento e de Sustentabilidade.

Na presente AAE, a abordagem metodológica adotada para a realização da análise prospectiva também consistirá na aplicação da técnica de construção de cenários, de modo a permitir uma decisão fundamentada em torno das melhores alternativas para a consecução dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável nos polos turísticos do Estado do Rio de Janeiro, conforme expressos nos PDITS-RJ, tendo como base as ações a serem desenvolvidas no PRODETUR-RJ. Tais cenários serão estabelecidos por meio da extrapolação dos dados da Linha de Base e por análise técnica integrada, realizada por profissionais com largo conhecimento dos temas sob sua responsabilidade e, preferencialmente, com o envolvimento dos principais atores relacionados com a situação em análise.

Idealizam-se nesta AAE três cenários:

- Cenário de Referência, correspondente à manutenção das tendências de desenvolvimento observadas nos dois polos turísticos e seus Subpolos, com base na análise da linha de base e do diagnóstico integrado, considerando ainda alguns fatores externos (ou exógenos) relacionados às condições econômicas e ambientais sobre as quais o turismo exerce pouca ou nenhuma influência, às políticas, aos planos e aos programas que estão sendo esperados ou em implementação nas regiões;
- Cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, cenário de desenvolvimento, que corresponde às consequências estratégicas na qualidade e no uso dos recursos ambientais e nas peculiaridades culturais da realização dos projetos e atividades do PRODETUR e das diretrizes dos PDITS-RJ, em termos de cumulatividade de efeitos e indução do desenvolvimento tanto do turismo como de outros setores da economia.
- Cenário de Desenvolvimento e de Sustentabilidade – cenário propõe a integração ao Cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ das novas diretrizes a serem adotadas nas próximas fases do processo de planejamento do turismo no

estado, as devidas ações de prevenção e controle dos impactos estratégicos (diminuição e prevenção dos riscos ambientais e potenciação das oportunidades), bem como as atividades de acompanhamento da implementação do programa. Tudo isto para aproximar os resultados da atual fase do PRODETUR-RJ e os programas vindouros de fomento ao turismo no estado à desejada visão de futuro e aos objetivos de sustentabilidade.

A partir da comparação da situação atual e dos cenários, foram identificadas as oportunidades e os riscos ambientais (impactos estratégicos). Estes impactos foram discutidos, aproveitando-se também os resultados da aplicação da matriz SWOT empregada no Diagnóstico Integrado, que permitiram definir as recomendações e medidas de potenciação das oportunidades e prevenção dos riscos ambientais do PRODETUR-RJ. Além disso, foram definidas as ações de acompanhamento em relação: à adoção das medidas preventivas; aos impactos estratégicos; e ao cumprimento das recomendações da AAE.

Os três esquemas apresentados a seguir ilustram os processos que serão utilizados para a configuração dos cenários idealizados na AAE.

Figura 4 – Cenário de Referência

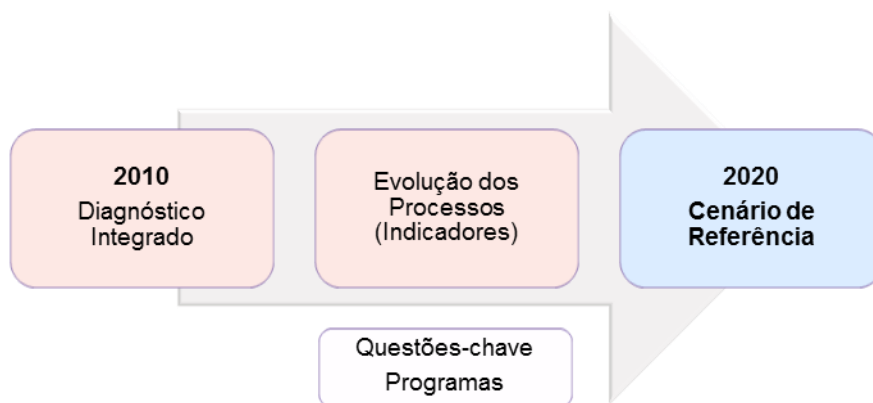


Figura 5 – Cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ

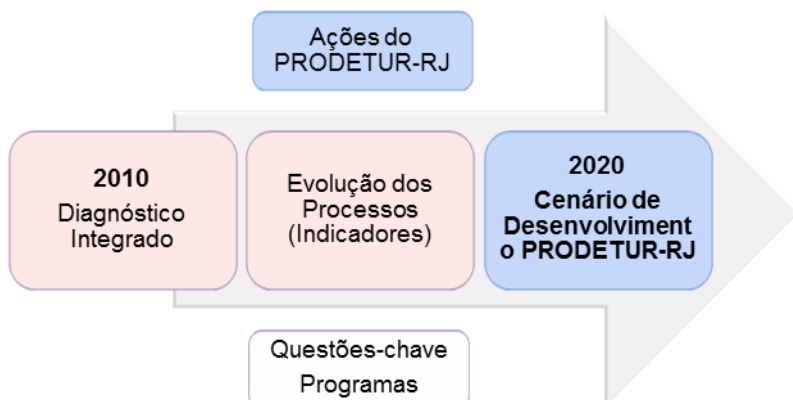
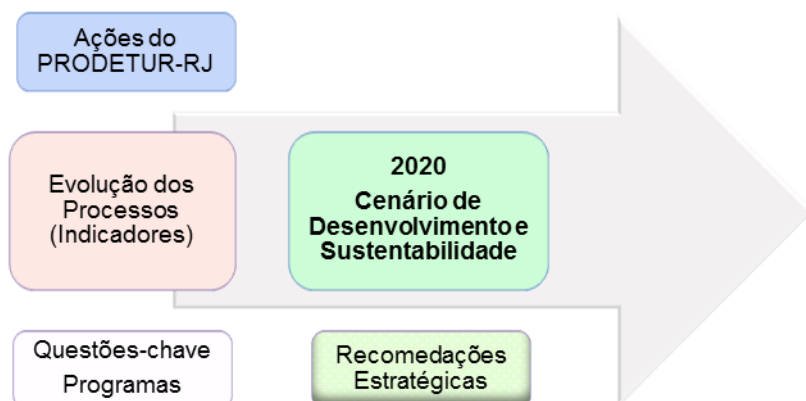


Figura 6 – Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade



A elaboração da AAE do PRODETUR-RJ será realizada segundo os princípios metodológicos abordados neste item, que foram consolidados em procedimentos relacionados a cada uma das Metas.

PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho expressa os procedimentos metodológicos que serão adotados em cada uma das Metas e Etapas de elaboração da AAE. O quadro apresentado a seguir correlaciona as Metas e Etapas previstas no Convenio MTur / SEOBRAS/RJ nº 702738/2008 às Etapas e Produtos constantes do Termo de Referência da AAE.

Tanto o Plano de Trabalho como o cronograma físico (Anexo VI do presente documento) seguem apresentados segundo as Metas e Etapas previstas no referido Convenio.

Quadro 11 – Metas e Etapas previstas para elaboração da AAE

Convenio MTur/SEOBRAS/RJ nº 702738/2008			Termo de Referência AAE (pag. 15 e 22)	
Meta	Etapa		Etapa	Produto
1	Preparação do Estudo		1	Preparação do Estudo
	1.1	Mobilização e Preparação da Equipe		1 Preparação do Estudo
	1.2	Planejamento do Seminário Interno		Mobilização e Preparação da Equipe
	1.3	Preparação de Trabalhos de Campo		Planejamento do Seminário Interno
2	Metodologia para Elaboração da AAE		2	Preparação de Trabalhos de Campo
	2.1	Resultados do Seminário Interno		2 Metodologia para Elaboração da AAE
	2.2	Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE		Resultados do Seminário Interno
	2.3	Detalhamento da Metodologia para a		Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE
				Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da

Elaboração da AAE		AAE	
3	Diagnóstico Integrado	2	Definição da Linha de Base e Diagnóstico Integrado
	3.1 Consulta aos agentes sociais relevantes		3 Diagnóstico Integrado
	3.2 Linha de Base dos Polos e Regiões		Consulta aos Agentes Sociais Relevantes
	3.3 Diagnostico Integrado		Linha de Base dos Polos e Regiões
4	Cenarização	3	Diagnóstico Integrado
			Fatores Críticos Internos e Externos e parâmetros para cenarização
			Construção e Avaliação dos Cenários de Desenvolvimento Turístico
			4 Cenarização
			Visão de Futuro
			Construção do Cenário de Referencia (CR) e do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)
5	Versão Preliminar AAE	4	Avaliação Comparativa dos Cenários
			Construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)
			Conclusões, Recomendações e Monitoramento do Programa
			5 Versão Preliminar AAE
6	Versão Final AAE	5	Conclusões e Recomendações
			Monitoramento do Programa
			Validação dos Resultados da AAE
			Final Versão Final AAE
			Validação AAE
			Versão Final AAE, contendo Resumo Executivo

Meta 1: Preparação do Estudo

Para concretização da Meta “Preparação do Estudo” será necessária a realização das seguintes Etapas:

- 1.1 Mobilização e Preparação da Equipe;
- 1.2 Planejamento do Seminário Interno;
- 1.3 Preparação de Trabalhos de Campo.

Etapas 1.1: Mobilização e Organização da Equipe

Compreende a efetivação da contratação dos profissionais pré-selecionados e da organização das equipes de acordo com a estrutura organizacional prevista: Núcleo de Coordenação e Gerência, Grupo de Consultores Temáticos e Equipe de Suporte Técnico.

A Preparação da Equipe tem por objetivo promover o nivelamento técnico de seus membros, detalhar e repassar informações sobre o objeto do trabalho, firmar entendimento comum acerca dos objetivos gerais e específicos da AAE, levantar e sistematizar os conteúdos fundamentais contidos nos documentos-base e construir hipóteses metodológicas que melhor atendam às especificidades do projeto, considerando, inclusive, os custos e prazos de realização das etapas programadas.

As principais referências de interesse para o trabalho estão contidas nos documentos-base, entre os quais se destacam: o Plano Nacional de Turismo, o Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS-RJ e o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do MTur. Desses conteúdos serão pinçados conceitos, estratégias, diretrizes e metas de interesse para o estudo em questão.

A base de dados secundários e cartográficos para apoio à elaboração da AAE tem como principais fontes: os Estudos desenvolvidos para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS-RJ e para o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Estado do Rio de Janeiro, conforme prevê o Termo de Referência da AAE, complementada por informações de outras fontes específicas de apoio às leituras temáticas e por aquelas obtidas durante a realização dos Trabalhos de Campo.

A necessidade do aporte de informações complementares será avaliada pela equipe, principalmente na etapa de construção da Linha de Base. Ainda nessa etapa é previsto também o levantamento de outros documentos relevantes para a realização da AAE, relacionados às intervenções que irão ocorrer nos Polos e Subpolos selecionados, de natureza econômica, sociocultural, ambiental e físico-territorial.

Etapas 1.2: Planejamento do Seminário Interno

Essa Etapa envolve um conjunto de atividades preparatórias para a realização do Seminário Interno que tem por finalidades: promover o intercâmbio entre as equipes encarregadas da AAE e validar e detalhar internamente os objetivos gerais e específicos da AAE.

Além de fixar os participantes institucionais, as atividades preparatórias do Seminário Interno preveem a definição e aprovação do conteúdo a debater, do formato do evento e da dinâmica a ser adotada.

Como participantes indispensáveis no evento encontram-se as instituições envolvidas na elaboração da AAE. São elas: o Ministério do Turismo – MTur, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; a Unidade Coordenadora do Programa PRODETUR-RJ – UCP-RJ; a Secretaria de Estado de Obras do Rio de Janeiro – SEOBRAS; a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA; a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TurisRio e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

Ainda nessa Etapa ocorrerá a realização do Seminário de acordo com o planejado. A divulgação dos resultados ocorrerá na Etapa 2.1.

Etapas 1.3: Preparação de Trabalhos de Campo

O desenvolvimento dessa Etapa destina-se a planejar os Trabalhos de Campo que tem como objetivos: lançar publicamente o início dos trabalhos da Avaliação Ambiental Estratégica e aportar ao processo de desenvolvimento territorial, informações que são do conhecimento das populações e dos indivíduos onde as ações de intervenção serão implantadas.

O início do processo participativo em torno do PRODETUR-RJ ocorrerá na fase dos Trabalhos de Campo a fim de dar transparência as ações previstas e constituir um canal de participação no processo decisório de elaboração e de acompanhamento da AAE. Os trabalhos de campo visam também a coleta de informações complementares para a construção da Linha de Base e do Diagnóstico Integrado e a formação do Comitê de Acompanhamento da AAE a ser composto por representações regionais dos Subpolos turísticos que integram o PRODETUR-RJ.

Nesse período serão realizadas as atividades preparatórias para a concretização dos trabalhos de campo, compreendendo: o estabelecimento de uma agenda de visitas às Regiões Turísticas (Subpolos) e aos Municípios contemplados pelo PRODETUR-RJ e a identificação dos Agentes Sociais Relevantes para incorporá-los ao processo de elaboração da AAE.

Resultado da Meta 1

Produto 1 – Relatório de Preparação do Estudo

Relatório contendo os resultados das Etapas 1.1, 1.2 e 1.3, compreendendo, respectivamente: os resultados da Mobilização e Preparação de Equipe; do Planejamento do Seminário Interno e da Preparação de Trabalhos de Campo.

Meta 2: Metodologia para Elaboração da AAE

Para alcance da Meta “Metodologia para Elaboração da AAE” é previsto o cumprimento das seguintes Etapas:

- 2.1 Resultados do Seminário Interno
- 2.2 Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE
- 2.3 Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE

Etapa 2.1: Resultados do Seminário Interno

Nessa Etapa serão consolidados e apresentados os resultados do Seminário Interno, que foi planejado e realizado ao final da Etapa 1.2. A apresentação deverá compilar as principais contribuições dos participantes, segundo os pontos de pauta do evento.

Etapa 2.2: Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE

Durante a realização dessa Etapa serão consolidados e aprofundados os Objetivos da AAE fruto da compilação das referências teóricas *vis-à-vis* as recomendações específicas contidas no Termo de Referência e do resultado das discussões internas havidas entre os membros da equipe executora.

Etapa 2.3: Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE

Com base no que foi consolidado como objetivos gerais e específicos da AAE, nessa Etapa são delineados os Princípios Metodológicos e definidos os procedimentos em Plano de Trabalho que irão orientar a elaboração da AAE, em atendimento às

diretrizes metodológicas previstas no Termo de Referência, segundo as Metas e Etapas previstas no Convenio MTur / SEOBRAS/RJ.

Resultado da Meta 2

Produto 2 – Metodologia para a Elaboração da AAE

Relatório contendo os resultados das Etapas 2.1, 2.2 e 2.3, compreendendo, respectivamente: os resultados do Seminário Interno, da Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE e do Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE.

Meta 3: Diagnóstico Integrado

Para concretização da Meta “Diagnóstico Integrado” será necessário desenvolver as seguintes Etapas:

- 3.1 Consulta aos Agentes Sociais Relevantes
- 3.2 Linha de Base dos Polos e Regiões
- 3.3 Diagnóstico Integrado

Nessa fase do trabalho será adotada uma visão abrangente, devendo-se estender o olhar sobre as diferentes escalas territoriais: Polos, Subpolos e Lugares Turísticos (territórios funcionais), de modo a facilitar o entendimento e a avaliação do Programa nos diferentes dimensões em que será desenvolvida a AAE.

A avaliação nessas escalas permitirá a formulação de propostas ajustadas à contextualização, seja a mais ampla, seja ao foco, considerando: a gestão dos governos em suas competências; a identificação da participação de grupos sociais; e a iniciativa de empreendedores.

Nesse período, os trabalhos serão intensivos de pesquisa documental direcionada para levantamento de dados necessário à configuração/consolidação das Linhas de Base e à elaboração dos Diagnósticos Integrados. A base de dados será complementada com as informações obtidas durante os trabalhos de campo nas atividades de visita aos diferentes municípios que compõem a área de abrangência do PRODETUR–RJ, tal como será planejado na Etapa 1.3.

Etapas 3.1 – Consulta aos Agentes Sociais Relevantes

Nessa Etapa serão detalhadas as atividades programadas anteriormente. Importante destacar que as consultas aos atores estratégicos, assim como os levantamentos de dados em loco, serão conduzidas de forma a respeitar os limites de tempo e de recursos contratuais. Estes aspectos serão considerados no detalhamento das agendas de visitas para levantamento de informações.

Os contatos serão centralizados pela equipe de coordenação, para que haja organização e para que essa não se torne uma tarefa pulverizada. Entre os atores selecionados, serão privilegiados aqueles que tenham mais influência e representação local, constituindo de fato um canal de interlocução centralizado para tornar o processo eficiente.

Como forma de consulta que atenda às premissas e limitações de tempo e recursos do trabalho prevê-se que, previamente aos levantamentos de campo propriamente ditos, serão enviados aos interlocutores estratégicos questionários sintéticos produzidos pela equipe de consultores temáticos e pela equipe de coordenação. Essa consulta previa poderá incluir o envio por parte desses atores de dados/documentos básicos que possam preencher as lacunas de informação, no que se refere ao preenchimento dos questionários, fornecimento de informações e articulação com outros atores locais. Esse intercâmbio proporcionará algum nível de comprometimento desses interlocutores com o trabalho e, naturalmente, com o programa.

Após o contato realizado à distância e o levantamento das lacunas de informações para as análises temáticas, serão realizadas visitas de campo, de caráter complementar e objetivo, de forma a preencher estas lacunas e colaborar tanto na construção da análise do território como no reconhecimento e na afirmação do compromisso com as interlocuções locais.

O relatório dos trabalhos deverá apresentar:

- . Descrição de cada uma das missões realizadas, amplamente documentados, com vistas a subsidiar a construção das Linhas de Base e a elaboração dos Diagnósticos Integrados;
- . Indicações regionais para a formação do Comitê de Acompanhamento da AAE representativas dos Subpolos turísticos que integram o PRODETUR-RJ.

Etapas 3.2 – Linha de Base dos Polos e Regiões

O cumprimento dessa Etapa envolverá a realização de diversas atividades com vistas à construção da Linha de Base da AAE conforme previsto no TR.

Dada à natureza do programa e de seus componentes, a metodologia adotada para essa AAE contemplou a abordagem de sete temas estratégicos e centrais de análise para os Polos e Regiões (subpolos) selecionados pelo PRODETUR-RJ, a saber: Dinâmica Regional; Desenvolvimento Urbano dos principais lugares turísticos; Governança e Desenvolvimento local; Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo; Patrimônio Histórico e Cultural como atrativo turístico e como identidade regional; Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental; e Saneamento Ambiental.

Cada uma das Análises Temáticas desenvolverá a sua Linha de Base específica segundo os indicadores pré-selecionados e de acordo com as diretrizes estratégicas de sustentabilidade, como discriminado a seguir:

- . Quatro categorias de indicadores contempladas no quadro lógico de análise conhecido como Matriz P.E.I.R.: Pressão / Estado / Impacto / Resposta, a partir dos quais foram tratados os dados e as informações relativas aos sete temas estratégicos;
- . Quatro diretrizes estratégicas adotadas na definição da Visão de Futuro, compreendendo a sustentabilidade Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-institucional.

A consolidação da Linha de Base integrará os diferentes resultados das Análises Temáticas, organizando-as por Subpolo, de forma a obter uma leitura da caracterização da situação atual das áreas estudadas de forma clara e concisa.

Nessa linha, buscar-se-á atender aos conteúdos previstos no escopo de abordagem descrito no Termo de Referência, relacionados ao contexto geral do turismo (nos planos nacional, regional e local), à delimitação geográfica da área de abrangência da avaliação, à área de influência direta, à área de influência estratégica do PRODETUR-RJ, às ações e intervenções previstas pelo PRODETUR-RJ, à visão geral da atividade turística e à identificação e análise da gestão da atividade turística local.

A tarefa de consolidação da Linha de Base contemplará ainda a inclusão de informações estratégicas recolhidas durante os trabalhos de campo e aquelas objeto

da pesquisa junto aos Conselhos Regionais de Turismo, relacionadas ao tema Governança, a ser promovida pela Instituição executora especialmente para essa AAE.

Etapas 3. 3 – Diagnóstico Integrado

O desenvolvimento dessa Etapa se dará a partir da consolidação das Linhas de Base dos Polos e Regiões.

O Diagnostico irá considerar os Subsídios Estratégicos indicados pelas Linhas de Base das Análises Temáticas, bem como as questões mais significativas colhidas nas Oficinas dos Trabalhos de Campo. Esses dados serão organizados e levados a uma avaliação coletiva. Para trabalharem as informações serão convidados a participar atores estratégicos convidados, além dos membros da equipe da AAE, com vistas à montagem dos Mapas-síntese dos Fatores Críticos.

A avaliação utilizará o modelo de análise estratégica tipo SWOT como instrumento para definir as agendas dos aspectos considerados estratégicos. A estrutura do mapa-síntese contemplará os pontos fortes e pontos fracos e as oportunidades e ameaças, relacionados aos ambientes interno e externo à economia do turismo, como apresentadas a seguir:

- (i) os Pontos Fortes e Pontos Fracos da economia do turismo nos polos e subpolos, refletindo assim uma análise do setor voltada para o seu Ambiente Interno; e
- (ii) as Oportunidades e Ameaças para a economia do turismo nos polos e subpolos refletindo, em complemento, uma visão do setor em relação ao seu Ambiente Externo (sinergias e conflitos).

Na estrutura do Mapa-síntese esses aspectos são referenciados às Dimensões da Sustentabilidade adotadas pela AAE, quais sejam: Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-Institucional, com a finalidade de delinear uma leitura integrada e de fácil assimilação e apontar os aspectos estratégicos a serem potencializados ou mitigados quando da cenarização.

Os resultados da análise SWOT serão consolidados nos Mapas-síntese dos Fatores Críticos por Região (subpolo), o que permitirá configurar um Diagnóstico Integrado

por Subpolo e consolidar outro mais sintético por Polo. Os Diagnósticos Integrados irão identificar os elementos estratégicos centrais dos Polos e Regiões (Subpolos) que serão considerados na fase de construção dos cenários – de Referência, PRODETUR–RJ e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Produto relacionado à Meta 3

Produto 3 – Diagnóstico Integrado

Relatório contendo os resultados das Etapas 3.1, 3.2 e 3.3, apresentando, respectivamente os resultados da Consulta aos Agentes Sociais Relevantes, da construção da Linha de Base dos Polos e Regiões e da elaboração do Diagnóstico Integrado, apontando os fatores críticos internos e externos e os parâmetros para serem empregados nos exercícios de cenarização.

Meta 4: Cenarização

Para concretização da Meta “Cenarização” será necessária a realização das seguintes Etapas:

- 4.1 Visão de Futuro
- 4.2 Construção dos Cenários de Referência
- 4.3 Construção dos Cenários de Desenvolvimento PRODETUR
- 4.4 Avaliação Comparativa dos Cenários
- 4.5 Construção dos Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade

Os conteúdos dessa etapa de Construção e Avaliação de Cenários devem incorporar, observadas a escala adequada a uma AAE, e as limitações para elaboração dessa avaliação, as questões relacionadas a seguir. Essas informações serão, sempre que possível, mapeadas para efeito de análise espacial.

- . Os Investimentos estruturantes verificados no estado, os quais apresentaram convergência em direção a 4 (quatro) setores de atividade: produção de óleo e gás natural (O&G) e petroquímica; siderurgia; logística e material de transporte; infraestrutura – renovação urbana e turismo.
- . O conjunto de intervenções promovido pelo PRODETUR–RJ, como elementos de estruturação dos subpolos e das economias turísticas.
- . As propostas contidas no PRODETUR *vis-à-vis* as Unidades de Conservação, existentes e em processo de criação, assim como algumas situações específicas

de proteção do Bioma Mata Atlântica no contexto dos Polos Turísticos Serra e Litoral.

Os significados de cada lugar turístico, dos seus parâmetros e culturas, comportamentos e condicionantes, que venham a ganhar expressão na construção do lugar.

O prognóstico dos futuros efeitos do Programa sobre os ambientes característicos dos diferentes Polos e Regiões, assim como do conjunto formado pelas mesmas, deverá estar baseada na formalização dos cenários de Referência (CR) e de Desenvolvimento PRODETUR (CDP).

Após a definição e caracterização dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR para as Regiões e Polos deverá ser realizada a Avaliação Comparativa dos mesmos (Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR) resultando daí a definição do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) no qual devem ser explicitadas recomendações voltadas para: (i) promover ajustes / correções no PRODETUR-RJ com vistas à mitigação de impactos negativos e potencialização de positivos, (ii) indicação de medidas e instrumentos que o complementem e (iii) proposição de eventuais ajustes / complementações ao PDTIS-RJ.

Etapas 4.1 – Visão de Futuro

Nessa Etapa será elaborada a proposta de Visão de Futuro e determinados os Objetivos de Sustentabilidade que devem ser perseguidos com vistas ao que foi idealizado. Tanto a Visão de Futuro como os Objetivos de Sustentabilidade deverão ser discutidos e aprovados junto às instituições promotoras da AAE para a avaliação final dos impactos estratégicos.

Ainda nessa Etapa será essencial determinar o contexto no qual as variáveis selecionadas se desenvolvem, mas sobre as quais os responsáveis pela estratégia sob análise não têm controle. Tais variáveis serão referidas nesta AAE como Questões-chave condicionantes do turismo sustentável. Essa contextualização será necessária para que fique claro em que condições as análises prospectivas serão realizadas. São questões que poderão condicionar os cenários, mas que não fazem parte do escopo do diagnóstico estratégico.

Etapas 4.2 – Construção dos Cenários de Referencia

A construção dos Cenários de Referência será fundamentada nos resultados das análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, compreendendo, a partir da situação atual de cada tema, o estudo da evolução dos indicadores e dos processos mais importantes observados em cada um dos Polos, mantendo-se as atuais tendências até o horizonte temporal de 2020.

Além de fundamentar-se nas análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, a construção dos cenários deverá levar em conta os aspectos relevantes relacionados a: limites ao crescimento da mancha urbana; proteção de paisagens cênicas e da biodiversidade localizadas “na rota” dos vetores de expansão; estabelecimento de transições graduais de uso da terra; potenciação de economias verdes; proteção e divulgação de culturas tradicionais; distribuição equânime de oportunidades e recursos, mitigação de problemas relativos ao saneamento ambiental e ao abastecimento público; e fortalecimento institucional da gestão do turismo, pela presença e participação do Estado.

Na interpretação dos processos de construção dos Cenários, serão avaliados os impactos socioeconômicos e aqueles relacionados à apropriação do território em função das dinâmicas tendenciais e decorrentes dos investimentos programados. Deverá ser uma avaliação complexa que traduz a interdependência dos sistemas e subsistemas que congregam elementos sociais, econômicos, territoriais, culturais, humanos e ecológicos.

Os Cenários de Referência auxiliarão na compreensão do que seria o futuro dos Polos afetados pelo Programa, caso prossigam as tendências atuais de desenvolvimento e sejam implementados os planos e programas governamentais previstos para as áreas de estudo, sem considerar as intervenções previstas no PRODETUR-RJ.

Etapas 4.3 – Construção dos Cenários de Desenvolvimento PRODETUR

Os Cenários de Desenvolvimento PRODETUR-RJ serão construídos com base nos Cenários de Referencia, para o mesmo universo temporal de 2020, considerando a hipótese de que as ações e os projetos do PRODETUR-RJ sejam executados.

Os investimentos do PRODETUR-RJ poderão gerar efeitos positivos e negativos nas dinâmicas de desenvolvimento regional, dependendo de como se aproveitam as

oportunidades e controlam-se os riscos e as ameaças identificadas nesta AAE. Sem um controle de causa e efeito das intervenções do Programa, dependendo da abordagem, tais oportunidades e riscos poderão impulsionar ou comprometer os processos de desenvolvimento pretendidos.

A configuração dos Cenários de Desenvolvimento PRODETUR-RJ avaliarão as possíveis consequências da implementação do Programa, levando-se ainda em consideração as diretrizes de desenvolvimento do turismo expressas no PDITS-RJ para os Polos Serra e Litoral.

Etapas 4.4 – Avaliação Comparativa dos Cenários

A partir da configuração dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, face aos temas estratégicos e respectivos processos analisados, serão trabalhados os principais aspectos que permitirão uma avaliação comparativa entre eles. Para balizar a análise comparativa, também serão utilizados como parâmetros os problemas ambientais e sociais identificados como relevantes durante as análises preparatórias do escopo do PRODETUR-RJ, tais como: as deficiências dos sistemas de saneamento básico, o uso e ocupação desordenados do solo, a falta de educação ambiental, a gestão ambiental quase inexistente a nível municipal, incluindo a gestão de Unidades de Conservação e a degradação de áreas de interesse ambiental, cultural e turístico. Esses e outros aspectos serão tratados na avaliação comparativa dos dois cenários configurados, com vistas a subsidiar a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Etapas 4.5 – Construção dos Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade

A construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade será resultado da avaliação comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ e da avaliação dos Impactos Estratégicos do PRODETUR-RJ à luz da Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade definidos durante a AAE. Da avaliação dos Impactos Estratégicos irão resultar as Recomendações Estratégicas e as Propostas de Ação.

Assim, o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade será construído com base na hipótese de que seja adotado o conjunto de recomendações resultantes da comparação dos cenários anteriores e dos impactos estratégicos assim identificados. As recomendações visam potencializar as oportunidades e controlar

os riscos ambientais da implementação do PRODETUR-RJ, com vistas a aproximar os resultados do Programa aos objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

As figuras abaixo ilustram o processo a ser adotado para a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Figura 7 – Esquema para Análise dos Impactos do PRODETUR-RJ e das Recomendações Estratégicas

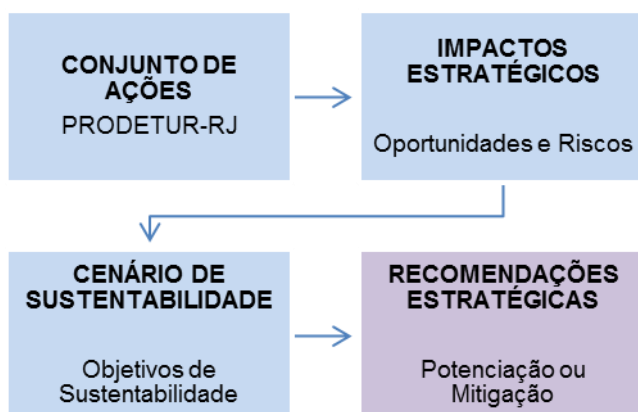
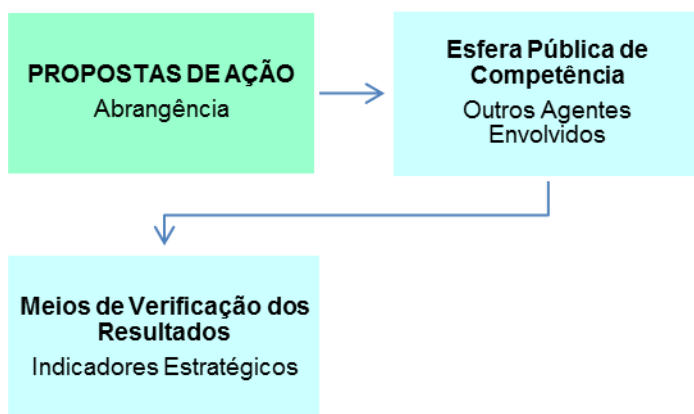


Figura 8 – Esquema de referencia para as Propostas de Ação



Figura 9 – Esquema de referencia para composição do Programa de Acompanhamento e Monitoramento



A configuração preliminar dos três cenários (ou mais especificamente o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade), e das propostas de Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade, deverão ser objeto de debate num segundo Seminário Interno, envolvendo os representantes das instituições promotoras da AAE. A discussão acerca dos resultados preliminares alcançados terá como objetivo colher subsídios para a consolidação do relatório conclusivo dessa meta.

Produto relacionado à Meta 4

Produto 4 – Cenarização

Relatório contendo os resultados das Etapas 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 apresentando, respectivamente os resultados da Visão de Futuro, da Construção dos Cenários de Referencia, da Construção dos Cenários de Desenvolvimento PRODETUR, da Avaliação Comparativa dos Cenários e da Construção dos Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Deverão também constar do corpo do relatório os resultados referentes ao Seminário Interno.

Meta 5: Versão Preliminar da AAE

Para concretização da Meta “Versão Preliminar da AAE” será necessária a realização das seguintes Etapas:

5.1 Conclusões e Recomendações

5.2 Monitoramento do Programa

A conclusão da AAE compreenderá a **consolidação do conjunto de resultados e recomendações** tendo em vista o incremento da sustentabilidade do PRODETUR–RJ, contemplando:

- . A formalização de um documento que consolide e esclareça o conjunto das recomendações associadas ao Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade;
- . A hierarquização destas recomendações, traduzidas em um cronograma que deverá ser compatível com aquele previsto no Plano de Ações do programa, de forma a garantir a efetividade das ações de prevenção, controle e mitigação;
- . A submissão desse material ao Comitê de Acompanhamento da AAE, com vista à validação desses resultados.

Como já enunciado, o conjunto de conclusões e recomendações a que se pretende chegar através da AAE dirá respeito à proposição de ajustes, correções e complementações às ações previstas pelo PRODETUR-RJ. Essas propostas poderão, portanto, compreender a indicação de ações em diferentes níveis de agregação que poderão assumir a forma de outras políticas, planos, programas ou ações específicas e pontuais. Por outro lado, cabe destacar que desse conjunto de propostas também fará parte a seleção de indicadores e mecanismo(s) visando ao futuro monitoramento do Programa (e mesmo dos ajustes propostos).

As propostas irão contemplar as diferentes escalas compreendidas nos estudos – Polos e Regiões (subpolos) e, eventualmente, recortes municipais ou locais, de modo a facilitar o entendimento e o encadeamento compreensivo das ações ambientalmente estratégicas e estruturadas, na escala própria de uma AAE. A abordagem segundo tais escalas permitirá a avaliação e as propostas ajustadas à contextualização ampla ou ao foco, a gestão dos governos em suas competências, a identificação da participação de grupos sociais e a iniciativa de empreendedores.

Produto relacionado à Meta 5

Produto 5 – Versão Preliminar da AAE

Relatório contendo os resultados das Etapas 5.1 e 5.2 apresentando, respectivamente as Conclusões e Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica e o Monitoramento do Programa.

Meta 6: Versão Final da AAE

Para alcance da Meta “Versão Final da AAE” é previsto o cumprimento das seguintes Etapas:

- 6.1 Validação da AAE
- 6.2 Versão Final da AAE
- 6.3 Resumo Executivo da AAE

Durante esse período, os resultados preliminares da Avaliação Ambiental Estratégica serão submetidos à validação pública através da exposição e debate aos membros

do Conselho Estadual de Turismo e do Comitê de Acompanhamento da AAE, na condição de representantes dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil.

Os resultados do processo de consulta farão parte do rol dos ajustes necessários à produção do Relatório Final, que irão incorporar as sugestões/recomendações obtidas no processo de validação pública da versão preliminar da AAE.

Para finalização da meta será produzido um Resumo Executivo a AAE que abordará os principais resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Produto relacionado à Meta 6

Produto 6 – Versão Final da AAE

Relatório contendo os resultados das Etapas 6.1 e 6.2 apresentando, respectivamente os resultados do processo de Validação da AAE, a Versão Final da Avaliação Ambiental Estratégica e o Resumo Executivo da AAE.

LINHA DE BASE DO POLO LITORAL

Dada à natureza do programa e de seus componentes, a metodologia adotada para essa AAE contemplou a abordagem de sete temas estratégicos e centrais de análise para os Polos e Regiões (subpolos) selecionados pelo PRODETUR-RJ, a saber: Dinâmica Regional; Desenvolvimento Urbano dos principais lugares turísticos; Governança e Desenvolvimento local; Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo; Patrimônio Histórico e Cultural como atrativo turístico e como identidade regional; Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental; e Saneamento Ambiental.

A consolidação do presente Relatório da Linha de Base integra os diferentes resultados das Análises Temáticas, organizando-as por Subpolo, de forma que a leitura da caracterização da situação atual das áreas estudadas seja clara e concisa.

Nessa linha, busca atender aos conteúdos previstos no escopo de abordagem sugerido pelo Termo de Referencia, relacionados ao contexto geral do turismo (nos planos nacional, regional e local), à delimitação geográfica da área de abrangência da avaliação e à área de influência direta e a área de influência estratégica do PRODETUR-RJ.

A tarefa de consolidação contemplou ainda a inclusão de informações estratégicas recolhidas durante os trabalhos de campo e aquelas objeto da pesquisa junto aos Conselhos Regionais de Turismo, relacionadas ao tema Governança, promovida pela Instituição executora da AAE.

Apresenta-se a seguir a **estrutura** consolidada da Linha de Base dos Polos e Subpolos:

- O contexto geral do turismo nacional, regional e local
- A delimitação geográfica da área de abrangência da Avaliação
- A área de influência direta e a área de influência estratégica do PRODETUR-RJ no Polo
- Ações e Intervenções previstas pelo PRODETUR-RJ no Polo Litoral
- Visão geral da atividade turística no Polo Litoral, abordando: *Caracterização geral da área; Situação atual e tendências no contexto regional e local; Síntese*

do processo de uso-ocupação do solo e desenvolvimento das atividades turísticas existentes na região; Identificação, caracterização e mapeamento dos empreendimentos turísticos, considerando aspectos ambientais e sociais; Caracterização dos aspectos ambientais, destacando-se a existência de UC's, a diversidade biológica e a fragilidade dos sistemas naturais.

- Identificação e análise da gestão da atividade turística local, abordando: *Identificação e análise das interações institucionais das entidades públicas, privadas e sociais atuantes no turismo da região, a partir da definição de competências, funções, responsabilidades de cada instituição envolvida; Identificação dos principais planos, programas e projetos governamentais de turismo, infra-estrutura e de meio ambiente previstos para a região; Identificação de outras iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento e avaliação de implicações para o desenvolvimento do estudo; Identificação e análise da base legal ambiental e turística e dos instrumentos de uso e ordenamento do solo (aspectos legais relevantes).*

CONTEXTO GERAL DO TURISMO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

No plano nacional, as políticas públicas de turismo tomaram corpo em nosso país a partir da década de 1960, com a adoção de planos e programas federais e estaduais cujas metas pretendiam alavancar o desenvolvimento econômico. Neste período, as atividades do setor se expandiram em territórios identificados como de interesse turístico, especialmente em cidades e vilas localizadas no litoral e na serra, tendo o lazer e o entretenimento como elemento motivador das correntes turísticas. Contribuiu para essa expansão a agregação de outros fatores como a melhoria das infraestruturas públicas de acesso – rodovias, portos, aeroportos e terminais rodoviários, além da efetivação de ações regulatórias.

Tal quadro foi reforçado pelas repercussões derivadas da contínua desconcentração do turismo mundial, que apontou para a redução das desigualdades e para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado. O turismo passou a ser considerado como incluído nas estratégias de luta contra a pobreza, vinculando a atividade aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*.

Na década de 1990, organismos como o *World Travel and Tourism Council* – WTTC e a Organização Mundial do Turismo – WTO, encamparam as propostas da Eco-92, Conferência de Cúpula das Nações reunida no Rio de Janeiro, para que a atividade ocupasse um novo espaço na conjuntura econômica e social, no qual as dimensões da sustentabilidade passaram a ser incorporadas às políticas, programas e projetos, tanto na esfera pública como na esfera privada. Assim, novos paradigmas de sustentabilidade foram incorporados à atividade turística, como a preservação ambiental, a valorização da identidade cultural, a inclusão social e a geração e distribuição equilibradas de riqueza e de renda. Esses paradigmas vêm sendo assimilados nos discursos e nas práticas dos mais diferentes atores associados às diversas instancias de gestão.

A gestão do território turístico assumiu novos contornos, apoiada por políticas públicas de descentralização, na qual firma-se a importância do protagonismo da iniciativa privada, a partir da atuação em Conselhos, Comitês ou Grupos, com

ênfase nas regiões de destinação de fluxos do turismo. As novas formas de gestão têm buscado o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, *“sem o qual a atividade torna-se vulnerável e suscetível aos problemas de degradação, massificação e fragmentação que, em última instância, significam a sua autodestruição”* (Turismo no Brasil 2007–2011, MTur).

Segundo este mesmo documento, *“a gestão responsável deverá, também, reproduzir impactos positivos no que se refere ao Turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico, com benefícios por duas vias: (i) pela produção, com a criação de novos postos de trabalho, e consequente ampliação da renda; (ii) e pelo consumo, com a inclusão de novas parcelas de consumidores no mercado turístico”*.

Nesse âmbito, a política pública brasileira atual tem suas diretrizes traçadas com o *Plano Nacional de Turismo* – PNT 2007/2010, elaborado a partir de debates regionais com setores públicos e instituições representativas da atividade turística, que procura reorientar esforços e eliminar obstáculos para transformar o turismo em prioridade nacional, em um processo de gestão compartilhada, participativa e descentralizada.

Seguindo as diretrizes do PNT quanto à organização da gestão da atividade, em que o setor passa a ter *status* de Ministério, estados e municípios repetem o modelo, adotando então em suas estruturas, Secretarias, Diretorias ou Departamentos que passam a dialogar com os atores privados, na cogestão do território turístico. Explicita-se dessa forma a necessidade de que o setor privado assuma seu papel na oferta de bens e serviços, em quantidade e qualidade adequadas a atender as necessidades do público frequentador dos destinos turísticos.

No contexto do *Plano Nacional de Turismo*, ganha destaque a criação do *Programa de Regionalização do Turismo*, que propõe o ordenamento da atividade turística no Brasil com ênfase no desenvolvimento regionalizado. O programa incorpora a diretriz da Organização Mundial do Turismo – OMT no que se refere ao planejamento estratégico regional integrado e toma como base a noção de território e de arranjo produtivo.

No plano estadual, a política pública para o turismo do Estado do Rio de Janeiro tem por parâmetro o Decreto nº 31.078/2002 no qual é definido o *Plano Diretor Estadual de Turismo* e é delineado o mapeamento turístico do território fluminense, composto por regiões turísticas que, embora agrupadas geograficamente, são distintas quanto ao grau de desenvolvimento ou maturação da atividade. Esse plano, anterior ao *Plano Nacional de Turismo*, foi posteriormente reavaliado frente ao *Programa de Regionalização* do Ministério do Turismo, sendo respaldado pelo Fórum de Secretarias de Turismo, composto pelos secretários e dirigentes municipais de turismo do estado.

Cumprindo a determinação do *Programa de Regionalização do Turismo*, o Estado priorizou, entre as suas 11 regiões turísticas, aquelas que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento e que apresentam melhores condições de competitividade, seja no contexto do turismo internacional, seja no contexto do turismo doméstico. Em paralelo, o Ministério do Turismo selecionou, através do *Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico*, aqueles municípios que se caracterizam por apresentar infraestrutura básica, turística e atrativos qualificados e que são capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno.

A partir dessa seleção e com base em um *Estudo de Competitividade*, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, foram elencados 65 *destinos indutores do desenvolvimento turístico*, abrangendo as cinco regiões geográficas do país. As dimensões analisadas no *Estudo de Competitividade* foram: Infraestrutura Geral; Acesso, Serviços e Equipamentos Turísticos; Atrativos Turísticos; Marketing e Promoção do Destino; Políticas Públicas; Cooperação Regional; Monitoramento, Economia Local, Capacidade Empresarial; Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Aspectos Culturais.

Após a análise realizada, o Estado do Rio de Janeiro foi contemplado com a seleção de cinco destinos capazes de, por sua importância e capilaridade, promover o transbordamento das atividades turísticas em termos regionais. Todos são destinos turísticos consolidados no cenário regional, nacional e internacional, tendo como polarizador a capital, Rio de Janeiro, um dos destinos de referência na chegada de

turistas internacionais. Foram selecionados como *destinos indutores*, além do Rio de Janeiro: Angra dos Reis e Paraty, que integram a região turística da Costa Verde; Armação dos Búzios, inserido na região turística Costa do Sol; e Petrópolis, na região turística Serra Verde Imperial.

A escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações em 2013, assim como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016, se apresenta como oportunidade excepcional para o desenvolvimento do turismo brasileiro e fluminense, mas também se configura como desafio de grande monta. São eventos esportivos de porte, com grande repercussão nas mais diferentes mídias em todo o mundo, além de significativa capacidade de geração de emprego e renda para os setores envolvidos, direta e indiretamente, em sua realização, principalmente àqueles vinculados ao Turismo. O legado, porém, deve ultrapassar a promoção dos atrativos turísticos nacionais, bem como a melhoria da infraestrutura e a qualidade dos serviços turísticos.

O Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2007–2010) reforça a perspectiva de se atingir um cenário de renovação e prosperidade do estado em 2027. Várias tendências de desenvolvimento econômico e socioambiental previstas no Plano vêm sendo concretizadas e são elas que inspiraram a definição da Visão de Futuro adotada na presente AAE.

As estratégias definidas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS–RJ, de 2010, estão alinhadas como a expectativa promissora do Plano Estratégico e prevê a realização de ações e projetos a serem executados nos próximos dez anos.

No plano local, o desenvolvimento do turismo no Polo Litoral, em bases sustentáveis, está alinhado às diretrizes do Diretor Estadual de Turismo e aos objetivos gerais e específicos preconizados pelo PDITS–RJ, conforme enunciado no quadro abaixo. As ações decorrentes, consideradas prioritárias, foram incorporadas à Matriz de Investimentos do PRODETUR–RJ.

Quadro 12 – Objetivos Geral e Específicos do PDTIS–RJ para o Polo Litoral

Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Aumentar a competitividade turística do Polo consolidando esta atividade como importante fonte de geração de emprego e incremento de renda para a população residente	Qualificar os principais produtos turísticos do polo para melhor receber o turista
	Estruturar e promover o posicionamento de imagem desejado pelo polo nos mercados nacional e internacional
	Aumentar o tempo de permanência média do turista que atualmente se desloca ao polo
	Aumentar o gasto médio diário do turista que chega aos destinos do polo

Fonte: PDTIS–RJ, 2010

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA AVALIAÇÃO

O recorte adotado pelo PDTIS/PRODETUR–RJ para definir as áreas prioritárias aonde serão realizados os investimentos do Programa, divide o Estado do Rio de Janeiro em dois compartimentos Polo Litoral e Polo Serra, segundo uma lógica que define pontos estratégicos do território fluminense aonde a integração dos fluxos e o incremento da atividade turística pode servir como fator indutor de desenvolvimento do turismo no Estado. A figura a seguir ilustra a delimitação dos Polos e seus respectivos Subpolos e as relações funcionais a serem reforçadas num raio de 250 km de distancia do núcleo Metropolitano.

e indiretos gerados pelo turismo e que concordam em desenvolver de forma integrada suas capacidades de gerenciamento de fluxos turísticos, ou ainda, municípios não contíguos, que trabalham com um circuito de atrativos complementares. Nesse sentido, o conceito de Polo decorre da compreensão de que tais áreas podem ser compreendidas como corredores capazes de induzir o desenvolvimento do turismo em outros espaços territoriais.

Seguindo a estratégia definida nas diretrizes do PRODETUR/PDITS-RJ, parte-se da premissa de que as relações dinâmicas estabelecidas *no interior de* e *entre* os diferentes recortes espaciais que definem os subpolos do Polo Litoral extrapolam o território dos municípios diretamente atendidos pelo Programa e, portanto, os municípios que sofrerão os impactos indiretos de tais investimentos (e que ainda não foram contemplados com intervenções) não poderiam deixar de ser, na medida do possível, considerados.

Dessa forma, existe a percepção de que os investimentos nos municípios nas áreas consideradas de *influência direta* do Polo Litoral induzirão o desenvolvimento da atividade turística para os municípios vizinhos que integram os três subpolos dessa região, constituindo-se em as *áreas estratégicas*. Avalia-se que os municípios desse Polo que sofrerão reflexos dos investimentos desta primeira fase do PRODETUR/PDITS-RJ são:

- Subpolo Costa do Sol: Carapebus, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São João e Saquarema;
- Subpolo Costa Verde: Itaguaí.

AÇÕES E INTERVENÇÕES PREVISTAS PELO PRODETUR-RJ NO POLO LITORAL

As ações e intervenções previstas no âmbito do PRODETUR-RJ para o Polo Litoral foram especializadas e são apresentadas de forma sumária na figura a seguir.

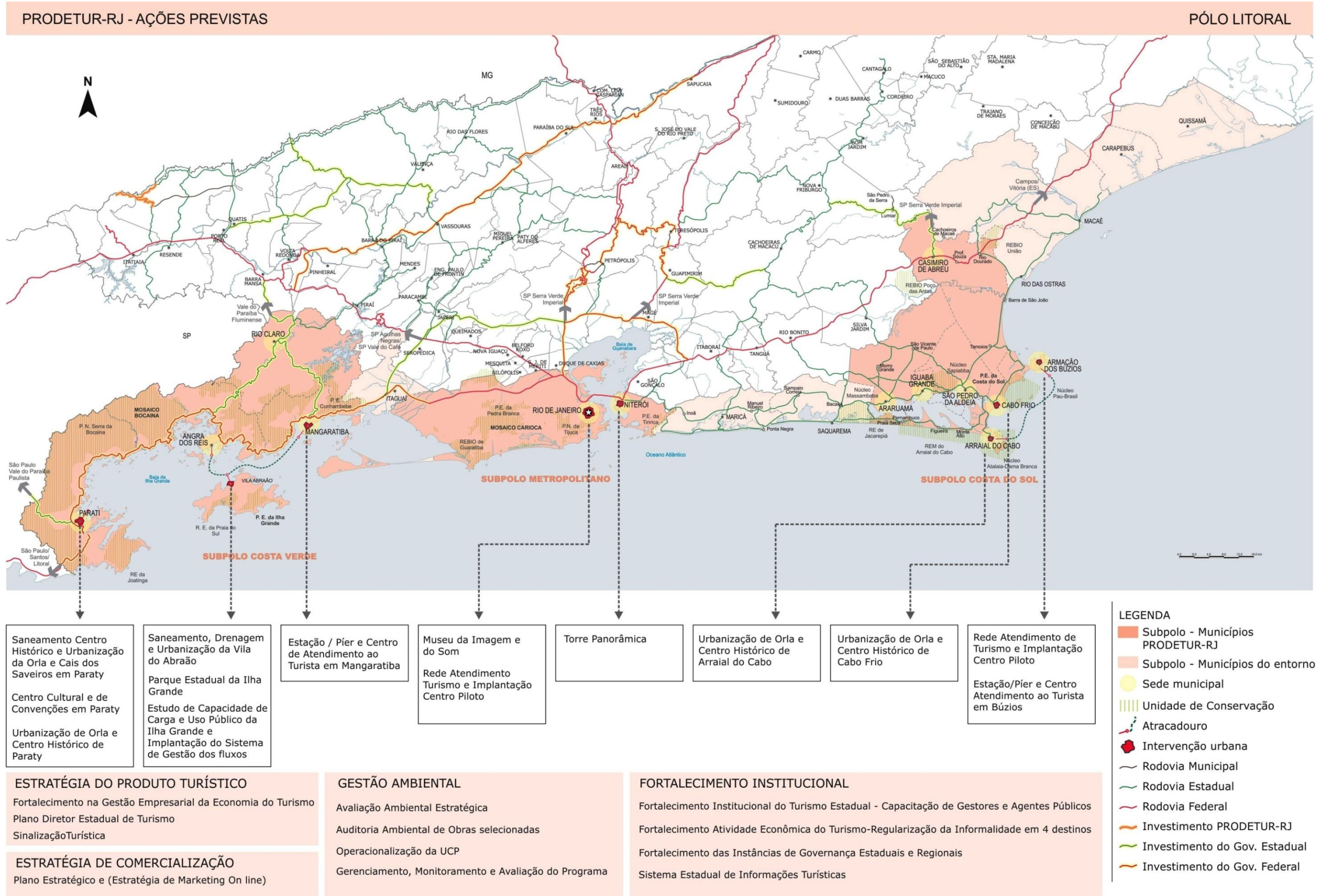


Figura 12 - PRODETUR-RJ - Ações previstas para o Polo Litoral

VISÃO GERAL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO POLO LITORAL

Caracterização geral da área

A atividade turística no Polo Litoral apresenta-se distinta em cada um dos subpolos, modelada em função da natureza e importância dos atrativos culturais e naturais, da apropriação e conservação dos mesmos para fins de uso público e das condições de acesso aos destinos turísticos e dos serviços oferecidos aos visitantes.

Aspectos Estratégicos

É de domínio público o caráter dinâmico e diversificado da atividade turística neste polo. Além do município do Rio de Janeiro, atualmente o maior portão de entrada de turistas internacionais no Brasil e maior destino nacional comercializado internacionalmente, os municípios que compõem este polo já se destacam no cenário nacional e internacional pela sua beleza natural.

O perfil do turista detectado neste polo é bastante diversificado, sendo a cidade do Rio de Janeiro o principal ponto de partida daqueles que visitam os atrativos nos demais municípios do polo. De forma geral, pode-se dizer que o turista que frequenta este polo é eminentemente nacional, com forte presença do turista regional, sobretudo dos estados de SP e MG, além do próprio estado do Rio de Janeiro, que é o maior emissor. A facilidade no deslocamento e a proximidade com os maiores centros emissores do país fazem deste polo um destino bastante comercializado regionalmente.

Do ponto de vista da oferta, o segmento de sol e praia é a principal motivação de viagem dos turistas deste polo, além dos segmentos de negócios e eventos (para os turistas que procuram a cidade do Rio de Janeiro e Niterói) e Ecoturismo/Turismo Náutico (para os turistas que se deslocam aos demais municípios do polo). Esta diversidade de opções é refletida na diversidade de atrativos presentes no polo, que oferece opções de destinos diversos e que podem se integrar devido à proximidade espacial e ao fácil deslocamento entre os municípios do polo.

Os Subpolos Metropolitano, Costa do Sol e Costa Verde — que compõem o Polo Litoral — reúnem os principais atrativos e equipamentos turísticos, regularmente comercializados por agências e operadoras de turismo locais e externas. Destacam-se, nesse contexto, quatro municípios nos quais o turismo tem-se desenvolvido

com maior intensidade nas últimas décadas: Rio de Janeiro, Armação dos Búzios, Angra dos Reis e Paraty, os quais, em conjunto, constituem uma oferta integrada e complementar.

Aspectos Sócio-demográficos

A região litorânea do Estado do Rio de Janeiro é a quarta maior do país, com 686 km de extensão, e reúne como principais características:

- Maior diversidade geográfica da costa brasileira;
- Litoral recortado, mesclando orlas oceânicas e águas abrigadas;
- Ambientes variados: baías, ilhas, enseadas, cabos, costões rochosos e praias;
- Diversas fisionomias da mata atlântica associadas às peculiaridades de cada ambiente;
- Atrativos culturais relacionados à história do país, pré e pós-colonização;
- Conjunto natureza e patrimônio histórico definem os destinos indutores no polo litoral;
- Destinos e atrativos turísticos articulados pela BR 101, que corta longitudinalmente o Estado do Rio de Janeiro.

Os municípios que integram o PRODETUR-RJ congregam cerca de 8,2 milhões de habitantes, ou 53% da população do Estado do Rio de Janeiro, sendo a maior parte (88%) residente no Polo Litoral. Além de mais populoso, o crescimento se mantém mais intenso nesse Polo, desde a década de 1990 (1,23% a.a. contra 1,06% no Polo Serra), impulsionado pelo forte crescimento verificado nos Subpolos Costa Verde e Costa do Sol que apresentaram altos índices no período 1991–2007: respectivamente 61,4% (3,04% a.a.) e 83,6% (3,87% a.a.). A tendência geral é de arrefecimento das taxas de crescimento populacional em todos os municípios dos Subpolos, como pode ser verificado na tabela abaixo.

Destaque-se que a taxa de urbanização no Polo Litoral é ligeiramente superior à média do Estado, cujo indicador é historicamente muito elevada no Estado do Rio de Janeiro. Isto ocorre em função de o Polo Litoral abranger a área metropolitana da capital, onde praticamente todos os municípios apresentam alto índice de urbanização, além de abrigar municípios populosos com grande concentração de população urbana, como Angra dos Reis, na Costa Verde, e Cabo Frio, na Costa do Sol.

Tabela 1. Polo Litoral: População residente e crescimento relativo (1994–2007)

Subpolos		POPULAÇÃO RESIDENTE							
		1991		2000		2007	Crescimento Relativo		
		População	População	População	População	População	1991 a	2000 a	1991 a
		Total	Urbana	Total	Urbana	Total	2000	2007	2007
Municípios									
Metropolitano	Niterói	436.155	100,00%	458.465	100,00%	474.002	5,12%	3,39%	8,68%
	Rio de Janeiro	5.480.768	100,00%	5.851.914	100,00%	6.093.472	6,77%	4,13%	11,18%
	Total Subpolo	5.916.923	100,00%	6.310.379	100,00%	6.567.474	6,65%	4,07%	10,99%
Costa Verde	Angra dos Reis	85.571	91,67%	119.180	95,85%	148.476	39,28%	24,58%	73,51%
	Mangaratiba	17.925	74,72%	24.854	79,75%	29.253	38,66%	17,70%	63,20%
	Parati	23.928	47,91%	29.521	47,59%	32.838	23,37%	11,24%	37,24%
	Rio Claro	13.665	62,26%	16.232	71,59%	17.216	18,79%	6,06%	25,99%
	Total Subpolo	141.089		189.787		227.783	34,5%	20,0%	61,4%
Costa do Sol	Araruama	59.204	73,48%	82.717	90,66%	98.268	39,72%	18,80%	65,98%
	Armação dos Búzios	8.604	100,00%	18.179	100,00%	24.560	111,29%	35,10%	185,45%
	Arraial do Cabo	19.866	100,00%	23.864	100,00%	25.248	20,12%	5,80%	27,09%
	Cabo Frio	76.311	92,53%	126.894	83,79%	162.229	66,29%	27,85%	112,59%
	Casimiro de Abreu	15.650	85,44%	22.052	82,75%	16.690	40,91%	-24,32%	6,65%
	Iguaba Grande	8.074	100,00%	15.052	100,00%	19.716	86,43%	30,99%	144,19%
	São Pedro d'Aldeia	42.400	80,35%	63.009	82,41%	75.869	48,61%	20,41%	159,89%
	Total Subpolo	230.109	86,03%	351.767	87,72%	422.580	52,87%	20,1%	83,6%
Total Polo Litoral		6.288.121		6.851.933		7.217.837	8,97%	5,34%	14,78%
Total Polo Serra		860.063		971.323		1.046.884	12,94%	7,78%	21,72%
TOTAL PRODETUR		7.148.184		7.823.256		8.264.721	9,44%	5,64%	15,62%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000 e 1991 e Contagem da População 2007)

Tabela 2. Polo Litoral: Informações sobre IDH médio (1991–2000)

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM– Renda, 1991	IDHM– Renda, 2000	IDHM– Longevidade, 1991	IDHM– Longevidade, 2000	IDHM– Educação, 1991	IDHM– Educação, 2000	Ranking no Estado, 2000	Ranking no País, 2000
Niterói	0,817	0,886	0,827	0,891	0,717	0,808	0,908	0,96	1	3
Rio de Janeiro	0,798	0,842	0,794	0,84	0,714	0,754	0,887	0,933	2	60
Iguaba Grande	0,708	0,796	0,627	0,742	0,7	0,766	0,797	0,88	9	645
Cabo Frio	0,716	0,792	0,659	0,731	0,7	0,764	0,788	0,881	11	745
Armação dos Búzios	0,691	0,791	0,675	0,763	0,652	0,732	0,745	0,878	12	771
Arraial do Cabo	0,723	0,79	0,658	0,727	0,7	0,731	0,811	0,912	14	793
Mangaratiba	0,706	0,79	0,649	0,741	0,678	0,74	0,79	0,889	16	807
Casimiro de Abreu	0,693	0,781	0,634	0,717	0,702	0,768	0,744	0,859	25	1025
São Pedro d´Aldeia	0,695	0,78	0,614	0,701	0,7	0,764	0,772	0,876	27	1067
Parati	0,714	0,777	0,646	0,731	0,751	0,773	0,746	0,827	30	1130
Angra dos Reis	0,722	0,772	0,66	0,711	0,707	0,736	0,798	0,87	36	1261
Araruama	0,672	0,756	0,62	0,701	0,676	0,719	0,72	0,849	49	1693
Rio claro	0,737	0,671	0,602	0,66	0,706	0,75	0,705	0,802	67	2256

Fonte: PNUD

A seguir, outros dados dos aspectos sócio-demográficos são apresentados por Subpolo.

No Subpolo Costa Verde

Crescimento populacional

Segundo a base de dados do IBGE, no Subpolo Costa Verde, verificou-se crescimento urbano muito elevado na década de 90 (4,03% ao ano), e consequente aumento da taxa de urbanização entre 1991 e 2000. A exceção é Parati, onde a taxa de crescimento da população residente em áreas urbanas foi inferior à da população residente em áreas rurais. Angra dos Reis, o município mais populoso e urbanizado da região, é o que apresenta também maior crescimento da sua população (3,5% ao ano entre 2007–1991), e onde o declínio da taxa de crescimento da população foi menos significativo entre a década de 90 e o período recente.

Tabela 3 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991, 2000) no Subpolo Costa Verde

Municípios	População residente 2007	Taxa de variação anual (%)				taxa de urbanização (%)	
		2007–1991	2007–2000	2000–1991		2000	1991
				total	Urbana		
Angra dos Reis	148.476	3,50	3,19	3,75	4,26	95,9	91,7
Mangaratiba	29.253	3,11	2,36	3,70	4,45	79,7	74,7
Parati	32.838	2,00	1,53	2,36	2,28	47,6	47,9
Rio Claro	17.216	1,45	0,84	1,93	3,34	71,6	63,3
Total Subpolo	227.783	3,04	2,64	3,35	4,03	84,2	79,3

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (censos e contagem da população) A taxa de variação anual foi calculada por média geométrica. A taxa de urbanização foi definida como a proporção entre a população residente em áreas urbanas, assim definidas pelo IBGE, e a população residente total.

Aumento de veículos e taxa de motorização

Segundo dados da Fundação CEPERJ, em 2007 foram emplacados 41.545 veículos no Subpolo Costa Verde, dos quais 26.703 eram automóveis particulares. O município que mais contribuiu para este aumento foi Angra dos Reis, com 25.759

veículos, dos quais 19.280 autos particulares. Este volume representou um crescimento de quase 154% na frota de veículos, entre os anos de 2001 e 2007, índice expressivo e acima da média dos demais subpolos, sendo apenas inferior aos índices observados na Costa do Sol.

O município que apresentou maior o índice de crescimento da frota foi Mangaratiba, com 195% de aumento no número de veículos (de 2.811 veículos em 2001, para 5.466 veículos em 2007) e 205% no número de automóveis (de 1.792 automóveis em 2001, para 3.669 automóveis em 2007). Estes índices correspondem aos mais altos de todos os municípios dos Subpolos.

Os índices de motorização do Subpolo Costa Verde estão abaixo dos demais subpolos do PRODETUR-RJ. Em 2007, o índice médio era de 0,117 auto/habitante. Nos municípios do subpolo, o índices eram: 0,13 auto/habitante em Angra dos Reis; 0,125 auto/habitante em Mangaratiba; 0,091 em Rio Claro; e de apenas 0,067 em Parati. Estes dois municípios apresentavam em 2007 os menores índices de motorização de todos os subpolos.

Tabela 4 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Costa Verde

MUNICIPIOS		VEICULOS EMPLACADOS				TAXA DE MOTORIZAÇÃO			
		2001		2007		TM – 2001		TM – 2007	
		Total Veículos	Automóveis	Total Veículo	Automóveis	Veículo / Hab.	Autom. / Hab.	Veículo / Hab.	Autom. / Hab.
COSTA VERDE	Angra dos Reis	19.848	13.354	29.759	19.280	0,161	0,108	0,200	0,130
	Mangaratiba	2.811	1.792	5.466	3.669	0,110	0,070	0,187	0,125
	Parati	2.807	1.533	4.125	2.184	0,094	0,051	0,126	0,067
	Rio Claro	1.549	1.092	2.195	1.570	0,095	0,067	0,127	0,091
	Total Subpolo	27.015	17.771	41.545	26.703	0,138	0,091	0,182	0,117

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Déficit habitacional

Os *déficits habitacionais* apurados nos municípios da Região em 2000, segundo dados da Fundação CEPERJ.

- . Déficits nos municípios do Subpolo: Angra dos Reis – 2.317 unidades; Mangaratiba – 602 unidades; Parati – 696 unidades; Rio Claro – 344 unidades.
- . Déficit total na Região: 3.955 unidades.

Tabela 5 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Costa Verde

MUNICIPIOS		Total	Urbano	Urbano / Total
COSTA VERDE	Angra dos Reis	2.317	2.229	96,19%
	Mangaratiba	602	474	78,75%
	Parati	692	379	54,79%
	Rio Claro	344	249	72,38%
	Total Subpolo	3.955	3.331	84,22%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

No Subpolo Metropolitano

Crescimento populacional

Segundo dados do IBGE, neste Subpolo a situação geral é de baixo crescimento, especialmente nos municípios do entorno. Além disso, à exceção de Piraí, todos os municípios sofreram declínio na taxa de crescimento da população entre a década 0de 90 e o período recente. Nos municípios do entorno, contudo, o declínio foi muito mais intenso (de 1,35% para 0,37%); tal declínio deveu-se, sobretudo, a Miguel Pereira e Paty do Alferes, levando o entorno a registrar crescimento inferior ao dos municípios base.

Tabela 6 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991–2000) no Subpolo Metropolitano

Municípios e "entorno"		População residente 2007	Taxa de variação anual (%)				Taxa de urbanização (%)	
			2007–1991	2007–2000	2000–1991		2000	1991
					total	Urbana		
Metropolitano	Niterói	474.002	0,52	0,48	0,56	0,56	100,0	100,0
	Rio de Janeiro	6.093.472	0,66	0,58	0,73	0,73	100,0	100,0
	Total	6.567.474	0,65	0,57	0,72	0,72	100,0	100,0
"Entorno" setor centro	Belford Roxo	480.555	1,81	1,50	2,05	2,05	100,0	100,0
	Duque de Caxias	842.686	1,46	1,28	1,61	1,62	99,6	99,4
	Magé	232.171	2,21	1,74	2,57	2,60	94,2	93,9
	Mesquita	182.495	ND	ND	ND	ND	ND	ND
	Mesquita + Nova Iguaçu	1.013.167	1,71	1,46	1,90	1,95	100,0	99,6
	Nova Iguaçu	830.672	ND	ND	1,90	1,95	100,0	99,6
	São João de Meriti	464.282	0,54	0,47	0,60	0,60	100,0	100,0
	Total	3.032.861	1,50	1,28	1,67	1,69	99,5	99,3
"Entorno" setor leste	Guapimirim	44.692	2,97	2,37	3,43	3,70	67,4	65,9
	Itaboraí	215.792	2,76	2,06	3,32	3,46	94,5	93,3
	Maricá	105.294	5,23	4,66	5,68	7,60	82,6	70,3
	São Gonçalo	960.631	1,31	1,10	1,48	1,48	100,0	100,0
	Cachoeiras de Macacu	53.037	1,75	1,30	2,10	2,80	84,8	79,7
	total	1.379.446	1,82	1,54	2,04	2,09	96,5	96,0
"Entorno" setor oeste	Itaguaí	95.356	2,86	2,19	3,39	3,61	95,4	93,6
	Japeri	93.197	2,21	1,64	2,65	2,65	100,0	100,0
	Paracambi	42.423	0,96	0,70	1,16	1,05	91,1	92,0
	Seropédica	72.466	2,05	1,56	2,43	3,11	79,6	75,1
	total	303.442	2,17	1,65	2,58	2,78	92,4	90,8
Total "Entorno"		4.715.749	1,63	1,38	1,83	1,86	98,2	97,9
Total Subpolo		11.283.223	1,04	0,90	1,15	1,16	99,3	99,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (censos e contagem da população)

De maneira geral, o entorno da Região Metropolitana apresenta crescimento muito mais forte que os municípios alvo do PRODETUR (1,63% contra 0,65% entre 1991 e

2007). Dentre os setores do entorno, o setor oeste foi o que apresentou a maior taxa de crescimento (2,17% ao ano em média), seguido pelo setor leste (1,82%), e por último o setor central (1,5%). Contudo, vale ressaltar a forte desaceleração dos primeiros da década de 90 até 2007, principalmente no setor oeste, onde a taxa de crescimento da população caiu de 2,58% na década de 90 para 1,65% em 2000–2007.

Como pode ser observado pelo agregado dos setores do entorno, o crescimento foi mais intenso onde a taxa de urbanização é inferior. A oeste da capital, Itaguaí e Seropédica apresentaram taxas bastante elevadas de crescimento da população urbana na década de 90 (3,61% e 3,11%, respectivamente). No setor Leste, Itaboraí (3,46%), Guapimirim (3,7%) e, especialmente, Maricá (7,6%), apresentaram taxas de crescimento urbano bastante elevadas na década de 90. Em Maricá a proporção da população residente em áreas urbanas em relação ao total aumentou de 70,3% em 1991 para 82,6% em 2000, indicando intenso processo de urbanização no município. O município onde ocorreu a segunda maior variação deste indicador foi em Cachoeiras de Macacu (de 79,7% para 84,8%).

Na baixada (setor centro), a maioria dos municípios apresentam taxa de urbanização de 100% ou próximo, sendo exceção Magé, onde por sua vez o crescimento da população é o mais elevado do setor.

Aumento de veículos e taxa de motorização

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ), em 2007 foram emplacados 2.231.853 veículos no Subpolo Metropolitano, dos quais 1.802.451 eram automóveis. O Rio de Janeiro contribuiu com 2.031.356 veículos, dos quais 1.643.199 eram autos, correspondendo a 91% dos respectivos totais daquele ano. Este volume representou um crescimento de 117,6% na frota de veículos, entre os anos de 2001 e 2007, índice que está abaixo da média de alguns outros Subpolos.

Ainda que o número de veículos incorporados à frota dos municípios do entorno tenha sido menor do que no Subpolo, o índice de crescimento no período foi maior do que o observado no centro metropolitano: 148% (849.200 veículos emplacados em 2007). Este índice, apesar de elevado, ficou abaixo do crescimento observado no

entorno Leste, que apresentou incremento médio de 157%, com alguns índices ultrapassando a marca dos 200%.

Tabela 7 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Metropolitano

MUNICÍPIOS		VEÍCULOS EMPLACADOS				ÍNDICES DE MOTORIZAÇÃO			
		2001		2007		TM – 2001		TM – 2007	
		Total de Veículos	Automóveis	Total de Veículos	Automóveis	Veículos / Habitante	Autom. / Habitante	Veículos / Habitante	Autom. / Habitante
PRODETUR	Niterói	171.825	141.090	200.497	159.252	0,372	0,306	0,423	0,336
	Rio de Janeiro	1.725.295	1.444.578	2.031.356	1.643.199	0,293	0,245	0,333	0,270
	Total Subpolo	1.897.120	1.585.668	2.231.853	1.802.451	0,299	0,250	0,340	0,274
TOTAL REGIÃO		2.470.873	2.009.664	3.081.053	2.408.639	0,225	0,183	0,267	0,209
Entorno	Total Entorno	573.753	423.996	849.200	606.188	0,124	0,092	0,170	0,122
	Entorno Oeste	37.707	26.740	50.842	35.322	0,198	0,140	0,242	0,168
	Itaguaí	29.232	20.940	34.279	24.764	0,349	0,250	0,359	0,260
	Seropédica	3.948	2.518	7.611	4.914	0,060	0,038	0,105	0,068
	Paracambi	4.527	3.282	8.952	5.644	0,111	0,081	0,211	0,133
	Entorno Centro	361.928	269.629	508.498	370.510	0,122	0,091	0,160	0,117
	Belford Roxo	20.693	16.076	41.168	29.294	0,047	0,036	0,086	0,061
	Duque de Caxias	132.286	93.180	168.307	120.211	0,169	0,119	0,200	0,143
	Japeri	2.303	1.728	5.044	3.114	0,027	0,020	0,054	0,033
	Mesquita	2.999	2.476	16.068	11.457	0,018	0,015	0,088	0,063
	Nilópolis	21.203	17.283	30.974	24.053	0,138	0,112	0,202	0,157
	Nova Iguaçu	113.170	85.029	148.698	108.817	0,147	0,111	0,179	0,131
	Queimados	7.457	5.395	14.736	9.417	0,061	0,044	0,113	0,072
	São João de Meriti	61.817	48.462	83.503	64.147	0,137	0,107	0,180	0,138
	Entorno Leste	174.118	127.627	289.860	200.356	0,119	0,087	0,182	0,126
	Itaboraí	22.773	15.446	43.481	27.843	0,119	0,081	0,201	0,129
	Magé	19.217	12.938	30.537	19.727	0,092	0,062	0,132	0,085
	Maricá	10.738	7.820	26.795	18.016	0,133	0,097	0,254	0,171
	Rio Bonito	24.557	14.819	40.740	24.462	0,491	0,296	0,784	0,471
	São Gonçalo	95.342	75.632	145.257	108.533	0,106	0,084	0,151	0,113
	Tanguá	1.491	972	3.050	1.775	0,057	0,037	0,108	0,063

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ

Déficit habitacional

Os *déficits habitacionais* apurados nos municípios da região em 2000, segundo dados da Fundação CEPERJ foram:

- . Déficits nos municípios PRODETUR: Niterói – 7.801 unidades; Rio de Janeiro – 126.612 unidades; déficit total no Subpolo de 134.431 unidades;
- . Déficits nos municípios do *entorno*: Entorno Oeste – 4.204 unidades; Entorno Centro – 58.087 unidades; Entorno Leste – 20.812 unidades; déficit total no Entorno de 91.103 unidades.
- . Déficit total na Região: 141.402 unidades.

Tabela 8 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Metropolitano

MUNICIPIOS	Total	Urbano	Urbano / Total	Município / Subpolo	Município / Região
Barra do Piraí	2.133	2.095	98,23%	43,97%	29,74%
Rio das Flores	206	117	56,89%	4,25%	2,87%
Total Subpolo	4.851	4.277	88,17%	100,00%	67,63%
Total Região	7.173				
Total Entorno	2.322	1.846	79,49%	100,00%	32,37%
Eng. Paulo de Frontin	237	189	79,69%	10,20%	3,30%
Mendes	407	407	100,00%	17,52%	5,67%
Miguel Pereira	535	434	81,15%	23,04%	7,46%
Paty do Alferes	340	191	56,17%	14,65%	4,74%
Pinheiral	344	293	85,24%	14,80%	4,79%
Piraí	459	332	72,23%	19,79%	6,41%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

No Subpolo Costa do Sol

Crescimento populacional

Segundo dados do IBGE, na Costa do Sol, a maioria dos municípios apresentou taxas de crescimento urbano muito elevadas na década de 90, com destaque para Araruama dos Búzios e Rio das Ostras com taxas acima de 8% a.a.. Contudo, em muitos casos, considerando a elevada taxa de urbanização e a queda na taxa de crescimento geral no período 2000–2007, pode-se inferir que o crescimento urbano também tende a arrefecer, são os casos de: Araruama, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, e Saquarema.

Tabela 9 – Variação Populacional (1991–2007), taxa de urbanização (1991–2000) no Subpolo Costa do Sol

Municípios		População residente 2007	Taxa de variação anual (%)				taxa de urbanização (%)	
			2007–1991	2007–2000	2000–1991		2000	1991
					total	Urbana		
Costa do Sol	Araruama	98.268	3,24	2,49	3,82	6,27	90,7	73,5
	Armação dos Búzios	24.560	6,78	4,39	8,67	8,67	100,0	100,0
	Arraial do Cabo	25.248	1,51	0,81	2,06	2,06	100,0	100,0
	Cabo Frio	162.229	4,83	3,57	5,81	4,65	83,8	92,5
	Casimiro de Abreu	27.086	3,49	2,98	3,88	3,51	82,7	85,4
	Iguaba Grande	19.716	5,74	3,93	7,17	7,17	100,0	100,0
	São Pedro da Aldeia	75.869	3,70	2,69	4,50	4,79	82,4	80,4
	total	432.976	4,03	3,01	4,84	5,06	87,7	86,1
Entorno	Macaé	169.513	3,78	3,69	3,85	4,26	95,1	91,7
	Rio Bonito	51.942	0,88	0,66	1,05	1,97	65,3	60,2
	Rio das Ostras	74.750	9,23	10,67	8,13	8,31	94,9	93,5
	Saquarema	62.174	3,14	2,46	3,68	4,05	96,1	93,1
	Silva Jardim	21.362	1,03	0,08	1,77	4,21	66,8	54,0
	total	379.741	3,68	3,84	3,55	4,35	88,1	82,2
Total Subpolo		812.717	3,87	3,39	4,23	4,73	87,9	84,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (censos e contagem da população)

Aumento de veículos e taxa de motorização

Segundo dados da Fundação CEPERJ, em 2007 foram emplacados 125.288 veículos no Subpolo Costa do Sol, dos quais 80.805 eram automóveis particulares. O município que mais contribuiu para este aumento foi Cabo Frio, com 53.015 veículos, dos quais 33.641 autos particulares. Este volume representou um crescimento de 210% na frota de veículos, entre os anos de 2001 e 2007.

Na Região, o índice de crescimento da frota ficou similar ao do índice do Subpolo (cerca de 190%). Em 2007 foram emplacados 225.771 veículos (141.753 autos), cabendo a Cabo Frio e Araruama as maiores contribuições para o aumento da frota.

Estes números expressam não apenas o crescimento dos municípios do Subpolo e da Região, mas também a melhoria do padrão de sua população, que se refletem nos índices de motorização de veículos/habitante e automóveis/habitante. (mais dados na Tabela Veículos Emplacados – 2001 / 2007).

Em 2007, os índices mais altos da Costa do Sol eram: 0,213 auto/habitante em Araruama; 0,207 auto/habitante em Cabo Frio; e 0,185 em Armação dos Búzios. (mais dados na Tabela Índices de Motorização – 2001 / 2007).

Tabela 10 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Costa do Sol

MUNICÍPIOS		VEÍCULOS EMPLACADOS				TAXA DE MOTORIZAÇÃO			
		2007		2007		TM – 2001		TM – 2007	
		Total de Veículos	Automóveis	Total Veículos	Automóveis	Veículos / Hab.	Autom. / Hab.	Veículos / Hab.	Autom. / Hab.
Subpolo	Araruama	18.420	13.114	31.745	20.912	0,217	0,154	0,323	0,213
	Armação dos Búzios	3.399	2.133	7.585	4.546	0,178	0,112	0,309	0,185
	Arraial do Cabo	3.632	2.644	4.941	3.382	0,151	0,110	0,196	0,134
	Cabo Frio	25.199	17.132	53.015	33.641	0,191	0,130	0,327	0,207
	Casimiro de Abreu	5.261	3.263	8.610	4.934	0,230	0,143	0,318	0,182
	Iguaba Grande	2.146	1.551	4.655	3.250	0,136	0,099	0,236	0,165
	São Pedro da Aldeia	9.095	6.614	14.737	10.140	0,140	0,102	0,194	0,134
	Total Subpolo	67.152	46.451	125.288	80.805	0,185	0,128	0,289	0,187
TOTAL REGIÃO		120.562	81.443	225.771	141.753	0,195	0,132	0,297	0,186
Entorno	Total Entorno	53.410	34.992	100.483	60.948	0,210	0,138	0,307	0,186
	Macaé	36.170	23.655	63.449	38.342	0,263	0,172	0,374	0,226
	Rio das Ostras	6.133	3.834	18.100	10.918	0,147	0,092	0,242	0,146
	Silva Jardim	2.502	1.551	3.612	1.995	0,118	0,073	0,169	0,093
	Saquarema	8.605	5.952	15.322	9.693	0,160	0,111	0,246	0,156

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Déficit habitacional

Os *déficits habitacionais* apurados nos municípios da região em 2000, segundo dados da Fundação CEPERJ foram: Araruama – 1.491 unidades; Armação dos Búzios – 286 unidades; Arraial do Cabo – 531 unidades; Cabo Frio – 2.397 unidades; Casimiro de Abreu – 516 unidades; Iguaba Grande – 323 unidades; São Pedro da Aldeia – 1.099 unidades déficit total no Subpolo de 4.335 unidades. Nos municípios do registraram-se os seguintes quantitativos: Macaé – 2.402 unidades; Rio das Ostras – 652 unidades; Silva Jardim – 451 unidades; Saquarema – 959 unidades; Na região computou-se um déficit total de 8.799 unidades.

Tabela 11 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Costa do Sol

MUNICIPIOS		Total	Urbano	Urbano / Total	Município / Subpolo	Município / Região
Subpolo	Araruama	1.491	1.343	90,08%	34,40%	16,95%
	Armação dos Búzios	286	286	100,00%	6,59%	3,25%
	Arraial do Cabo	531	531	100,00%	12,26%	6,04%
	Cabo Frio	2.397	2.025	84,50%	55,29%	27,24%
	Casimiro de Abreu	516	393	76,06%	11,91%	5,87%
	Iguaba Grande	323	323	100,00%	7,45%	3,67%
	São Pedro da Aldeia	1.099	910	82,82%	25,34%	12,49%
	Total Subpolo	4.335	3.651	84,22%	100,00%	49,27%
Total Região		8.799				
Entorno	Total Entorno	4.464	4.142	92,80%	100,00%	50,73%
	Macaé	2.402	2.241	93,32%	53,80%	27,30%
	Rio das Ostras	652	643	98,64%	14,60%	7,41%
	Saquarema	959	919	95,86%	21,48%	10,90%
	Silva Jardim	451	339	75,08%	10,11%	5,13%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Aspectos Institucionais

No caso dos municípios que compõem o Polo Litoral, todos possuem Secretaria de Turismo (exclusiva ou compondo com outras pastas) ou empresa municipal de turismo. A atividade turística já está bem desenvolvida na região, o que facilita o

entendimento do governo municipal sobre a importância de se manter na estrutura administrativa local a figura do gestor de turismo.

Importante também ressaltar que mais da metade dos municípios do pólo possuem instâncias de governança municipal ativa, em formato de conselhos, e que também se fazem representar nos conselhos regionais dos subpolos. Apenas como registro, ressalta-se que os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, os dois maiores do Polo, não possuem essa instância de governança ativa, mas participam de conselhos regionais e do Conselho Estadual de Turismo.

A tabela abaixo resume as informações do Quadro Institucional dos municípios do Polo Litoral.

Tabela 12 – Quadro institucional no Polo Litoral

MUNICÍPIO	TEM SECRETARIA DE TURISMO?	POSSUI EMPRESA DE TURISMO MUNICIPAL?	POSSUI INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL ATIVA?	QUAL O FORMATO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL?	PARTICIPA DE ALGUMA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL?	QUAL A INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL?	PARTICIPA DO CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO?	POSSUI PLANO DIRETOR?	O TURISMO É CONTEMPLADO NO PLANO DIRETOR?
RIO DE JANEIRO	Sim	Sim	Não	N/A	Sim	REDETURIS	Sim	Sim	Sim
NITERÓI	Não	Sim	Não	N/A	Sim	REDETURIS	Não	Sim	Sim
ANGRA DOS REIS	Não	Sim	Sim	Conselho	Sim	FORUM REGIONAL COSTA VERDE	Não	Sim	Sim
MANGARATIBA	Não	Sim	Sim	Conselho	Sim	FORUM REGIONAL COSTA VERDE	Não	Sim	Sim
RIO CLARO	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	FORUM REGIONAL COSTA VERDE	Não	Não	N/A
PARATY	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	FORUM REGIONAL COSTA VERDE	Não	Sim	Sim
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	Sim	Não	Não	N/A	Sim	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO COSTA DO SOL	Sim	Sim	Sim
ARARUAMA	Sim	Não	Não	N/A	Sim	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO	Sim	Não	N/A
ARRAIAL DO CABO	Sim	Não	Sim	Conselho	Não	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO COSTA DO SOL	Não	Sim	Sim
IGUABA GRANDE	Sim	Não	Não	N/A	Não	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO COSTA DO SOL	Sim	Não	N/A
SÃO PEDRO D'ALDEIA	Sim	Não	Não	N/A	Sim	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO COSTA DO SOL	Não	Sim	Sim
CASIMIRO DE ABREU	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO COSTA DO SOL	Sim	Não	N/A
CABO FRIO	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO COSTA DO SOL	Sim	Sim	Sim

Em relação à área de meio ambiente é apresentado a seguir o que foi identificado para cada Subpolo.

No Subpolo Costa Verde

Gestão Ambiental

A despeito do significativo patrimônio ambiental da região e da tradição de organização das comunidades em torno das questões de preservação e proteção do

mesmo, conforme indica o quadro a seguir, entre os 4 (quatro) municípios integrantes do Subpolo, só Mangaratiba e Rio Claro contam com um órgão gestor exclusivo na área de meio ambiente. As estruturas públicas para a gestão ambiental em Angra dos Reis e Paraty compartilham a pasta com outras secretarias. Quanto ao processo de elaboração da Agenda 21, apenas Rio Claro e Paraty a estão encaminhando.

Cabe ainda ressaltar que 2 (dois) municípios estratégicos do Subpolo possuem Secretaria de Meio Ambiente exclusiva e os outros 2 (dois) compartilham com outras pastas. Os 4 (quatro) têm Conselho Municipal de Meio Ambiente constituído, sendo o de Angra dos Reis o mais antigo (1991). O de Paraty também é bem antigo (1997), o de Mangaratiba, de 2001 e o de Rio Claro de 2007. Observa-se também que todos esses Conselhos estão ativos, dispondo os 4 (quatro) municípios de Fundo Municipal de Meio Ambiente. E só Angra dos Reis não realiza o licenciamento ambiental no âmbito municipal. Quanto à legislação ambiental, note-se que Paraty não dispõe ainda de Código Ambiental. Quanto ao processo de elaboração da Agenda 21, Angra dos Reis e Mangaratiba não a estão desenvolvendo, enquanto que Rio Claro e Paraty já estão elaborando seu Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Deve-se mencionar a falta de articulação entre as instâncias de governança ambientais e as demais instâncias de governança, dificultam a abordagem das questões em todos os aspectos da sustentabilidade.

Quadro 14 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Costa Verde

Municípios Variáveis	Angra dos Reis	Mangaratiba	Parati	Rio Claro
Possui órgão gestor?	Sim Secretaria em conjunto c/ outra pasta	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria em conjunto c/ outra pasta	Sim Secretaria exclusiva
Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sim 1991	Sim 2001	Sim 1997	Sim 2007
Ano de criação?				
O Conselho se	Sim	Não	Sim	Sim

reuniu nos últimos 12 meses?				
Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente?	Sim	Sim	Sim	Sim
Realiza licenciamento Ambiental?	Não	Sim	Sim	Sim
Possui legislação específica para o meio ambiente? Forma?	Sim Código Ambiental	Sim Código Ambiental	Não	Sim Diversas leis
Possui processo de elaboração de Agenda 21? Estágio?	Não	Não	Sim Elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável	Sim Elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 205.

O maior aporte de recursos financeiros para a gestão ambiental municipal ocorreu a partir de 2007 com a aplicação da Lei do ICMS Verde, pois as prefeituras que investem na preservação ambiental contam com maior repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A porção do imposto que cada município tem direito de receber é apurado pela SEA, anualmente, segundo os investimentos ambientais municipais aplicados em unidades de conservação, qualidade da água e gestão dos resíduos sólidos. Os repasses são proporcionais às metas alcançadas nessas áreas e quanto melhores os índices, mais recursos as prefeituras recebem. Ainda assim, para se habilitar a receber os recursos, os municípios devem dispor de Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por órgão executor de política ambiental, um conselho e um Fundo de Meio Ambiente, além de guarda ambiental.

Com relação ao critério “unidades de conservação”, que se refere à existência e a efetiva implantação de áreas protegidas, este Subpolo, em 2010, apresentou os índices a seguir.

Tabela 13 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Costa Verde

Planilha de calculo para distribuir 45% do ICMS Verde por município segundo critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas						
Município	Índice de Área Protegida	Índice de Área Protegida (acumulado)	Índice Relativo de Área Protegida (%)	Índice de Área Protegida Municipal	Índice de Área Protegida Municipal (acumulado)	Índice Relativo de Área Municipal (%)
Angra dos Reis	17,9906044	17,9906044	0,0704062	0,2701483	0,2701483	0,0095853
Paraty	12,0433419	169,8016546	0,0471316	–	17,4719010	–
Mangaratiba	9,3812805	115,1306277	0,0367136	–	9,1013052	–
Rio Claro	5,7786992	199,7527394	0,0226149	1,2895082	23,6352613	0,0457539

Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos na Secretaria de Estado do Ambiente do RJ

No Subpolo Metropolitano

Gestão Ambiental

Quanto à estrutura pública para a gestão ambiental, registre-se, tendo como fonte o Quadro 2, que existem secretarias exclusivas de Meio Ambiente nos dois municípios, que também existe Conselho Municipal de Meio Ambiente nos 2 (dois) casos, tendo se reunido nos últimos 12 (doze) meses. Idem para o Fundo de Meio Ambiente e para o exercício do Licenciamento Ambiental.

Quadro 15 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Metropolitano

Municípios	Rio de Janeiro	Niterói
Variáveis		
Possui órgão gestor?	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva
Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sim 1995	Sim Ano de criação ignorado
Ano de criação?		
O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?	Sim	Sim

Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente?	Sim	Sim
Realiza licenciamento Ambiental?	Sim	Sim
Possui legislação específica para o meio ambiente? Forma?	Sim Capítulo ou Artigo na Lei Orgânica	Não Código Ambiental
Possui processo de elaboração de Agenda 21? Estágio?	Sim Sensibilização / mobilização	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 205.

Com respeito à existência de legislação específica de Meio Ambiente, o Rio de Janeiro dispõe sobre o tema em sua Lei Orgânica, enquanto que Niterói tem um Código Ambiental em vigor. A Agenda 21 não está sendo implementada em Niterói, e o Rio de Janeiro está na fase de sensibilização/mobilização.

A experiência de gestão mais recente no Subpolo Metropolitano é Mosaico Carioca de Áreas Protegidas que abrange, além de áreas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, pequenas porções dos municípios de Nova Iguaçu e Nilópolis, totalizando aproximadamente 35 mil hectares. O mosaico é composto por 27 UCs e mais duas áreas protegidas: o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Reserva Florestal Vista Chinesa. Engloba os três principais maciços montanhosos da cidade – Tijuca, Pedra Branca e Gericinó/Mendanha – além de diversos rios, lagunas, manguezais, praias, áreas marinhas e ilhas. Em função da diversidade de habitats, a região abrangida pelo Mosaico é rica em espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção. O Mosaico conta com o apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, uma parceria entre as ONGs Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica.

O maior aporte de recursos financeiros para a gestão ambiental municipal ocorreu a partir de 2007 com a aplicação da Lei do ICMS Verde, pois as prefeituras que investem na preservação ambiental contam com maior repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A porção do imposto que cada município tem direito de receber é apurado pela SEA, anualmente, segundo os investimentos ambientais municipais aplicados em (i) unidades de conservação, (ii) qualidade da água e (iii) gestão dos resíduos sólidos. Os repasses são proporcionais

às metas alcançadas nessas áreas e quanto melhores os índices, mais recursos as prefeituras recebem. Ainda assim, para se habilitar a receber os recursos, os municípios devem dispor de Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por órgão executor de política ambiental, um conselho e um Fundo de Meio Ambiente, além de guarda ambiental.

Com relação ao critério “unidades de conservação”, que se refere à existência e a efetiva implantação de áreas protegidas, este Subpolo, em 2010, apresentou os índices a seguir.

Tabela 14 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Metropolitano

Planilha de calculo para distribuir 45% do ICMS Verde por município segundo critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas						
Município	Índice de Área Protegida	Índice de Área Protegida (acumulado)	Índice Relativo de Área Protegida (%)	Índice de Área Protegida Municipal	Índice de Área Protegida Municipal (acumulado)	Índice Relativo de Área Municipal (%)
Niterói	6,3831862	134,1895614	0,0249806	0,0067297	14,5831276	0,0002388
Rio de Janeiro	7,2162401	212,7218126	0,0282408	1,3727558	25,4358829	0,0487076

Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos na Secretaria de Estado do Ambiente do RJ

No Subpolo Costa do Sol

Gestão Ambiental

No âmbito da estrutura para gestão ambiental, todos os 7 (sete) municípios que integram o Polo contam com um órgão gestor na área de meio ambiente. No entanto, apenas 4 (quatro) têm secretaria exclusiva – Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Casimiro de Abreu. Todos os municípios dispõem de Conselho Municipal de Meio Ambiente constituído, sendo o de Iguaba Grande o mais antigo (2006). O de Araruama também é dos primeiros (1999), seguido do de São Pedro D’Aldeia (2000). Os outros são mais recentes: Arraial do Cabo (2002), Cabo Frio (2003), Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu (2008). Dentre esses, no entanto,

apenas os de São Pedro D’Aldeia, Casimiro de Abreu e Cabo Frio reuniram-se nos últimos 12 (doze) meses. Todos esses municípios possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente. E apenas Iguaba Grande não realiza licenciamento ambiental.

Quadro 16 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Costa do Sol

Municípios Variáveis	Armação dos Búzios	Araruama	Arraial do Cabo	Iguaba Grande	São Pedro da Aldeia	Casimiro de Abreu	Cabo Frio
Possui órgão gestor?	Sim Secretaria em conjunto c/ outra pasta	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria em conjunto c/ outra pasta	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria em conjunto c/ outra pasta
Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente ? Ano de criação?	Sim/2008	Sim/1999	Sim/2002	Sim/1997	Sim/2000	Sim/2008	Sim/2003
O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Realiza licenciamento Ambiental?	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Possui legislação específica para o meio ambiente? Forma?	Sim / Código Ambiental	Sim / diversas leis	Sim / diversas leis	Sim / Código Ambiental	Sim / Capítulo ou artigo na Lei orgânica	Sim / Código Ambiental	Sim / diversas leis
Possui processo de elaboração de Agenda 21? Estágio?	Não / Desconhece o que seja Agenda 21	Sim / sensibilização, mobilização	Sim / sensibilização, mobilização	Sim / sensibilização, mobilização	Sim / sensibilização, mobilização	Sim Elaboração do plano Desenvolvimento Sustentável	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 204

O maior aporte de recursos financeiros para a gestão ambiental municipal ocorreu a partir de 2007 com a aplicação da Lei do ICMS Verde, pois as prefeituras que investem na preservação ambiental contam com maior repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A porção do imposto que cada município tem direito de receber é apurado pela SEA, anualmente, segundo os investimentos ambientais municipais aplicados em unidades de conservação, qualidade da água e gestão dos resíduos sólidos. Os repasses são proporcionais às metas alcançadas nessas áreas e quanto melhores os índices, mais recursos as prefeituras recebem. Ainda assim, para se habilitar a receber os recursos, os municípios devem dispor de Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por órgão executor de política ambiental, um conselho e um Fundo de Meio Ambiente, além de guarda ambiental.

Com relação ao critério “unidades de conservação”, que se refere à existência e a efetiva implantação de áreas protegidas, este Subpolo, em 2010, apresentou os índices a seguir.

Tabela 15 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Costa do Sol

Planilha de calculo para distribuir 45% do ICMS Verde por município segundo critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas						
Município	Índice de Área Protegida	Índice de Área Protegida (acumulado)	Índice Relativo de Área Protegida (%)	Índice de Área Protegida Municipal	Índice de Área Protegida Municipal (acumulado)	Índice Relativo de Área Municipal (%)
Araruama	1,4757538	19,4663582	0,0057754	–	0,2701483	–
Armação dos Búzios	0,8341486	20,3005067	0,0032644	0,0867200	0,3568683	0,0030770
Arraial do Cabo	2,3851425	22,6856492	0,0093343	0,4247878	0,7816562	0,0150722
Cabo Frio	1,2539173	25,0661763	0,0049072	–	1,6273817	–
Casimiro de Abreu	8,9180306	53,4139543	0,0349007	–	1,6317678	–
Iguaba Grande	1,3001212	81,4641239	0,0050880	0,1954747	4,8736130	0,0069358
São Pedro da Aldeia	1,0891652	224,0049422	0,0042624	–	26,6120606	–

Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos na Secretaria de Estado do Ambiente do RJ

Aspectos Físicos, Econômicos e Culturais

No Subpolo Costa Verde

Aspectos Físicos

A figura a seguir apresenta os limites do subpolo, suas principais cidades e ligações viárias.

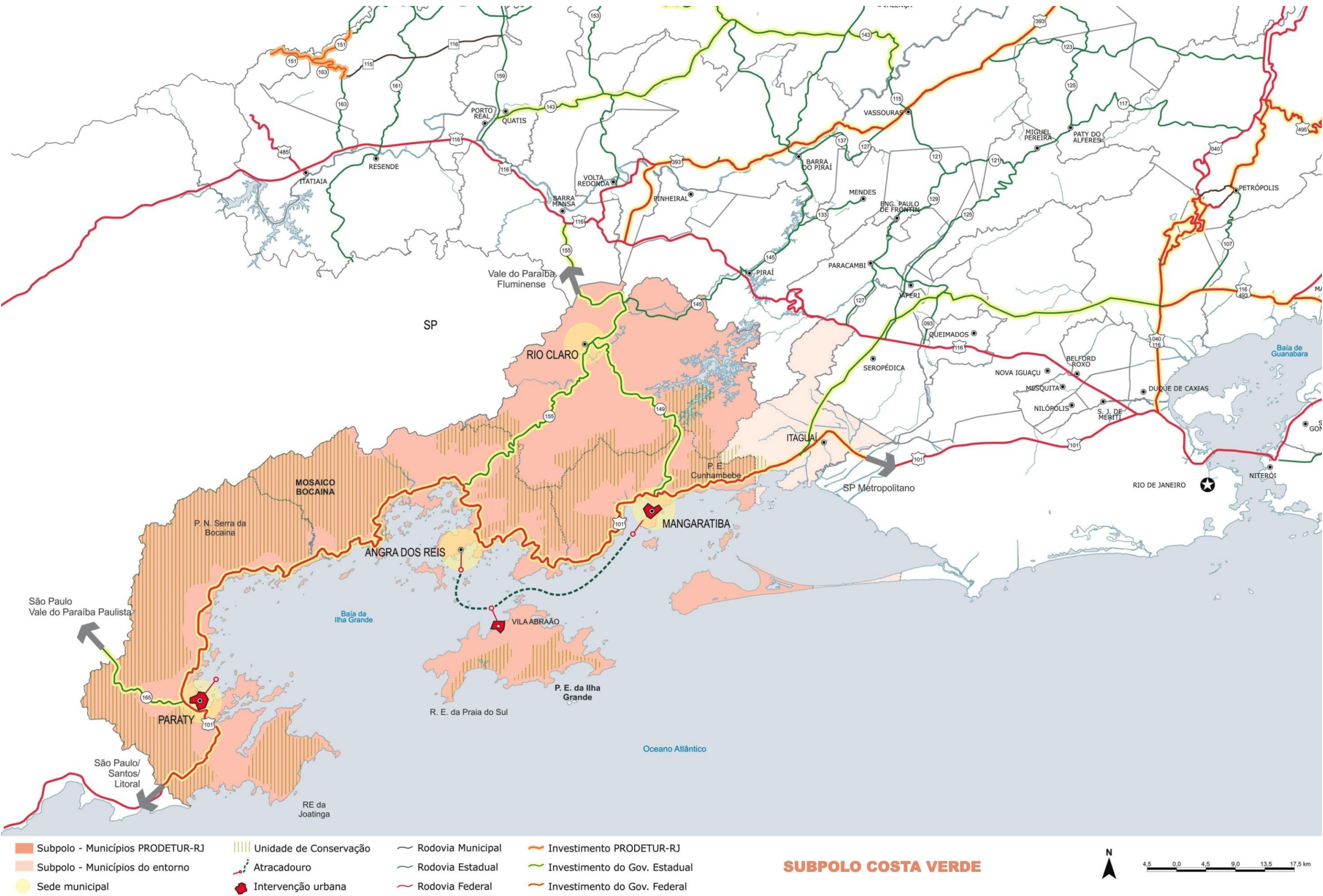


Figura 13 – Municípios do Subpoço Costa Verde

O Subpolo Costa Verde está inserido na Serra do Mar, no trecho conhecido como Serra da Bocaina, que se estende de Mangaratiba até Parati. Abrange o litoral sudoeste do Estado do Rio de Janeiro, com sua parte leste contígua à Região Metropolitana do estado, e estabelecendo divisa com o Estado de São Paulo ao norte e a oeste.

Essa região apresenta grande proximidade com o mar, delineando uma costa recortada por costões rochosos, entremeados por exíguas planícies flúvio-marinhas, baixadas e cordões litorâneos. Compõem esse conjunto inúmeras ilhas marinhas que pontilham a baía da Ilha Grande, assim como o maciço costeiro de Juatinga. A proximidade do mar com as montanhas e as planícies onde se alternam estuários, restingas e manguezais configuram uma paisagem de grande beleza cênica, mas ao mesmo tempo de grande fragilidade ambiental, que tem sido fortemente impactada pela expansão urbana e proliferação de loteamentos, sobretudo a partir da construção da Rodovia Rio – Santos (BR-101). (Embrapa, 2003)

As localidades de Mangaratiba, Angra do Reis, Vila de Mambucaba e Parati cresceram aceleradamente nos últimos 25 anos, ocupando as planícies inundáveis adjacentes aos núcleos pesqueiros e portuários originais. Do mesmo modo, os cortes de estradas promovidos pela construção da BR-101 e as construções em áreas de encostas (visíveis em Angra dos Reis), potencializam a ocorrência de migrações em massa, gerando danos sociais e econômicos, além de perdas humanas (Embrapa, 2003). Entretanto, pela dificuldade de acesso de suas encostas, a maior parte da região se encontra bem preservada com grandes maciços florestais de mata atlântica.

A região apresenta altitudes que variam do nível do mar até 1730m e elevados índices pluviométricos, com temperaturas que variam conforme a altitude. As chuvas anuais variam de 1500 mm, a leste da área, chegando até 3000 mm na região de Parati. Não há estação seca. As temperaturas médias anuais são de 22 a 24°C até os 500 m de altitude, e valores mais baixos, entre 13 e 19°C, são registrados acima de 900 m de altitude. O clima é tropical úmido a super úmido,

nas partes mais baixas, em cotas de até 500m, e acima disso subtropical de altitude e super úmido.

Clima, solo e recursos hídricos

Na tabela abaixo, são apresentadas informações sobre o clima, solo e recursos hídricos deste Subpolo.

Tabela 16 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Costa Verde

Municípios	Clima (Temperaturas Médias Anuais / Precipitações ***)		Solo (Geomorfologia**)	Recursos Hídricos (Regiões Hidrográficas*)
	Verão (°C) / (mm)	Inverno (°C) / (mm)		
Angra dos Reis	26 °/ 841 mm	21 °/80mm	Serras Isoladas e Serras Locais de Transição	RH I - Baía da Ilha Grande
Mangaratiba				RH II - Guandu
Rio Claro				
Parati				RH I - Baía da Ilha Grande

Fonte: Regiões Hidrográficas, Geomorfologia, Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

* Regiões Hidrográficas segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

** Geomorfologia segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

*** Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

Expansão da área urbana

De acordo com os resultados de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e ZEE do Rio de Janeiro (SEA, 2007), as taxas de crescimento urbano verificadas no período analisado são das mais altas do estado com 70% de crescimento, fruto de vários aspectos: maior acessibilidade, maior atratividade e maior dinamismo econômico. No espaço coberto pelo PRODETUR-RJ esse resultado só fica abaixo daquele verificado no Subpolo Agulhas Negras. Contudo, as altas taxas de crescimento urbano apuradas para a Costa Verde são também explicadas pelo fato de seus núcleos urbanos serem pequenos. Dessa

forma, mesmo pequenos acréscimos populacionais que gerem aumentos na área urbanizada determinam resultados significativos em termos de percentuais de áreas urbanas acrescidas.

Os municípios com menor área urbana em 1994 apresentaram uma expansão mais significativa, mais que duplicando suas áreas ao longo destes 13 anos de observação. De fato, as áreas urbanas de Parati e Rio Claro cresceram 2½ e 2¼ vezes, respectivamente. Já Angra dos Reis e Mangaratiba, municípios mais urbanizados desde a data inicial da presente apreciação, apresentaram taxas menores (62% e 53% respectivamente), mas ainda assim bastante elevadas.

Tabela 17 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Costa Verde

Subpolo		ÁREA TOTAL			ÁREA URBANA				
		Em 2007	% do Subpolo	% da Região	1994		2007		1994 a 2007
		Km2			Km2	% Total	Km2	% Total	
Municípios									
COSTA VERDE	Angra dos Reis	815,7	27,55%	27,55%	12,1	1,48%	19,6	2,40%	61,98%
	Mangaratiba	368,6	12,45%	12,45%	5,8	1,57%	8,9	2,41%	53,45%
	Parati	931,2	31,45%	31,45%	2,4	0,26%	5,7	0,61%	137,50%
	Rio Claro	845,0	28,54%	28,54%	0,7	0,08%	1,6	0,19%	128,57%
	TOTAL	2.960,5	100,00%	100,00%	21,0	0,71%	35,8	1,21%	70,48%

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007)

Vulnerabilidade urbana

Não obstante o quadro satisfatório de drenagem verificado na Costa Verde, o CBMERJ registrou os seguintes desastres naturais ocorridos nos municípios do Subpolo, no período 2000 – 2007, provavelmente devido à exposição muito elevada a inundações:

- Angra dos Reis – 21 eventos de características variadas, sendo 7 inundações.
- Mangaratiba – 18 eventos de características variadas, sendo 1 alagamento e 5 inundações.

- . Parati – 3 eventos, sendo 1 inundação.
- . Rio Claro – apenas 3 eventos de características variadas, sem nenhum alagamento ou inundação.
- . Total no Subpolo – 45 eventos de características variadas, sendo 1 alagamento e 11 inundações.

Em síntese: O município de Angra dos Reis já apresentava naquela época alta suscetibilidade a desastres naturais, devido à elevada exposição à inundação e às características da sua ocupação urbana na sede municipal, com forte concentração em encostas.

Saneamento Ambiental

Por sua configuração física, a ocupação urbana no Subpolo Costa Verde ocorre, na maior parte dos casos, em áreas extremamente frágeis do ponto de vista ambiental. Somada ao alto índice de pluviosidade da região, os aspectos de saneamento básico são fatores de risco tanto para a população residente nas sedes e distritos, quanto para as atividades de turismo. Ou seja, os mesmos fatores atrativos do fluxo turístico, em vários casos são restritivos do mesmo. Por essas características, entre outras, encontram-se neste subpolo grande quantidade de Unidades de Conservação – UCs federais, estaduais e municipais, que buscam preservar os ecossistemas e restringir a expansão da ocupação urbana em áreas frágeis.

A fragilidade das encostas nessa região sempre foi fator de risco, reconhecido desde a implantação da BR 101, no final da década de 1970, das usinas nucleares de Angra dos Reis e reiteradamente resultando em deslizamentos, interrupções de tráfego ou situações mais graves com perdas de vida, como ocorrido na passagem do ano 2009/2010.

Com o crescimento vertiginoso de Angra dos Reis, não só pelo turismo, mas também em função da própria rodovia, dos estaleiros e da Usina Nuclear, tanto no centro urbano, quanto em muitos distritos espalhados ao longo da Rio – Santos, multiplicaram-se ocupações em áreas de risco e espaços de fragilidades urbanas. Os novos impulsos para a região, resultantes dos empreendimentos junto ao porto de Itaguaí, da Petrobrás, e de muitos loteamentos, hotéis, condomínios, tornam

Mangaratiba “a bola da vez”. Juntamente com a Ilha Grande e Paraty, reforça esse cenário de permanente tensão entre ocupação/preservação. Rio Claro configura-se mais como ponto de passagem da região do Vale do Paraíba para a Costa Verde, entretanto também apresenta várias das fragilidades, pela ocupação de encostas e ao longo de cursos d’água.

Abastecimento de água

Os sistemas de abastecimento de água de Angra dos Reis, Mangaratiba e Rio Claro, de acordo com o SNIS 2008, são concedidos à CEDAE, concessionária estadual de águas e esgotos. Contudo, o SNIS não informa claramente que os serviços concedidos à CEDAE são operados por esta apenas nos centros urbanos desses municípios. Nos distritos e demais núcleos urbanos, os sistemas locais de abastecimento de água são operados pelas próprias prefeituras. Por essa razão, os dados que compõem a tabela abaixo não correspondem à realidade e não permitem análises mais consistentes.

Tabela 13 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Costa Verde

Município	Prestador	Código Abrangência Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN023 – Índice de atendimento urbano de água [%]	IN055 – Índice de atendimento total de água [percentual]
Resende	CAAN	1	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	98,0	93,4
Itatiaia	PMI	1	LOCAL	Administração pública direta	ÁGUA E ESGOTO	100,0	100,0

Fonte: SNIS 2008 e PM Paraty

No caso de Paraty, o sistema de abastecimento de água se manteve sob a égide do município até 1982, quando foi concedido à CEDAE. No início da década de 2.000, os serviços foram retomados pelo município que, no entanto, não criou, até o momento, um departamento ou serviço autônomo devidamente estruturado para gerir os sistemas.

Em função da configuração do território e do regime de chuvas, não há problemas flagrantes quanto à disponibilidade de água para abastecimento das muitas comunidades. Porém, como há inúmeros pontos de captação – junto a nascentes e cursos d'água nos trechos da serra mais próximos a cada núcleo urbano, verificam-se maiores carências nas complementações de sistemas de tratamento, fluoretação, etc., segundo os padrões exigidos.

Para a área central de Paraty, por exemplo, a captação é feita poucos quilômetros acima, próximo à área da Ponte Branca, e trazida às áreas urbanas por adutora única que distribui por gravidade, sem reservatórios.

Outro aspecto de limitação dos sistemas refere-se às redes de distribuição, na maioria das vezes estendidas de maneira precária para loteamentos periféricos e áreas informais. Essa característica, associada à total ausência de sistemas coleta e de tratamento de esgotos implica sérios riscos de contaminação da água distribuída, na própria rede de abastecimento, mormente quando há qualquer interrupção nesse fornecimento. Dessa maneira, há riscos permanentes à saúde da população, por doenças de veiculação hídrica.

Entre os investimentos previstos para o setor saneamento inclui-se a melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água na praia do Abraão, na Ilha Grande, em projeto pelo SAAE de Angra dos Reis.

Esgotamento sanitário

O SNIS não traz qualquer informação referente aos sistemas de esgotamento sanitário para nenhum dos quatro municípios deste subpolo, tendo em vista que, aparentemente, nos três municípios que a CEDAE detém a concessão dos serviços, esta se refere apenas ao abastecimento de água.

A exceção de sistemas específicos em condomínios de alta renda; nas vilas de trabalhadores da Usina Nuclear; alguns hotéis; um sistema precário na vila da Trindade, em Paraty; e sistemas individuais de fossas sépticas, não se tem notícia de qualquer sistema estruturado de coleta e tratamento de esgotos em nenhum dos quatro municípios e também na Ilha Grande.

Esse fato significa graves riscos ao sistema hídrico de toda a orla, aos cursos d'água e à balneabilidade das praias, significando problemas ambientais, de saúde pública, com as consequentes limitações e ameaças ao turismo.

Nem mesmo o centro histórico de Paraty conta com sistemas de coleta e tratamento de esgotos: as redes informais existentes nessa área e em vários bairros mais novos na área urbana central, deságuam no Rio Perequê-Açú, que corta a cidade e desemboca à sua frente. O mesmo se repete nas áreas de alta densidade e baixa renda como as comunidades Ilha das Cobras e Mangueira, que destinam os efluentes ao Rio Matheus Nunes ou aos canais que desembocam nas áreas mais baixas da Baía de Ilha Grande. Em vista disso, os sedimentos trazidos pelos dois rios e historicamente carregados para frente da cidade, formando ilhas de areia, estão cada vez mais contaminados, e o lodo se acumula na foz desses rios, com risco cada vez maior de enchentes.

Também nos distritos e ocupações próximas ao mar, em Paraty, Angra dos Reis ou Mangaratiba, essa é a característica predominante, que compromete os manguezais, as áreas de fundo da Baía e assoreiam os cursos d'água. Esse cenário se repete na Ilha Grande, especialmente na praia do Abraão, que vem sendo objeto de rápido adensamento.

Tais constatações tornam o tema do esgotamento sanitário – coleta e tratamento – a demanda principal e objeto de vários programas e projetos em elaboração.

Os principais investimentos no setor saneamento previstos para a região concentram-se nos centros urbanos de Paraty (distrito-sede e Ponte Branca); e Angra dos Reis, incluindo Ilha Grande. Para esses municípios, o INEA direcionou recursos para a elaboração de Planos de Saneamento Básico da ordem de R\$ 800.000,00.

Para Paraty está sendo finalizado pela UERJ projeto de esgotamento sanitário para todo o núcleo urbano principal (distrito-sede e Ponte Branca), associado à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Recursos para sua implementação virão da compensação da Eletronuclear.

Em Angra dos Reis, além do Plano de Saneamento, o próprio PRODETUR prevê investimentos da ordem de R\$ 12 milhões no saneamento da praia do Abraão, na Ilha Grande, incluindo o sistema de abastecimento de água, ampliação da ETE, estações de recalque e redes.

Resíduos sólidos

O manejo e destinação dos resíduos sólidos ainda são gravíssimo problema nos municípios do subpolo Costa Verde, com exceção de Rio Claro. Este município solucionou seu problema de disposição final de resíduos, ao menos provisoriamente, encaminhando-os para o aterro sanitário de Pirai, junto à via Dutra. Contudo, observa-se que se trata de um transporte caro, pela distância e pelo fato de significar subida de serra com os caminhões cheios, além dos custos finais de disposição associados (ver tab. 5). Observa-se ainda que a quantidade informada de lixo coletado corresponde somente à população urbana permanente desse município

Tabela 19 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Costa Verde

Municípios	Informações Gerais	RSU			
	Órgão Ambiental	Empresa de Coleta/Órgão municipal responsável	Qtd. t/dia	Área de transbordo	Destino
Angra dos Reis	Sec. Mun. de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	Locanty	160	N	AC de Angra dos Reis
Mangaratiba	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Locanty		N	Lixão municipal
Paraty	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Empresa Sanetran / Secr. Obras	20	N	Lixão de Paraty
Rio Claro	Secretaria do Meio Ambiente	Secretaria de Obras	5,3	N	Pirai (R\$61 /t)

Fonte: Diagnóstico de Resíduos Sólidos Estado RJ. INEA/UERJ – 2009

Drenagem urbana

Pelas características de relevo, hidrografia e pluviosidade antes apontadas, as fragilidades urbanas referidas à questão do manejo de águas pluviais são flagrantes. São recorrentes deslizamentos de encostas – não apenas nas áreas ocupadas, mas também naquelas preservadas – bem como enchentes nas áreas baixas. Os deslizamentos se agravam em função do perfil das ocupações informais, com alta densidade e sem sistemas de drenagem adequados, como o ocorrido na passagem do ano, na área central de Angra dos Reis. Os alagamentos se manifestam nas inúmeras áreas baixas ocupadas, agravados pelo assoreamento dos cursos d'água que descem da serra do Mar. Estes trazem grande quantidade de resíduos – terra e areia – que vão se depositando no fundo do leito, nas áreas já próximas ao mar. Assoreados e também recebendo lixo e efluentes de esgotos e, eventualmente, nas marés mais altas, as linhas de drenagem naturais não dão vazão à quantidade de chuva, provocando inundações.

Observe-se que mesmo os acessos à região, utilizando-se a BR-101, são interrompidos em muitos trechos e em várias ocasiões, em função da recorrência de chuvas e deslizamento de terras, comprometendo o fluxo de turistas.

A questão do manejo das águas pluviais urbanas, portanto, não se resume à implantação de sistemas de drenagem urbana, pois estes serão sempre incapazes de solucionar características intrínsecas à região. Trata-se aqui de um amplo conjunto de atitudes e ações preventivas que visem a minimizar os impactos dessas características. Entre essas ações preventivas, pode-se enumerar: a preservação das encostas, com vegetação natural; o desassoreamento dos leitos dos rios e córregos; a implementação de sistemas adequados de esgotamento sanitário e de manejo de resíduos sólidos, bem como o impedimento de expansão de ocupações – loteamentos e áreas informais – nas áreas frágeis. Para tanto, o grande desafio se volta para instrumentos de planejamento e gestão urbano-ambientais, acompanhados de medidas rígidas de fiscalização e controle.

Incidência de doenças de veiculação hídrica

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS este Subpolo apresenta a maior incidência de Leptospirose (0,052), seguido pelas Agulhas Negras (0,046), com destaque para Angra dos Reis, onde se verifica a maior média (0,068) dentre os municípios do estudo. Já a diarreia apresenta indicador apenas ligeiramente acima da média do PRODETUR (0,021 contra 0,018), com maior incidência em Mangaratiba (0,030) e Rio Claro (0,031).

Tabela 20 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Costa Verde

Subpolo		DIARRÉIA				
		Total de casos (1996 a 2007)	taxa de mortalidade infantil por mil habitantes			
			média (ano 2000)	1996	2000	2007
Municípios						
Costa Verde	Angra dos Reis	26	0,018	0,054	0,025	0,000
	Mangaratiba	9	0,030	0,050	0,040	0,000
	Parati	7	0,020	0,000	0,000	0,000
	Rio Claro	6	0,031	0,138	0,000	0,000
	Total Subpolo	48	0,021	0,052	0,021	0,000

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Tabela 20A – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Costa Verde

Subpolo		LEPTOSPIROSE				
		Total de óbitos (1995 a 2008)	taxa de morbidade por mil habitantes			
			média (ano 2000)	1996	2000	2007
Municípios						
Costa Verde	Angra dos Reis	114	0,068	0,043	0,092	0,074
	Mangaratiba	12	0,034	0,000	0,080	0,000
	Parati	11	0,027	0,184	0,000	0,030
	Rio Claro	2	0,009	0,000	0,000	0,000
	Total Subpolo	139	0,052	0,058	0,068	0,053

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Acessos e Mobilidade

A região é atravessada pela BR-101, que se configura como o principal eixo rodoviário de articulação tanto entre os destinos do subpolo quanto entre estes e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo.

As propostas ligadas à mobilidade inseridas na lógica do PDITS/PRODETUR-RJ (ver figura 4) pretendem estabelecer novas ligações transversais entre a BR-101 e outras importantes rodovias federais que cortam o Estado do Rio de Janeiro (BR-116 e BR-393). Os leitos existentes das estradas estaduais RJ-165 (Paraty-Guaratinguetá) e RJ-149 (Mangaratiba-Barra Mansa) são entendidos como a base dessa articulação transversal, pretendendo melhorar a relação funcional entre o subpolo e o Vale do Paraíba, tanto em sua parte paulista quanto fluminense, que hoje se dá com base apenas na RJ-155, que liga Angra dos Reis a Barra Mansa.

Outro aspecto importante se refere à articulação entre os destinos da região através dos terminais hidroviários, especialmente no que diz respeito ao acesso à Ilha Grande. Observa-se uma série de impasses, muitos deles ligados aos arranjos de gestão para viabilizar uma rede de transportes mais racional em termos de frequência e itinerários, assim como seu aproveitamento no sentido de impulsionar a diversificação dos destinos turísticos da região. Outra questão importante diz respeito à integração entre as soluções hidroviárias e rodoviárias na construção de uma rede de mobilidade e acessibilidade mais eficiente.

A riqueza de ativos ambientais e paisagísticos da região, forte fator de atratividade ao lado de seu acervo histórico e cultural, pode ser observada ao longo do trajeto da BR-101, mas seus problemas estruturais se configuram como um risco para a proposta de melhoria da articulação transversal rodoviária e hidroviária da região, na medida em que as frequentes interrupções por deslizamentos prejudicam o principal eixo de mobilidade regional. A duplicação de trecho BR-101 até Itacuruçá, em curso, favorecerá o acesso à Costa Verde a partir do Rio de Janeiro.

Investimentos em infraestrutura urbana

A dinâmica regional e urbana observada exige capacidade de resposta do poder público para lidar com demandas de infraestrutura urbana. Para medir essa

capacidade de resposta adotamos como indicador a parcela do investimento total das prefeituras que é destinada a geração/melhoria da infraestrutura urbana.

Neste Subpolo, à exceção de Rio Claro, todos os municípios apresentaram percentual médio anual elevado, acima de 18%. Mangaratiba apresenta dois períodos distintos: queda entre 2002 a 2005, e crescimento desde então. Em Paraty, apesar do pico ter sido atingido em 2005 (25,5%), a tendência é de crescimento. Rio Claro, apesar de apresentar o menor percentual médio, terminou a série em seu patamar mais elevado (12,3% em 2008).

Tabela 21 – Investimento das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Costa Verde

Municípios	Investimento percentual em urbanismo e saneamento							Média anual (%) 2002 a 2008
	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
Angra dos Reis	22,5	17,6	20,9	18,2	18,9	14,0	18,9	18,7
Mangaratiba	18,1	18,9	13,0	11,9	14,0	27,2	30,0	19,0
Paraty	23,5	21,1	21,9	25,5	19,6	16,0	15,9	20,5
Rio Claro	12,3	5,1	3,3	3,3	5,1	4,3	12,1	6,5
Total	21,2	17,7	18,8	17,1	17,3	16,4	20,0	18,3

Fonte: elaboração própria a partir de dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA), Secretaria do Tesouro Nacional

Aspectos Econômicos

Podem ser destacados como pontos fortes:

- ✓ Expansão da captação de turistas junto ao mercado emissor do estado de S. Paulo.
- ✓ Economia do turismo consolidada na região com aumento significativo do número de postos de trabalho, notadamente em Paraty.

Por outro lado, destacam-se as seguintes fragilidades:

- ✓ Inexistência de política de comercialização do turismo da região.

- ✓ Atividade turística sazonal, à exceção de Paraty.
- ✓ Alto índice de informalidade das atividades relacionadas ao turismo.
- ✓ Falta de conhecimento e dimensionamento do mercado turístico regional.
- ✓ Baixa participação do *trade* na promoção da atividade turística.
- ✓ Inexistência de projetos de capacitação de profissionais para o setor.
- ✓ Alta participação relativa de turistas com perfis que geram poucos efeitos multiplicadores (de alto luxo ou de gasto muito baixo), notadamente em Angra dos Reis.
- ✓ Poucas opções de hospedagem de qualidade para o turista com perfil de gasto médio, com exceção de Paraty.

Tabela 22 – PIB 2009 no Subpolo Costa Verde

Municípios	PIB a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009	PIB per capita a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009
Angra dos Reis	4.526.169,17	26.835,42
Mangaratiba	860.850,14	26.460,83
Paraty	532.311,35	14.898,16
Rio Claro	175.962,26	9.580,87

Fonte: CEPERJ

Tabela 23 – Valor adicionado em 2009 no Subpolo Costa Verde

Municípios	Administração Pública (1000 R\$)	Agropecuária (1000 R\$)	Indústria (1000 R\$)	Serviços (1000 R\$)	Valor Total (1000 R\$)
Angra dos Reis	718.037,34	16.829,59	1.503.783,59	1.862.116,88	3.382.730,05
Mangaratiba	160.651,99	9.041,45	42.838,64	745.405,92	797.286,01
Paraty	139.994,79	18.786,30	157.563,78	332.212,96	508.563,04
Rio Claro	71.444,67	14.855,60	23.767,97	126.291,28	164.914,85

Fonte: CEPERJ

Aspectos Culturais

A região apresenta um conjunto de elementos positivos, tais como:

- ✓ Diversidade de segmentos turísticos oferecidos, principalmente em Paraty.
- ✓ Consolidação de eventos culturais e expansão dos calendários de eventos, atuando em baixa estação.

- ✓ Valorização dos espaços culturais através de eventos com boa repercussão (FLIP, Festival Teatro de Angra dos Reis, etc.).
- ✓ Boa estrutura para o turismo náutico e subaquático.
- ✓ Disseminação e valorização de novos atrativos turísticos na costa entre Paraty e Angra dos Reis.

Por outro lado, há algumas fragilidades, sendo as de maior relevância apresentadas a seguir:

- ✓ Inexistência de centros de informações turística regional.
- ✓ Pouca articulação dos circuitos turísticos mais visitados da região com os atrativos de interesse histórico e cultural no município de Rio Claro.
- ✓ Pouca divulgação do patrimônio cultural imaterial da região, principalmente com relação ao artesanato de herança indígena e caiçara.
- ✓ Pouco aproveitamento do potencial paisagístico da BR 101.

Patrimônio Histórico e Cultural

Parati

O legado urbanístico e arquitetônico que a cidade-porto deixou para nossa geração corresponde ao que foi edificado nos momentos de prosperidade. O reconhecimento deste legado histórico e cultural foi iniciado em 1945, quando o Sítio Histórico – quadrilátero compreendido entre o mar e a Rua da Patitiba e entre os Rios Perequê-Açú e o Patitiba, foi considerado Monumento Histórico do estado do Rio de Janeiro pelo Decreto nº. 1.450/45. Em 1958 foi efetivado o tombamento de seu centro histórico pelo IPHAN e, em 1966, o Decreto Federal nº. 58.077/66 converteu todo o Município em *Monumento Nacional*. Posteriormente, em 1974, o IPHAN ampliou sua tutela para além do centro histórico, estendendo o tombamento para todo o conjunto arquitetônico e paisagístico do Município. Este reconhecimento não é somente nacional, pois o município está sendo avaliado pela UNESCO como um *Sítio Misto – patrimônio Cultural e Natural*, para ser titulado como *Patrimônio da Humanidade*.

Em recente trabalho realizado como referencia para a elaboração do *Plano de Desenvolvimento do Turismo Cultural de Paraty*, foram inventariados no município 375 atrativos naturais e 57 atrativos culturais. O Projeto “Paraty – Destino Referência em Turismo Cultural”, destacou como principais atrativos da cidade, entre outros: o Forte do Defensor Perpétuo; a Igreja Matriz de N.S. dos Remédios; a Igreja N.S. das Dores; Igreja de Santa Rita, que hoje abriga o Museu de Arte Sacra; a Igreja N. S. do Rosário e São Benedito; Igreja de São Pedro; sede da Prefeitura e Câmara Municipal; Quartel de Patitiba, onde funcionou a antiga Cadeia e hoje estão instaladas a Biblioteca Municipal e o Instituto Histórico de Paraty; a Casa da Cultura; a Santa Casa da Misericórdia; e o Chafariz da Pedreira.

Fora da sede municipal, foram destacados os seguintes bens: Caminho Do Ouro (Sítio Histórico); a Fazenda Murycana e Fazenda Boa Vista; a sede da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição, no trecho fluminense da Estrada Parati–Cunha (RJ–165), que é tombada pelo IPHAN (em 1967). Em Paraty Mirim, foram reconhecidos como atrativos o seu sítio histórico e arqueológico e a Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Além das paisagens notáveis, existem sítios ocupados por comunidades tradicionais, que representam referencia importante de nosso patrimônio cultural, como: as comunidades caiçaras; a comunidade quilombola do Campinho da Liberdade; a aldeia indígena de Arapongas; e a aldeia Indígena de Paraty Mirim. A importância dos sítios e comunidades caiçaras, em seus aspectos naturais e culturais, foi reconhecida pelo governo estadual, através do tombamento do litoral sul–fluminense (INEPAC, 1985), que abrange: a costa de Trindade, a enseada do Sono e praia da Ponta do Caju; a enseada do Pouso e a Ilha de Itaoca; o saco e o manguezal de Mamanguá; a enseada de Paraty Mirim e a Ilha das Almas; a praia Grande; a Ilha do Araújo; e a praia de Tarituba.

A proteção das paisagens naturais da região foi teve como marco a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1971, cuja área se estende por 100.000 ha. de floresta tropical Atlântica e cobre quase toda a superfície do Município de Paraty. Em 1983 foi criada a Área de Preservação Ambiental de Cairuçu, abrangendo uma parte continental e outra insular, recobrindo outro trecho do território

municipal. Em 1991 o governo estadual tombou a Mata Atlântica remanescente em 38 municípios fluminenses. A Reserva Biológica de Juatinga, criada em 1992, protegeu o manguezal do Saco de Mamanguá, além dos diversos remanescentes de comunidades de caiçaras.

Herança cultural – patrimônio imaterial

Ainda subsiste na Costa Verde uma importante manifestação popular, mais precisamente em Tarituba, comunidade de pescadores de Paraty: a *ciranda*, também conhecida como baile rural. Dentre os festejos típicos de Paraty estão: as Folias de Reis e a Festa do Divino. Também são homenageados com festas os santos padroeiros das diversas igrejas da cidade: N.S. do Rosário e São Benedito (também chamada de Festa do Divino dos Pretos); Santa Rita e São Pedro, que é comemorado com uma procissão marítima; e a N.S. dos Remédios. Esta última é a mais importante de Paraty, comemorada em todo início de Setembro, pois é a Santa padroeira da cidade.

Como um dos saberes das comunidades rurais, destaca-se o cultivo da cana e o manejo dos alambiques na produção de aguardente. A popularização da bebida oriunda da região fez com que a cachaça passasse a ser denominada como *parati*, não só em nosso estado, mas em outros lugares no país. Quase desaparecida nas últimas décadas, a antiga tradição está sendo recuperada no município. Segundo o Instituto Histórico e Artístico de Paraty – IHAP (<http://www.ihap.org.br/>), o município chegou a ter mais de 100 alambiques no século XVIII, sendo a cachaça de excelência usada como moeda, inclusive na compra de escravos. Apesar de só existirem atualmente em Paraty apenas 8 marcas, todas destiladas artesanalmente, a divulgação de seu tradicional produto está sendo incrementada. O Festival da Pinga, que vem se realizando todos os anos, está recebendo número crescente de participantes.

Ações empreendidas

O Instituto Histórico e Artístico de Paraty – IHAP, organização não governamental fundada em 1976, tem atuado na preservação e disseminação do acervo histórico e cultural da cidade. Recentemente, o IHAP encaminhou ao IPHAN pedido para o

Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty como Bem Imaterial do Patrimônio Nacional, sendo aceito pelo órgão federal. A importância desse registro deve-se à tradição da Festa do Divino na região, que incluem a procissão do Imperador e o Marrapaiá. Caso efetivado, este registro vai se somar a outras 11 manifestações culturais registradas como patrimônio imaterial do Brasil, das quais são mais conhecidas: o tambor de crioula do Maranhão; o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, no Pará; o samba de roda do Recôncavo Baiano; o jongo do Sudeste e o samba Carioca.

Outras ONGs tem atuado na cultura paratiense, entre elas:

- . A Associação Casa Azul, que foi escolhida pelo Ministério do Turismo para liderar a implantação do Projeto “Paraty – Destino Referência em Turismo Cultural”, teve importante atuação na elaboração do *Plano de Desenvolvimento do Turismo Cultural de Paraty* e está envolvida na implementação das demais ações do *Plano Mar de Cultura*, inclusive conduzindo a Secretaria Executiva do *Grupo Gestor Mar de Cultura*
- . A ONG *Silocultural*, que também integra o *Grupo Gestor Mar de Cultura*, que criou uma *Rede Caiçara de Cultura* e está liderando um movimento de valorização cultural na região, denominado *Defeso Cultural*. O movimento propõe superar os efeitos negativos da contradição que ocorre em Paraty entre o “produto cultural” e a “manifestação cultural”. *“Este ponto vai no coração do conceito de cidades criativas, que usam da cultura como uma possibilidade de criação e estreitamente das relações com seus visitantes, e não apenas como um espaço de visita, contemplação ou comemoração.”* (<http://sustentanews.wordpress.com/2010/08/14>)

Divulgação

O *site* da Prefeitura Municipal de Paraty, assim como os *links* a ele associados, anunciam de forma intensiva os atrativos turísticos e os bens que integram o patrimônio histórico e cultural da região, tanto o patrimônio material quanto o patrimônio imaterial, bem como o inventário turístico do município.

Angra dos Reis

A cidade de Angra dos Reis perdeu parte de seu acervo arquitetônico em meados do século XX, quando muitos proprietários demoliram dezenas de edificações localizadas em seu centro histórico, ao se sentirem ameaçados pelos tombamentos que o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN estava realizando na região.

Apesar deste fato, permaneceram diversos conjuntos urbanos e prédios isolados que registram a importância e a qualidade do patrimônio material que ali foi edificado. Entre os mais notáveis, destacam-se aqueles conjuntos construídos por religiosos que, a exemplo de outras vilas do período colonial, constituíam referência espacial e simbólica do desenvolvimento da urbe. Todos os prédios remanescentes dos primeiros séculos da colônia estão protegidos pelo órgão federal, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através de tombamentos efetivados entre 1944 e 1970. São eles: o Convento de São Bernardino de Sena, hoje em ruínas, e a Capela dos Terceiros, anexa ao convento; o Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo; a Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte; a Igreja de Santa Luzia; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; e a Capela do Senhor do Bonfim, localizada na Ilhota do Bonfim, em frente à cidade.

Ainda no sítio histórico, está também protegido pelo IPHAN o conjunto de sobrados da Praça General Osório, que se soma a outros conjuntos edificações localizados em diversos logradouros do centro, este tutelados pelo órgão de patrimônio, o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural – INEPAC. São eles: o sobrado conhecido como Casa Laranjeiras, um dos mais antigos da cidade (1832) e outros sobrados das ruas Onório Lima, Professor Lima, da Avenida Júlio César de Noronha e da travessa Santa Luzia. Importantes edificações destinadas a funções públicas também estão sob a tutela do INEPAC, como a sede da Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Casa de Cultura e o Mercado Municipal.

Fora do centro histórico, existem outros conjuntos e bens isolados que contam parte da história da cidade e da região. Dentre eles, se destacam a Igreja da Ribeira, situada na estrada do Contorno, próximo à Vila Velha, primeiro núcleo urbano de Angra dos Reis, a Capela de São José e o Monumento ao Encouraçado Aquidabã, na Ponta do Leste, todos bens tombados pelo INEPAC na década de 1980. Importante

referencia histórica e ponto de visitação é o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mambucaba, remanescente da próspera vila do litoral, que é tombado pelo IPHAN desde 1969.

A Ilha Grande é inegavelmente um dos maiores atrativos de todo o litoral sul-fluminense, por suas matas, enseadas, praias e vilas caiçaras. Este santuário ecológico está protegido pelo INEPAC desde 1987, quando foi tombado por constituir patrimônio natural e cultural de características ímpares. Na vila do Abraão, principal núcleo urbano da ilha, ainda subsistem vestígios do povoamento original e da antiga fazenda imperial, transformada em preventório e centro de quarentena no século XIX e em presídio no século XX, do qual só restam ruínas. Ao largo da vila, numa ilhota da enseada do Abraão, está localizada uma das mais antigas edificações do nosso litoral, a casa da fazenda do Morcego, tombada pelo IPHAN em 1942.

A ilha abriga uma reserva biológica federal – a Reserva Biológica das Praias do Sul Reserva Biológica, e dois parques estaduais: o Parque da Ilha Grande e o Parque Marinho do Aventureiro.

Herança cultural – patrimônio imaterial

As manifestações populares locais mais tradicionais são as mesmas de Paraty: Folias de Reis e Festa do Divino. O jongo é cantado e dançado em ocasiões festivas, como a comemoração da abolição da escravidão, S. Benedito e S. João. Angra dos Reis já sediou um encontro de jongueiros. Além daquelas manifestações da região, são festejados os santos e santas: S. Cristóvão; N.S. Conceição, que é a padroeira do Município, comemorada com festividades religiosas e profanas; e São Benedito. A devoção a este santo é uma das mais antigas em Angra dos Reis, remontando ao século XVII, quando foi fundada a Irmandade do Glorioso, que existe até hoje.

Ações empreendidas

Recentemente, a Prefeitura Municipal restaurou do Mercado Municipal de Pescado, mais conhecido como *Mercado Redondo*, erguido em 1914 na Praça Duque de Caxias, com o apoio da Fundação Cultural e da TURISANGRA.

Neste ano, a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Angra coordenou ação fiscalizatória na Vila Histórica de Mambucaba para coibir ocupações irregulares e manter o ordenamento urbano.

Divulgação

O *site* da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis divulga de forma bem completa os atrativos e a oferta turística da região. Há diversos outros *sites* na região que também cumprem esse papel.

Mangaratiba

Do período de prosperidade de Mangaratiba restaram vários testemunhos construídos, sendo alguns ainda íntegros, como o Solar Barão de Saí, localizado no centro da cidade e ainda hoje bem conservado. Outras edificações viraram ruínas, como nos antigos núcleos urbanos do Saco de Cima, às margens da estrada para São João Marcos, e do Sahy, próximo ao litoral, onde há apenas vestígios de edificações que outrora foram armazéns, grandes solares e até um o teatro, e foram abandonadas no período de decadência. Todos estes bens culturais, íntegros e arruinados, encontram-se sob a tutela do INEPAC desde a década de 1980.

Nos centros históricos de Mangaratiba e de Itacuruçá encontram-se edificações religiosas exemplares, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia, na sede municipal, tombada pelo IPHAN em 1967, e a Igreja Nossa Senhora de Santana, em Itacuruçá, tombada pelo INEPAC em 1980. Na Ilha da Marambaia, um dos primeiros núcleos ocupados na região, há a Igreja de Nossa Senhora das Dores, de origem jesuítica.

Outros bens de interesse são o chafariz da cidade, localizado na rua Coronel Moreira da Silva, e o bebedouro da Barreira, na “Estrada Imperial”, que sobe a Serra do Piloto até as ruínas da antiga vila de São João Marcos, sendo que ambas as aguadas foram tombadas pelo INEPAC em 1980. Na estrada para São João de Marcos há ainda diversos pontos de interesse natural e cultural, como a Cachoeira dos Escravos e outras quedas d’água, além de mirantes de onde se descortina paisagens de rara beleza cênica.

Herança cultural – patrimônio imaterial

O folguedo popular mais tradicional de Mangaratiba é o evento em homenagem à N.S. da Guia, padroeira da cidade, realizado sempre no início do mês de setembro e cujo ponto alto é a procissão terrestre e marítima rememorando a descoberta da imagem da padroeira, há séculos atrás, por pescadores que se achavam perdidos no mar.

Divulgação

O *site* da Prefeitura Municipal de Mangaratiba divulga de forma bem completa os atrativos turísticos, inclusive com roteiros diferenciados por destino e duração, mas não é tão criterioso em relação aos bens que integram o patrimônio histórico e cultural da região. Há alguns *sites* na região que também fazem a divulgação dos atrativos turísticos.

Rio Claro

Além do casario urbano e dos diversos atrativos naturais, como a Pedra do Bispo, a Pedra do Rastro e a Gruta no centro da cidade, o bem de interesse cultural de Rio Claro mais significativo do Município é constituído pelas ruínas da antiga Vila de São João Marcos. Situadas num vale, na confluência dos antigos rios Araras e Pannels, estende-se da estrada RJ-149 até a Represa de Ribeirão das Lajes, 3º distrito.

Primeira cidade brasileira tombada pelo então Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, em 1939, foi destombada por decreto de Getúlio Vargas no ano seguinte para permitir que a empresa *Light* realizasse o represamento das águas do ribeirão das Lajes para aumentar a geração de energia elétrica para o Rio de Janeiro. Abandonada, parcialmente demolida e condenada a submergir sob as águas, a cidade jamais foi inundada.

As ruínas foram tombadas pelo INEPAC, em 1990, juntamente com a Ponte Bela, notável obra construída em 1857, no caminho da antiga Estrada Imperial, que desce a Serra do piloto, em direção à Mangaratiba. As ruínas estão sendo protegidas e preparadas para integrar o *Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*, que terá cerca de 930 mil m², com infraestrutura necessária para receber

estudantes, turistas e visitantes que desejarem conhecer a história da cidade, a arqueologia e a paisagem característica da região.

Também fora da sede municipal há a Igreja de São Joaquim da Grama, localizada no 3º distrito de Rio Claro, que fazia parte da fazenda homônima e foi tombada pelo INEPAC em 1990.

Recentemente, o *Inventário das Fazendas Históricas do Vale do Café*, realizado pelo Instituto Cultural Cidade Viva – ICCV, sob a coordenação técnica do INEPAC, identificou e levantou as seguintes no município de Rio Claro: Fazenda São Joaquim da Grama (XIX) situada na Estrada da Grama, a 2,5km da antiga Estrada Rio – São Paulo; e Fazenda do Salto Pequeno (XIX) situada na Estrada de São João Marcos.

Divulgação

O *site* da Prefeitura Municipal de Rio Claro divulga de forma bem limitada seus atrativos turísticos e pouco menciona os bens que integram o patrimônio histórico e cultural da região. Recentemente o *site* foi invadido por *hackers* e está fora do ar há algum tempo. Quase não há *sites* na região que façam a divulgação dos atrativos turísticos.

Principais Núcleos Urbanos

- . Sedes Municipais; Mambucaba (Angra dos Reis); Tarituba (Paraty); Lídice (Rio Claro); Muriqui (Mangaratiba).
- . Outros núcleos: Abraão e Jacuecanga (Angra dos Reis).

Paisagens Notáveis

- . São reconhecidas como paisagens notáveis a baía da Ilha Grande e região costeira continental e suas ilhas.

Bens/conjuntos relevantes e protegidos

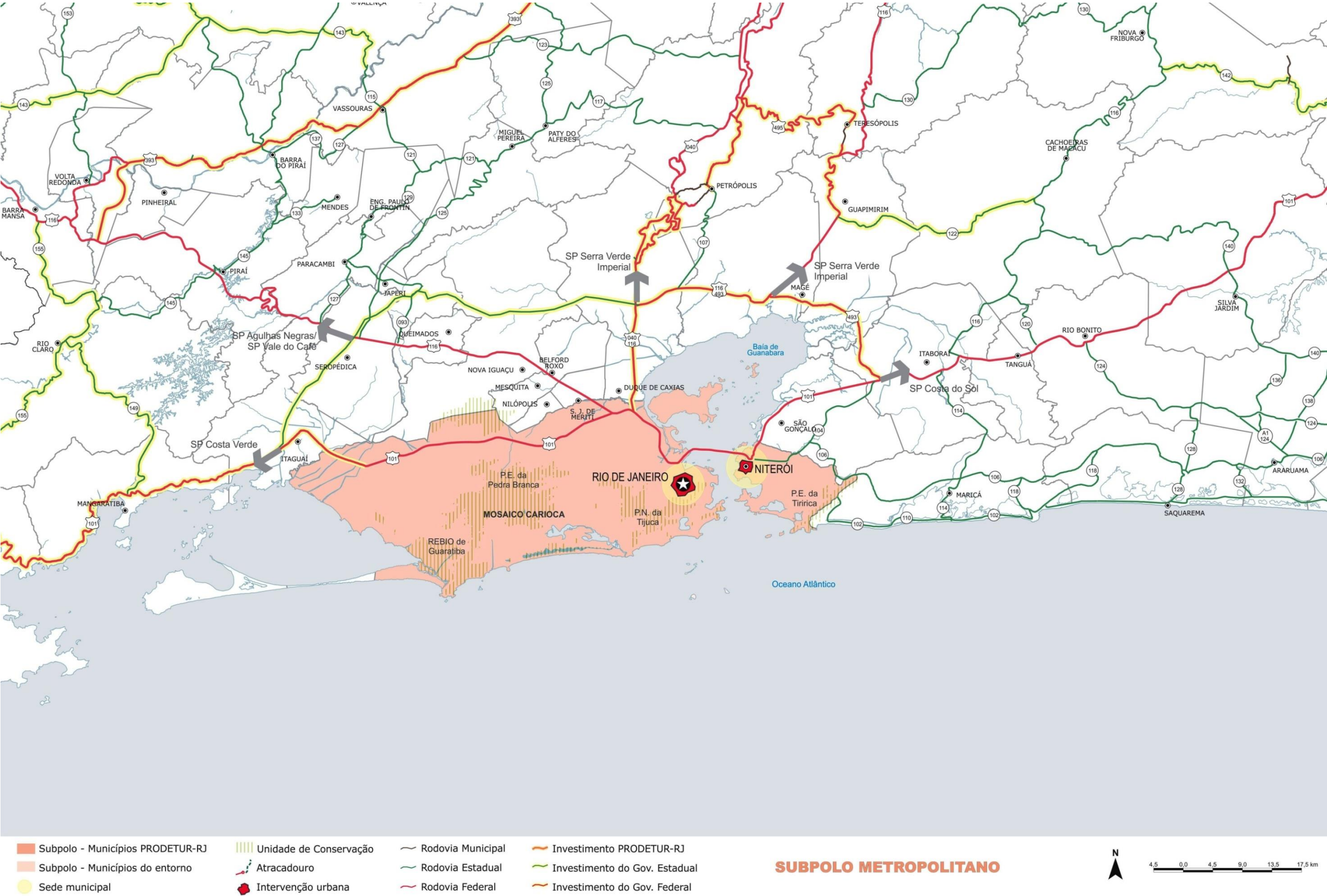
- . Patrimônio Cultural, Natural e Paisagístico:
- . Edifícios públicos históricos nas Sedes Municipais;

- . Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty;
- . Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Mambucaba;
- . Ruínas de São João Marcos;
- . Imóveis de interesse histórico e cultural em alguns distritos (Abraão, Jacuecanga, Distrito Cunhambebe, Saco de Cima, Itacuruça);
- . Área Indígena Guarani–Bracuí;
- . Ilha Grande

No Subpolo Metropolitano

Aspectos Físicos

A figura a seguir apresenta os limites do subpolo, suas principais cidades e ligações viárias.



O Subpolo Metropolitano ocupa a área centro-sul do estado. As áreas de baixada são delimitadas por expressivos maciços montanhosos, entre eles os maciços costeiros da Pedra Branca na porção oeste, Tijuca no centro e Gericinó, o maciços intrusivos alcalino do Mendanha na porção norte e as Serras da Tiririca e de Calaboca, a leste. As águas continentais que integram o território RIO PAISAGEM CULTURAL são formadas pelas águas abrigadas pela baía de Guanabara e pelas águas do oceano Atlântico que banham a costa do referido território. Integram este compartimento as águas do Atlântico e as ilhas oceânicas, principalmente aquelas que compõem o arquipélago das Ilhas Cagarras.

O clima é tropical úmido com temperatura média anual variando entre 19°C (Alto da Boa Vista) a 25°C (Bangu). A precipitação varia entre 1200mm e 1500 mm, chegando a 2000mm nas encostas a barlavento dos maciços costeiros.

As paisagens desse compartimento espelham de maneira notável a noção de patrimônio cultural que considera os bens culturais, materiais e imateriais, como dotados de carga significativa capaz de fazê-los atuar como suporte de representações sociais.

Embora definido por limites físicos que recortam o território da cidade, o centro do Rio de Janeiro e suas adjacências estão carregados de significação do que é o núcleo de nossa metrópole e narram a sua história. Seus sítios e edificações não somente traduzem os processos de ocupação e consolidação da *urbe* como expressam os *lugares* de seus cidadãos.

Como num caleidoscópio, as peças de seus mosaicos físicos e culturais se formam e se apresentam para aqueles que se dispõem a um olhar atento sobre o território, com uma visão focada e, principalmente, prazerosa. Esses são os atrativos turísticos que tornam esse Subpolo impar no país.

Nele concentra-se o maior aglomerado urbano do estado e o segundo maior do país, com uma população superior a 10 milhões de habitantes. Até a década de 1970, a Região Metropolitana (subpolo Metropolitano e entorno) cresceu num ritmo muito maior que as demais regiões do estado, circunstância que marca, desigual e especificamente, a geografia humana e econômica do território fluminense. Nos

últimos anos, preponderantemente a partir dos anos 90, passa a ocorrer um movimento de desconcentração da atividade econômica da Região Metropolitana, a partir da indústria petrolífera na região norte do estado e do segmento metal mecânico na região do médio Vale do Paraíba. Fora do segmento industrial – petróleo e metal mecânico – destaca-se a expansão do turismo, notadamente na região das baixadas litorâneas.

Clima, solo e recursos hídricos

Na tabela abaixo, são apresentadas informações sobre o clima, solo e recursos hídricos deste Subpolo.

Tabela 24 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Metropolitano

Municípios	Clima (Temperaturas Médias Anuais / Precipitações ***)		Solo (Geomorfologia**)	Recursos Hídricos (Regiões Hidrográficas*)
	Verão (°C) / (mm)	Inverno (°C) / (mm)		
Rio de Janeiro	26 º/ 640 mm	21 º/80mm	Planícies Fluviais e Flúvio Marinhas, Colinas e Morros	RH V - Região Hidrográfica da Baía da Guanabara e RH II - Guandu
Niterói			Planícies Fluviais e Flúvio Marinhas e Colinas	RH V - Região Hidrográfica da Baía da Guanabara

Fonte: Regiões Hidrográficas, Geomorfologia, Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

* Regiões Hidrográficas segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

** Geomorfologia segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

*** Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

Expansão da área urbana

Segundo resultados de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e para o ZEE do Rio de Janeiro (SEA, 2007), assim como em todo o estado, o crescimento urbano no Subpolo Metropolitano tem se dado de forma contínua e irrestrita nestes 13 anos de observação. Houve um aumento de quase 16% da mancha urbana (ou 87 km²). Tal crescimento deveu-se em sua maior parte ao crescimento do município do Rio de Janeiro, tanto pelas suas dimensões territoriais como pela maior participação no PIB do Estado. A variação total

verificada no período foi de 82km², o que resulta numa taxa de crescimento maior que 1% ao ano.

Tanto no Rio de Janeiro como em Niterói o crescimento da mancha urbana ocorreu, em sua maior parte, sobre áreas de pastagens, em especial sobre encostas degradadas dos morros. Nos demais municípios (considerados como o “entorno” do Subpolo Metropolitano do PRODETUR) o quadro é ainda mais grave, com aumentos de área entre 26 a 47% por “setor”. Especialmente em municípios centrais da baixada fluminense, tais como Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias, onde se verificou um aumento da ordem de 88km² da mancha urbana. No total o crescimento urbano no Subpolo e seu “entorno” foi de 270 km², o que representa quase 60% de toda a mancha urbana verificada na área de cobertura do PRODETUR-RJ

Tabela 25 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Metropolitano

SUBPOLO	MUNICIPIOS		ÁREA TOTAL			ÁREA URBANA				
			Em 2007	% do	% da	1994		2007		1994 a
			Km2	Subpolo	Região	Km2	% Total	Km2	% Total	2007
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO JANEIRO	Subpolo	Niterói	133,20	9,98%	2,46%	52,30	39,26 %	57,30	43,02 %	9,56%
		Rio de Janeiro	1.201,30	90,02%	22,15 %	497,00	41,37 %	579,40	48,23 %	16,58 %
		Total Subpolo	1.334,50	100,00 %	24,61 %	549,30	41,16 %	636,70	47,71 %	15,91 %
	TOTAL REGIÃO		5.422,80			1.149,00	21,19 %	1.418,30	26,15 %	23,44 %
	Entorno	Total Entorno	4.088,3	100,00 %	75,39 %	599,7	14,67 %	781,6	19,12 %	30,33 %
		Entorno Oeste	736,70	18,02%	13,59 %	62,40	8,47%	91,40	12,41 %	46,47 %
		Itaguaí	282,10	6,90%	5,20%					
		Paracambi	188,60	4,61%	4,61%					
		Seropédica	266,00	6,51%	4,91%					
		Entorno Centro	1.317,7	32,23%	24,30	290,20	22,02	377,90	28,68	30,22

		0		%		%		%	%
	Belford Roxo	77,60	1,90%	1,43%					
	Duque de Caxias	466,80	11,42%	8,61%					
	Japeri	81,60	2,00%	1,50%					
	Mesquita	41,60	1,02%	0,77%					
	Nilópolis	19,50	0,48%	0,36%					
	Nova Iguaçu	519,10	12,70%	9,57%					
	Queimados	76,40	1,87%	1,41%					
	São João de Meriti	35,10	0,86%	0,65%					
	Entorno Leste	2.033,90	49,75%	37,51%	247,10	12,15%	312,30	15,35%	26,39%
	Itaboraí	428,20	10,47%	7,90%					
	Magé	390,60	9,55%	7,20%					
	Maricá	362,50	8,87%	6,68%					
	Rio Bonito	461,60	11,29%	8,51%					
	São Gonçalo	248,40	6,08%	4,58%					
	Tanguá	142,60	3,49%	2,63%					

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007).

Vulnerabilidade urbana

O CBMERJ registrou os seguintes desastres naturais ocorridos nos municípios do Subpolo, no período 2000 – 2007, provavelmente devido à exposição muito elevada a inundações:

- Niterói – 31 eventos de características variadas, sendo 4 alagamentos e 6 inundações.
- Rio de Janeiro – não houve registro de eventos no período.
- Total no Subpolo – 31 eventos de características variadas, sendo 4 alagamentos e 6 inundações.

Durante esses desastres naturais muitos prédios foram afetados, acarretando danos físicos e causando prejuízos financeiros. Os dados registrados pelo CBMERJ no período 2000 – 2007 foram:

- . Niterói – 341 prédios afetados, envolvendo prejuízos de R\$ 421 mil;
- . Rio de Janeiro – não há dados relativos a sinistros no período.
- . Total no Subpolo – 1.257 prédios afetados, envolvendo prejuízos de R\$ 2,167 milhões.

Em consequência dos desastres naturais acima relatados, inúmeras pessoas foram envolvidas e prejudicadas, sendo muitas afetadas, outras deslocadas de suas moradias e ainda outras feridas ou mortas. Os números apurados pelo CBMERJ entre 2000 e 2007 são os seguintes:

- . Niterói – 409 pessoas envolvidas, sendo 194 pessoas afetadas e 192 pessoas deslocadas e 23 pessoas mortas ou feridas.
- . Rio de Janeiro – 10596 pessoas envolvidas, sendo 5.298 pessoas afetadas, 5.249 pessoas deslocadas e 50 pessoas mortas ou feridas.
- . Total no Subpolo – 11.005 pessoas envolvidas, sendo 5.492 pessoas afetadas, 5.440 pessoas deslocadas e 73 pessoas mortas ou feridas.

Dadas as cifras acima e ao tamanho da população residente na Região Metropolitana, são baixos os índices de pessoas envolvidas: apenas 1 pessoa em cada 564 habitantes foi afetada nos sinistros ocorridos no Rio de Janeiro naquele período; no caso de Niterói este índice cai para 1 pessoa envolvida em cada 1.140 habitantes.

Saneamento Ambiental

As questões ligadas ao saneamento básico, no Subpolo Metropolitano, não afetam diretamente às intervenções previstas para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói. De fato, os aspectos relativos a abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana afetam esses dois municípios e também a região metropolitana como um todo. Trata-se aqui, portanto, de apontar limitações e oportunidades para a atividade turística em seu conjunto.

Abastecimento de água

Os índices apontados na tab.1 demonstram a universalização dos sistemas de abastecimento de água em ambos os municípios. No caso do Rio de Janeiro, os serviços são concedidos à CEDAE, que opera a estação de tratamento do Guandú e todo o sistema de distribuição. Niterói, por sua vez, concedeu, há poucos anos, o serviço à Companhia Águas de Niterói, que faz a distribuição. Já a captação e tratamento dependem do sistema Imunana–Laranjal, operado pela CEDAE, que atende também a São Gonçalo e Itaboraí, captando a água em Cachoeiras do Macacu.

Tabela 26 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Metropolitano

Município	Prestador	Código Abrangência Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN023 - Índice de atendimento urbano de água [%]	IN055 - Índice de atendimento total de água [percentual]
Rio de Janeiro	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista com administração pública	ÁGUA E ESGOTO	99,4	34,3	102,0
Niterói	CAN	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	100,0	34,9	105,7

Fonte: SNIS 2008

Esgotamento sanitário

Assim como no abastecimento de água, o esgotamento sanitário também é concedido pelo Rio de Janeiro, à CEDAE, e por Niterói, à CAN. Entretanto, em muitas comunidades do Rio de Janeiro, os serviços foram implantados pela Prefeitura Municipal. Os valores indicados na Tb. 2 demonstram que o município do Rio detém um baixo índice de coleta de esgoto, enquanto Niterói já atingiu a universalização dessa coleta. Os índices de tratamento dos esgotos coletados são altos, se comparados à média brasileira, que está em torno de 30%. É sabido, entretanto, que os maiores problemas de esgotamento sanitário se distribuem por todas as comunidades e muitos bairros do Rio de Janeiro cujos efluentes drenam para córregos, canais e rios que os conduzem da Baía da Guanabara, somando-se aos esgotos dos demais municípios contribuintes para a poluição da Baía.

Os sistemas lagunares da Barra e Sepetiba, até há pouco receptores de todo o esgoto da região, sem qualquer tratamento, também estão comprometidos.

No centro e zona sul do RJ, assim como em parte de Niterói, os esgotos são conduzidos a emissários submarinos, com tratamento primário. Na lagoa Rodrigo de Freitas, mais próxima ao Parque da Bossa Nova, novo cinturão de coleta e remoção do lodo está em execução pelo INEA, com apoio privado.

Em síntese, os desafios ainda são enormes e dependem de grandes investimentos em estações de tratamento, redes formais e redes adequadas às comunidades. O programa de despoluição da Baía de Guanabara, com muitos anos de investimentos, não atingiu seus objetivos.

Tabela 27 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Metropolitano

Município	Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN024 - Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água [%]	IN016 - Índice de tratamento de esgoto [%]
Rio de Janeiro	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista com administração pública	ÁGUA E ESGOTO	55,8	85,3
Niterói	CAN	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	103,8	90,6

Fonte: SNIS 2008 – * cálculo a partir da pg. PM Vassouras

Analisando-se as condições de balneabilidade das praias em toda a orla das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, veiculadas em boletins pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, observa-se que tais condições variam em função do regime de chuvas, que pode carrear esgotos sem tratamento junto às redes de drenagem urbana.

Resíduos sólidos

Rio de Janeiro e Niterói têm trajetórias próprias na questão dos resíduos sólidos: no Rio de Janeiro, a COMLURB – empresa municipal – é responsável pelos serviços de coleta e disposição final, terceirizando apenas os equipamentos de coleta. O aterro controlado de Gramacho, às margens da Baía de Guanabara, se constitui em área de altíssimo risco para contaminação dos manguezais à margem da mesma. Apesar de muitos cuidados na operação, o risco é iminente. Apenas há poucos meses foi

lograda nova solução para disposição final, no município de Seropédica, com projeto de aterro sanitário licenciado e concedido à iniciativa privada. Contudo, movimentos de resistência a essa solução ainda são atuantes no município receptor, mesmo porque não foi criada figura jurídica de consorciamento entre os municípios – o que pode ensejar ações que retardem essa solução. Para Gramacho, um projeto de MDL já aprovado garante os cuidados para manejo e controle do aterro pelos próximos 20 anos, captando gases geradores de efeito estufa.

Em Niterói, os serviços são prestados em sua maior parte pela CLIN – empresa municipal, e parte terceirizados. A destinação final, no aterro controlado de morro do Céu é uma solução paliativa, dadas as condições de operação e declividade do local. Não se pode esquecer a tragédia ocorrida no início deste ano no morro do Bumba, lixão em declive desativado há muitos anos e ocupado por população.

Tabela 28 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Metropolitano

Municípios	Informações gerais			RSU			
	Área (Km2)	Pop. 2008	Órgão Ambiental	Empresa de Coleta/ Órgão municipal responsável	Qtd. t/dia	Área de transbordo	Destino
NITERÓI	35	477.912	Secretaria de Meio Ambiente	CLIN (municipal) e Vital Engenharia (zona oceânica)	650	N	Aterro Controlado do Morro do Céu
RIO DE JANEIRO	1.182	6.161.047	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC)	Comlurb	8.800	S (Caju, Irajá e Jacarepaguá)	AC Gramacho, CTR Gericinó

Fonte: Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Estado RJ. – INEA/UERJ – 2009

Niterói teve uma das primeiras experiências de coleta seletiva do país, no bairro de São Francisco, referencial para muitas iniciativas posteriores. Contudo, a coleta seletiva ainda é incipiente nos dois municípios. Trata-se, portanto, de desafio

fundamental, não apenas para atender à nova legislação nacional sobre Resíduos Sólidos, mas para reduzir custos de transporte e disposição final – consideradas as distâncias cada vez maiores aos aterros sanitários.

Além disso, também há desafios importantes nos sistemas de manejo e coleta nas comunidades de baixa renda, seja em encostas, seja em áreas de baixada, visto o risco inerente ao acúmulo de lixo nessas encostas e nos cursos d'água. Aterros clandestinos são recorrentes, mesmo em áreas nobres.

Drenagem urbana

O conhecido acidentado relevo, tanto do Rio de Janeiro quanto de Niterói, a alternância de áreas de morros, com lagoas e inúmeros cursos d'água, constituem-se em focos de fragilidades urbanas e inúmeras áreas de risco. Muitas tragédias já se verificaram nessas áreas, comprometendo, a cada ciclo, a própria imagem da cidade e o afluxo de turistas. O controle da expansão urbana, a urbanização das comunidades em encostas, sistemas de contenção e drenagem e vigilância permanente, são desafios importantes para a população e para o turismo.

No Rio de Janeiro, os projetos de urbanização de favelas e a atuação da GEO-Rio, contribuem para reduzir essas áreas de risco. Niterói se mostrou mais vulnerável nas fortes chuvas da passagem do início deste ano, destacando-se mais uma vez a problemática do morro do Bumba, antigo lixão desativado e ocupado por habitações irregulares.

Nesse cenário, onde as tragédias são revividas de tempos em tempos, tanto o controle da ocupação informal quanto a remoção das ocupações em áreas de risco passam a ser prioridade.

Incidência de doenças de veiculação hídrica

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS, neste subpolo a tendência é de queda em ambos indicadores, apesar do ligeiro aumento no indicador de diarreia na capital metropolitana entre 2000 e 2007 (de 0,012 para 0,014).

Em Niterói os indicadores são consideravelmente mais elevados do que na cidade do Rio de Janeiro, especialmente a leptospirose (taxa média de 0,024 contra 0,014), mais próximo à média dos municípios do entorno (0,020), onde se destacam as elevadas médias dos municípios de São Gonçalo (0,031) e Maricá (0,033).

Em Paracambi, chama atenção o elevado indicador de mortalidade infantil (0,058 na média do período), o maior dentre todos os municípios do estudo.

Tabela 29 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Metropolitano

Municípios e "entorno"		DIARRÉIA				
		Total de casos (1996 a 2007)	Taxa de mortalidade infantil por mil habitantes			
			Media (ano 2000)	1996	2000	2007
Me tropo	Niterói	127	0,023	0,033	0,026	0,023
	Rio de Janeiro	1.226	0,017	0,034	0,012	0,014
	total	1.353	0,018	0,034	0,013	0,014
"Entorno" setor centro	Belford Roxo	63	0,012	0,023	0,018	0,002
	Duque de Caxias	163	0,018	0,028	0,009	0,012
	Magé	66	0,027	0,087	0,015	0,013
	Mesquita	7	ND	ND	ND	0,016
	Nova Iguaçu	255	0,023	0,077	0,024	0,014
	Mesquita + Nova Iguaçu	262	0,024	0,077	0,024	0,015
	São João de Meriti	87	0,016	0,030	0,022	0,002
	total	641	0,019	0,048	0,018	0,010
"Entorno" setor leste	Guapimirim	2	0,004	0,061	0,000	0,000
	Itaboraí	23	0,010	0,044	0,011	0,005
	Maricá	11	0,012	0,050	0,000	0,009
	São Gonçalo	112	0,010	0,032	0,009	0,007
	Cachoeiras de Macacu	8	0,014	0,000	0,021	0,019
	total	156	0,010	0,035	0,009	0,007
"Entorno" setor oeste	Itaguaí	12	0,012	0,014	0,000	0,000
	Japeri	15	0,015	0,082	0,024	0,000
	Paracambi	28	0,058	0,101	0,049	0,047

Municípios e "entorno"		DIARRÉIA				
		Total de casos (1996 a 2007)	Taxa de mortalidade infantil por mil habitantes			
			Media (ano 2000)	1996	2000	2007
	Seropédica	4	0,005	0,000	0,000	0,000
	total	59	0,018	0,046	0,015	0,007
Total "Entorno"		856	0,017	0,044	0,015	0,009
Total Subpolo		2.209	0,017	0,038	0,014	0,012

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Tabela 30 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Metropolitano

Municípios e "entorno"		LEPTOSPIROSE				
		Total de casos (1995 a 2008)	Taxa de morbidade por mil habitantes			
			Media (ano 2000)	1996	2000	2007
Metropolitano	Niterói	155	0,024	0,000	0,011	0,040
	Rio de Janeiro	1.120	0,014	0,028	0,013	0,007
	total	1.275	0,014	0,026	0,013	0,010
"Entorno" setor centro	Belford Roxo	119	0,020	0,005	0,007	0,023
	Duque de Caxias	238	0,022	0,032	0,031	0,019
	Magé	29	0,010	0,000	0,005	0,004
	Mesquita	9	ND	ND	ND	0,016
	Nova Iguaçu	188	0,015	0,004	0,023	0,010
	Mesquita + Nova Iguaçu	197	0,015	0,004	0,023	0,011
	São João de Meriti	77	0,012	0,005	0,007	0,006
	total	660	0,017	0,012	0,019	0,014
"Entorno" setor leste	Guapimirim	6	0,011	0,061	0,000	0,000
	Itaboraí	40	0,015	0,019	0,000	0,019
	Maricá	35	0,033	0,017	0,078	0,038
	São Gonçalo	391	0,031	0,006	0,024	0,022
	Cachoeiras de Macacu	6	0,009	0,023	0,000	0,000
	total	478	0,028	0,011	0,022	0,021

"Entorno" setor oeste	Itaguaí	14	0,012	0,101	0,012	0,021
	Japeri	21	0,018	0,000	0,024	0,000
	Paracambi	2	0,004	0,000	0,000	0,000
	Seropédica	5	0,005	0,000	0,000	0,028
	total	42	0,011	0,029	0,011	0,013
Total "Entorno"		1.180	0,020	0,012	0,019	0,016
Total Subpolo		2.455	0,017	0,021	0,015	0,012

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Acessos e Mobilidade

A rede viária de integração intra e interregional do Subpolo Metropolitano está principalmente calcada nas rodovias federais BRs 040, 116 e 101, sendo complementada pela malha viária estadual (ver figura 6). Essa rede é responsável pelas ligações interestaduais com os estados de São Paulo e Minas Gerais, principais emissores de turistas usuários da rede viária. Essa mesma base rodoviária também é responsável pela integração desse subpolo com os demais destinos turísticos do estado.

Os portões de acesso aeroviário são os aeroportos Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão) e o Santos Dumont, ambos situados na cidade no Rio de Janeiro, que operam voos internacionais e nacionais. O acesso aquaviário ao subpolo se dá pelo Porto do Rio de Janeiro, que recebe, durante o verão, diversos cruzeiros marítimos nacionais e internacionais.

A integração entre as duas cidades do subpolo (Rio de Janeiro e Niterói) se dá por transporte viário individual ou público através da Ponte Rio – Niterói; ou por transporte aquaviário por meio de barcas que atravessam a baía de Guanabara.

Investimentos em infraestrutura urbana

A dinâmica regional e urbana observada exige capacidade de resposta do poder público para lidar com demandas de infraestrutura urbana. Para medir essa capacidade de resposta adotamos como indicador a parcela do investimento total das prefeituras que é destinada a geração/melhoria da infraestrutura urbana.

Na capital do Estado, foi gasto pelo setor público em média 11,1% do seu orçamento em urbanismo e saneamento no período 2002 a 2008. Em Niterói esse percentual foi mais elevado (16,3%). A média do setor oeste (15,9%) foi ligeiramente superior que a média dos demais setores (14,4% no setor centro e 14,1% no setor leste).

Dentre os municípios, Itaboraí foi o município que registrou o menor gasto médio anual em urbanismo e saneamento (3,5%), enquanto Guapimirim apresentou o maior (21,1%), seguido de Japeri (20,9%) e Maricá (20,3%).

Tabela 31 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Metropolitano

Municípios		Investimento percentual em urbanismo e saneamento							média anual (%) 2002 a 2008
		2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
Metropolitano	Rio de Janeiro	10,4	12,1	10,2	10,4	11,4	11,2	12,2	11,1
	Niterói	15,5	16,1	14,7	17,3	17,4	9,7	23,6	16,3
	total	10,8	12,4	10,6	10,9	11,8	11,1	12,9	11,5
"Entorno" setor centro	Belford Roxo	11,7	7,8	10,1	9,7	6,7	4,3	11,1	8,8
	Duque de Caxias	13,8	14,7	20,2	8,7	12,6	12,0	15,6	13,9
	Magé	13,7	17,9	24,9	24,9	13,1	21,8	19,4	19,4
	Mesquita	22,6	18,3	13,8	15,5	16,9	19,8	19,4	18,0
	Nova Iguaçu	21,3	15,6	12,1	3,8	20,6	12,3	19,9	15,1
	São João de Meriti	17,6	16,8	11,4	10,9	11,5	12,8	ND	13,5
	total	16,0	14,6	16,6	10,0	14,4	12,5	16,9	14,4
"Entorno" setor leste	Guapimirim	ND	18,6	17,2	17,1	ND	28,1	24,5	21,1
	Itaboraí	5,2	5,1	7,7	1,5	1,5	2,7	0,9	3,5
	Maricá	20,3	20,7	25,8	18,7	21,5	18,3	16,6	20,3
	São Gonçalo	22,1	26,8	30,3	14,2	12,8	11,3	13,9	18,8
	Cachoeiras de Macacu	5,4	5,6	13,1	6,9	2,2	5,9	6,8	6,6
	total	16,2	17,8	20,9	11,5	10,3	10,9	11,3	14,1
"Entorno" setor	Itaguaí	13,7	25,9	22,1	21,5	13,9	10,6	10,7	16,9
	Japeri	21,7	23,5	19,7	13,8	26,2	20,4	ND	20,9

	Paracambi	15,8	17,8	23,8	13,2	11,5	14,0	11,5	15,4
	Seropédica	5,8	ND	2,1	4,0	9,3	8,1	10,2	6,6
	total	14,0	23,8	19,1	15,3	15,3	13,1	10,8	15,9
Total "Entorno"		15,8	16,4	17,9	11,0	13,6	12,1	14,7	14,5
Total Subpolo		12,1	13,4	12,4	10,9	12,2	11,3	13,2	12,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA), Secretaria do Tesouro Nacional

Aspectos Econômicos

Podem ser destacados como pontos fortes:

- ✓ Crescimento do segmento de convenções e eventos, atraindo público específico.
- ✓ Desenvolvimento de outros segmentos turísticos – Turismo Náutico, Turismo de Negócio e de Aventura.
- ✓ Rio de Janeiro e Niterói como captadores da demanda nacional e internacional que visita o estado deflagrando a cadeia produtiva do turismo para outros subpolos.
- ✓ Ambos os municípios integram a RedeTuris, criada em 2008, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro em parceria com o SEBRAE/RJ, com vistas à integração de toda a cadeia produtiva do turismo fluminense.

Por outro lado, destacam-se as seguintes fragilidades:

- ✓ Falta diferencial de competitividade com outros destinos nacionais do segmento de negócios e eventos.
- ✓ Baixo valor agregado ao produto turístico ofertado – pouca oferta de atrativos complementares ao turismo de sol&praia.
- ✓ Pouca qualificação da mão de obra local.
- ✓ Baixa divulgação dos demais destinos turísticos do estado.
- ✓ Ausência de um plano turístico de comercialização e *marketing* dos destinos.

Tabela 36 – PIB 2009 no Subpolo Metropolitano

Municípios	PIB a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009	PIB per capita a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009
Rio de Janeiro	175.739.349,50	28.405,95
Niterói	10.800.669,75	22.530,31

Fonte: CEPERJ

Tabela 37 – Valor adicionado em 2009 no Subpolo Metropolitano

Municípios	Administração Pública (1000 R\$)	Agropecuária (1000 R\$)	Indústria (1000 R\$)	Serviços (1000 R\$)	Valor Total (1000 R\$)
Rio de Janeiro	22.084.411,37	53.000,63	20.989.745,96	118.271.379,30	139.314.125,80
Niterói	1.839.134,64	13.850,07	1.306.385,35	8.008.443,43	9.328.678,85

Fonte: CEPERJ

Aspectos Culturais

A região apresenta um conjunto de elementos positivos, tais como:

- ✓ Forte presença do patrimônio arquitetônico, herança do período colonial, e ampla variedade de manifestações culturais, que favorecem o desenvolvimento do segmento do turismo cultural.
- ✓ Capacidade para realização de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro.
- ✓ Oferta quantitativamente razoável nos meios de hospedagem, principalmente nas cidades de Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Niterói, Paraty e Rio de Janeiro.
- ✓ Ampla oferta de equipamentos que compõem o receptivo do Polo.
- ✓ Consolidação dos atrativos turístico-culturais de Niterói.
- ✓ Existência de polos gastronômicos

Por outro lado, há algumas fragilidades, sendo as de maior relevância apresentadas a seguir:

- ✓ Falta de infraestrutura portuária (portos e marinas) para explorar melhor o potencial náutico.

- ✓ Infraestrutura e sinalização turística deficientes.
- ✓ Carência de centros de informação turística.
- ✓ Capacidade hoteleira abaixo das necessidades.
- ✓ Necessidade de diversificação da demanda turística, a fim de atender a uma variedade maior de segmentos turísticos ainda potenciais.
- ✓ Falta de proteção às áreas turísticas.

Patrimônio Histórico e Cultural

As paisagens culturais urbanas do Centro Histórico e dos bairros tradicionais do Rio de Janeiro são variadas e expressam os diferentes momentos de construção da metrópole sendo que muitos deles constituem notáveis atrativos turísticos. A maior parte dos bens culturais de interesse é destinada ao uso público e está protegida por legislação específica de preservação do patrimônio natural e cultural, encontrando-se sob tutelas federal, estadual ou municipal.

Sobre a malha viária em xadrez dos séculos XVII e XVIII, formada originalmente por ruas estreitas localizadas entre a orla da baía e a Rua da Vala, a cidade foi erguida e se consolidou, nos dois séculos seguintes, sendo posteriormente entrecortada por vias mais largas, como resultado de intervenções urbanísticas e parcialmente reconstruída por sucessivas etapas de reedificação. Os vestígios materiais dos principais momentos de seu processo de evolução ainda estão presentes, com suas feições e seus significados.

No Centro da cidade, a Praça XV de Novembro, principal logradouro do Rio de Janeiro colonial, representa ainda hoje um dos lugares emblemáticos da história brasileira. Lugar que, apesar da superposição de arquiteturas e intervenções urbanísticas diferenciadas, mantém os ícones deste período – o Antigo Paço Imperial (1743), o chafariz do Mestre Valentim (1789), o Convento do Carmo (Século XVII), a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo – antiga Catedral Metropolitana (1761) e sua Igreja da Ordem 3^a (1755–1770), o Arco do Teles, acesso ao Beco do Comércio – primeiro centro comercial da cidade – e remanescentes da fachada de um casario do Século XVIII.

Nas imediações da Praça XV estão presentes inúmeras edificações de valor excepcional, que integram um conjunto urbano, com cerca de 150 imóveis situados

entre a orla, a Rua Primeiro de Março, a Rua da Assembléia e a Praça Pio X. Entre as edificações da área, destacam-se exemplares da arquitetura religiosa, como a Igreja da Santa Cruz do Militares (1780–1811), a Igreja de Na. Sa. da Lapa dos Mercadores (1753) e a Igreja de Na. Sa. da Candelária (Sécs. XVIII e XIX). Na arquitetura civil, merecem destaque a antiga Praça do Comércio e primeira edificação neoclássica da cidade (1820) – atual Casa França–Brasil.

No cenário da cidade republicana, no início do século XX, instalou-se uma nova ordem urbanística, de inspiração haussmaniana, e disseminou-se a arquitetura da Academia de Belas Artes. Fruto dos ares renovadores da administração, as propostas para o Rio de Janeiro tinham como objetivo sanear a cidade e transformá-la em uma metrópole moderna e “civilizada”. A obra emblemática deste período foi a abertura da Avenida Central – atual Avenida Rio Branco, rasgada sobre o tecido urbano herdado da colônia e do Império. Na Avenida inaugurada em 1906, com 33 metros de largura, localizavam-se os escritórios de casas comerciais e bancárias brasileiras e estrangeiras, a redação dos principais jornais, as confeitarias com nomes franceses. Estes passaram a ser os lugares do encontro e da sociabilidade das elites burguesas e elegantes da época.

Do conjunto eclético erigido com a abertura da Avenida Central poucos exemplares resistiram ao processo de reedificação ocorrido durante o século passado. Dos remanescentes, a maior parte corresponde aos prédios que abrigavam instituições públicas: a sede do Banco Central do Brasil (1906), o Teatro Municipal (1909), a Escola de Belas Artes (1908), a Biblioteca Nacional (1910), a sede do Clube Naval (1910), a sede do Supremo Tribunal Federal (1909). Entre os prédios de empreendimentos privados restaram apenas a sede da Cia. Docas de Santos (1908) e o edifício de nº. 88 a 94 (1909).

Nas últimas décadas, o centro tem sido alvo de um processo de requalificação, a partir da mudança de percepção de como atuar sobre as suas áreas de urbanização mais antiga, cuja preservação foi intensificada da década de 1980. A partir de então, diversos equipamentos culturais de grande porte foram ali implantados. Iniciando-se com a abertura Centro Cultural do Paço Imperial (1985), este processo teve sequência com a inauguração do Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB (1989), da

Casa França-Brasil (1990), do Espaço Cultural dos Correios (1993), do Centro Cultural Light (1994), do Centro de Artes Hélio Oiticica (1996), do Espaço Cultural da Marinha (1998), da reforma e revalorização do Cine Odeon (2000), e do Centro Cultural Justiça Federal (2001), na Cinelândia. Além desses, ganharam novo impulso o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional e a Fundação Progreso, sendo abertos outros espaços culturais de menor porte como o da Academia Brasileira de Letras, o da Faculdade Cândido Mendes, o do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, o Centro de Eventos Empresariais Bolsa do Rio e o da Caixa Econômica Federal Empresariais Bolsa do Rio e o da Caixa Econômica Federal.

De outro lado, as paisagens naturais e agenciadas são muito diversificadas e compreendem inúmeros jardins, praças e parques públicos, além das lagoas, entre as quais a Lagoa Rodrigo de Freitas, e a orla litorânea com suas praias. Dentre as paisagens naturais destaca-se o conjunto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tombado pelo IPHAN, que é um exemplo impar de parque florístico, com suas coleções vivas representativas da flora nacional e de outros países, além de estufas, monumentos, obras de arte e museu-sítio arqueológico.

O Parque Nacional da Tijuca é o único parque nacional do Brasil localizado em área urbana, sendo considerado um dos maiores parques urbanos do mundo, abrangendo área de 3.953 ha. A massa florestada existente no Parque e nas áreas que o circundam desempenha o papel de redutor da poluição e de amenizador do clima da cidade, além de contribuir para a contenção das encostas do Maciço da Tijuca. Criado em 1961, é constituído pelos conjuntos paisagísticos do Corcovado-Sumaré, Floresta da Tijuca, Pedra Bonita – Pedra da Gávea e Parque Laje, diferenciados pelo uso e ocupação, características ambientais e estados de conservação. O Parque se constitui em uma unidade sui generis dentro do Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação, apresentando um ecossistema de mata atlântica Montana e submontana.

Paisagens Notáveis

As paisagens culturais e naturais representadas pelos conjuntos arquitetônicos situados no Centro, Lapa e Glória, além as ilhas localizadas junto à costa, como Ilha

de Villegaignon, Ilha das Cobras e Ilha Fiscal, na baía de Guanabara; o Parque do Flamengo e Praia de Botafogo; o Bairro da Urca, incluídos os morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão e as praias existentes no bairro; Leme e Copacabana, incluídos os morros do Leme, a ponta de Copacabana e respectivas praias; Arpoador, Ipanema e Leblon, incluídas a ponta do Arpoador, o morro Dois Irmãos e respectivas praias; a Lagoa Rodrigo de Freitas, incluídos seu espelho d'água, o canal do Jardim de Alah, o parque que a circunda e a área do Jockey Club Brasileiro; as matas protegidas pelo Parque Nacional da Tijuca, incluído o Parque Lage; e o Mar territorial e ilhas oceânicas, todos situados na cidade do Rio de Janeiro.

Em Niterói, os atrativos vem sendo agregados em torno dos circuitos assim denominados:

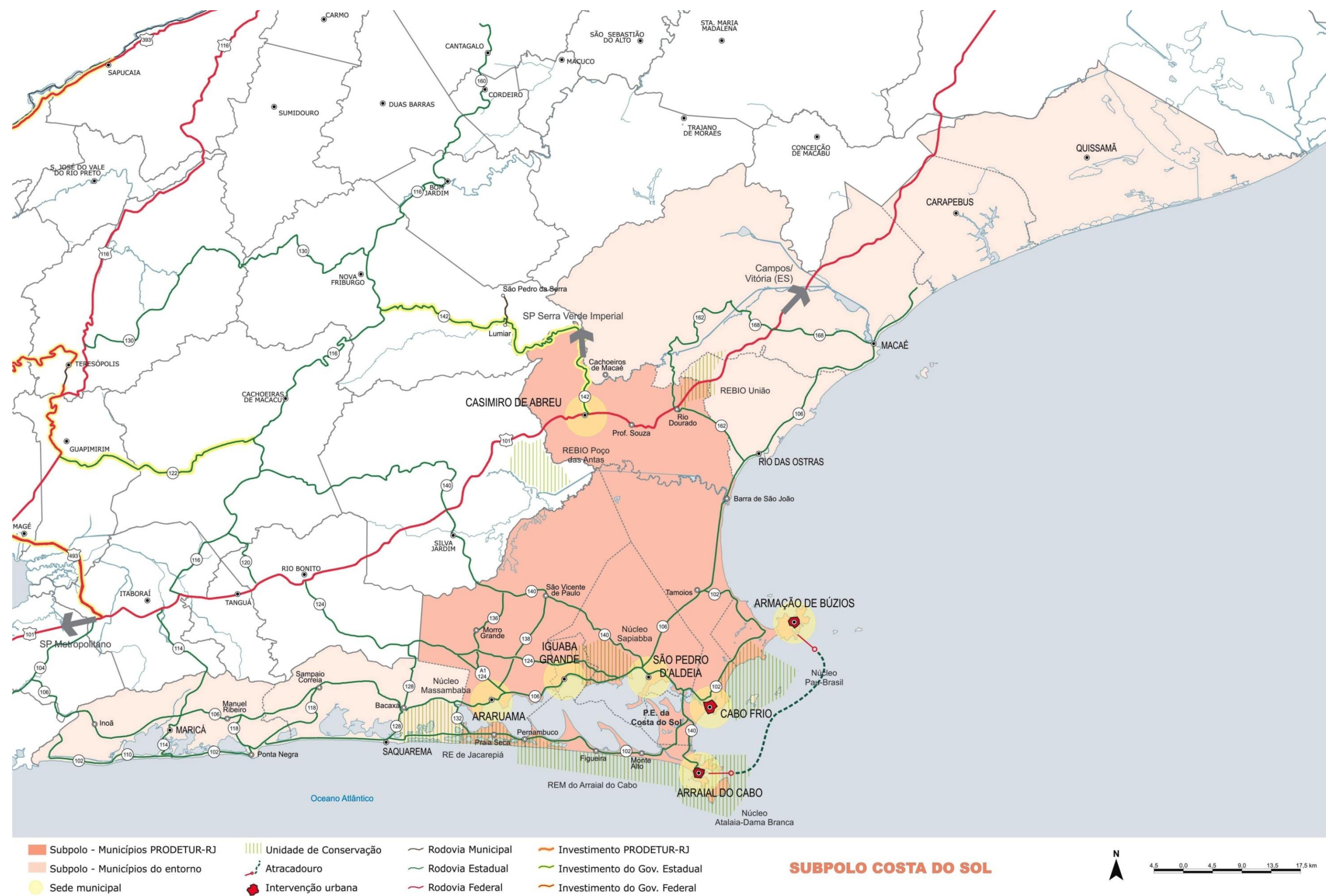
- . Caminho dos Museus: circuito turístico-cultural que reúne o Museu de Arte Contemporânea (MAC), o Museu do Ingá, o Museu Antônio Parreiras e o centro cultural do Solar do Jambeiro, nos bairros de Boa Viagem e do Ingá.
- . Caminho Niemeyer: circuito que se propõe a promover a arte e a cultura, com edificações que, juntas com o Museu de Arte Contemporânea – MAC, formam um caminho ao longo da orla da baía de Guanabara, denominado Caminho Niemeyer, pois todos os projetos são de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

No roteiro, são valorizados os pontos turísticos e históricos da Baía de Guanabara, que, certamente, são cartões postais da Cidade Maravilhosa.

No Subpolo Costa do Sol

Aspectos Físicos

A figura a seguir apresenta os limites do subpolo, suas principais cidades e ligações viárias.



O Subpolo Costa do Sol situa-se a leste do Subpolo Metropolitano. Em sua maior parcela, abrange um extenso relevo colinoso que, ao chegar a linha de costa, dá lugar a extensos cordões arenosos de origem marinha recobertos por vegetação de restinga.

Os terrenos colinosos, situados à retaguarda dos cordões arenosos e das lagunas costeiras, são aproveitados predominantemente com pastagens para gado e ganham destaque também as culturas de cítricos e cocos. Entre as colinas são encontradas extensas áreas inundáveis, em especial na bacia do rio São João onde os baixos vales consistem de planícies flúvio-lagunares ou brejos, bastante inundáveis. Destacam-se também contrafortes isolados, evidenciados pelos maciços de Mato Grosso e Palmital, além de outras formações montanhosas e colinas ou morrotes isolados, presentes nos promontórios de Arraial do Cabo e de Armação dos Búzios.

Seis dos sete municípios beneficiários diretos dos investimentos do PRODETUR-RJ são reconhecidos pelas suas características de desenvolvimento e ocupação de áreas litorâneas que incluem não apenas praias de mar aberto, mas também regiões estuarinas, lagunares, costões rochosos, restingas e também dunas e áreas baixas. Exceção pode ser apontada no caso de Casimiro de Abreu, município cuja sede se localiza em área distante do litoral, mas que possui importante distrito turístico no litoral – Barra de São João.

A intensificação da ocupação data de cerca de 30 anos atrás com a demanda do turismo de segunda residência, atraído pela proximidade do Rio de Janeiro. Aos poucos, os atrativos turísticos da região despertaram os interesses de estados vizinhos, notadamente de Minas Gerais, e de estrangeiros, principalmente dos argentinos com relação à Armação dos Búzios.

A temperatura média anual varia entre 22–24°C, e a precipitação varia enormemente, indo de 750mm junto à costa na região de Arraial do Cabo e Búzios até 1600mm junto ao sopé da Serra do Mar em Casimiro de Abreu. O clima varia de tropical seco junto à costa a úmido subúmido mais para o interior.

Clima, solo e recursos hídricos

Na tabela abaixo, são apresentadas informações sobre o clima, solo e recursos hídricos deste Subpolo.

Tabela 38 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Costa do Sol

Municípios	Clima (Temperaturas Médias Anuais / Precipitações ***)		Solo (Geomorfologia**)	Recursos Hídricos (Regiões Hidrográficas*)
	Verão (°C) / (mm)	Inverno (°C) / (mm)		
Araruama	26 °/ 241 mm	21 °/48 mm	Planícies Fluviais e Flúvio Marinhas, Cordões Arenosos, Dunas e Restingas	RH VI - Lagos - São João
Armação dos Búzios				
Arraial do Cabo				
Casimiro de Abreu				
Cabo Frio				
Iguaba Grande				
São Pedro da Aldeia				

Fonte: Regiões Hidrográficas, Geomorfologia, Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

* Regiões Hidrográficas segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

** Geomorfologia segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

*** Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

Expansão da área urbana

Assim como em todo o estado do Rio de Janeiro, o crescimento urbano no Subpolo é bastante significativo, representando um acréscimo de 61% ao longo do período 1994–2007, correspondente a uma taxa anual de aproximadamente 5%. As maiores taxas são verificadas nos municípios de Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu e Búzios que são: 160%, 125% e 89%, respectivamente. No “entorno” do Subpolo os

municípios de Rio das Ostras e Macaé expandem suas respectivas malhas urbanas em algo como 92%, em grande parte explicado pela demanda por solo criada, direta e indiretamente, pela chamada *indústria do petróleo*.

Tabela 39 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Costa do Sol

MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL			ÁREA URBANA					
	Em 2007	% do Subpolo	% da Região	1994			2007		1994 a 2007
	Km2			Km2	% Total		Km2	% Total	
PRODETUR	Araruama	636,8	29,95%	13,08%	45,7	7,18%	67,9	10,66%	48,58%
	Armação dos Búzios	70,0	3,29%	1,44%	8,6	12,29%	16,2	23,14%	88,37%
	Arraial do Cabo	157,9	7,43%	3,24%	3,8	2,41%	9,9	6,27%	160,53%
	Cabo Frio	411,0	19,33%	8,44%	29,5	7,18%	47,6	11,58%	61,36%
	Casimiro de Abreu	463,5	21,80%	9,52%	4,0	0,86%	9,0	1,94%	125,00%
	Iguaba Grande	49,5	2,33%	1,02%	8,3	16,77%	12,6	25,45%	51,81%
	São Pedro da Aldeia	337,8	15,89%	6,94%	20,1	5,95%	30,4	9,00%	51,24%
	Total Subpolo	2.126,5	100,00 %	43,69%	120,0	5,64%	193,6	9,10%	61,33%
	TOTAL REGIÃO	4.866,8	100,00 %	100,00%	203,8	4,19%	328,7	6,75%	61,29%
Entorno	Total Entorno	2.740,3	100,00 %	56,31%	83,8	3,06%	135,1	4,93%	61,22%
	Entorno Norte	1.447,8	52,83%	29,75%	36,3	2,51%	69,7	4,81%	92,01%
	Macaé	1.218,3	44,46%	25,03%					
	Rio das Ostras	229,5	8,37%	4,72%					
	Entorno Oeste	1.292,5	47,17%	26,56%	47,5	3,68%	65,4	5,06%	37,68%
	Saquarema	353,0	12,88%	7,25%					
	Silva Jardim	939,5	34,28%	19,30%					

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007)

Vulnerabilidade urbana

No período 2000 – 2007 o CBMERJ registrou 23 eventos de características variadas, sendo 2 inundações e 8 alagamentos, assim distribuídos:

- . Araruama – 2 eventos de características variadas, sendo 1 inundações e 1 alagamento.
- . Armação dos Búzios – 3 eventos de características variadas, sendo 1 alagamento.
- . Arraial do Cabo – não ocorreram alagamentos ou inundações no período.
- . Cabo Frio – 5 eventos de características variadas, sendo 2 alagamentos.
- . Casimiro de Abreu – 5 eventos de características variadas, sendo 1 alagamento.
- . Iguaba Grande – 2 eventos de características variadas, sendo 1 inundações.
- . São Pedro da Aldeia – 6 eventos de características variadas, sendo 3 alagamentos.

Em consequência dos desastres naturais acima relatados, inúmeras pessoas foram envolvidas e prejudicadas, sendo muitas afetadas, outras deslocadas de suas moradias e ainda outras feridas ou mortas. Os números apurados pelo CBMERJ entre 2000 e 2007 totalizaram para essa região: 23.380 pessoas envolvidas nesses eventos, sendo 18.558 pessoas afetadas, 4.812 pessoas deslocadas e 10 pessoas mortas ou feridas.

Saneamento Ambiental

O relevo pouco acidentado (excetuando-se os costões rochosos e as falésias de Armação dos Búzios) e as poucas áreas de reservas florestais informam a pouca disponibilidade de recursos hídricos com vistas ao abastecimento de água. Por essa razão, durante muito tempo, o abastecimento de água se mostrou um fator restritivo à acelerada expansão dos loteamentos e condomínios voltados para o chamado turismo de final de semana, afetando também hotéis e pousadas. A forte pressão de grupos de interesse associados à indústria da distribuição de água por meio de “caminhões-pipa”, bem como a necessidade de captação e tratamento de

água em bacias mais distantes, retardou por muito tempo a implementação de soluções definitivas ao problema.

Os indicadores apresentados pelo SNIS-2008 (tabela abaixo) indicam a universalização dos serviços de atendimento urbano de água em cinco dos seis municípios. A exceção é Araruama, que caminha para tal, com 95% de atendimento. Entretanto, mesmo a página da Prolagos, a concessionária responsável pelos serviços de saneamento básico dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande e pelo abastecimento de água de Arraial do Cabo, indica que 90% das famílias residentes na zona urbana destes municípios são atendidas hoje pelos seus serviços.

Abastecimento de água

Teresópolis e Cachoeiras do Macacu concedem os serviços de abastecimento de água à CEDAE. Petrópolis e Nova Friburgo, que detinham tradicionais serviços municipais (o de Nova Friburgo era considerado como dos mais antigos e eficientes do país), concederam os mesmos ao setor privado, há poucos anos, ambos a empresas do grupo Águas do Brasil. Conforme indica a tabela abaixo, os índices de atendimento de água de Teresópolis (CEDAE) atingiam, em 2007, a quase a totalidade das áreas urbanas; esses índices são menores em Petrópolis e Nova Friburgo e extremamente baixos em Cachoeiras do Macacu. Tal cenário pode ser creditado ao fato da CEDAE atender apenas ao núcleo urbano do distrito-sede, enquanto que outros distritos são atendidos por sistemas isolados, pela administração local. Para Petrópolis, os dados disponibilizados e atualizados pela CAI indicam a quase universalização do atendimento: em 1998 existia uma única estação de tratamento de água – a ETA Itaipava – cujo tratamento limitava-se à cloração da água, e apenas 3% da população consumia água tratada. Registra-se que o abastecimento de água regular no município de Nova Friburgo tem sido afetado durante os longos períodos de estiagem na região, sobretudo, nas áreas mais altas.

Tabela 40 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Costa do Sol

Município	Prestador	IN023 – Índice de atendimento urbano de água [percentual]
Armação dos Búzios	PROLAGOS	100,0
Araruama	CAJ	95,0
Arraial do Cabo	PROLAGOS	100,0
Iguaba Grande	PROLAGOS	100,0
São Pedro da Aldeia	PROLAGOS	100,0
Casimiro de Abreu	SAAE/CEDAE	100,0
Cabo Frio	PROLAGOS	100,0

Fonte: SNIS 2008

Deve-se observar que trata-se, nesse índice, da disponibilidade de rede, mas não da intermitência dos serviços ou da qualidade da água disponibilizada. A questão mais grave, nesses municípios, sempre foi, reconhecidamente, a insuficiência sazonal de água tratada, exatamente nos períodos de maior afluxo do turismo. Residências e hotéis passaram a construir enormes cisternas para armazenar água para esses períodos, caminhões-pipa fizeram, por muito tempo, parte da paisagem urbana desses municípios, com aumento de custos para moradores, comerciantes e turistas.

Esse cenário – como antes apontado – modificou-se desde a formação do Consórcio Intermunicipal Lagos São João e da concessão dos serviços à Prolagos e à CAJ. A água produzida e distribuída pelo Sistema Juturnaíba é captada na Represa de Juturnaíba, represada em 1978, manancial formado pelos rios São João, Capivari e Bacaxá.

A estação de tratamento – ETA Juturnaíba permite a distribuição de água, pela Prolagos, para os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Armação dos Búzios e Iguaba Grande e à Companhia Águas de Juturnaíba – CAJ a distribuição para Araruama. Além dessa, a Prolagos utiliza a ETA Tamoios para atender ao 2º distrito de Cabo Frio.

Os sistemas, em Casimiro de Abreu, são independentes, operados por Serviço Autônomo, no distrito e pela CEDAE, na sede municipal.

O Instituto Estadual de Ambiente (INEA) é o órgão responsável pelo monitoramento e controle da qualidade do manancial e as empresas disponibilizam relatórios semestrais – via internet, da qualidade da água oferecida.

Não se observam notícias e reclamações mais recentes sobre falta d'água, inviabilizando o afluxo turístico nesse subpolo. Apenas em função de fortes chuvas, no início de 2010, houve uma chamada nesse sentido

Esgotamento sanitário

Da mesma maneira, o esgotamento sanitário, exatamente na medida da expansão dos loteamentos e condomínios, pousadas e hotéis, veio se tornando reconhecidamente um fator restritivo ao turismo, resultando em intensa poluição da Lagoa de Araruama, das praias litorâneas e também das pequenas lagoas que compõem o microssistema de drenagem de Armação dos Búzios.

A dimensão desses impactos e limitações ao desenvolvimento do turismo, associados à interface ambiental desses problemas, reforçaram a iniciativa de criação do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, em 1999, que inclui, além dos sete municípios componentes deste subpolo, outros 4 municípios: Silva Jardim, Rio das Ostras, Saquarema e Rio Bonito. Do ponto de vista institucional, essa iniciativa marca o início de um processo de reversão da degradação ambiental e das limitações do saneamento ambiental, ainda não concluído, mas que aponta para melhoria substancial na capacidade de suporte das infraestruturas de saneamento no subpolo Costa do Sol.

Tabela 41 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Costa do Sol

Município	Prestador	Serviço	IN024 – Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água [percentual]	IN016 – Índice de tratamento de esgoto [percentual]
Armação dos Búzios	PROLAGOS	ÁGUA E ESGOTO	78,8	100,0
Araruama	CAJ	ÁGUA E ESGOTO	68,0	
Arraial do Cabo	PROLAGOS	ÁGUA		
Iguaba Grande	PROLAGOS	ÁGUA E ESGOTO	61,4	100,0
São Pedro da Aldeia	PROLAGOS	ÁGUA E ESGOTO	70,4	100,0
Casimiro de Abreu	SAAE / CEDAE	ÁGUA E ESGOTO	76,2	0,0
Cabo Frio	PROLAGOS	ÁGUA E ESGOTO	90,8	100,0

Fonte: SNIS 2008

As informações sobre a qualidade das águas na Lagoa de Araruama indicam resultados positivos nos esforços de ampliação dos sistemas de coleta e tratamento, seja para balneabilidade, seja também para pesca. Contudo, é perceptível ao cidadão, especialmente nos períodos de super-utilização, a fragilidade dos sistemas de esgotamento sanitário nas áreas urbanas, com forte e permanente odor e afastamento visível de turistas, nas áreas centrais de vários dos municípios.

Resíduos sólidos

Os dados disponíveis sobre resíduos sólidos, como antes apontado, são extremamente frágeis e não traduzem claramente os sistemas de coleta e manejo em operação. Mesmo os dados sobre quantidade coletada, quando existentes, não representam a realidade de municípios com características ímpares de sazonalidade. Ou seja, os serviços devem ser dimensionados de forma totalmente diferenciada para a população local, ao longo do ano e para a população flutuante, em finais de semana, feriados e férias. Verifica-se terceirização dos serviços de coleta e disposição final em todos os municípios, com disposição final variada, incluindo lixões inadequados.

Tabela 42 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Costa do Sol

Município	Órgão Ambiental	Empresa de Coleta/Órgão municipal responsável	Qtd. t/dia	Área de transbordo	Destino
Araruama	Sec. Mun. de Meio Ambiente	Selix	100	N	Lixão de Araruama
Armação dos Búzios	Sec. Mun. De Meio Ambiente e Pesca	Terceirizada			Aterro de São Pedro da Aldeia
Arraial do Cabo	Sec. Mun. de Meio Ambiente	Limpatec	1		Lixão Municipal
Cabo Frio	Sec. Mun. de Meio Ambiente e Pesca				
Casimiro de Abreu	Sec. Mun. de Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável	EGGER		S	Terramac envia para a AS MTR
Iguaba Grande	Sec. Mun. Do Meio Ambiente	Itaclean			CTR de Dois Arcos
São Pedro da Aldeia	Sec. de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Dois Arcos	45,5	N	aterro particular Dois Arcos

Fontes: Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Estado RJ. – INEA/UERJ – 2009

Não se verifica qualquer iniciativa de coleta seletiva, nem mesmo em municípios com Armação dos Búzios, onde o padrão internacional de pousadas e hotéis e afluência de turismo do exterior e de mais alto padrão poderia significar uma exigência a mais de qualificação desses estabelecimentos.

Somente alguns pontos de entrega voluntária – PEVs para pilhas, baterias, lixo tecnológico e pneus se encontram em Araruama e Cabo Frio, bem como uma

iniciativa em escola de São Pedro da Aldeia para coleta de embalagens Tetrapack. Araruama já contou com usina de triagem, mas esta não está em funcionamento.

A despeito da lei 4191/2003⁴, a questão da disposição final não foi solucionada. Todos os municípios encaminham seus resíduos para lixão. O aterro sanitário de Armação dos Búzios em Baía Formosa também tornou-se lixão e está sob ação do Ministério Público; em São Pedro da Aldeia, o antigo lixão está em remediação.

O Plano Estadual de gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PEGIRS, aponta, em seu diagnóstico, um direcionamento para a regionalização e a gestão associada do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos. Apoia-se na própria estrutura de consórcio já formada na região e propõe centrais de tratamento e reciclagem – CTRs nos vários municípios, estações de transferência e aterros sanitários comuns.

Drenagem urbana

Como antes apontado, em função das características do relevo nessa região litorânea e do regime de chuvas, não se verificam graves problemas relativos ao manejo das águas pluviais urbanas, a não ser aqueles decorrentes do processo de urbanização – loteamentos, condomínios e parcelamentos informais que, sem adequado planejamento, não respeitaram adequadamente as linhas naturais de drenagem, os pontos baixos e lagoas de absorção das águas de chuva. Nesses locais, pontos baixos nas ruas se formam invariavelmente, eventualmente misturando-se a esgotos sanitários.

Os principais aspectos referentes à drenagem nesses subpolo, com reflexos importantes no sistema hidrográfico da região, estão associados ao histórico de

⁴ Lei n°. 4191/2003. *. Dispõe Sobre a Política Estadual de *Resíduos Sólidos* do Rio de Janeiro.

despejo de esgotos nos cursos d'água, em especial na Bacia do Rio Una e da Lagoa de Araruama.

A Lagoa de Araruama depurou durante anos, gratuitamente, toneladas de esgoto que foram nela lançados. Entretanto, nos últimos anos, começou a apresentar um quadro de eutrofização: produção excessiva de algas alimentadas pelo nitrogênio e fósforo oriundos do esgoto. Já o Rio Una é um dos rios da região que, apesar de dar nome à bacia não está mais perene.

Em vista desse cenário, o Consórcio Lagos São João iniciou o Programa de Macrogestão da Bacia da lagoa de Araruama e Rio Una. O quadro abaixo transcreve as iniciativas em desenvolvimento pelo consórcio nessa direção.

Incidência de doenças de veiculação hídrica

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS, neste Subpolo, a diarreia apresentou grande variação entre os anos selecionados, forte queda de 1996 (0,63) para 2000 (0,09), e depois quase dobrando em 2007 (0,017), devido ao desempenho do “entorno” (0,07), uma vez que nos municípios base o indicador praticamente não variou de 2000 para 2007. O nível mais elevado de ocorrência desta doença foi em Rio Bonito (0,052), seguido de Cabo Frio (0,030).

Já a leptospirose apresenta indicador médio bastante inferior que os demais Subpolos. A taxa mais elevada foi registrada em Iguaba Grande (0,024), o que contudo deve-se aos 5 casos registrados no ano de 2007, uma vez que desde 1995 não ocorria a doença (ou, ao menos, não se registrava).

Tabela 43 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Costa do Sol

Municípios e "Entorno"		DIARRÉIA				
		Total de casos (1996 a 2007)	taxa de mortalidade infantil por mil habitantes			
			média (ano 2000)	1996	2000	2007
Costa do Sol	Araruama	24	0,024	0,091	0,000	0,010
	Armação dos Búzios	3	0,014	0,000	0,000	0,000
	Arraial do Cabo	1	0,003	0,000	0,000	0,040
	Cabo Frio	45	0,030	0,108	0,024	0,000
	Casimiro de Abreu	3	0,011	0,000	0,000	0,037
	Iguaba Grande	2	0,011	0,000	0,000	0,051
	São Pedro da Aldeia	9	0,012	0,000	0,016	0,013
	total	87	0,021	0,059	0,011	0,012
Entorno	Macaé	28	0,018	0,044	0,000	0,024
	Rio Bonito	31	0,052	0,237	0,040	0,096
	Rio das Ostras	3	0,007	0,000	0,000	0,000
	Saquarema	8	0,013	0,023	0,000	0,000
	Silva Jardim	–	ND	ND	ND	ND
	total	70	0,020	0,068	0,007	0,024
Total Subpolo		157	0,020	0,063	0,009	0,017

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Tabela 44 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Costa do Sol

Municípios e "Entorno"		LEPTOSPIROSE				
		Total de óbitos (1995 a 2008)	taxa de morbidade por mil habitantes			
			média (ano 2000)	1996	2000	2007
Costa do Sol	Araruama	0,004	5	0,004	5	
	Armação dos Búzios	ND	ND	ND	ND	
	Arraial do Cabo	ND	ND	ND	ND	
	Cabo Frio	0,001	2	0,001	2	
	Casimiro de Abreu	0,006	2	0,006	2	
	Iguaba Grande	0,024	5	0,024	5	
	São Pedro da Aldeia	0,003	3	0,003	3	
	total	0,003	17	0,003	17	
Entorno	Macaé	0,007	13	0,007	13	
	Rio Bonito	0,016	11	0,016	11	
	Rio das Ostras	0,006	3	0,006	3	
	Squarema	ND	ND	ND	ND	
	Silva Jardim	0,007	2	0,007	2	
	total	0,007	29	0,007	29	
Total Subpolo		46	0,005	46	0,005	46

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Acessos e Mobilidade

O subpolo é cortado pela BR-101, principal eixo estruturador da acessibilidade à região, estabelecendo sua ligação com as Regiões Sul e Nordeste do país (ver figura 8). Essa função é complementada pela rodovia estadual RJ-124 (Via Lagos), que faz a ligação entre Rio Bonito e alguns dos principais destinos da região através de trecho sob concessão.

A Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), correndo paralela à BR-101 na região, também possui grande importância estruturadora, integrando internamente os municípios da

região desde a Região Metropolitana até Rio das Ostras e configurando-se também como alternativa à Via Lagos (rodovia pedagiada) no acesso a alguns destinos.

As estradas estaduais efetivamente litorâneas (como a RJ-102), que acompanham a orla, e as estradas transversais que se articulam com a faixa litorânea, também são importantes eixos de mobilidade na região, que de forma geral é bastante privilegiada no que diz respeito à questão da acessibilidade.

Interessante marcar também a importância da articulação da Costa do Sol com a Serra Verde Imperial através da rodovia estadual RJ-142 (Serramar), não só por sua função na integração dos fluxos, mas por seu próprio potencial turístico, dada a beleza cênica de seu trajeto.

O recentemente instalado Aeroporto Internacional de Cabo Frio apresenta-se como uma oportunidade a médio e longo prazo de desenvolvimento econômico para a região, embora poucos sejam os voos regulares de passageiros e o volume de trânsito seja inexpressivo frente ao número de leitos disponíveis na região, muito maior que o número de assentos ofertados.

Investimentos em infraestrutura urbana

A dinâmica regional e urbana observada exige capacidade de resposta do poder público para lidar com demandas de infraestrutura urbana. Para medir essa capacidade de resposta adotamos como indicador a parcela do investimento total das prefeituras que é destinada à geração/melhoria da infraestrutura urbana.

No agregado, os municípios de entorno deste Subpolo apresentaram percentual médio de investimento em saneamento e urbanismo bastante superior que os municípios PRODETUR (25,4% contra 17,2%) no período de 2002 a 2008. Dentre os municípios prioritários do presente trabalho, Armação dos Búzios e Cabo Frio foram os que apresentaram percentual médio anual de gastos em urbanismo e saneamento mais elevado (20,9% e 22,5%, respectivamente).

Araruama teve suas contas reprovadas em 4 dos 7 anos do período 2002 a 2008, tornando pouco representativos seus dados. Já Iguaba Grande é um caso muito

peculiar, pois de 28,1% em 2002 caiu até zero em 2005 e desde então retomou este ramo de investimento atingindo 11,9% em 2008.

Tabela 45 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Costa do Sol

Municípios		Investimento percentual em urbanismo e saneamento							Média anual (%) 2002 a 2008
		2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
Costa do Sol	Araruama	ND	ND	ND	12,7	ND	2,4	2,4	5,9
	Armação dos Búzios	21,8	17,5	23,8	13,9	20,1	24,5	24,5	20,9
	Arraial do Cabo	10,0	ND	8,3	ND	13,6	9,5	4,6	9,2
	Cabo Frio	20,8	26,7	ND	13,9	23,7	26,2	23,5	22,5
	Casimiro de Abreu	12,9	12,4	14,1	4,7	2,0	5,3	4,3	7,9
	Iguaba Grande	11,9	14,2	10,0	0,0	4,1	8,2	28,1	10,9
	São Pedro D'Aldeia	12,2	10,9	17,4	17,9	12,8	19,0	21,8	16,0
	total	17,9	20,7	16,5	12,3	17,3	17,9	17,5	17,2
Entorno	Macaé	19,3	20,7	21,4	22,0	29,3	28,9	20,9	23,2
	Rio Bonito	5,7	ND	7,9	5,5	ND	6,4	10,2	7,2
	Rio das Ostras	18,8	26,0	46,9	47,5	50,7	0,8	37,3	32,6
	Saquarema	22,6	18,6	20,6	19,3	16,2	18,8	37,0	21,9
	Silva Jardim	ND	11,5	10,9	11,7	12,6	13,4	10,5	11,8
	total	18,7	21,8	29,2	28,5	35,2	18,0	26,4	25,4
Total do Subpolo		18,4	21,4	26,6	22,6	29,6	17,9	22,6	22,7

Fonte: elaboração própria a partir de dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA), Secretaria do Tesouro Nacional

Aspectos Econômicos

Pode ser destacado, como principal ponto forte, a base econômica da atividade fortemente calcada no turismo de segunda residência e no segmento de sol & praia.

Porém, há um conjunto muito superior de dificuldades a serem superadas, a saber:

- ✓ Segmento da economia com baixa articulação regional.

- ✓ Atividade turística sazonal: períodos de alta densidade contra períodos de baixíssimo fluxo turístico.
- ✓ Ausência de política de valorização dos veranistas visando dinamizar a economia.
- ✓ Ausência de produtos formatados para comercialização em larga escala.
- ✓ Baixo valor agregado ao produto turístico – pouca oferta de atrativos complementares ao turismo de sol&praia.
- ✓ Falta programa/projeto para capacitação dos empreendedores e da mão-de-obra.

Tabela 46 – PIB 2009 no Subpolo Costa do Sol

Municípios	PIB a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009	PIB per capita a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009
Araruama	1.127.205,85	10.274,88
Armação dos Búzios	930.198,03	32.464,25
Arraial do Cabo	308.012,04	11.451,96
Cabo Frio	4.596.004,39	24.709,17
Casimiro de Abreu	1.001.154,80	32.747,44
Iguaba Grande	210.597,22	9.177,55
São Pedro da Aldeia	778.181,80	9.169,54

Fonte: CEPERJ

Tabela 47 – Valor adicionado em 2009 no Subpolo Costa do Sol

Municípios	Administração Pública (1000 R\$)	Agropecuária (1000 R\$)	Indústria (1000 R\$)	Serviços (1000 R\$)	Valor Total (1000 R\$)
Araruama	364.645,43	14.658,77	140.744,40	899.527,22	1.054.930,38
Armação dos Búzios	139.946,98	2.696,44	538.093,76	364.471,68	905.261,88
Arraial do Cabo	103.699,56	5.165,11	57.108,95	233.120,16	295.394,21
Cabo Frio	713.064,61	22.294,65	2.661.386,28	1.800.958,54	4.484.639,47
Casimiro de Abreu	149.946,97	7.225,65	658.428,38	305.177,52	970.831,55
Iguaba Grande	84.237,08	1.700,31	18.786,24	181.492,36	201.978,90
São Pedro da Aldeia	286.260,99	11.671,96	74.350,75	645.570,33	731.593,04

Fonte: CEPERJ

Aspectos Culturais

Patrimônio Histórico e Cultural

Araruama

Em Araruama, existem mais de dez sítios cerâmicos registrados. A cerâmica Una está presente nas camadas superiores dos sítios Corondó, Malhada e em sambaquis de Araruama. O sítio arqueológico de Morro Grande é dos mais importantes da região e contribuiu para identificar a da época em que a nação Tupi ocupou o território fluminense. Outros sítios significativos para os estudos arqueológicos em Araruama: São José, Serrano e Condomínio Jardim Bela Vista.

Em Saquarema são mais de vinte os sítios registrados, em sua maior parte sambaquis. O mais importante é o sambaqui da Beirada, único aberto à visitação pública. Os demais sambaquis que restaram são os de Manitiba, da Pontinha e de Jaconé.

Dentre os vestígios remanescentes dos ciclos econômicos da cana e do sal destacam-se as fazendas Aurora, Morro Alegre, Figueira e Lagoa Preta. Quase todas foram implantadas nas encostas das colinas, próximas aos pequenos córregos e lagoas que as abasteciam de água. A única sede protegida na região é a da Fazenda Aurora, construída em meados do século XIX e localizada no Km 26 da Rodovia RJ-124, que foi tombada pelo INEPAC em 2001.

Como registro significativo da ocupação mais recente, relacionada à fase dos loteamentos de veraneio, há um exemplar da arquitetura de mestre Lucio Costa datado de 1944, localizado na Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) no Km 85, tombado pelo INEPAC desde 1991.

Armação dos Búzios

Os vestígios da proto-história geológica da região podem ser observados em dois pontos da península de Búzios: na Ponta da Lagoinha as rochas indicam a paisagem semelhante às montanhas do Himalaia e, na Ponta do Marisco (canto direito da praia de Geribá), há indícios geológicos da abertura do Oceano Atlântico e do fim do

“Himalaia brasileiro”. Além destes vestígios, inseridos em costões rochosos, a paisagem buziana é marcada por praias rústicas e águas claras e azuis. A vegetação nativa é classificada como Estepe Arbórea Aberta, localizada nos solos rasos dos costões, nos grotões e nas encostas em declive.

Com o objetivo de proteger aquelas formações geológicas e as paisagens mais marcantes, o INEPAC promoveu em 2003 o tombamento de duas áreas da península: o sítio natural localizado entre o final da praia do Canto e a enseada da Tartaruga, contornando o litoral e abrangendo a praia dos Amores, a ponta da Cruz e a praia das Virgens e os costões rochosos ali existentes; e o sítio natural que compreende toda a vertente da costa leste do município, entre a Ilha do Boi e a Ponta de João Fernandes e inclui o promontório do Cabo Búzios, contornando o litoral e abrangendo a Ponta do Boqueirão, a Ponta Criminosa, a Praia Brava, a Ponta do Olho de Boi, a Ponta Grossa, o Saco do Forninho, a Ponta do Forno, a praia do Forno, a praia da Foca, a Ponta da Lagoinha, e os costões rochosos.

Como testemunhos do povoamento primitivo há sítios arqueológicos localizados em Geribá, Tucuns, Foca, Ferradura e Manguinhos, entre outros locais. Em 2008, o arqueólogo Antonio Jose Altamirando fez importante e inédito achado em Búzios: o sítio Pirâmide das Cobras, no costão rochoso das Poças. *“Trata-se de uma área rochosa com desenhos nas rochas de figuras de cobras (...); na caverna de 16m de profundidade aparece uma pirâmide de rocha sólida talhada de 3,5m de base e de 5-8 toneladas de peso banhada pelas águas do oceano Atlântico; (...) dentro da gruta aparecem desenhos de coruja, morcego e rostos humanos mutilados, talhadas em alto e baixo relevo na rocha anfíbolito”*.

Dentre os registros de “pedra e cal” do período colonial destacam-se a Igreja de Sant’Anna (Praia dos Ossos, 1740) e a Casa do Sino (Armação, antigo depósito de escravos, armazém e capatazia da Fazenda dos Campos Novos). Outros bens de interesse, mais recentes, são; a sede da Colônia de Pescadores, em Armação; a casa denominada de “Colônia”; a residência na orla da Armação, em frente ao morro Humaitá; o Solar do Peixe Vivo; as Igrejas Metodistas de Baía Formosa (1928) e de Manguinhos (1933); os templos da Assembléia de Deus (rua das Pedras e Praia da Rasa); a mansão de Luis Honold Reis, na Azeda (1952); e a Casa de Cultura.

Há anos, diversos segmentos da sociedade tem encaminhado propostas à administração local para que ela assuma a proteção de vários desses bens de interesse cultural. Entretanto, não têm sido atendidos. O único o tombamento iniciado pela Prefeitura foi o da Igreja de Sant'Anna, cujo processo ainda não foi concluído.

Arraial do Cabo

O Município de Arraial do Cabo tem entre suas maiores riquezas naturais as paisagens de seu litoral, das se destacam as dunas que se estendem pela orla oceânica desde a praia do Pontal, junto do morro do Forno, até a praia do Forte Cabo Frio. Símbolo de identidade da região, à imagem da mais famosa entre elas, a Duna-Mãe, conhecida pelo povo como Dama Branca, é circundada por verdadeiros corredores de dunas, a ela paralelos, móveis ou já fixadas por vegetação de restinga. As dunas são tombadas pelo INEPAC desde 1988.

Cabo Frio

Como extensão das dunas acima referidas há o Parque das Dunas, localizado no bairro Foguete, que *constitui o mais importante registro ativo eólico do sudeste brasileiro* segundo divulga o site da Prefeitura de Cabo Frio. A maior duna do parque é a Duna Dama Branca, que apresenta uma altura de 33 metros. Sua movimentação é lenta e gradual, soterrando a planície costeira coberta por vegetação de restinga. Além da excepcional beleza geológica e paisagística, a Duna Dama Branca é a maior duna isolada do sudeste brasileiro.

O Conjunto urbano-paisagístico e arquitetônico mais notável de Cabo Frio é o que compreende o morro onde está situada a Capela de Nossa Senhora da Guia e a planície que fica em seu sopé, no entorno da Igreja de Santa Maria dos Anjos, além das ruínas do convento anexo, a Capela e o Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, com o cruzeiro e o adro fronteiro que se estende pelo Largo de Santo Antônio, até a orla do canal. A Capela N.S. da Guia, o Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, a Capela e o Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (1696) foram tombados IPHAN em 1957 e o conjunto como um todo encontra-se protegido desde 1967.

Outro conjunto notável é o do Forte de São Matheus, assentado sobre um penedo que se debruça sobre o oceano. Esta fortificação foi, durante séculos, responsável pela proteção do litoral norte fluminense, permitindo que a ocupação da região garantindo a criação de outros núcleos, além de Cabo Frio, como Campos dos Goitacazes e Macaé. O conjunto, que inclui parte da orla litorânea que se estende a jusante do forte, também foi tombado pelo IPHAN em 1956.

Como bens culturais tombados pelo há ainda o Palácio das Águias (de final séc. XIX). Protegido em 1989, o edifício das Charitas (de 1857) tombado em 1979 e o sítio histórico da antiga Fazenda de Campos Novos, na Rodovia Amaral Peixoto (RJ – 106).

Cabo Frio abriga mais de 20 sambaquis, muitos deles demarcados e protegidos. Alguns já foram objeto de estudos no distrito de Tamoios, no entanto, a urbanização recente tornou difícil a sua localização. Existem ainda vestígios de Sambaquis e sítios cerâmicos na Praia do Forte e seu entorno, devidamente registrados.

Casimiro De Abreu

Dos vestígios da ocupação do litoral há casa natal de Casimiro de Abreu, construída na primeira metade do século XIX, localizada no distrito de Barra de São João, às margens do Rio São João. É um belo exemplar de edificação rural e, também por seus méritos históricos, foi tombada pelo IPHAN em 1963.

Outro vestígio importante na região é a Igreja de São João Batista, construída em 1846 sobre um pequeno promontório rochoso na Pontal da Barra do Rio São João. É tombado pelo INEPAC desde 1979.

São Pedro Da Aldeia

O principal testemunho edificado do período de ocupação da colônia é a igreja jesuítica de São Pedro da Aldeia, também conhecida como Igreja Matriz, localizada na Praça Agenor Santos, no Centro. Dadas suas características históricas e arquitetônicas, a Igreja Matriz e a casa anexa estão protegidas pela União, tendo sido um dos primeiros bens tombados pelo então SPHAN, em 1938.

Outro notável exemplar da cultura local é a expressão vernacular da Casa da Flor. É uma obra de arquitetura e escultura de *seu* Gabriel dos Santos, nascido em 1893, filho de ex-escravo e trabalhador nas salinas de São Pedro d'Aldeia. Está localizada em um Vinhateiro próximo à divisa do município de Cabo Frio. A Casa da Flor foi tombada pelo INEPAC em 1987.

É de se registrar a atuação recente do INEPAC que promoveu em 2006 o tombamento do Centro Histórico de São Pedro da Aldeia, em articulação com a municipalidade local. O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Sítio Histórico de São Pedro da Aldeia é constituído pelos terrenos em encosta, frente para a Avenida São Pedro e Avenida Getúlio Vargas e fundos para Lagoa de Araruama (Avenida Beato José de Anchieta), entre as Ruas Camerindo Santos e a Travessa Getúlio Vargas, incluindo o trecho correspondente à orla da lagoa de Araruama, estendendo-se até a área de lazer delimitada pelo Canal de Mossoró, a Avenida São Pedro e a Travessa Coronel Cantarino, destacando-se as áreas livres e a vegetação existente e, em especial os Portais remanescentes do século XIX. Abrange o traçado urbano a partir do qual a cidade originalmente se desenvolveu, constituído hoje por um conjunto de ruas, avenidas e praças, no qual se inclui a arborização existente. Além da trama viária, foram tombados mais de duas dezenas de imóveis de interesse cultural localizados no Centro Histórico.

Herança cultural – patrimônio imaterial

Dentre as heranças culturais das populações locais, destacam-se os cantos e danças das comunidades negras, principalmente de Armação de Búzios, onde ainda subsistem remanescentes de quilombo, na área da Rasa. Ali também é cultuada a memória do *Pai Vitória*, que teria sido um dos poucos sobreviventes do naufrágio de um navio negreiro nas costas de Búzios, ocorrido no auge do tráfico clandestino de escravos, e se escondeu nas restingas da Rasa, passando a ajudar outros escravos fugitivos.

As comemorações tradições da região estão voltadas para as festas religiosas, sendo as mais importantes: a de São Pedro, comemorada em São Pedro d'Aldeia, nos meses de junho, com procissão marítima de pescadores; a de São Cristóvão, padroeiro do motoristas, festejado em Cabo Frio; a de N.S. de Nazaré, padroeira de

Saquarema, comemorada todos os meses de setembro; e N. S. dos Remédios, padroeira dos pescadores de Arraial do Cabo, festejada em 18 de outubro.

Ações Recentes

Registre-se a implantação do *Plano de Ação das Cidades Históricas nos municípios de Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Quissamã e São Pedro da Aldeia*, em execução pelo IPHAN-RJ, por meio de seu *Escritório Técnico na Região dos Lagos– ETRL*.

Dentre as atividades do *Plano de Ação*, o IPHAN tem realizado eventos de divulgação do patrimônio material e imaterial e reunido *Oficinas de Fomento a Gestão Cultural*. As atividades vem sendo realizadas no Museu de Arte Religiosa e Tradicional, situado no Convento de Nossa Senhora dos Anjos (Largo de Sto. Antonio, s/n. Centro), que sedia o Escritório Técnico do IPHAN na região, e incluem:

- . Apresentação e debates sobre atividades desenvolvidas por instituições preservacionistas da região
- . Exibição de filmes com temática relacionadas ao patrimônio regional: Patrimônio imaterial e tradições culturais nos municípios de Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Quissamã e São Pedro da Aldeia;
- . Atividades de capacitação e de fomento, como elaboração de Projetos para a Lei Rouanet e elaboração de Projetos para a Lei do ICMS.

Principais Núcleos Urbanos

Os principais núcleos urbanos do Subpolo Costa do Sol são as próprias Sedes Municipais.

Paisagens Notáveis

- . Bens culturais e naturais do litoral de Armação dos Búzios que inclui todo o promontório do Cabo Búzios, contornando o litoral, abrangendo a Ponta do Boqueirão, a Ponta Criminosa, a Praia Brava, a Ponta do Olho de Boi, a Ponta Grossa, o Saco do Forninho, a Ponta do Forno, a praia do Forno, a praia da Foca, a Ponta da Lagoinha, e os costões rochosos entremeados por pequenas praias rústicas. Tombamento estadual provisório de 2003;

- . Dunas de Arraial do Cabo e Cabo Frio que se estendem pela orla oceânica, desde a praia do Forte em Cabo Frio até a praia do Pontal, junto do morro do Forno, em Arraial do Cabo. Símbolo de identidade da região, à imagem da mais famosa entre elas, a Duna-Mãe, conhecida pelo povo como Dama Branca, é circundada por verdadeiros corredores de dunas, a ela paralelos, móveis ou já fixadas por vegetação de restinga. Tombamento estadual definitivo de 1988; e
- . Conjunto Paisagístico de Cabo Frio que compreende a Capela de Nossa Senhora da Guia, abrangendo o morro em que está situada e área de em torno, abrangendo: Igreja de Santa Maria dos Anjos; ruínas do convento anexo; Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco e o Largo de Santo Antônio até a orla do canal; o Forte de São Matheus; a faixa do litoral situada entre a Avenida Parque Litorâneo e o mar; o Morro do Telégrafo e os baixios que forem aterrados como acréscimos de marinha no canal de acesso à lagoa. Tombamento estadual de 1967.

Situação atual e tendências no contexto regional e local

No Subpolo Costa Verde

Municípios Envolvidos

Os municípios diretamente beneficiados pelos investimentos previstos no Programa são aqueles que compõem o subpolo: Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty e Rio Claro.

Tabela 48 – Municípios do Subpolo Costa Verde beneficiados pelo PRODETUR – Área e População Residente (2007)

Municípios	Área	População Residente
Beneficiários diretos		
Angra dos Reis	815,7	148.476
Mangaratiba	368,6	29.253
Paraty	931,2	32.838

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ

A beleza paisagística unindo Mata Atlântica e litoral configura importante atrativo para a região da Costa Verde, tendo Paraty e a Baía da Ilha Grande como destinos indutores do turismo doméstico e internacional.

O município de Paraty, além de destino indutor de desenvolvimento turístico, é também destino referência para o segmento de turismo cultural, a partir de sua atratividade histórica, com um importante exemplar da arquitetura colonial brasileira e a procura pela consolidação de um calendário de eventos culturais, com destaque para a Festa Literária Internacional de Paraty – FLIP e o Festival da Pinga, e festividades de caráter religioso tradicional, como a Festa do Divino.

Com relação ao município de Angra dos Reis, destaca-se a Ilha Grande como destino principal, no qual a maior densidade de fluxos turísticos encontra-se na Praia do Abraão, devido às condições de acesso regular pela empresa Barcas S.A., tanto a partir de Angra dos Reis como de Mangaratiba. Outras localidades apresentam menor fluxo devido à falta ou à precariedade de acesso regular. Questões ambientais encontram-se constantemente no foco de discussão e da gestão tanto do setor público como pelo setor privado, de forma a criar condições de compatibilidade entre o desenvolvimento econômico sustentável e a exploração da atividade turística.

O desenvolvimento de outras atividades econômicas, como geração de energia pela Eletronuclear, a construção e reparação de navios e o terminal petrolífero da Petrobras são atividades que precisam ser observadas de forma a serem compatibilizadas com o desenvolvimento do turismo, principalmente quanto a questões de preservação do meio ambiente e de manejo adequado do lixo e dos efluentes líquidos, evitando-se problemas de balneabilidade.

O Município de Rio Claro ainda é inexpressivo quanto a fluxos turísticos e a atrativos capazes de trazer público, porém apresenta condições de destino de passagem interligando com a Via Dutra e o acesso ao Médio Vale do Paraíba, de onde saem parte dos fluxos de turistas para a região da Costa Verde.

Tendências Recentes (destinos e atrativos)

Principais Segmentos Turísticos

- . Turismo de aventura; Turismo cultural; de descanso de lazer; náutico.

Principais Atrativos Turísticos Reconhecidos

- . Baía de Angra dos Reis, notadamente as Ilhas Grande e da Gipóia;
- . Estrada Imperial, em Angra dos Reis;
- . Centro Histórico de Paraty;
- . Caminho do Ouro, em Paraty;
- . Baía de Paraty e Vila de Trindade;
- . Parque Nacional da Serra da Bocaina;
- . Baía de Mangaratiba;
- . Estação Ferroviária de Rio Claro.

Novos Atrativos Turísticos

- . Em Angra dos Reis: Centro Histórico; Ponta do Leste e Monumento Aquidabã; Colégio Naval, Estrada do Contorno de Vila Velha (sede municipal); Costa Oceânica (Bracuhy, Porto Frade e Mambucaba); Praias e núcleos caiçaras da baía;
- . Em Paraty: Rios, cachoeiras e poços; Saco, praia e vila de Paraty – Mirim; Saco e manguezal de Mamanguá; Reserva Ecológica de Juatinga; Enseada da Praia do Sono e Ponta do Caju; Enseada do Pouso e Ilha de Itaoca;
- . Em Mangaratiba: Centro Histórico; Parque Estadual Cunhambebe; Serra do Piloto e Estrada Mangaratiba – Rio Claro;
- . Em Rio Claro: Ruínas de São João Marcos.

No Subpolo Metropolitano

Municípios Envolvidos

No Subpolo Metropolitano são beneficiários diretos dos investimentos do PRODETUR-RJ os municípios de Rio de Janeiro e Niterói, os únicos que integram o referido subpolo turístico.

Tabela 49 – Municípios do Subpolo Metropolitano beneficiados pelo PRODETUR – Área e População Residente (2007)

Municípios	Área (Km² em 2007)	População Residente (hab. – 2007)
Beneficiários diretos		
Niterói	133,20	474.002
Rio de Janeiro	1.201,30	6.093.472
Total Subpolo	1.334,50	6.567.474
Beneficiários indiretos		
Itaguaí	282,10	95.356
Paracambi	188,60	42.423
Seropédica	266,00	72.466
Belford Roxo	77,60	480.555
Duque de Caxias	466,80	842.686
Japeri	81,60	93.197
Mesquita	41,60	182.495
Nilópolis	19,50	153.581
Nova Iguaçu	519,10	830.672
Queimados	76,40	130.275
São João de Meriti	35,10	464.282
Itaboraí	428,20	215.792
Magé	390,60	232.171
Maricá	362,50	105.394
Rio Bonito	461,60	51.942
São Gonçalo	248,40	960.631
Tanguá	142,60	28.322
Total do Entorno	4088,3	4.982.240

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ

A cidade do Rio de Janeiro representa o principal portão de entrada para o turismo doméstico e para o turismo internacional no Estado. O destino apresenta uma forte identidade turística, associada ao lazer e ao entretenimento, com destaque para os meses de férias escolares, associado ao sol e praia como elemento de motivação do público. Importante destino no contexto do segmento de negócios, eventos e convenções, nos últimos anos, a cidade procura se firmar como um destino de eventos esportivos tendo sediado o Pan Americano e diversas outras atividades esportivas de caráter nacional e internacional, permitindo sua candidatura e a conquista em sediar os Jogos Militares Internacionais, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e a Olimpíada em 2016.

Já Niterói destaca-se no cenário estadual e nacional por seus índices de qualidade de vida, servindo como destino de oferta de bens e serviços para as populações da região da baixada litorânea, e das cidades da serra para as quais serve de acesso.

Tendências Recentes (destinos e atrativos)

Mercado consumidor:

- Turistas internacionais; de todo Estado e de outros estados; e da própria Região.

Principais Segmentos Turísticos

- Ecoturismo; Turismo de sol e praia; náutico; cultural; esportes; de aventura; de negócios e eventos; de lazer e descanso; científico, com presença de ornitólogos na região.

Principais Atrativos Turísticos Reconhecidos

No Rio de Janeiro

Centro Histórico

Pão de Açúcar

Museu Histórico Nacional

Jardim Botânico

Forte de Copacabana

Cristo Redentor

Teatro Municipal

Lagoa Rodrigo de Freitas

Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro

Parque Nacional da Floresta da Tijuca

Igreja da Candelária	Praia de Copacabana
Centro Cultural do Banco do Brasil	Praia de Ipanema
Estádio de Futebol do Maracanã	Lapa
Em Niterói	
Museu de Arte Contemporânea	Fortaleza de Santa Cruz
Caminho Niemeyer	Parque da Cidade
	Praias da Região Oceânica
No Subpolo, em geral	
Eventos – Carnaval e <i>Réveillon</i>	Circuito dos Fortes
Museus e Centros Culturais	Passeios de saveiro e Circuito das Ilhas
Espectáculos e shows turísticos/ Casas Noturnas	Trilhas/caminhadas
Circuitos Gastronômicos	Esportes náuticos
Circuito das Praias	<i>Camping</i>
Circuito dos Parques	Compras
Circuito das Igrejas	Vida noturna

Registra-se que apesar do Parque Nacional da Tijuca (Corcovado) e do Monumento Natural Municipal do Pão de Açúcar, a exemplo de outros locais de grande visitação, os mesmos são pouco utilizados como fontes de divulgação dos atrativos turísticos dos demais subpolos.

Novos Atrativos Turísticos

- . No Rio de Janeiro: Praias Oceânicas de Prainha e Grumari
- . Em Niterói: Praias da Região Oceânica.

No Subpolo Costa do Sol

Municípios Envolvidos

No Subpolo Costa do Sol são beneficiários diretos dos investimentos do PRODETUR-RJ os municípios de Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Casimiro de Abreu e Cabo Frio. Considerou-se como

beneficiários indiretos os municípios de Macaé, Rio das Ostras, Saquarema e Silva Jardim.

Tabela 50 – Municípios do Subpolo Costa do Sol beneficiados pelo PRODETUR – Área e População Residente (2007)

Municípios	Área (Km ² em 2007)	População Residente (hab. em 2007)
Beneficiários diretos		
Araruama	636,8	98.268
Armação dos Búzios	70,0	24.560
Arraial do Cabo	157,9	25.248
Cabo Frio	411,0	162.229
Casimiro de Abreu	463,5	16.690
Iguaba Grande	49,5	19.716
São Pedro da Aldeia	337,8	75.869
Total 1	2126,5	422.580
Beneficiário indireto		
Macaé	1.218,3	169.513
Rio das Ostras	229,5	74.750
Saquarema	353,0	65.174
Silva Jardim	939,5	21.362
Total 2	2.740,3	330.799
Total do subpolo (1+2)	4.866,8	753.379

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ

A região já possuiu no conjunto dos seus municípios fluxos turísticos de veraneio expressivos, porém muitos apresentaram nos últimos anos um processo de declínio, alguns em função da construção da Via Lagos, retirando o acesso à região dos centros de Araruama e Iguaba Grande, da concorrência de outros destinos semelhantes em outras regiões ou ainda pela mudança de perfil socioeconômico do público.

O município de Armação dos Búzios configura-se como o principal destino de sol e praia consolidado da região, identificado como um destino internacional no

contexto do MERCOSUL, e também como um destino regional, em especial com foco nos estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais, assim como os demais municípios.

Tendências Recentes (destinos e atrativos)

Mercado consumidor

- . Turistas Nacionais da região; de todo Estado; de outros estados, principalmente de Minas Gerais;
- . Turistas internacionais (maioria origina-se da Argentina);
- . Perfil do Consumidor: terceira idade, e jovens entre 18 e 30 anos e estudantes.

Síntese do processo de uso-ocupação do solo e desenvolvimento das atividades turísticas existentes na região

No Subpolo Costa Verde

A região apresenta grande quantidade de residências de segunda moradia, caracterizando também um turismo de veraneio em períodos de férias e feriados. Atividades voltadas para as práticas do ecoturismo e turismo de aventura, embora identificadas com a geografia da região da Ilha Grande, ainda são inexpressivas, como pode ser verificado observando-se a pesquisa de Perfil de Demanda Turística realizada pela Prefeitura de Angra dos Reis. Esse público é de turistas eminentemente jovens e com baixo nível de gastos, o que afeta negativamente a economia local.

Parati

De todos os núcleos urbanos criados no litoral sul-fluminense durante o período colonial, Parati é o que apresenta história mais rica e diversificada, deixando impregnado em suas paisagens, ruas e edificações a marca dos tempos.

Construído a partir da ocupação da planície situada nas faldas da Serra da Bocaina, em meados do século XVII, o conjunto urbanístico e arquitetônico de Paraty foi

moldado ao longo dos séculos de colonização portuguesa e se destaca de outras cidades históricas brasileiras pela unidade e harmonia estilísticas ímpares, que foram mantidas integras e conservadas.

Emoldurando a pequena urbe implantada ao fundo de uma enseada rasa há uma paisagem exuberante marcada por fortes contrastes: de um lado a Serra do Mar, debruçada sobre o oceano, espalhando suas florestas de remanescentes de Mata Atlântica por elevações abruptas e despejando-as em extensas planícies; de outro lado o litoral, recortado por enseadas, mangues, restingas e praias, onde desemboca uma complexa rede de pequenos rios e canais navegáveis. A água farta e a variedade de alimentos sempre favoreceu a vida humana, desde a época em que ali dominavam os índios guianás, já afetos à pesca do peixe abundante na região, o Paraty.

Do sítio onde foi implantada a vila partiam as antigas trilhas indígenas que transpunham a serra e percorriam o planalto paulista. Nelas, os colonizadores encontraram o trajeto ideal para atingir a região aurífera. A facilidade de penetração para o planalto e a posição privilegiada na Baía da Ilha Grande, favorecendo o caminho marítimo para o Rio de Janeiro, consolidaram o porto e transformaram as trilhas de escoamento da produção do ouro em “caminho das minas”. Desde 1667, quando foi elevada à categoria de vila após tornar-se independente da Vila da Ilha Grande, denominação original de Angra dos Reis, Paraty se transformou em importante centro de distribuição e abastecimento, desfrutando de momentos de prosperidade, mas também enfrentando períodos de crise. Forneceu gêneros de primeira necessidade para as vilas interioranas, localizadas ao longo do caminho de penetração para o planalto.

Na segunda metade do século XVIII, o porto de Paraty entrou em declínio e se isolou da capital do Vice-Reinado, após a abertura de outras estradas mais seguras partindo do Rio de Janeiro, como o “caminho novo de Garcia Rodrigues Paes”. A vila recuperou suas funções de entreposto no final daquele século, com a revalorização do açúcar no mercado internacional e a expansão da cultura da cana nas terras paratienses. Na primeira metade do século XIX o porto aumentou seu movimento com o crescimento da produção cafeeira do Vale do Paraíba e, a partir de 1830, a

exportação de grãos passou a constituir sua maior atividade. Mas enquanto o século se aproximava do fim, a cidade assistia à perda de prestígio do porto devido à expansão das estradas de ferro no eixo Rio – São Paulo, que se transformou no principal meio de escoamento da produção da região do médio Paraíba e sul de Minas Gerais.

O prestígio retornou com a proteção do acervo paisagístico natural, urbanístico e arquitetônico e sua valorização, ocorridas nas últimas décadas. Hoje, a um passo de ser reconhecida pela UNESCO como *Patrimônio da Humanidade*, Paraty é um dos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. No litoral e nas terras situadas no entorno da cidade histórica tem ocorrido intenso processo de ocupação por núcleos urbanos, condomínios de veraneio e marinas.

Angra dos Reis

A cidade–porto de Angra dos Reis é uma das mais antigas do litoral brasileiro. Quando sua costa foi descoberta pela expedição de Gonçalo Coelho, em 1502, tribos de guianás ocupavam todo o litoral e desfrutavam de suas belezas intocadas. Assim permaneceu a região até 1556 quando os filhos do Capitão–mor Antonio de Oliveira iniciaram sua colonização, com a fundação de pequeno povoado em um trecho de costa desprotegida, na localidade hoje conhecida como Vila Velha. Em 1560 o governo da metrópole reconheceu o povoado e em 1608 a paróquia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila da Ilha Grande. Em 1624 a vila foi deslocada para um novo sítio, mais abrigado, onde atualmente se encontra seu centro histórico.

Nos séculos seguintes, o movimento do porto cresceu com o escoamento da produção da região e o núcleo urbano se desenvolveu. No século XIX, Angra dos Reis e Mambucaba escoavam o café produzido na região de Bananal, Areias. Apesar do crescimento, somente em 1835 a Vila da Ilha Grande foi elevada à categoria de cidade, ganhando a denominação definitiva de Angra dos Reis. Após 1870 e nas últimas décadas do século XIX, o porto entrou em decadência com a inauguração das estradas de ferro que interligaram o Rio de Janeiro e São Paulo e desviaram o escoamento da produção cafeeira do vale. Na segunda metade dos ‘800, a região

ainda funcionava como receptora do tráfico de escravos, em diversos portos clandestinos, função que se extinguiu com a abolição da escravatura.

O porto voltou a ser dinamizado na década de 1930, quando um novo ramal ferroviário ligou Angra dos Reis aos estados de Minas e Goiás. Em meados do século XX, com a implantação da Cia. Siderurgica Nacional – CSN, em Volta Redonda, o porto cresceu de importancia por receber o carvão de coque proveniente de Santa Catarina, insumo indispensável na produção do aço. Neste período, a cidade recuperou seu *status* no litoral verde, ainda que seus acessos só fossem possíveis por mar ou através da precária estrada que conectava o litoral aos municípios de Rio Claro e Barra Mansa, atual RJ-155. A instalação do Estaleiro Verolme, na década de 1960, reforçou a importancia da cidade e da região, que se consolidaram definitivamente com a abertura da estrada Rio–Santos, na década de 1970.

Após a construção deste trecho da BR-101, toda a região se desenvolveu, com a instalação de infraestrutura e implantação de loteamentos e condomínios, sejam de moradia permanente, seja residências de veraneio. Além disso, obras como a instalação do Terminal Marítimo da Baía da Ilha Grande – TEBIG da Petrobrás, na Ponta do Leste, e o do complexo de Usinas Nucleares, em Itaorna, significaram marcos de novas funções produtivas, criando postos de trabalho e gerando renda para a região. Em consequência dessas intervenções e das facilidades de acesso, ocorreu nos últimos anos um intenso processo de ocupação no entorno da sede municipal, assim como a criação de novos núcleos urbanos em sua periferia e ao longo do litoral.

Atualmente, Angra dos Reis e sua região representam atrativos turísticos de forte apelo regional, nacional e até internacional, devido à variedade de paisagens que se desfruta no litoral e no mar. A enorme Baía, que se estende de Paraty a Sepetiba, abriga mais de três centenas de ilhas, onde se destaca a mais portentosa e mais visitada – a Ilha Grande, nas quais a vegetação exuberante, entremeada de praias e costões, mergulha no oceano, oferecendo cenários de rara beleza.

Mangaratiba

Terceira cidade–porto mais importante do litoral sul–fluminense, Mangaratiba foi povoada no século XVII por jesuítas e índios catequizados trazidos da Bahia e se tornou freguesia em 1764. Nos primeiros séculos a ocupação do litoral se expandiu e o povoado cresceu, mas Mangaratiba continuou vinculada a Angra dos Reis e, depois, a Itaguaí (1818) conquistando sua independência administrativa somente em 1831, quando foi elevada à categoria de Vila com a denominação de N. S. da Guia de Mangaratiba. O tráfico de escravos e de ouro, que se desenvolveu na região por longo tempo, atraiu piratas de diversas nacionalidades e determinou a construção de varias fortificações, como a Fortaleza de Nossa Senhora da Guia, todas demolidas.

A prosperidade só chegou à Mangaratiba no período áureo do café do vale do Paraíba, quando escoava toda a produção da região de São João Marcos. Para dar conta da produção crescente, a antiga trilha que serpenteava a serra foi transformada em estrada, em meados do século XIX, sendo inaugurada pelo Imperador D. Pedro II em 1857, quando ficou conhecida como “Estrada Imperial”. Outro fator de enriquecimento da região foi o tráfico de escravos, que abastecia o mercado da sede do império e as fazendas do planalto.

A riqueza da região foi efêmera. Assim como em Angra dos Reis, o porto de Mangaratiba perdeu importância a partir de 1870, com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II. A decadência levou à extinção do município em 1892, que voltou a existir em poucos meses, devido a articulações políticas.

O período de estagnação foi até 1914, quando Mangaratiba integrou-se ao sistema ferroviário do Rio de Janeiro, após a extensão do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil até o Município. Durante o século XX ocorreram períodos de progresso econômico, em função da exportação de bananas e da implantação de loteamentos e construção de residências de veraneio na orla marítima. A construção da rodovia Rio – Santos, na década de 1970, integrou definitivamente Mangaratiba ao restante da Costa Verde, determinando mudanças significativas na apropriação do solo.

Rio Claro

O município de Rio Claro integra a antiga região produtora de café do Vale do Rio Paraíba do Sul e, juntamente com Resende, Valença, Vassouras e Piraí, foi responsável pela prosperidade dos núcleos urbanos do litoral, que escoavam sua produção. Na região, um dos maiores distritos produtores do período imperial foi São João Marcos, que surgiu em 1733 quando João Machado Pereira, fazendeiro vindo de Resende, ali instalou uma fazenda. Poucos anos depois, em 1739, João Machado Pereira construiu uma capela dedicada a São João Marcos, em torno da qual se constitui um pequeno núcleo. Em 1755, com o crescimento da produção e da população, foi elevada à categoria de paróquia e, já em 1811 foi reconhecida como Vila.

No século XIX, seu maior produtor de café foi o Comendador Joaquim José de Souza Breves, que possuía cerca de vinte fazendas onde trabalhavam mais de 6.000 escravos. Sua produção, que chegou a superar a marca de 1% de toda a produção brasileira de café, era armazenada em trapiches localizados no saco do Sahy e na Marambaia, em Mangaratiba. A decadência da cultura cafeeira fluminense e abolição da escravatura fizeram a região perder importância e sua população definhou.

O centro histórico da outrora próspera cidade foi tombado como monumento nacional, sendo a primeira cidade brasileira protegida pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 1939, quando São João Marcos já havia passado a distrito de Rio Claro. Entretanto, este raro exemplo de conjunto arquitetônico colonial foi destombado em 1940 para permitir o represamento das águas do ribeirão das Lajes, com o objetivo de reforçar a produção de energia para o Rio de Janeiro. A cidade foi desocupada e a população que restava se dispersou para localidades vizinhas, como Lídice, Rio Claro, Mangaratiba, Itaguaí e Piraí. Após a desocupação, foram demolidas as principais edificações da cidade: a Igreja Matriz, uma capela antiga pertencente à Irmandade Nossa Senhora do Rosário, dois clubes, um teatro e um hospital. Condenada a desaparecer sob as águas da represa, grande parte da cidade jamais foi inundada. As ruínas remanescentes, protegidas por tombamento estadual, estão sendo agenciadas e preparadas para visitação pública.

A sede municipal de Rio Claro é ainda hoje, uma bucólica e pacata cidade que conservou parte de seu antigo casario. Dispõe também de diversos atrativos naturais, como a Pedra do Bispo e a Pedra do Rastro e a Gruta, no centro da cidade.

No Subpolo Metropolitano

“A meu senhor, monsenhor Duque de Guise, Par de França, Monsenhor, Deus, por sua graça, favoreceu tanto nossos trabalhos que terminei minha fortaleza, e a pus num estado tal que não penso ter visto uma outra tão fácil de guardar”. Desse modo, posso colocar em terra sessenta pessoas em um forte de madeira que fiz à vista de meu castelo, ao alcance de minha artilharia, onde eles se empenham em plantar e semear para viver de sua colheita. Recolhi uma quarentena de escravos de uma aldeia de nossos inimigos que venci. Mandeí rever todas as nossas fronteiras, desde a partida de nossos navios, e mandei saber o que desejam fazer os amigos de nossos vizinhos. Tive muito boa resposta. Eles me prometeram rebelarem-se e expulsá-los quando eu desejar. Nossos selvagens formam um exército de mais de três mil homens para ir vingar o prejuízo que aqueles nossos vizinhos nos causaram no ano passado. Enviei um navio muito bem preparado para costear todo nosso país até 36 graus, aproximando de nosso polo, onde soube que os castelhanos vêm por terra, do Peru, procurar metais.

Espero enviar-vos notícias pelo primeiro de nossos navios. Eu vos suplico, Monsenhor, intercedei por mim junto ao rei, a fim de que ele não me abandone, mas que lhe seja agradável vir em meu socorro, com algum dinheiro, para ajudar a trazer de volta meus navios, e espero não decepcioná-lo de maneira que ele não se arrependerá de me ter ajudado.

Suplico ao Criador, Monsenhor, dar-vos, em uma muito feliz e longa vida, a realização de vossos nobres desejos. De nossa fortaleza de Coligny, na baía de Guanabara.”

Almirante Nicolás Durand de Villegaignon, 30 de novembro de 1557

Este era o texto afluído da carta enviada pelo almirante ao seu patrono, temendo pelo destino da França Antártica, nome da colônia e base militar francesa que criara há

dois anos na Baía de Guanabara. (Ana Beatriz Magno, 500 anos do Descobrimento, Correio Braziliense, 22 de março de 1998). Entre 1555 e 1560, os franceses instalaram uma colônia nesta ilha, localizada no meio da baía e defronte à entrada da barra, à qual batizaram como França Antártica. Apesar dos reforços chegados de França, em 1567, a colônia não prosperou devido a dissensões internas, determinando o retorno do almirante, em 1559. No ano seguinte, a colônia foi atacada pelas forças do governador geral do Brasil, Mem de Sá, sendo aniquilada em 15 de março de 1560. Os colonos franceses que aqui permaneceram se aliaram aos índios tamoios e resistiram às investidas do sobrinho do governador geral, Estácio de Sá, que havia estabelecido, em 1565, um pequeno protegido por paliçadas na praia existente entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Desta vila, denominada de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao santo guerreiro e ao Rei de Portugal – Dom Sebastião, partiram os ataques aos franceses e os tamoios, finalmente derrotados em 1567.

Como sabemos, desse episódio resultou a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Após a expulsão, o núcleo urbano foi transferido para o interior da baía, em colina situada junto à orla e voltada para a ilha conquistada. O Morro Castelo, cuja denominação se referia à fortificação instalada na vila que ocupava a colina, já não existe mais, pois foi demolido na década de 30 do século passado para abertura de uma esplanada e implantação de novas vias, sendo o material aproveitado em aterros na orla da Baía de Guanabara. Nada restou da vila pioneira instalada em 1567, onde os jesuítas fundaram o seu colégio e onde foram erguidas a Igreja Matriz, o Armazém Real, o Pelourinho e a Casa da Câmara e Cadeia.

Os ambientes naturais e edificados da metrópole narram a nossa história. Seus sítios e edificações não somente traduzem os processos de ocupação e consolidação da urbe como expressam os lugares de seus cidadãos. Tais paisagens espelham das transformações ocorridas em quatrocentos anos de existência, desde que o núcleo urbano inicial desceu a colina onde foi implantado para ocupar em sua primeira fase de expansão, no final do século XVI, a planície costeira arenosa e alagadiça localizada entre quatro morros: do Castelo – berço da cidade, de São Bento, da Conceição e de Santo Antônio.

Além do Centro da cidade, constituem paisagens culturais notáveis do Rio de Janeiro, a Lapa e a Glória, além as ilhas localizadas junto à costa, como Ilha de Villegaignon, Ilha das Cobras e Ilha Fiscal; o Parque do Flamengo e a Praia de Botafogo. O bairro da Urca é um compartimento urbano impar, ao pé dos morros Cara de Cão, Urca e Pão de Açúcar.

A orlas litorâneas: do Leme e Copacabana, com os morros do Leme, a ponta de Copacabana e respectivas praias; do Arpoador, Ipanema e Leblon, destacando-se a ponta do Arpoador, o morro Dois Irmãos e suas praias;

As lagoas e suas restingas, tanto as mais urbanas, como a Lagoa Rodrigo de Freitas com o canal do Jardim de Alah e o parque que a, e as mais “selvagens”, como a Lagoas da Tijuca e de Jacarepaguá, com as reservas naturais que as circundam

O Jardim Botânico e o Parque Nacional da Tijuca, incluído o Parque Lage, constituem uma das maiores áreas florestas urbanas do mundo, onde está implantado um dos símbolos da cidade, o Cristo Redentor.

Nesse Subpolo destaca-se a cidade do Rio de Janeiro que apresenta uma forte e conhecida identidade turística, associada ao lazer e ao entretenimento, com destaque para os meses de férias escolares, associado ao sol e praia como elemento de motivação do público. Importante destino no contexto do segmento de negócios, eventos e convenções, nos últimos anos, a cidade procura se firmar como um destino de eventos esportivos tendo sediado o Pan Americano e diversas outras atividades esportivas de caráter nacional e internacional.

Nas demais cidades da região a atividade turística é ainda incipiente, mas com enorme potencial de desenvolvimento para o segmento de negócios com a instalação do COMPERJ e a conclusão do Arco Metropolitano que já apontam para a construção de novas unidades hoteleiras com essa finalidade.

No Subpolo Costa do Sol

A Costa do Sol é hoje conhecida em função de um de seus principais atributos – a insolação quase permanente – que, aliada aos ventos constantes e às belas paisagens litorâneas, tornou-se uma das regiões fluminenses mais procuradas para veraneio nas últimas décadas. Antes do processo de urbanização ocorrido na

segunda metade do século XX na então *Região dos Lagos*, esta extensa faixa de litoral poderia ter sido denominada de *Costa do Açúcar*, ou *Costa do Sal*, *Costa do Gado* e até mesmo *Costa do Café*, já que estes ciclos econômicos marcaram fortemente a ocupação de toda a região durante o período colonial. É de se registrar ainda que no século passado, antecedendo também o processo de urbanização, ocorreram dois ciclos produtivos: o da banana e dos cítricos. Todos estes ciclos deixaram seus vestígios na região, muitos dos quais ainda se encontram preservados.

Na verdade, existem vestígios bem mais antigos que as edificações de “pedra e cal” erguidas pelos colonizadores ou pelos empreendedores do império e da república. Uns correspondem à proto-história da formação de nosso território. Outros são os testemunhos das sociedades primitivas que habitavam a região antes da chegada dos europeus.

Há 500 milhões de anos atrás a região de Armação dos Búzios integrava uma cadeia de montanhas gerada pela colisão entre blocos continentais da América do Sul e da África que formou o antigo continente denominado GONDWANA. Esta cadeia montanhosa, semelhante a do Himalaia, se desfez há 130 milhões de anos quando o antigo continente se fragmentou. Os vestígios do "Himalaia brasileiro" estão ainda presentes em vários pontos da península de Búzios.

Sabe-se que as primeiras civilizações ocuparam a faixa litorânea brasileira por volta de 8.000 A.P (Antes do Presente), cerca de 6050 AC, cuja identificação foi possível pela datação de seus sítios. São sítios arqueológicos pré-cerâmicos, sambaquis e sítios cerâmicos, que se encontram às margens das lagoas, rios e praias em quase todos os municípios da região. Mas grande parte dos vestígios deixados por esses habitantes não pode ser pesquisada, pois naquela época o nível do mar se encontrava 20m abaixo do nível atual.

Durante milhares de anos grupos humanos sucessivos percorreram nosso litoral, ocupando-o temporariamente em aldeias localizadas próximas às lagoas e ao mar. Eram pequenos grupos familiares, que *viviam da pesca e da coleta, animal e vegetal. Não conheciam a agricultura e o fabrico de cerâmica, mas utilizavam canoas para transportar a matéria-prima lítica necessária às lâminas de machado, batedores e*

almofarizes, além do mexilhão coletado na praia e para auxiliar na pesca. (Caminhos do Sal, INEPAC, 2004)

Os Unas, pertencentes a tribos de horticultores e ceramistas, chegaram à região por volta do século IV, vindos dos planaltos mineiro e goiano. Estabeleceram-se nos vales e nas terras férteis próximas ao litoral, cultivando milho, amendoim, feijão e mandioca e produzindo cerâmica e artesanato de fibras, sementes e ossos. Não praticavam a pesca, mas teciam fibras e tecidos rudimentares. A cerâmica Una foi encontrada em diversos sítios e sambaquis da região.

Há cerca de 1000 anos (970 AP), os territórios dos Unas foram invadidos pelos Tupis que praticamente dizimaram as aldeias existentes. As tribos dominantes de tupinambás ocuparam o litoral fluminense e uma faixa de quinhentos quilômetros do *hinterland*. Consolidaram o território com a implantação de aldeias, muitas vezes fortificadas, considerando as condições dos sítios e a proximidade das aguadas e consolidaram uma rede de caminhos e trilhas

Segundo Alfredo José Altamirando, os Tupinambás gozavam de um bom estado de saúde. Eram indivíduos fortes, sadios e adaptados aos trópicos, sendo excelentes guerreiros, nadadores e mergulhadores. Sua alimentação *era variada, comiam de tudo, do piolho à onça, do jacaré a outro índio inimigo, assim como plantas cultivadas, peixes, crustáceos, mariscos, tartarugas e mel, portanto rica em vitaminas, proteínas e grassas, condições essenciais de boa nutrição e que explicam a linha física, a permanência na saúde e a agilidade de seus movimentos.* (Arqueologia e História de Armação de Búzios, <http://oshistoriadoresdebuzios.blogspot.com>)

Foram estes os habitantes nativos que os ibéricos encontraram ao desembarcarem nos lagos e restingas do litoral fluminense. Mas os primeiros a fundearem naquele litoral não foram os portugueses e sim os espanhóis. Américo Vespúcio lá aportou em 1503 e fundou uma feitoria em torno da Lagoa de Araruama. A feitoria prosperou e já em 1506 seu povoado, originalmente denominado de Santa Helena, passou a ser reconhecido como Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio.

Durante todo o século XVI ocorreu a extração intensiva e sem controle do pau-brasil, sendo a região frequentemente invadida por corsários franceses, ingleses e holandeses. No período de maior enfrentamento com os estrangeiros, em 1575, os tamoiros que ali habitavam foram massacrados e praticamente exterminados. Após expulsão dos franceses em 1615 e consolidado o controle do território, os remanescentes dos tamoiros e de outras nações indígenas foram confinados em 1617 num aldeamento sob a tutela de religiosos. Este núcleo, São Pedro da Aldeia, fundado junto ao Colégio dos Jesuítas, tornou-se a principal aldeia indígena fluminense.

No século XVII, as terras pacificadas das sesmarias começam a produzir, inclusive as que foram distribuídas às ordens religiosas. A estas couberam grandes extensões de terras de restinga, menos férteis, mas que permitiam a criação de gado e a lavoura de subsistência. Os Beneditinos receberam quase toda a região localizada no entorno da lagoa de Araruama. Os jesuítas, que já ocupavam terras em São Pedro da Aldeia, pediram e receberam a sesmaria da ponta dos Búzios para ali instalar sua fazenda de gado e porcos.

Os sesmeiros que cultivavam as terras férteis dos vales produziam cana de açúcar e cultivavam milho, arroz, mandioca e feijão, entre outros. É de se registrar que estas fazendas de açúcar não alcançavam a mesma produtividade dos estabelecimentos localizados nas vastas planícies de Campos dos Goytacazes, Quissamá, Macaé e São João da Barra. Mas a produção contribuiu para a prosperidade da região e seus núcleos.

Em meados do século XVIII ocorreu o auge do período de caça da baleia em Búzios. Mas desde 1728, o português João de Almeida já havia arrendado a península para ali estabelecer a base de operação da atividade, fundando a primeira armação em Búzios. Em 1740 foi construída a Igreja de Sant'Anna,

Ainda no século XVIII, a produção do sal foi incrementada em função do aumento das demandas internas na colônia e da metrópole, sendo considerado um produto estratégico. A Coroa passa a controlar a produção e o litoral foi regulamentado como propriedade da Coroa – as “terras de marinha”. Nesta época, a região de Cabo Frio fazia parte da capitania de São Vicente, cabendo ao seu donatário todos os

direitos sobre as salinas, sendo que nas outras capitanias o sal era monopólio da coroa.

No início do século XIX, as atividades agrícolas já haviam gerado o estabelecimento de núcleos urbanos importantes. A exceção de Cabo Frio, onde algumas edificações do centro urbano, religiosas e militares, datam dos séculos XVII e XVIII, tais como o Convento de São Francisco, de 1686; as Capelas de São João Batista; de São Benedito, de 1761; de Nossa Senhora da Guia, situada no cume do morro da Guia e contígua ao convento dos capuchinhos; o Forte de São Mateus, na entrada da barra de São Bento. Outras edificações religiosas deste período marcam pequenos aldeamentos voltados, quase que exclusivamente, para a faina rural: as capelas de Nossa Senhora dos Remédios, na Praia dos Anjos em Arraial do Cabo; de Santo Inácio, erguida pelos jesuítas na Fazenda de Campos Novos; São Sebastião em Araruama; Nossa Senhora da Conceição em Iguaba Grande; Nossa Senhora de Nazaré em Saquarema; Nossa Senhora do Amparo em Maricá. (Os Caminhos do Sal, INEPAC, 2004)

Acompanhando o desenvolvimento da produção cafeeira na província fluminense, durante o século XIX cresce o número de fazendas de café na região, que se estendem ao longo dos caminhos interioranos que ligavam Cabo Frio ao Rio de Janeiro, passando por São Vicente (atual Araruama) e Itaboraí. Durante este século, toda a região litorânea se beneficiou das atividades agrícolas:

- . Em 1815, o povoado de Cabo Frio foi elevado à condição de cidade;
- . Em 1841, Saquarema foi elevada à condição de Vila, incorporando-se à Comarca de Cabo Frio;
- . Em 1859, a sede de Araruama é transferida para Mataruna, na freguesia de São Sebastião;
- . Em 1890, Araruama e Saquarema são elevadas à categoria de cidade.

Em meados do século XIX Búzios transformou-se em ponto clandestino de desembarque de escravos africanos. Apesar do comércio proibido ser combatido

pelas marinhas inglesa e brasileira, os navios negreiros ancoravam nas praias da península e mesmo do continente, de onde os escravos eram levados às fazendas.

Os caminhos que cruzavam os territórios acidentados afastados do litoral eram, em sua maior parte, remanescentes de antigas trilhas indígenas e nunca favoreceram as conexões entre a região e a sede da Colônia. No final do século XIX foi iniciada a construção da Estrada de Ferro Maricá, obra executada por empresários locais, que viria favorecer a integração com a capital e, tempos mais tarde, contribuiria para mudar as feições da região. Este empreendimento, apesar de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, não impediu a crise econômica deflagrada pelo declínio da produção cafeeira.

A crise foi parcialmente superada pela intensificação da exploração do sal e no aproveitamento de antigas fazendas para a o cultivo da banana e a cultura de cítricos. Em meados do século XX essas culturas se desenvolveram e as propriedades tradicionais foram sendo paulatinamente desmembradas e se multiplicando em pequenas chácaras e sítios. Em 1942, Maricá possuía 505 propriedades rurais sendo 447 de pequeno porte.

Na segunda metade do século XX, das atividades econômicas tradicionais subsistia na região apenas a produção do sal. Ainda assim, esta se encontrava em declínio, perdendo terreno para os empreendimentos imobiliários que passam a ocupar as “terras de marinha” com loteamentos e condomínios de residências de veraneio.

Araruama foi pioneira como balneário turístico. Em 1941 surgiram os primeiros loteamentos que ofereciam as qualidades de sua lagoa e a proximidade da região litorânea à metrópole. Em Búzios, ocorrem os primeiros parcelamentos da antiga fazenda na década de 1950 e, aos poucos, as praias da península tornam-se atrativos turísticos. Nos anos de 1960, Cabo Frio já havia se consolidado como balneário e alternativa de segunda residência, além de centro de visitação, por suas praias, dunas, e monumentos históricos. O turismo em Arraial do Cabo é polarizado pelas virtudes de Cabo Frio e valorizado pelas paisagens marinhas e qualidade das águas, beneficiadas pelo fenômeno da ressurgência. São Pedro da Aldeia, um dos núcleos mais antigos da região, também viu crescer os parcelamentos e a ocupação de veraneio nos marnéis das antigas salinas. Quando o Município de Iguaba Grande

foi criado em 1997, ao ser desmembrado de São Pedro da Aldeia, grande parte de seu território junto à orla da lagoa de Araruama já estava comprometida com loteamentos de recreio.

O município de Armação dos Búzios configura-se como o principal destino de sol e praia consolidado da região, identificado como um destino internacional no contexto do MERCOSUL, e também como um destino regional, em especial com foco nos estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais, assim como os demais municípios.

Identificação, caracterização e mapeamento dos empreendimentos turísticos, considerando aspectos ambientais e sociais

No Subpolo Costa Verde

Infraestrutura e Produtos Turísticos

Paraty possui inventário turístico atualizado, apresentando 246 meios de hospedagem, 181 serviços de alimentação e 13 serviços de agenciamento de viagens, em pesquisa realizada pelo Instituto IDEIAS para o MTur. O índice de informalidade corresponde a 42,27% dos empreendimentos de hospedagem, porém apenas 58 empreendimentos encontram-se cadastrados junto ao Ministério do Turismo. No segmento de alimentação 67,4% dos empreendimentos possuem CNPJ. No caso de agências de viagem das 13 existentes, todas possuem CNPJ e 10 estão no cadastro do MTur.

O município de Angra dos Reis também possui inventário turístico atualizado, contando com um selo de qualidade que avalia a prestação dos serviços ofertados aos turistas. Angra possui 248 meios de hospedagem, sendo 222 com CNPJ contra apenas 75 cadastrados junto ao MTur. Na Ilha Grande, principal atrativo local, encontram-se 151 meios de hospedagem, com 127 formalizados e 38 cadastrados no MTur. A menor formalidade de negócios apresenta-se na área de alimentação, com 187 empreendimentos registrados num total de 304, dos quais 47 encontram-se na Ilha Grande. A área de agências de viagem apresenta 32 empresas, sendo 31 regulares e 23 cadastradas junto ao Ministério. Na Ilha Grande, estão 50% das agências.

A partir de outubro de 2009, com o apoio do órgão municipal de turismo (TURISANGRA), empresas locais iniciaram a comercialização de pacotes turísticos, com ofertas de serviços de 3 a 5 dias de duração e integração entre os atrativos culturais e naturais.

A gestão do turismo local conta com a participação do Conselho Municipal de Turismo, composto por Câmaras Temáticas dois segmentos mais representativos do arranjo turístico local. Ações de infraestrutura turística como a revitalização do cais de Santa Luzia, a conservação do patrimônio arquitetônico do centro histórico são realizadas com recursos da própria prefeitura, assim como o inventário turístico e a participação em feiras e eventos promocionais do setor de turismo com stand próprio. A cidade procura se consolidar com atividades culturais que possam modificar o alto índice de sazonalidade, como, por exemplo, com a realização do Festival Internacional de Teatro de Angra – FITA, no mês de setembro/outubro, já em sua 4ª edição. Grandes empreendimentos hoteleiros trabalham no segmento de turismo de eventos e convenções.

No Subpolo Metropolitano

Infraestrutura e Produtos Turísticos

Na cidade do Rio de Janeiro, elementos como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a praia de Copacabana, integram o imaginário regional e nacional, sustentados por uma oferta de serviços adequada em quantidade, qualidade e preço. Apesar de sua riqueza cultural e do patrimônio urbanístico preservado, a despeito de ter sido a capital da colônia, do império e da república, os atrativos culturais são menos expressivos, destacando-se o Carnaval como a essência da cultura carioca. Museus, Centros Culturais, Teatros e outros espaços culturais não se inserem no produto comercializado pelas agências de viagem.

Em julho de 2010, pesquisa mensal realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro e pela FECOMERCIO, confirmam que a taxa média de ocupação hoteleira fechou em 68,73% contra 70,38% da taxa registrada no mesmo mês em 2009, com uma queda de 1,65 pontos percentuais.

Segundo dados da ABIH o turismo de negócios e trabalho representou no mês de julho de 2010, 39,02% da ocupação hoteleira, seguido por 32,49% do segmento de lazer e 12,01% em turistas participantes de Congressos, convenções e feiras.

O município de Niterói inicia seu processo de identificação como destino turístico, com uma infraestrutura turística ainda incipiente, com apenas 27 meios de hospedagem registrados junto ao Ministério do Turismo. Ações de apropriação de equipamentos urbanos para fins turísticos, como o Museu de Arte Contemporânea e o Caminho Niemeyer, a Fortaleza de Santa Cruz e outras localizadas na baía da Guanabara, são recursos turísticos potenciais, embora não sejam encontrados como produtos formatados e comercializados por operadoras e agências de viagem.

No Subpolo Costa do Sol

Infraestrutura e Produtos Turísticos

Na área de serviços, a oferta de resorts, hotéis, pousadas e campings atendem a diferentes perfis de público embora o turismo de segunda residência seja bastante significativo, com um número expressivo de condomínios, cuja maior ocupação encontra-se nos meses de verão e feriados, o que contribui para a alta sazonalidade vinculada a identidade/vocação turística da região. Esta característica provoca ainda a superlotação em momentos de alta temporada.

Verifica-se a ausência de produtos formatados especificamente para a comercialização dos destinos, que acaba por ocorrer de forma espontânea. Apenas atrativos pontuais, como mergulhos e passeios marítimos, são regularmente comercializados por empresas locais, sendo Arraial do Cabo um importante destino nesse segmento devido à qualidade de suas águas.

Armação dos Búzios⁵ apresenta uma realidade composta por 271 meios de hospedagem, 269 serviços de alimentação e 17 serviços de agenciamento de viagens. O índice de informalidade é baixo, com um percentual de 75,27 dos empreendimentos de hospedagem regularizados com CNPJ, embora só 29,88% sejam cadastrados junto ao Ministério. O mesmo ocorre no segmento de alimentação com 72,4% dos empreendimentos com CNPJ. No caso de agências de viagem das 17 existentes, todas possuem CNPJ e 12 estão no cadastro do MTur.

Cabo Frio⁶ conta com 96 meios de hospedagem, 302 serviços de alimentação e 14 serviços de agenciamento de viagens. O índice de informalidade é baixo, com um percentual de 90,6 dos empreendimentos de hospedagem regularizados com CNPJ, sendo 46,87% cadastrados junto ao Ministério. O mesmo ocorre no segmento de alimentação com 94% dos empreendimentos com CNPJ. No caso de agências de viagem das 14 existentes, todas possuem CNPJ e estão no cadastro do MTur.

Embora com dados de 2008⁷, São Pedro da Aldeia e Casimiro de Abreu apresentam os seguintes números: Meios de hospedagem – 22 em São Pedro da Aldeia e 19 em Casimiro de Abreu; Serviços de Alimentação – 38 e 28; Serviços de Agenciamento – 2 e 1, respectivamente.

O município de Casimiro de Abreu apresenta uma característica peculiar na região, pois se conecta com a região serrana, a partir da rodovia estadual Serramar, oferecendo como produtos tanto atrativos de serra como atrativos litorâneos como as praias oceânicas de Barra de São João, na divisa com Cabo Frio.

⁵ Fonte: Inventário turístico, MTur e Instituto IDEIAS.

⁶ Fonte: Inventário turístico, Prefeitura e Instituto IDEIAS.

⁷ Fonte: Inventários turísticos, prefeituras e Instituto IDEIAS.

Caracterização dos aspectos ambientais, destacando-se a existência de UC's, a diversidade biológica e a fragilidade dos sistemas naturais

No Subpolo Costa Verde

Dinâmica Urbana

No caso do Subpolo Costa Verde a mancha urbana corresponde a pouco mais de 1% (ou 36 km²) do seu território. Seu relevo íngreme e a dificuldade de acesso a essa região foram fatores preponderantes na manutenção de uma baixa ocupação do solo e boa preservação da vegetação. Cerca de 80% de seu território está preservado o que representa aproximadamente 2.217 km² de remanescentes florestais quase contínuos.

Recursos Naturais

Áreas Florestadas

Segundo a interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010), o crescimento urbano da região da Costa Verde se deu em grande parte sobre os remanescentes florestais. Entretanto, a derrubada de árvores para pastagem/lavoura foi ainda mais impactante para as florestas, pois dos 76 km² de vegetação suprimida mais de 50 km² se deram para conversão em pastagens. Ainda assim o quadro geral de preservação dos maciços florestais é bom. Angra dos Reis e Parati, os dois maiores municípios do Subpolo, têm o maior percentual de área preservada (88%).

O caso de Mangaratiba é distinto já que esse município não conta mais com a proteção vegetal das altas escarpas da Serra do Mar, além de estar em contato direto com o início do complexo urbano-industrial-portuário que caracteriza a região metropolitana e, particularmente, a baixada de Sepetiba (e/ou Zona Oeste do município do Rio de Janeiro). Ainda assim, Mangaratiba conta com 75% de seu território em condições de ser classificado como área preservada do ponto de vista do estado da sua cobertura vegetal. Mangaratiba apresenta uma condição de “fronteira” entre, por um lado, o litoral sul do estado (marcadamente um importante destino turístico e região onde a conservação da natureza também compõe traço

característico) e, por outro, o aglomerado metropolitano polarizado pela cidade do Rio de Janeiro (caracterizado por um perfil urbano-industrial-portuário e de serviços avançados).

O município de Rio Claro, situado nos contrafortes da serra do mar, possui a menor fração de área preservada do Subpolo com 51% (ou 431 km²) do seu território coberto por vegetação em bom estado de conservação. Vale sublinhar que essa proporção só pode ser considerada pequena se comparada aos outros municípios do mesmo Subpolo, pois no cômputo geral do Polo Litoral as áreas florestadas representam não mais que 39% da área total.

Tabela 51 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Costa Verde

Municípios	Área Total (km ²)	Área Urbana (Km ²)		Variação 1994–2007 (%)	Área Florestal (Km ²)		Variação 1994–2007 (%)
		2007	Variação 1994–2007		2007	Variação 1994–2007	
Angra dos Reis	800	19.6	7.5	61.5	705.7	-15.9	-2.2
Mangaratiba	352	8.9	3.1	53.0	268.9	-1.7	-0.6
Parati	928	5.7	3.3	133.4	810.9	-17.8	-2.1
Rio Claro	841	1.6	0.9	118.3	431.5	-40.6	-8.6
Total	2921	35.8	14.7	69.4	2216.9	-76.0	-3.3

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010)

Biodiversidade

Segundo dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008), a Costa Verde tem, possivelmente, a maior biodiversidade do estado do Rio de Janeiro, com mais de 2200 espécies de vertebrados (WWF, 2000). Os principais ecossistemas neste subpolo são Mangue, Restinga e Floresta Ombrófila.

Devido à vasta área preservada assim como à conectividade entre os fragmentos, esta região sustenta os grandes mamíferos da mata atlântica (tais como onças e antas) e uma grande variedade de pássaros e répteis, muitos deles endêmicos. Entretanto, a pressão exercida em seus remanescentes florestais – principalmente pelo crescimento urbano, derrubada de árvores, extração ilegal de palmito e caça – tem causado sérios danos à biodiversidade local.

Segundo o cálculo de curva espécie-área – que leva em conta apenas as mudanças na cobertura do solo – estima-se que a redução da área coberta de remanescentes florestais ao longo do período de observação (1994–2007) possa ter dado origem à extinção local de 19 (dezenove) espécies de vertebrados. Esta taxa de mais de uma extinção por ano pode ser ainda maior se forem calculadas as perdas de invertebrados e plantas não só pela área florestada que foi perdida, mas também pelo efeito do comércio e coletas ilegais que ocorrem em toda a região. Ainda que a perda tenha sido de apenas 0.8% da diversidade local, deve-se destacar que se as taxas de remoção da cobertura continuarem positivas e significativas como constatado, é de se projetar um cenário de severo empobrecimento da mata nativa em poucas décadas. Os efeitos esperados incluem não só o aumento de número de vertebrados extintos localmente, mas também, dentre muitos outros, a instabilização/descontinuidade dos serviços ambientais prestados por tais remanescentes.

Tabela 52 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Costa Verde

PRODETUR	Área Km ² – 1994	Nº. Espécies	Variação Km ²	Perda de Espécies	% perda
Costa Verde	2293	2214	–76	–19	–0,8

Fonte: elaboração própria com base em dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008)

Unidades Conservação

O Subpolo Costa Verde conta com mais de 65% de sua área coberta por Unidades de Conservação, na sua maior parte (70% ou 1310 km²) pertencentes à categoria de Proteção Integral. As maiores UCs são o PARNA da Serra da Bocaina, Parque Estadual

de Cunhambebe e Parque Estadual da Ilha Grande. Sua área forma um corredor contínuo de floresta, entretanto suas UC não são contínuas havendo ainda áreas possíveis de serem transformadas em UCs, de forma a se criar um corredor contínuo da Serra do Mar.

O município de Parati é o de maior área total tanto em termos de área florestada como transformadas em UCs. Esse fato tem uma importância enorme não só para a região em si, como também para o bioma da mata atlântica, sua diversidade genética e dinâmica dos ecossistemas presentes. Angra dos Reis tem suma importância pelo fato de abrigar partes de várias e importantes UCs e, por essa razão, favorecer a conectividade entre as mesmas. O território do município de Mangaratiba coincide em 69% com o da APA de Mangaratiba e com parte do PE de Cunhambebe.

Rio Claro é o município com menor área coberta por UCs (46%), coincidindo na sua maior parte com partes do PE de Cunhambebe. Apesar disso este município tem uma função vital para a área metropolitana do Rio de Janeiro, pois nele está localizada a represa de Ribeirão das Lajes, parte do sistema que se alimenta da transposição de águas do Rio Paraíba do Sul, que passam por tratamento na ETA, sendo conduzidas através de adutora (operada pela CEDAE) que atende parte significativa do consumo na AMRJ. Apesar disso, e de estar quase todo florestado, essa represa não está protegida por qualquer UC específica, o que deixa espaço para sua criação.

Tabela 53 – Área de Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Costa Verde

Município	Área km ²	1994		2008		Variação	2008	
		Área	%	Área	%		PI	UC
Angra dos Reis	815.7	296.4	36.3	548.3	67.2	30.9	473	86.3
Mangaratiba	368.6	85.3	23.1	256.6	69.6	46.5	160	62.2
Parati	931.2	758.1	81.4	758.1	81.4	0.0	588	77.6
Rio Claro	845.0		0.0	389.4	46.1	46.1	114	29.2
Total	2960	1140	38.5	1952	65.9	27.4	1335	68.4

Fonte: elaboração própria com base em dados do ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2010)

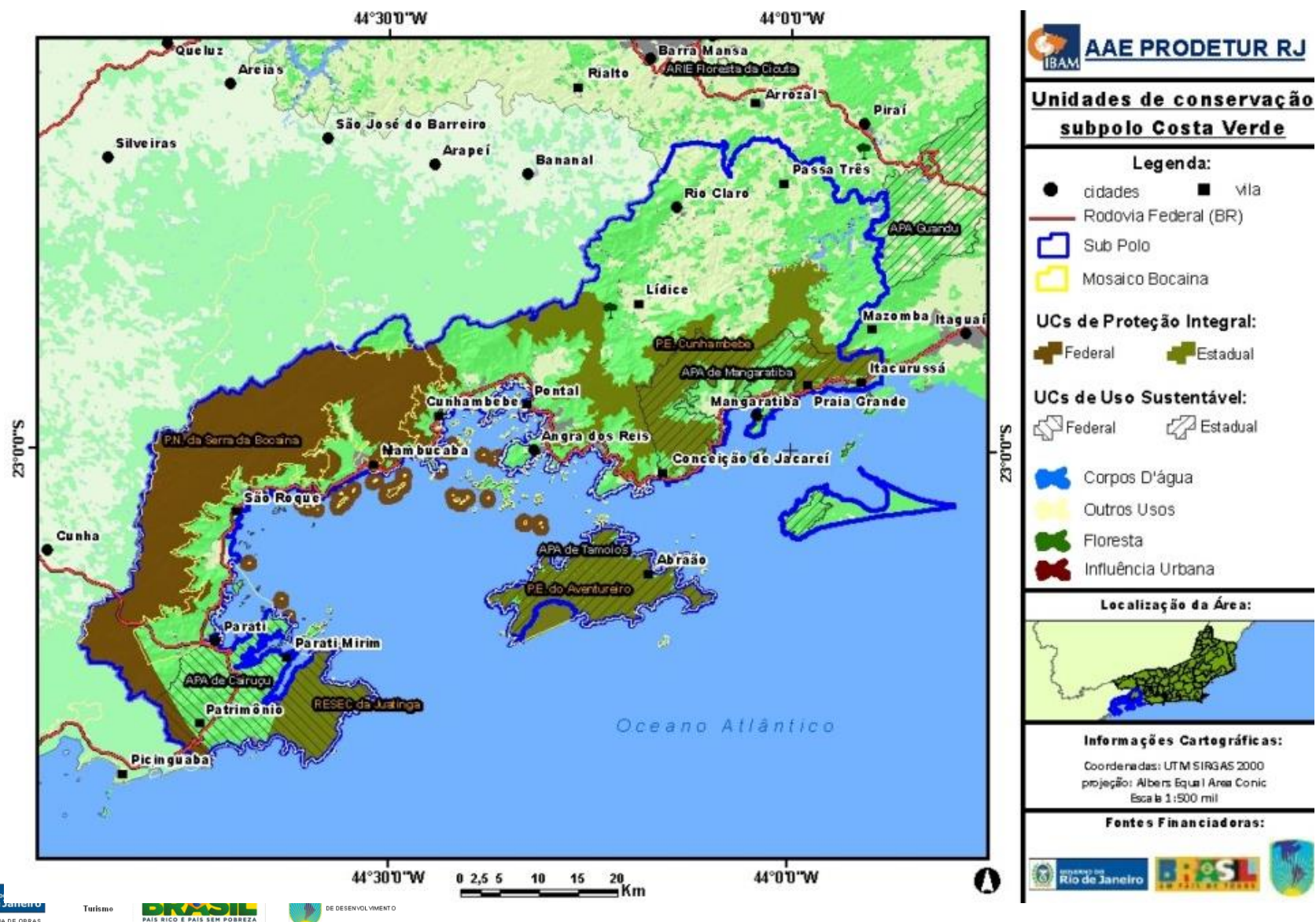


Figura 16 – Unidades de Conservação do Subpolo Costa Verde

Fragilidade dos Sistemas Naturais

A publicação em 2010 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com vistas a revelar para fins de planejamento e gestão os indicadores que identificam o Patrimônio Natural e Ambiental e também para alertar para aos impactos ambientais decorrentes da pressão antrópica sobre o meio ambiente e a consequente fragilidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Para tal o Governo apresenta o relatório como instrumento de apoio à decisão, fornecendo uma base de dados confiável e análises-sínteses das dez Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

O batimento entre estes dados e análises com as áreas dos subpolos turísticos fornecem uma caracterização, com a visão de Estado, para a presente AAE.

De forma geral foram identificados como indicadores de Fragilidade Ambiental no Estado os itens: Tratamento de Esgoto; Destinação Final de Resíduos sólidos e Gestão Ambiental dos Municípios. Segundo a Publicação oficial, estes indicadores “permitem estabelecer o grau de conservação, regeneração e fragilidade do território, além daqueles obtidos nos programas estaduais instituídos, tendo como meta as sustentabilidades”.

De modo geral o Polo Litoral apresenta bom grau de institucionalização ambiental; quanto ao tratamento de esgoto sanitário atinge, em cerca de 50%, o nível secundário de tratamento e o restante nível primário ou não conta com sistema. Quanto aos resíduos sólidos cerca de 70% conta com aterro sanitário ou controlado e o restante utilizam outras formas de destino

Para a caracterização específica dos três Subpolos do Polo Litoral, atendendo a estes conceitos de estado analisamos (no item 1.5.5), o saneamento ambiental, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos entre outros itens também considerados como de influência para a caracterização das fragilidades dos Sistemas Naturais; e no item 1.6.2 identificamos as estruturas públicas para a gestão ambiental dos subpolos.

Para o Polo Litoral a Fragilidade do Meio Físico se localiza nas áreas litorâneas e nas regiões baixas com cotas com menos de 20m e com exceção da baía da Ilha Grande e da lagoa de Araruama, as demais áreas apresentam alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.

A síntese dos fatores críticos do Subpolo Costa Verde é:

- Fragilidade ambiental em geral, em função das características do relevo, hidrografia e pluviosidade, com riscos de deslizamentos em áreas urbanas e não urbanas e de enchentes nas áreas baixas; apresenta áreas frágeis próximas à costa litorânea e nas áreas elevadas acima de 400m.
- Ocorrência de riscos sistemáticos (em períodos de chuva) à integridade da BR 101 ocasionando interrupção do acesso integral ou parcial à região, com obras de recomposição muito demoradas.
- Encostas sujeitas a deslizamentos, colocando em risco a área ocupada e a mobilidade de moradores e turistas.
- Os Municípios de Rio Claro e Mangaratiba apresentam alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.
- Falta de controle da ocupação urbana em áreas de interesse para proteção da paisagem – pressões da atividade imobiliária e privatização de praias.
- Vulnerabilidade da fauna e flora decorrente do extrativismo e da introdução de espécies exóticas.
- Degradação do meio natural, mediante: lançamentos de esgoto, lixo e óleo no mar, pesca predatória, tráfego intenso de embarcações marítimas, etc..
- Inadequação dos sistemas de gestão de águas e esgotos, compartilhados entre a CEDAE e as prefeituras.

– Precários sistemas de manejo e de disposição final dos resíduos sólidos.

No Subpolo Metropolitano

Dinâmica Urbana

A Região Metropolitana apresenta quase 50% de sua área urbanizada. Contudo, ainda mantêm 25% de sua área recoberta por remanescentes florestais em bom estado de conservação, o que para um aglomerado urbano do porte do Rio de Janeiro é uma área considerável.

Recursos Naturais

Áreas Florestadas

Segundo a interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010), em sua maioria os remanescentes florestais estão localizados no município do Rio de Janeiro. Dentre eles os mais significativos são os parques da Pedra Branca e da Tijuca. Possivelmente devido às iniciativas voltadas para a preservação de áreas verdes, foi possível apurar um aumento na área florestada da ordem de 4,5% da área total ou quase 1 km² ao ano.

Niterói conta também com um considerável cinturão verde que representa aproximadamente 41% de sua área total. Contudo, o município tem visto sua cobertura vegetal ser reduzida na proporção de 50ha (ou 1% de sua área florestada) em 13 anos.

No “entorno” do Subpolo o quadro de degradação ambiental está estabilizado no setor Centro (baixada fluminense). Contudo, no setor Oeste foi possível detectar um acréscimo de pressão sobre os remanescentes florestais que resultaram na perda de 14 km² (ou 7%) da área florestada do mesmo. No setor Leste houve perda também de quase 10km² no município de Cachoeira de Macacu em quanto que nos demais municípios desta região houve um ganho de ½ km².

Tabela 54 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007)

Municípios e “Entorno”		Área (Km ²)	Área Urbana (Km ²)		Variação (%)	Área Florestada (Km ²)		Variação (%)
			2007	Variação		2007	Variação	
Niterói		129	57.3	5.0	9.5	53.0	-0.5	-1.0
Rio de Janeiro		1182	579.4	82.2	16.5	271.8	11.4	4.4
Subpolo		1311	636.7	87.1	15.9	324.8	10.8	3.5
“Entorno”	RMRJ Centro	1628	377.9	87.7	30.2	616.3	0.3	0.0
	RMRJ Leste	2496	325.53	69.82	27.30	948.65	-9.15	-0.96
	RMRJ Oeste	817	91.4	29.0	46.5	188.4	-14.1	-7.0

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010)

Biodiversidade

Segundo dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008), o Subpolo Metropolitano conta com uma altíssima biodiversidade, com mais de 1500 vertebrados (WWF, 2000) ainda que reste apenas ¼ de sua área total recoberta por florestas. Os principais ecossistemas neste Subpolo são Mangue, Restinga e Floresta Ombrófila.

Como no Subpolo Metropolitano foi estimado um ganho de áreas florestadas, é de se admitir, a médio/longo prazo, um eventual aumento da biodiversidade. Com base nesse raciocínio foi estimado um advento de 13 “novas” espécies na região. Contudo, face à falta de conectividade entre os maciços florestais este eventual advento de “novas” espécies poderá jamais ocorrer, visto que apenas espécies aladas poderiam (re) colonizar áreas que se encontram “isoladas” em meio a uma ampla mancha urbana e, portanto, sem permeabilidade para fauna terrestre. O “entorno” desse Subpolo apresenta uma pequena perda de espécies, menos de 1% da diversidade em 1994, com a possível extinção local de 3 espécies de vertebrados.

De forma geral o Subpolo Metropolitano e seu “entorno” apresenta uma condição estável no que se refere à sua biodiversidade, entretanto a falta de conectividade entre os fragmentos florestais pode levar a uma perda irreversível da mesma. Como a equação de curva espécie/área não leva em conta a conectividade dos fragmentos florestais, os dados que aqui se apresentam positivos podem na verdade estar em declínio.

Tabela 55 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Metropolitano

PRODETUR	Área Remanescente e Florestal 1994 (Km ²)	Potencial de Espécies (No.)	Variação de Área no Período (km ²)	Perda de Espécies no Período (No.)	Perda de Espécies no Período (%)
Metropolitano	314.00	1520	10.8	13	0.9
Entorno	1776.4	1173	-23.0	-4	-0.3

Fonte: elaboração própria com base em dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008).

Unidades Conservação

Segundo dados do Zoneamento Ecológico Econômico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007), o Subpolo Metropolitano conta com mais de 28% de sua área coberta por Unidades de Conservação, abrangendo uma área de 377 km². Conforme já referido, desse total metade da superfície protegida encontra-se nos maciços da Pedra Branca e da Tijuca.

Apesar do município do Rio de Janeiro contar com 30% de sua área submetida à condição de UCs, apenas 23% corresponde a áreas efetivamente florestadas. Ou seja, grande parte das UCs localizadas no município correspondem a unidades de uso sustentado localizadas em áreas bastante antropizadas. Niterói possui apenas 10% de seu território coberto por UCs. O fato de mais de 40% de seu território

corresponderem a espaços florestados é indicador da possibilidade de implementação de novas UCs nesse município.

O “entorno” do Subpolo Metropolitano apresenta uma boa cobertura de UCs, com 35% de área ou quase 1.816 km². A grande dificuldade na atualidade é tornar essas UCs funcionais, com sede administrativa, plano de manejo e funcionários suficientes. De fato, o percentual de área preservada para o caso de muitos municípios é satisfatório. Contudo, a falta de capacidade de resposta às pressões exercidas pela expansão urbana e das atividades antrópicas sobre esses remanescentes colocam em risco os resultados obtidos até aqui.

Cabe destacar o fato da área correspondente a UCs no município de Niterói corresponder em sua totalidade a unidades do tipo proteção integral. O município do Rio de Janeiro não fica muito longe dessa condição, pois cerca de 60% da área total de UCs também corresponder a unidades dessa mesma categoria.

Tabela 56 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Metropolitano

Municípios	Área Total (km ²)	1994		2008		Variação no Período (%)	2008	
		Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)	Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)		UCs de Proteção Integral (km ²)	Proporção Área Total das UCs (%)
Niterói	133.2	13.3	10.0	13.4	10.1	0.1	13.4	100
Rio de Janeiro	1201.3	196.7	16.4	363.8	30.3	13.9	221.6	60.9
Total	1334.5	210.0	15.7	377.2	28.3	12.5	235.0	62.3

Fonte: elaboração própria com base em dados do ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007)

Registra-se ainda a existência de 11 (onze) Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs reconhecidas pelo ICMBio, assim distribuídas: 3 (três) na cidade do Rio de Janeiro (Sítio Granja São Jorge, CEFLUSMME e Reserva CE. Ecológica Metodista Ana Gonzaga); e 7 (sete) nos municípios do entorno, sendo 3 (três) em Itaguaí (Reserva Porangaba, Sítio Angaba e Sítio Poranga); 2 (duas) em Magé (Reserva Querência e El Nagual); e 2 (duas) em Nova Iguaçu (Sítio Paiquerê e SEC Tinguá); e 1

(uma) RPPN reconhecida pelo INEA, a Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes, situada no município de Magé.

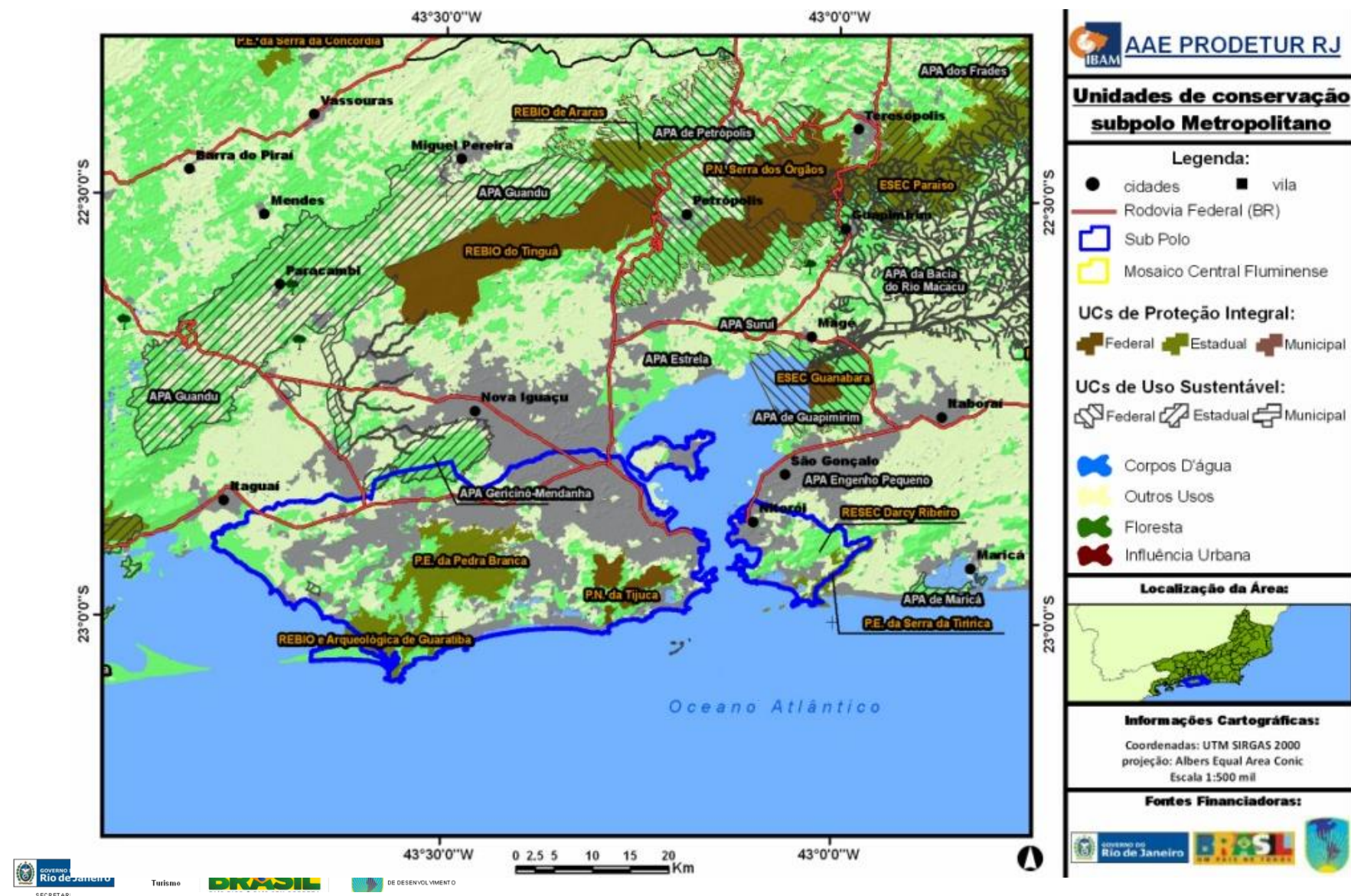


Figura 17 – Unidades de Conservação do Subpolo Metropolitano

Fragilidade dos Sistemas Naturais

A publicação em 2010 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com vistas a revelar para fins de planejamento e gestão os indicadores que identificam o Patrimônio Natural e Ambiental e também para alertar para aos impactos ambientais decorrentes da pressão antrópica sobre o meio ambiente e a consequente fragilidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Para tal o Governo apresenta o relatório como instrumento de apoio à decisão, fornecendo uma base de dados confiável e análises–sínteses das dez Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

O batimento entre estes dados e análises com as áreas dos subpolos turísticos fornecem uma caracterização, com a visão de Estado, para a presente AAE.

De forma geral foram identificados como indicadores de Fragilidade Ambiental no Estado os itens: Tratamento de Esgoto; Destinação Final de Resíduos sólidos e Gestão Ambiental dos Municípios. Segundo a Publicação oficial, estes indicadores “permitem estabelecer o grau de conservação, regeneração e fragilidade do território, além daqueles obtidos nos programas estaduais instituídos, tendo como meta as sustentabilidades”.

De modo geral o Polo Litoral apresenta bom grau de institucionalização ambiental; quanto ao tratamento de esgoto sanitário atinge, em cerca de 50%, o nível secundário de tratamento e o restante nível primário ou não conta com sistema. Quanto aos resíduos sólidos cerca de 70% conta com aterro sanitário ou controlado e o restante utilizam outras formas de destino

Para a caracterização específica dos três Subpolos do Polo Litoral, atendendo a estes conceitos de estado analisamos (no item 1.5.5), o saneamento ambiental, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos entre outros itens também considerados como de influência para a caracterização das fragilidades dos Sistemas Naturais; e no item 1.6.2 identificamos as estruturas públicas para a gestão ambiental dos subpolos.

Para o Polo Litoral a Fragilidade do Meio Físico se localiza nas áreas litorâneas e nas regiões baixas com cotas com menos de 20m e com exceção da baía da Ilha Grande e da lagoa de Araruama, as demais áreas apresentam alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.

A síntese dos fatores críticos do Subpolo Metropolitano é:

- Apresenta áreas frágeis próximas ao litoral e nas áreas baixas abaixo de 20m.
- Apresenta variação de média a alta suscetibilidade à ocorrência de incêndio principalmente no entorno das Unidades de Conservação (Parque da Pedra Branca, Parque Estadual do Guandu e Floresta da Tijuca), média suscetibilidade nas áreas planas e próximas à Baía de Guanabara e baixa suscetibilidade nas áreas próximas aos divisores de águas da bacia da Baía de Guanabara.
- Pouco investimentos na proteção das UCs e na implementação de projetos voltados para o uso público.
- Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação – Parque Nacional da Tijuca e Pão de Açúcar.
- Baixa integração entre as políticas de proteção da natureza e demais políticas setoriais.
- Carência de monitoramento e de um plano de ação para conservação das áreas florestadas.
- Riscos sazonais de deslizamentos de encostas e enchentes em pontos baixos – tragédias recorrentes marcam a paisagem e a imagem das cidades.
- Deficiências nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, especialmente nas áreas de ocupação irregular, comprometendo a balneabilidade das praias em vários trechos, após período de chuvas.

- Programa de Despoluição da Bacia da baía da Guanabara – PDBG inconcluso.
- Riscos atinentes aos aterros sanitários atualmente utilizados, de Gramacho (RJ) e Morro do Céu (Niterói); soluções definitivas ainda não implementadas.

No Subpolo Costa do Sol

Dinâmica Urbana

O Subpolo Costa do Sol é o segundo maior em termos da proporção do território dedicada ao uso urbano (mais de 9%), perdendo apenas para o Subpolo Metropolitano. As maiores extensões relativas de mancha urbana estão situadas nos municípios de Búzios e Iguaba Grande, os quais têm cerca de 25% de seus territórios ocupados por áreas urbanizadas.

Recursos Naturais

Áreas Florestadas

Os dados disponíveis para a Costa do Sol, segundo a interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010), apresentados na tabela abaixo, dão conta da expansão da área coberta por vegetação em bom estado de conservação em mais de 25 km² ou quase 10% de sua área original. Essa constatação talvez possa ser atribuída à criação de novas UCs e aos efeitos gerados em termos de regeneração da vegetação nativa. Os municípios que mais contribuíram para este crescimento foram São Pedro da Aldeia, Búzios e Casimiro de Abreu com 7%, 6% e 5% respectivamente. Contudo, no “entorno” do Subpolo a situação se mostra diferente, verificando-se que o crescimento urbano tem pressionado os remanescentes florestais de forma que se perdeu algo como 11 km² ou 1% da área total florestada verificada em 1994.

Tabela 57 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Costa do Sol

Municípios e “Entorno”	Área Total (km ²)	Área Urbana (Km ²)		Variação 1994– 2007 (%)	Área Florestal (Km ²)		Variação 1994– 2007 (%)
		2007	Variação 1994–2007		2007	Variação 1994–2007	
Araruama	634	67.9	22.2	48.5	30.1	2.1	7.7
Armação dos Búzios	69	16.2	7.6	88.7	26.4	6.0	29.4
Arraial do Cabo	152	9.9	6.1	159.1	8.5	1.0	12.9
Cabo Frio	401	47.6	18.1	61.2	20.4	4.5	28.5
Casimiro de Abreu	461	9.0	5.0	124.9	188.5	4.9	2.7
Iguaba Grande	54	12.6	4.3	51.8	1.2	0.4	47.8
São Pedro da Aldeia	340	30.4	10.3	51.2	26.2	6.9	35.6
Total	2111	193.6	73.5	61.2	301.3	25.8	9.4
“Entorno” Norte	1445	69.7	33.4	92.0	425.3	–8.0	–1.8
“Entorno” Oeste	1753	65.4	17.5	36.5	641.6	–3.0	–0.5

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2007)

Biodiversidade

A ampliação da área florestada, comentado acima, pode ter favorecido o (re) aparecimento de espécies no período analisado, segundo dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008). A metodologia empregada nesse trabalho (equação de curva espécie/área) nos leva a especular sobre um total de 24 novas espécies ou sobre um aumento de 2.3% na biodiversidade nesse Subpolo. Contudo, a falta de conectividade entre os fragmentos florestais combinada com a expansão sobre o litoral pode ter neutralizado esse efeito benéfico. Em relação ao “entorno” do Subpolo calcula-se a extinção local de 3 (três) espécies durante o mesmo período.

Tabela 58 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Costa do Sol

Subpolo	Área Remanescente Florestal 1994 (km²)	Potencial de Espécies (No.)	Variação de Área no Período (km²)	Perda de Espécies no Período (No.)	Perda de Espécies no Período (%)
Costa do Sol	275.5	1041	193	24	2.3
“Entorno”	1077.9	1265	-155.7	-3	-0.3

Fonte: elaboração própria com base em dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008)

Unidades Conservação

O Subpolo Costa do Sol conta com uma área total coberta por Unidades de Conservação correspondente a 30% do seu território. A maior parte dessa área (95% ou 668km²) corresponde a UCs de uso sustentável. Esta condição pode prejudicar a continuidade dos remanescentes florestais. A expansão da especulação imobiliária dentro das APAs representa uma preocupação justificada. Contudo, vale ressaltar o aumento significativo das áreas convertidas nesse período em novas UCs, alcançando mais 26% da área total do município.

Verifica-se um equilíbrio em termos da área física correspondente a UCs federais e estaduais. As maiores unidades são: a APA do Rio São João, a RESEX Marinha de Arraial do Cabo (ambas federais) e a APA Pau Brasil (estadual). O município de Casimiro de Abreu é aquela unidade com maior área convertida em UCs, assim como o município com maior proporção do território correspondente a áreas florestadas (41% de sua área total). Arraial do Cabo também apresenta grande extensão de áreas protegidas (quase 30% do seu território), com destaque para a RESEX de mesmo nome e a APA da Massambaba. O restante dos municípios apresentou também crescimento das áreas transformadas em UCs, contribuindo assim para a elevação dos índices de todo o Subpolo.

O “entorno” do Subpolo também apresentou um aumento significativo das áreas dedicadas a conservação (crescimento da ordem de 36% da área), com destaque para Silva Jardim que, a partir da criação da APA do Rio São João, ficou com 98% de seu território coberto por UCs.

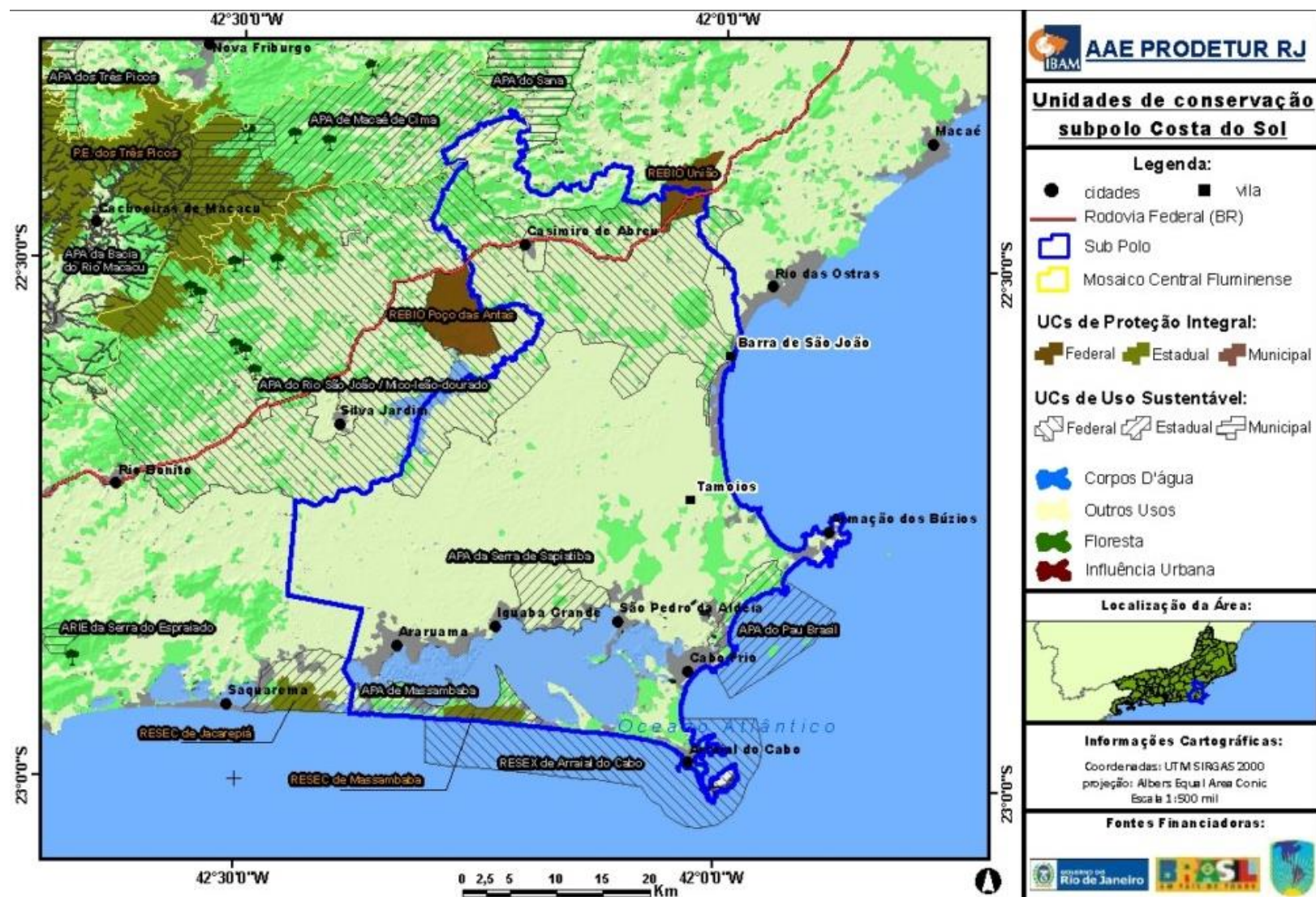
Tabela 59 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Costa do Sol

Municípios	Área Total (km²)	1994		2008		Variaçã o no Período (%)	2008	
		Área Total das UCs (km²)	Proporção Área dos Município s (%)	Área Total das UCs (km²)	Proporção Área dos Município s (%)		UCs de Proteçã o Integral (km²)	Proporção da Área Total das UCs (%)
PRODETUR								
Araruama	636.8	23.9	3.8	117.5	18.4	14.7		0.0
Armação dos Búzios	157.9		0.0	13.5	8.6	8.6	0.3	2.3
Arraial do Cabo	157.9	12.3	7.8	43.7	27.7	19.9	16.2	37.2
Cabo Frio	411.0		0.0	72.2	17.6	17.6		0.0
Casimiro de Abreu	463.5	0.3	0.1	359.4	77.5	77.5	14.4	4.0
Iguaba Grande	49.5	13.7	27.6	16.1	32.5	4.9		0.0
S. Pedro da Aldeia	337.8	46.0	13.6	46.0	13.6	0.0		0.0
Total	2214	96.2	4.3	668	30.2	25.8	31.0	4.6
“Entorno”								
Macaé	1218		0.0	125.1	10.3	10.3	4.6	3.6
Rio Bonito	461.6		0.0	99.2	21.5	21.5	0.2	0.2
Rio das Ostras	229.5		0.0	37.1	16.2	16.2	14.5	39.1
Saquarema	353.0	44.3	12.6	60.3	17.1	4.5	15.7	26.0
Silva Jardim	937.3	50.2	5.4	919.1	98.1	92.7	84.2	9.2
Total	3200	94.5	3.0	1241	38.8	35.8	119.2	9.6

Fonte: elaboração própria com base em dados do ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007)

Com relação às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs registra-se a existência de 16 (dezesseis) delas reconhecidas pelo ICMBio, todas situadas nos municípios do entorno, assim distribuídas: 9 (nove) em Silva Jardim (Gaviões, Serra Grande, Floresta Alta, Fazenda Arco Iris, Sítio Cachoeira Grande, Sítio Santa Fé, Reserva União, Neiva, Patrícia, Claudia e Alexandra e Granja Redenção); 4 (quatro) em Casimiro de Abreu (Fazenda Bom Retiro, Matumbo, Fazenda Córrego da Luz e Três Morros); 2 (duas) em Macaé (Fazenda Barra do Sana e Sítio Shangrilah); e 1 (uma) em Saquarema (Reserva Mato Grosso).

Das reconhecidas pelo INEA, apurou-se um total de 8 (oito) RPPNs com portaria definitiva, 1 (uma) com portaria provisória e 1 (uma) encontra-se em análise; e todas elas estão situadas nos municípios do entorno. Das que contam com portaria definitiva, 7 (sete) estão localizadas no município de Silva Jardim e 1 (uma) em Saquarema. A que dispõe de portaria provisória e a que está em análise encontram-se situadas no município de Silva Jardim.



Fragilidade dos Sistemas Naturais

A publicação em 2010 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com vistas a revelar para fins de planejamento e gestão os indicadores que identificam o Patrimônio Natural e Ambiental e também para alertar para aos impactos ambientais decorrentes da pressão antrópica sobre o meio ambiente e a consequente fragilidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Para tal o Governo apresenta o relatório como instrumento de apoio à decisão, fornecendo uma base de dados confiável e análises–sínteses das dez Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

O batimento entre estes dados e análises com as áreas dos subpolos turísticos fornecem uma caracterização, com a visão de Estado, para a presente AAE.

De forma geral foram identificados como indicadores de Fragilidade Ambiental no Estado os itens: Tratamento de Esgoto; Destinação Final de Resíduos sólidos e Gestão Ambiental dos Municípios. Segundo a Publicação oficial, estes indicadores “permitem estabelecer o grau de conservação, regeneração e fragilidade do território, além daqueles obtidos nos programas estaduais instituídos, tendo como meta as sustentabilidades”.

De modo geral o Polo Litoral apresenta bom grau de institucionalização ambiental; quanto ao tratamento de esgoto sanitário atinge, em cerca de 50%, o nível secundário de tratamento e o restante nível primário ou não conta com sistema. Quanto aos resíduos sólidos cerca de 70% conta com aterro sanitário ou controlado e o restante utilizam outras formas de destino

Para a caracterização específica dos três Subpolos do Polo Litoral, atendendo a estes conceitos de estado analisamos (no item 1.5.5), o saneamento ambiental, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos entre outros itens também considerados como de influência para a caracterização das fragilidades dos Sistemas Naturais; e no item 1.6.2 identificamos as estruturas públicas para a gestão ambiental dos subpolos.

Para o Polo Litoral a Fragilidade do Meio Físico se localiza nas áreas litorâneas e nas regiões baixas com cotas com menos de 20m e com exceção da baía da Ilha Grande e da lagoa de Araruama, as demais áreas apresentam alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.

A síntese dos fatores críticos do Subpolo Costa do Sol é:

- Apresenta áreas frágeis próximas ao litoral e nas áreas baixas abaixo de 20m.
- Apresenta alta suscetibilidade de ocorrência de incêndio na região leste e baixa na região da lagoa de Araruama.
- Crescimento demográfico desordenado gerando impacto sobre os recursos naturais, inclusive no interior das APAs.
- Baixos índices de cobertura das redes de esgotamento sanitário e dos sistemas de tratamento de esgotos.
- Ausência de sistemas adequados para coleta e tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, com fortes implicações na saúde da população, no meio ambiente e na imagem desses municípios turísticos.
- Implantação de empreendimentos turísticos sobre os remanescentes de vegetação de restinga e de dunas

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA GESTÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA LOCAL

Identificação e análise das interações institucionais das entidades públicas, privadas e sociais atuantes no turismo da região, a partir da definição de competências, funções, responsabilidades de cada instituição envolvida

No Subpolo Costa Verde

O subpolo Costa Verde é constituído pelos municípios estratégicos de Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro e Paraty. Além deles, integra a Costa Verde o município de Itaguaí, beneficiário indireto do PRODETUR. Angra dos Reis e Paraty são considerados Destinos Indutores do Turismo Regional.

Dos 4 (quatro) municípios apenas Angra dos Reis conta com uma fundação dedicada apenas à gestão do turismo. Os demais compartilham a pasta com outras secretarias. Todos os 4 (quatro) municípios contam com Conselho Municipal de Turismo, em atividade, segundo a tabela 20. Rio Claro possui Fundo Municipal de Turismo, mas não se tem notícia sobre seu funcionamento, e em Angra dos Reis a criação do fundo está em processo de aprovação.

Frente à grande pressão que sofre essa região, já assediada na logística de expansão da vida econômica da metrópole do Rio de Janeiro, os atores governamentais, através dos órgãos municipais de turismo, não têm sido capazes de formular e implementar políticas públicas capazes de promover sua harmonização com a preservação do magnífico patrimônio ambiental, ativos turísticos que marcam o diferencial desses destinos. Os governos municipais apostam na atratividade natural desses lugares e não compreendem a importância de se lidar com o Turismo como cadeia produtiva.

Os dados obtidos do PDTIS foram atualizados junto às secretarias de turismo e consultores do Instituto IDEIAS . A pesquisa objetivou inventariar a existência local de alguns dos principais instrumentos de gestão do turismo e conhecer detalhes básicos sobre eles. As informações levantadas e apresentadas a seguir, possibilitam a projeção de um painel sobre a situação da gestão turística no subpolo e exercitar comparações sobre a atuação das organizações de governança municipal.

Quadro 17 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Costa Verde

Instrumento de Gestão	Angra dos Reis		Paraty		Mangaratiba		Rio Claro	
	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações
Secretaria Municipal de Turismo	X	Fundação de Turismo	X	com Cultura	X	com Esporte e Lazer	X	com Cultura, Eventos e Comunicação Social
Plano Diretor Municipal			X					em revisão pela UFRJ
Plano de Desenvolvimento Turístico	X		X	turismoparaty.blogspot.com	X	em projeto		em elaboração
Fundo Municipal de Turismo	X	em aprovação	X				X	
Conselho Municipal de Turismo	X		X				X	
Inventário turístico	X		X		X	em projeto	X	em elaboração
Desenvolvimento de indicadores	X	Destino Indutor MTur	X	Destino Indutor MTur				
Programa de qualidade para o turismo	X							
Programas de capacitação	X		X	Senac, Sebrae (esporádico)				programado para o ano que vem – guias
Convention Bureau			X					

Fonte: FGV-PDTIS, 2010 com atualização junto às secretarias municipais de turismo e consultores do Instituto Idéias.

Nos dois municípios do subpolo onde o turismo tem maior potencial e se apresenta como atividade econômica importante – Paraty e Angra dos Reis – pode ser verificada a ocorrência da maioria de instrumentos de gestão considerados na pesquisa.

Nos demais nota-se a falta de estruturação dos instrumentos e de ação do poder público na operacionalização de ferramentas que possibilitam o desenvolvimento do turismo. Mangaratiba, principalmente, poderia aproveitar o fato de ser um dos principais pontos de embarque de turistas que se dirigem à Ilha Grande.

A instância regional de governança é representada pelo Fórum Regional de Turismo da Costa Verde (COMTUR), instituído em 2008, que tem como objetivos articular junto às instâncias federal, estadual, públicas e privadas, visando direcionar aos municípios recursos e políticas destinadas ao desenvolvimento do Turismo; estimular o intercâmbio de informações entre os municípios; participar da formulação de políticas de Turismo a nível nacional, estadual e municipal, com representação nas instâncias decisórias e respectivos planos, programas e projetos; representar os interesses da atividade turística junto às autoridades constituídas.

Com o objetivo de melhor conhecer a sua atuação, foi realizada, em outubro de 2010, uma pesquisa junto à direção regional do Fórum Regional, da qual extraímos as principais questões.

Quadro 18 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Costa Verde

Principais Questões	Resposta obtida
Composição paritária (representação governamental e não governamental)	não
Periodicidade das reuniões	trimestral
Participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho	entre 50% e 70%
Existência de estrutura apoio	não
Recursos financeiros próprios	não
Website	não
Interrupções no funcionamento	sim
Influencia as políticas públicas de Turismo	estadual
	regional
	municipal
Carece de capacitação de seus membros	sim
Elabora Estudos/projetos para a sua região	não

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa IBAM, 2010

Ainda sobre os resultados da pesquisa, destacam-se alguns resultados adicionais: (i) sobre as vitórias alcançadas, não cita nenhuma; (ii) com relação à sugestão para aumentar a eficácia da gestão regional do turismo na região menciona “informar com mais clareza os objetivos e funcionamento da Instância de Governança Regional; apresentar casos de sucesso já realizados; e maior acompanhamento para estimular a continuidade de ações, pois se verifica que, em 2009, o Fórum não conseguiu prosseguir com nenhuma ação estratégica, ou caso tenha realizado, não foi feito registro das ações”; (iii) quanto às questões de interesse regional por grau de importância, foram elencadas como muito importantes: Roteiros turísticos integrados, Calendário de eventos regionais, Formatação de produtos turísticos, Capacitação dos empreendedores, Capacitação dos gestores e Treinamento de mão-de-obra.

Os dois Grupos Gestores dos Destinos Indutores deste Subpolo têm a seguinte composição:

- Angra dos Reis – TurisAngra, Convention Bureau Angra dos Reis, Secretaria/Fundação de Turismo de Angra, Secretaria de Meio Ambiente, Setor Privado e Sociedade Civil Organizada.

- . Paraty – Secretarias, ONGs e setor privado, Convention Bureau Paraty, Trade Hotéis, Ass. Casa Azul, Ass. Paraty Cultural, Trade Bares e Restaurantes, Trade Agencias, Parque. Nac. Serra da Bocaina, IPHAN, FUNAI, Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP), Colônia Z18, Secretarias, SEBRAE.

As reuniões do GG de Paraty são regulares, para debater questões relativas à Educação, Preservação do Patrimônio Histórico material e imaterial, Infraestrutura e Revitalização urbana⁸.

No Subpolo Metropolitano

O subpolo Metropolitano é integrado pelos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, exercendo função de centralidade e concentração de infraestrutura, equipamentos e atrativos turísticos. O Rio de Janeiro é reconhecido como Destino Indutor do Turismo Regional; e Niterói está pleiteando o mesmo reconhecimento, promovendo estudos de competitividade com apoio do MTur e da FGV.

Segundo o PDITS, entre os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, consolida-se cada vez mais uma conurbação urbana, no sentido socioeconômico, dada a integração da infraestrutura de acessos, transportes urbanos e serviços.

Quanto à existência de órgãos municipais de Turismo, o município do Rio de Janeiro possui secretaria exclusiva de Turismo (a Secretaria Especial de Turismo – SETUR), mas Niterói, não. No entanto, ambos os municípios dispõem de empresas municipais de Turismo.

No caso do Rio de Janeiro, a empresa é a RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro é órgão executivo da Secretaria Municipal de Turismo, responsável por implementar a política de turismo municipal, em consonância com

8 Fonte: Site Mar de Cultura (<http://grupogestormardecultura.wordpress.com/2009/03/25/quem-e-o-grupo-gestor>).

as diretrizes e os programas ditados pela administração municipal. Em Niterói, existe uma autarquia – a Niterói Empresa de Lazer e Turismo (NELTUR).

Informações obtidas no site da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro dão conta de que o objetivo principal da RIOTUR é “a captação de fluxos turísticos, dos mercados nacional e internacional, para a cidade do Rio de Janeiro, deflagrando a cadeia produtiva do Turismo (..) fortalecendo a economia da Cidade”. É de responsabilidade da RioTur o desenvolvimento e a implementação de um Plano Estratégico de Turismo, além do estabelecimento de parcerias com iniciativa privada do Turismo para programas e projetos do setor, com ênfase na promoção de eventos relacionados ao Carnaval e ao Reveillon.

Cabe ressaltar aqui que, ao contrário da grande maioria dos municípios do Polo Litoral, os municípios de Rio de Janeiro e Niterói não possuem conselhos municipais de turismo.

Os dados obtidos do PDTIS sobre a gestão municipal foram atualizados junto às secretarias de turismo e consultores do Instituto IDEIAS . A pesquisa objetivou inventariar a existência local de alguns dos principais instrumentos de gestão do turismo e conhecer detalhes básicos sobre elas. As informações levantadas e apresentadas a seguir, possibilitam a projeção de um painel sobre a situação da gestão turística no subpolo e exercitar comparações sobre a atuação das organizações de governança municipais.

Quadro 19– Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Metropolitano

Instrumento de Gestão	Rio de Janeiro		Niterói	
	Sim	Observações	Sim	Observações
Secretaria Municipal de Turismo	X	e RioTur		Neltur
Plano Diretor Municipal	X	zonas turísticas definidas	X	em revisão – zonas turísticas definidas
Plano de Desenvolvimento Turístico				
Fundo Municipal de Turismo		programa incentivo aumento de leitos		
Conselho Municipal de Turismo		não está ativo		
Inventário turístico		em estudo		em elaboração
Desenvolvimento de indicadores	X	Destino Indutor MTur (controle do plano de metas)	X	estudo de competitividade da FGV
Programa de qualidade para o turismo	X			
Programas de capacitação	X	Rio Mais Hospitaleiro	X	
Convention Bureau	X			

Fonte: FGV-PDTIS, 2010 com atualização junto às secretarias municipais de turismo e consultores do Instituto Idéias.

(*) não foi possível obter as informações junto à prefeitura municipal.

Diferentemente da maioria dos municípios, na região Metropolitana cada município possui uma organização com dedicação exclusiva para a atividade turística, o que não significa dizer que esta prática institucional produza resultados melhores e mais eficientes do que as receitas utilizadas na maioria dos municípios menores.

Chama atenção a inexistência de Planos de Desenvolvimento Turístico nos dois municípios, denotando falta de preocupação com um planejamento de longo prazo e com a sustentabilidade das ações no subpolo. Este fato pode ser influenciado pela não realização de ações de planejamento (inventários, diagnósticos, etc.) e pela falta de instâncias descentralizadoras do planejamento turístico, como demonstrado pela inexistência do Conselho Municipal de Turismo os dois municípios.

O subpolo Metropolitano não conta com Conselho Regional de Turismo, cujo papel é, em parte, cumprido pelo Conselho Estadual de Turismo, do qual, apenas o Rio de Janeiro participa; e pelo Fórum Estadual de Secretários de Turismo, do qual ambos os municípios participam. Nesse fórum, Niterói ocupa o cargo de 2º Vice-Presidente e a vice-presidência regional, neste último caso, representando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No nível regional, ambos os municípios integram a RedeTuris, criada em 2008, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, em parceria com o SEBRAE/RJ, com vistas à integração de toda a cadeia produtiva do turismo fluminense, voltada para o desenvolvimento sustentável. Essa iniciativa incluiu a micro e pequenas empresas, a partir de um sistema de governança apto a ampliar parcerias, otimizar recursos e programas e articular a criação de políticas públicas para o setor. A RIOTUR e a NELTUR fazem parte do Comitê Gestor, que tem a atribuição de gerir o projeto.

No Subpolo Costa do Sol

Este Subpolo é constituído pelos municípios estratégicos Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, São Pedro D'Aldeia, Casimiro de Abreu e Cabo Frio. Além desses, integram o Subpolo Costa do Sol os municípios de Carapebus, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras e Saquarema, beneficiários indiretos do PRODETUR. Armação dos Búzios é considerado como Destino Indutor do Turismo Regional; e Arraial do Cabo e Cabo Frio estão pleiteando o mesmo reconhecimento, promovendo estudos de competitividade com apoio do MTur e da FGV.

Todos os municípios do Subpolo Costa do Sol possuem Secretaria de Turismo (exclusiva ou compondo com outras pastas), não ocorrendo a presença de empresas

municipais de Turismo. No entanto, apesar da atividade turística estar bem consolidada nessa região, os órgãos municipais de Turismo não conseguem, na sua maioria, afirmar na administração municipal o atributo de transversalidade do Turismo, que aparece, apenas, como mais um setor de governo. Muitas vezes, nem é entendido como atividade econômica, gerador de receita, através de uma cadeia produtiva.

Segundo dados apresentados no quadro abaixo, encontravam-se ativos em 2010, os Conselhos Municipais de Turismo de Arraial do Cabo (criado em 2002), Casimiro de Abreu (criado em 2008) e Cabo Frio (criado em 2003). Observa-se que em Armação dos Búzios o Conselho Municipal de Turismo, embora tenha sido criado em 2008, não está ativo. Também não estão ativos os de Araruama (criado em 1999), Iguaba Grande (criado em 1997) e São Pedro D'Aldeia (criado em 2000).

O Fundo Municipal de Turismo existe em todos os municípios do Subpolo, menos em Cabo Frio, mas não se tem notícia sobre seu efetivo funcionamento.

Os dados obtidos do PDTIS foram atualizados junto às secretarias de turismo e consultores do Instituto IDEIAS . A pesquisa objetivou inventariar a existência local de alguns dos principais instrumentos de gestão do turismo e conhecer detalhes básicos sobre elas. As informações levantadas e apresentadas a seguir, possibilitam a projeção de um painel sobre a situação da gestão turística no subpolo e exercitar comparações sobre a atuação das organizações de governança municipais.

Quadro 20 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Costa do Sol

	Armação dos Búzios		Cabo Frio		Araruama		Iguaba Grande		S. Pedro d'Aldeia		Casemiro de Abreu		Arraial do Cabo	
Instrumento de Gestão	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações
Secretaria Municipal de Turismo	X	com Cultura	X		X		X		X	com Esporte e Lazer	X	com Eventos	X	
Plano Diretor Municipal	X		X				X	zonas turísticas definidas			X		X	
Plano de Desenvolvimento Turístico	X										X		X	em elaboração
Fundo Municipal de Turismo			X	ainda sem personalidade jurídica							X		X	em criação
Conselho Municipal de Turismo	X		X		X	em fase de reativação					X		X	
Inventário turístico	X		X		X				X		X		X	em elaboração
Desenvolvimento de indicadores	X	Destino indutor	X	estudo de competitividade da FGV							X		X	estudo de competitividade da FGV
Programa de qualidade para o turismo	X												X	em elaboração para o turismo náutico
Programas de capacitação		em elaboração	X	QualificaBrasil MTur	X	nas escolas técnicas públicas					X		X	em elaboração
Convention Bureau	X		X		X									

Fonte: FGV–PDTIS, 2010 com atualização junto às secretarias municipais de turismo e consultores do Instituto Idéias.

Os municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio refletem a sua importância turística regional nos instrumentos de gestão identificados, e confirma, no caso de Armação dos Búzios, a sua inclusão entre os destinos indutores do estado.

O município de Casimiro de Abreu, assim como Arraial do Cabo, apresenta uma gestão profissional, fato que vem colaborando para o incremento de instrumentos de gestão. Os demais municípios, face ao esvaziamento do processo turístico nos

últimos anos, não aportam para a atividade a devida importância econômica e social.

A instância regional de governança é representada pelo Conselho de Turismo da Região da Costa do Sol (CONDETUR), fundado em 2008. Na composição do Conselho⁹ há o predomínio da participação do poder público. Com o objetivo de melhor conhecer a atuação do CONDETUR, foi realizada, em outubro desse ano, uma pesquisa junto à direção regional do Fórum Regional, da qual extraímos as principais questões.

⁹ Associados permanentes: os municípios de: Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, São Pedro D'Aldeia, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Carapebus, Macaé. Maricá, Quissamã, Rio das Ostras e Saquarema. Como entidades apoiadoras: MTUR, SETE, TURISRIO, SEBRAE-RJ, SENAC, Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e similares, ABAV, Associações Comerciais, Associações do Setor de Turismo, Sindicato dos Guias de Turismo (SINDEGTUR), Federação dos Convention & Visitors Bureau, Associação Brasileira da Indústria dos Hotéis (ABIH), Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo (ABBTUR), Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Sindicato dos Empregados no Comércio (SINDICOM), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Universidade Federal Fluminense (UFF), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Universidade Veiga de Almeida (UVA), Universidade Estácio de Sá (UNESA), Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET), Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo (FEST).

Quadro 21 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Costa do Sol

Principais Questões	Resposta obtida
Composição paritária (representação governamental e não governamental)	não
Periodicidade das reuniões	s/agenda fixa
Participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho	entre 50% e 70%
Existência de estrutura apoio	não
Recursos financeiros próprios	não
Website	não
Interrupções no funcionamento	não
Influencia as políticas públicas de Turismo	estadual sim
	regional sim
	municipal sim
Carece de capacitação de seus membros	sim
Elabora Estudos/projetos para a sua região	não

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa IBAM, 2010

Ainda sobre os resultados da pesquisa, destacam-se alguns resultados adicionais:

- (i) sobre as vitórias alcançadas, destaca que "considerando que este Conselho é relativamente novo, não existem ainda feitos de relevo. No entanto, pode ser destacado o levantamento realizado pessoalmente por parte de seus membros a todos os Municípios objetivando tomar conhecimento das reais situações individuais com vistas a projetos futuros de forma a que possam ou não vir a ser destinos efetivamente turísticos. Estes relatórios serão entregues no próximo mês de Novembro aos Governos Estadual, federal e Municipais, em ato que contará também com capacitação para operar o SICONV via Ministério do Planejamento. Sendo estes relatórios a base para os trabalhos futuros";
- (ii) com relação à sugestão para aumentar a eficácia da gestão regional do turismo na região menciona a carência de serviços públicos que não atendem a questões como: "Saneamento básico insuficiente, acessos aos atrativos turísticos obstruídos, calçadas invadidas, comercio ilegal, praias sujas e ilegalmente invadidas, desembarque de cruzeiros marítimos entre novembro e abril com estrutura mínima para o acolhimento de milhares de pessoas simultaneamente levando á cidade um ambiente prejudicial e depredador ao meio ambiente";
- (iii) quanto às questões de interesse regional por grau de importância, foram elencadas como muito importantes todos os itens relacionados pela pesquisa (Calendário de eventos regionais, Formatação de produtos turísticos, Capacitação dos empreendedores, Arrecadação para o Turismo, Qualidade de Produtos e Serviços Turísticos oferecidos, Desenvolvimento do turismo em forma sustentável, Eventos turísticos compartilhados, Participação em feiras,

exposições, convenções, Capacitação dos gestores, Treinamento de mão-de-obra, Regularização das atividades turísticas e Planejamento Regional de Turismo) à exceção de Roteiros turísticos integrados.

O Grupo Gestor de Armação dos Búzios recentemente capacitado, sob forma de oficina, em janeiro de 2010, pelo Ministério do Turismo e pelo Módulo Security Solutions, depara-se com a ausência de um planejamento estratégico que considere a dimensão regional e um Plano Diretor Regional de Turismo.

Identificação dos principais planos, programas e projetos governamentais de turismo, infraestrutura e de meio ambiente previstos para a região

Na tabela abaixo estão listados os projetos previstos em turismo para o Polo Litoral.

Nome do Plano, Programa ou Projeto	Órgão responsável	Situação Atual
Planejamento e Implantação de Roteiros Temáticos na Cidade do Rio de Janeiro para estímulo a pequenos negócios associados.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Desenvolvimento de Rede de Atendimento de Turismo e Implantação de Centros Pilotos (Rio de Janeiro, Búzios).	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Elaboração de Conteúdo e Informações de Centros Pilotos.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Infraestrutura de tecnologia da informação dos Centros Pilotos.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Fortalecimento na Gestão Empresarial da Economia do Turismo.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Identificação de novas oportunidades de Negócios Turísticos na Ilha Grande (Angra dos Reis) para o programa de fomento-Investierio.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Sinalização Turística- Projeto e Implantação .	SETUR	Termo de Referência foi submetido ao BID e encontra-se em fase de adequação
Elaboração do Plano Estratégico (período Ano 1 a Ano 4) + (Estratégia de Marketing On-line).	SETUR	Termo de Referência em elaboração
Fortalecimento da Atividade Econômica do Turismo - Regularização da Informalidade (Ilha Grande e Búzios).	SETUR	Termo de Referência em elaboração
Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual - Capacitação do gestor Público .	SETUR	Termo de Referência em elaboração
Fortalecimento Institucional da SETUR e da TURISRIO.	SETUR	Termo de Referência em elaboração
Sistemas de Gestão Integradas de Destinos - Desenho e Implantação de projeto Piloto Rio de Janeiro (Cartão Fidelidade Turístico e	SETUR	Termo de Referência em elaboração
Identificação de Melhores Práticas e Proposições de Marcos Legais de Turismo no âmbito Estadual e um novo modelo de Gestão.	SETUR	Termo de Referência em elaboração
Fortalecimento das instancias Participativas de Gestão Estadual, Regional e Municipal Estadual.	SETUR	Termo de Referência em elaboração
Pesquisas para monitoramento e avaliação do Programa (Ano 1 e Ano 4).	SEOBAS	Licitação para contratação dos serviços em andamento.
Estudo de Demanda Atual e Potencial dos mercados emissores nacional e internacional para Destinos Turísticos .	SETUR	Processo de licitação para contratação dos serviços já iniciado.
Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos.	SETUR	Processo de licitação para contratação dos serviços já iniciado.
Pesquisa de Ambiente Empresarial (REVPAR de Rede Hoteleira)	SETUR	Termo de Referência em elaboração.

Na tabela abaixo estão listados os projetos previstos em meio ambiente para o Polo Litoral.

Nome do Plano, Programa ou Projeto	Órgão responsável	Situação Atual
Saneamento Centro Histórico e Urbanização da Orla e cais dos Saveiros em Paraty.	SEOBRAS	Termos de Referência em fase de elaboração.
Saneamento, Drenagem e Urbanização - Vila do Abraão - Ilha Grande - Angra dos Reis.	SEOBRAS	Processo licitatório para a contratação das obras já iniciado.
Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica incluindo Potencial RPPN.	SEA	Termo de Referência em fase de elaboração.
Estudo de Capacidade de Carga e Uso Público da Ilha Grande e Implantação do Sistema de gestão dos fluxos	SEA	Serviços em andamento.
Estudos e implantação no Parque da Ilha Grande.	SEA	Termos de Referência em fase de elaboração.

Na tabela abaixo estão listados os projetos previstos em infraestrutura para o Polo Litoral.

Nome do Plano, Programa ou Projeto	Órgão responsável	Situação Atual
Museu da Imagem e do Som.	SEOBRAS	Obras de revestimentos, instalações e fachadas já contratadas.
Torre Panorâmica - Caminho Niemayer - Niterói.	SEOBRAS	Projetos em fase de revisão.
Obras de Urbanização de Orlas, Centros Históricos e Paisagísticos (Arraial do Cabo, Cabo Frio e	SEOBRAS	Projetos em fase de revisão.
Centro Cultural, Eventos e Exposições (Cabo Frio e Paraty).	SEOBRAS	Concurso Público para a escolha da empresa que desenvolverá os projetos em fase de planejamento.
Infraestrutura Física, hardware, software e sistema de informação .	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Estação /Pier e Centro de Atendimento ao Turista (Búzios, Mangaratiba e Angra).	SEOBRAS	Projetos em fase de revisão.

Identificação de outras iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento e avaliação de implicações para o desenvolvimento do estudo

No Polo Costa Verde

Dinâmica Regional

Percebe-se, no Subpolo Costa Verde, uma dinâmica que responde a uma combinação de vetores que, ainda que guardem uma identidade própria, têm pontos de contato com os outros dois Subpolos de Agulhas Negras e do Vale do Café. A economia do turismo lastreada pelo patrimônio natural e construído que caracteriza esse trecho do litoral fluminense segue sendo responsável, simultaneamente, pela geração de oportunidades e ameaças.

Os investimentos associados à produção de energia (centrais termo-nucleares de Angra) têm sido responsáveis pela injeção de recursos nesse trecho do litoral fluminense; o transporte de petróleo (através do TEBIG e da rede de dutos que têm origem a partir desse terminal) é uma atividade importante e que tende a ser ampliada face à entrada em produção dos campos da Bacia de Santos, com destaque para as projeções associadas à exploração do pré-sal; e a retomada da produção naval a partir da reativação do estaleiro Verolme, assim como a modernização do Porto de Angra, ambas as atividades ligadas à expansão das atividades de produção de O&G ao longo da costa fluminense, são fatores de dinâmica regional importantes para serem levados em conta.

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje Fundação CEPERJ), na Região da Costa Verde, Angra dos Reis apresenta uma base notadamente industrial (51,5% do PIB), enquanto nos demais municípios desta região predominam as atividades terciárias e do setor público. Em Parati e Rio Claro, o setor agropecuário apresenta participação relativamente elevada, atingindo quase 9% do PIB de Rio Claro. Neste município, o setor público apresenta a mais elevada participação (45,8%) dentre os municípios PRODETUR.

Por outro lado, o indicador *PIB per capita* de Rio Claro encontra-se em patamar muito baixo, conforme padrão bastante comum e compreensível: nos municípios

onde a indústria é fraca (medida pela participação relativa na formação do PIB), o PIB per capita é baixo e sobressai o setor de administração pública.

Nesta região, Angra dos Reis se destaca pelo forte crescimento econômico (12% entre 1996 e 2007), intensificado no período recente em decorrência da elevação da taxa de crescimento do setor industrial, de 8,5% ao ano no período 1996–2002 para 18,6% ao ano no período 2002–2007.

Mangaratiba reverteu o quadro de recessão do período 1996–2002 (–1,5%), fruto de recessão do setor de serviços (–10,1%), para uma taxa positiva de 6,6% no período recente. Já em Rio Claro a taxa de crescimento econômico de 3,7% verificada no período 1996–2002 se reverteu em taxa negativa de 0,4% no período recente. Enquanto isso Parati manteve um nível elevado de crescimento. As informações apresentadas podem ser vistas nas tabelas a seguir.

Tabela 60 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Costa Verde

MUNICÍPIOS	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Angra dos Reis	15,7	3,6	18,6	5,8	3,7
Mangaratiba	6,6	–0,4	6,4	6,6	6,4
Paraty	4,5	2,8	15,8	2,8	2,4
Rio Claro	–0,4	–7,6	–0,5	–0,9	0,4

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Tabela 61 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Costa Verde

MUNICÍPIOS	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Angra dos Reis	9,0	61,3	8,5	0,4	66,3
Mangaratiba	–1,5	39,3	–3,9	–10,1	29,0
Paraty	4,9	31,3	–8,5	0,4	26,9
Rio Claro	3,7	–10,4	–3,9	–0,6	35,4

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Tabela 62 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Costa Verde

MUNICÍPIOS	Participação relativa do setor terciário (*) no PIB total		
	2007	2002	1996
Total do Estado RJ	43,7	47,9	54,3
Angra dos Reis	22,8	35,8	58,7
Mangaratiba	47,3	47,3	81,8
Paraty	43,1	46,8	60,7
Rio Claro	33,8	34,6	44,8

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Nota (*): excluído “administração pública”.

Com relação aos postos de trabalho nas atividades turísticas, segundo os dados da RAIS, pode-se dizer que este evoluiu positivamente no período de análise no conjunto desta região, tendo mais que dobrado sua proporção total (de 0,25% para 0,57%). A maior variação bruta ocorreu em Angra dos Reis, aumentando em cerca de 150 postos. Porém o caso mais expressivo é o de Paraty aonde a proporção chegou a 1,53% em 2008. Em Mangaratiba o número absoluto de postos de trabalho mais que triplicou, contudo a proporção caiu ligeiramente devido ao crescimento muito grande do n. total de postos de trabalho. Em Rio Claro permaneceu a ausência de postos de trabalho formais vinculados a atividades turísticas.

Tabela 63 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Costa Verde

MUNICÍPIOS	2008			2000		
	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)
Angra dos Reis	33.741	185	0,548%	16.999	33	0,194%
Mangaratiba	18.069	74	0,410%	4.351	22	0,506%
Paraty	4.832	74	1,531%	2.894	10	0,346%
Rio Claro	1.876	0	0,000%	1.384	0	0,000%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da RAIS, Ministério do Trabalho¹⁰

A partir do histórico recente (e tendências derivadas) pode-se resumir que Angra dos Reis se destaca como tendo um PIB que cresce acima da média do Polo, o que não surpreende face à diversificação e dinamização da sua economia.

No Subpolo Metropolitano

Dinâmica Regional

No Subpolo Metropolitano percebe-se que sua dinâmica, sobretudo de ordem econômica, começa a atravessar uma fase de retomada lastreada principalmente por investimentos associados à:

- Implantação/consolidação do Polo Gasquímico (localizado na região da Baixada Fluminense, mais precisamente em Duque de Caxias e Belford Roxo), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ, localizado em Itaboraí, mas interferindo com um grande número de municípios do leste metropolitano), da ampliação da Refinaria Duque de Caxias e da implantação de uma nova rede

¹⁰ Referente aos seguintes ramos conforme classificação de atividades CNAE 2.0: “agências de turismo”, “Operadores turísticos” e “Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente”.

logística associada ao PLANGÁS (plano da Petrobras de ampliação da oferta de gás natural de origem nacional em substituição ao que hoje é importado da Bolívia);

- . A ampliação e modernização dos terminais portuários (Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí), tanto para atender à necessidade de escoamento de bens e matérias-primas, como também para prestar apoio logístico para as atividades *offshore* de produção de O&G;
- . A retomada da indústria da construção naval em decorrência do crescimento da demanda de embarcações destinadas à produção, armazenamento e transporte de O&G;
- . A consolidação de um polo siderúrgico junto ao Porto de Itaguaí (formado pela ampliação da COSIGUA e pela implantação da CSA e uma nova unidade da CSN), assim como de um conjunto de terminais exportadores de minério de ferro localizado no entorno desse mesmo porto;
- . A realização de grandes eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro, incluindo os Jogos Pan-americanos de 2006 e, no futuro próximo, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016)

Na Região Metropolitana, a capital e Niterói apresentam composição do PIB bastante semelhante, com ampla predominância do setor de serviços, agricultura praticamente inexistente, e indústria e administração pública com participação modesta (entre 10 e 20%, Tabela 4). Na imensa maioria dos demais municípios o setor público tem peso muito grande na economia (mais de 30%). Neste contexto, Duque de Caxias se destaca pela forte base industrial (46,9% do PIB de 2007, Tabela 4).

O fraco desempenho econômico do ERJ no período 2007–1996 discutido anteriormente, foi largamente influenciado pela dinâmica da capital, que experimentou retração econômica de 0,3% entre 1996 e 2007 (Tabela 5), porém registrando leve recuperação no período mais recente (2007–2002) em relação a 2002–1996, de –1,1% para 0,7%. Este fraco desempenho é alavancado pela retração da base industrial da capital (–6,5%, Tabela 6), processo que arrefeceu no período

recente (de -8,1% entre 1996–2002, Tabela 8, para -4,5% entre 2002–2007, Tabela 7).

Em Niterói ocorreu pequeno declínio da taxa de crescimento econômico, passando de 3,9% entre 1996–2002 para 3,1% entre 2002–2007, apesar da retomada do crescimento da base industrial, que passou de uma situação de retração no período 1996–2002 (-4,1%, Tabela 8) para 6,7% entre 2002 e 2007.

Nos municípios da parte Oeste, Baixada e Leste a tendência geral é de declínio das taxas de crescimento (Tabela 5), de patamares elevados ou muito elevados para médios, baixos, ou mesmo retração, sendo as únicas exceções, Duque de Caxias e Rio Bonito, o primeiro devido ao setor industrial e o segundo pelo setor terciário.

Tabela 64 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Metropolitano

MUNICÍPIOS		PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	
“Entorno” Setor Oeste	Itaguaí	3,9	-1,3	5,4	3,3	4,0	
	Paracambi	-0,9	-3,0	-9,3	-0,8	2,3	
	Seropédica	0,2	-2,4	-3,4	0,7	1,4	
	Seropédica + Itaguaí	3,2	-1,6	2,0	3,0	2,9	
Núcleo PRODETUR	Rio de Janeiro	0,7	-0,1	-4,5	0,3	0,4	
“Entorno” Setor Centro (Baixada)	Belford Roxo	-0,9	2,1	-0,2	-3,6	2,1	
	Duque de Caxias	11,2	-1,1	22,7	5,9	3,0	
	Japeri	1,2	-8,3	0,8	0,0	1,9	
	Mesquita	2,1	-4,9	1,7	1,6	2,3	
	Nova Iguaçu	1,3	-6,1	0,5	1,5	1,8	
	Mesquita + Nova Iguaçu	1,4	-6,1	0,6	1,5	1,9	
	Nilópolis	0,0	--	-1,2	-0,7	1,1	
	Queimados	-4,5	-12,0	-9,0	-4,4	0,8	
	São João de Meriti	-1,4	3,5	-2,6	-1,4	-0,1	
Leste	PRODETUR	Niterói	3,1	3,6	6,7	1,5	2,2
	“Entorno”	Cachoeiras de Macacu	2,7	-11,4	6,0	1,5	2,6
		Guapimirim	1,9	-8,5	0,5	1,8	3,0
		Itaboraí	0,8	-3,1	-4,6	1,3	2,1
		Tanguá	-0,1	-0,3	1,1	-2,1	1,3
		Itaboraí + Tanguá	0,7	-2,4	-3,8	1,0	2,0
		Magé	0,0	-0,9	-1,9	-0,5	1,5
		Maricá	3,8	-7,5	2,0	3,5	4,8
		Rio Bonito	14,3	-2,7	7,3	22,9	1,4
		São Gonçalo	-0,1	3,0	-4,2	0,7	0,9

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje Fundação CEPERJ)

Tabela 65 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Metropolitano

MUNICÍPIOS		PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	
“Entorno” Setor Oeste	Itaguaí	11,9	-1,4	-8,3	12,8	49,3	
	Paracambi	4,0	-3,6	-6,1	-0,4	34,2	
	Seropédica	NA	NA	NA	NA	NA	
	Seropédica + Itaguaí	16,0	4,8	0,5	14,9	63,5	
Núcleo PRODETUR	Rio de Janeiro	-1,1	29,9	-8,1	-2,3	-2,0	
“Entorno” Setor Centro (Baixada)	Belford Roxo	8,2	46,7	-0,2	-0,9	73,7	
	Duque de Caxias	6,0	12,5	-4,9	9,2	61,1	
	Japeri	9,4	12,6	13,6	-6,2	62,6	
	Mesquita	NA	NA	NA	NA	NA	
	Nova Iguaçu	2,7	1,8	-11,4	-0,5	57,5	
	Mesquita + Nova Iguaçu	5,3	2,5	-9,6	2,0	62,7	
	Nilópolis	1,3	--	-15,6	0,1	45,2	
	Queimados	3,6	32,8	-7,8	-1,2	49,0	
	São João de Meriti	5,1	66,2	-10,8	0,8	63,5	
Leste	PRODETUR	Niterói	3,9	104,0	-4,1	3,9	28,5
	“Entorno”	Cachoeiras de Macacu	11,7	-1,6	5,6	6,9	38,9
		Guapimirim	3,5	10,0	-9,9	-0,8	52,6
		Itaboraí	3,5	-0,9	-6,7	-2,5	45,5
		Tanguá	NA	NA	NA	NA	NA
		Itaboraí + Tanguá	5,7	3,6	-4,6	-0,7	48,8
		Magé	5,5	10,6	-5,6	-0,3	57,9
		Maricá	7,3	-13,7	-10,1	7,4	42,3
		Rio Bonito	5,9	-6,5	-7,7	2,1	37,0
		São Gonçalo	5,0	30,4	-6,4	1,2	48,5

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje Fundação CEPERJ)

Na capital do estado, o setor terciário da economia vem gradativamente diminuindo sua participação relativa no conjunto das atividades econômicas, como pode ser

visto na tabela a seguir. Esse processo foi mais intenso no período 1996–2002, quando o setor sofreu contração de 2,3% a.a., e continuou no período recente, devido ao baixo crescimento do setor ser inferior ao PIB.

Em Niterói, a participação relativa do setor terciário se manteve estável no período 1996–2002, quando o setor cresceu a uma taxa média anual de 3,9%. E caiu no período recente, devido à queda acentuada da taxa de crescimento do setor para 1,5% a.a., enquanto o PIB recuou apenas ligeiramente para 3,1% a.a..

Tabela 66 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Metropolitano

MUNICÍPIOS			Participação relativa do setor terciário (*) no PIB total		
			2007	2002	1996
Estado RJ			43,7	47,9	54,3
“Entorno” Setor Oeste	Itaguaí		69,1	71,2	67,9
	Paracambi		45,6	45,4	58,9
	Seropédica		35,7	34,7	NA
	Seropédica + Itaguaí		63,5	64,1	67,9
Núcleo PRODETUR	Rio de Janeiro		53,7	54,7	58,8
“Entorno” Setor Centro (Baixada)	Belford Roxo		33,3	38,3	65,0
	Duque de Caxias		38,4	49,0	41,0
	Japeri		31,7	33,6	84,2
	Mesquita		44,7	45,8	NA
	Nova Iguaçu		48,5	48,0	57,9
	Mesquita + Nova Iguaçu		47,9	47,7	57,9
	Nilópolis		50,2	51,9	55,7
	Queimados		37,7	37,6	50,2
	São João de Meriti		47,7	47,7	61,2
Leste	PRODETUR	Niterói	56,6	61,2	61,0
	“Entorno”	Cachoeiras de Macacu	41,4	43,9	57,0
		Guapimirim	36,7	37,0	47,7
		Itaboraí	42,0	40,9	58,5
		Tanguá	32,0	35,4	NA
		Itaboraí + Tanguá	40,8	40,2	58,5
		Magé	42,9	43,9	61,9
		Maricá	49,9	50,6	50,2
		Rio Bonito	68,1	47,4	58,8
		São Gonçalo	49,3	47,3	59,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje Fundação CEPERJ)

Nota (*): excluído “administração pública”.

Com relação aos postos de trabalho nas atividades turísticas, segundo dados da RAIS, nos dois municípios PRODETUR o indicador evoluiu positivamente no período de análise. No Rio de Janeiro o número de empregados com carteira assinada no setor de turismo aumentou de 5.362 no ano de 2000 para 8.267 no ano de 2008, o que gerou um pequeno mas não desprezível aumento na proporção entre este setor e o total de empregos formais (de 0,309% para 0,382%).

Na direção Oeste, todos os municípios apresentaram melhora, sendo bastante expressivo a variação em Seropédica (de zero para 39).

Em Niterói o aumento foi bastante expressivo (cerca de 500 postos), o que gerou variação na participação relativa de 0,1% para 0,35%.

Tabela 67 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas

MUNICÍPIOS		2008			2000			
		Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)	
“Entorno” Setor Oeste	Itaguaí	24.306	2	0,008%	11.208	0	0,000%	
	Paracambi	3.594	1	0,028%	6.037	0	0,000%	
	Seropédica	8.482	39	0,460%	5.113	0	0,000%	
Núcleo PRODETUR	Rio de Janeiro	2.161.698	8.267	0,382%	1.732.918	5.362	0,309%	
“Entorno” Setor Centro (Baixada)	Belford Roxo	28.354	2	0,007%	15.841	2	0,013%	
	D. de Caxias	147.908	19	0,013%	83.632	3	0,004%	
	Japeri	3.634	0	0,000%	1.606	0	0,000%	
	Mesquita	12.761	2	0,016%	0	0	--	
	Nilópolis	16.692	6	0,036%	13.585	4	0,029%	
	Nova Iguaçu	83.736	29	0,035%	65.974	26	0,039%	
	Queimados	9.858	0	0,000%	7.365	0	0,000%	
	São João de Meriti	47.348	35	0,074%	29.335	2	0,007%	
Leste	PRODETUR	Niterói	171.772	609	0,355%	114.393	117	0,102%
	“Entorno”	Cachoeiras de Macacu	7.599	0	0,000%	5.681	0	0,000%
		Guapimirim	4.626	0	0,000%	2.768	0	0,000%
		Itaboraí	22.016	0	0,000%	13.688	7	0,051%
		Magé	14.706	1	0,007%	12.450	0	0,000%
		Maricá	9.513	3	0,032%	6.340	1	0,016%
		Rio Bonito	25.866	17	0,066%	12.370	1	0,008%
		São Gonçalo	95.373	34	0,036%	70.561	11	0,016%
		Tanqué	2.759	0	0,000%	1.810	0	0,000%

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho¹¹

¹¹ Referente aos seguintes ramos conforme classificação de atividades CNAE 2.0: “agências de turismo”, “Operadores turísticos” e “Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente”.

Registra-se ainda a ocorrência de programas de apoio à formação/consolidação de APL's (Arranjos Produtivos Locais) turísticos no Rio de Janeiro.

De forma resumida, podem ser destacadas as seguintes evidências:

- . Como mencionado, o aglomerado metropolitano do Rio de Janeiro vem se recuperando muito lentamente do período, durante o qual seus indicadores mostraram, de forma geral, resultados negativos. Trata-se de um conjunto muito grande de atividades que só mediante o amadurecimento de amplos investimentos em curso mostrarão sinais positivos visíveis;

No que se refere aos indicadores de dinamismo econômico, percebe-se que os sinais “positivos” (resultados acima da média do Polo) só são perceptíveis nas extremidades (a oeste, no entorno do Porto de Itaguaí, e no leste metropolitano, talvez sob influência da retomada da indústria naval) e no centro (junto ao município de Duque de Caxias onde se situa a REDUC e o Polo Gasquímico).

No Polo Costa do Sol

Dinâmica Regional

No caso do Subpolo da Costa do Sol, destaca-se os efeitos produzidos em dois momentos da história recente do Estado do Rio de Janeiro:

- O primeiro diz respeito à intensificação das atividades e infraestruturas turísticas a partir da década de 1970 favorecidas que foram por intervenções tais como:
 - . A inauguração da ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio – Niterói) que injetou um dinamismo antes desconhecido no que passou a ser conhecida como a Região dos Lagos;
 - . As posteriores melhorias em matéria de acesso rodoviário tais como a construção do trecho Niterói – Manilha, a construção/concessão da Via Lagos, a concessão da BR-101 Norte e outras intervenções; e
 - . A ampliação/concessão dos serviços abastecimento de água que atende a região;
- O segundo momento está associado aos efeitos gerados pelo fato de Macaé passar, sobretudo a partir da década de 1990, a sediar a base logística de apoio à produção de óleo e gás natural realizada na Bacia de Campos (plataforma submarina no trecho correspondente ao Litoral Norte do estado). Decorridas duas décadas, esse novo vetor de dinamismo regional começa a “disputar espaço” com a atividade turística e exercer sua influência:

- . Sobre o município de Macaé que passa a se submetido a um volume de pressões derivadas do fato de abrigar contingentes crescentes de atividades e população; e
- . Sobre os municípios vizinhos que passam a abrigar funções de moradia e produção (de bens e serviços como no caso de Rio das Ostras), como também parte da rede logística de transporte no interesse do setor de O&G (como no caso do aeroporto de Cabo Frio que recebe aviões de carga transportando peças e partes que vão ser usadas nas plataformas *offshore*).

Na Região da Costa do Sol, alguns municípios (Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Macaé e Rio das Ostras) apresentam forte presença da indústria, nos outros não parecem se desenvolver atividades econômicas mais sofisticadas e de maior valor agregado, exceção possivelmente feita a Arraial do Cabo. Em Silva Jardim, sua vasta extensão territorial propicia o desenvolvimento de atividades agropecuárias, que respondem por 5% do seu PIB.

Em Armação dos Búzios, Cabo Frio e Casimiro de Abreu a indústria se desenvolveu fortemente entre 1996 e 2007, gerando taxas muito elevadas de crescimento do PIB destes municípios (acima de 15%), num processo permanente ao longo dos períodos analisados. Já em Macaé e Rio das Ostras o mesmo processo ocorreu, porém muito mais concentrado no período 1996–2002. Além destes municípios, Saquarema também registrou taxa muito elevada de crescimento, porém impulsionada pelo setor terciário.

Em Araruama, e no conjunto Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia verificou-se redução do nível de crescimento entre os períodos de análise, de patamares alto e médio, respectivamente, para nível baixo, devido a perda de dinamismo do setor terciário.

Em Arraial do Cabo houve forte declínio econômico, com a taxa de crescimento do PIB passando de 3,1% entre 1996–2002 para –3,1% entre 2007–2002, devido à intensificação do processo de retração da base industrial, da manutenção (apesar de arrefecimento) da retração do setor terciário, além da queda muito drástica dos gastos do setor público.

Tabela 68 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Costa do Sol

	MUNICÍPIOS	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
PRODETUR	Araruama	2,3	-10,5	2,6	2,6	2,1
	Armação dos Búzios	12,2	3,0	15,1	4,8	8,1
	Cabo Frio	15,1	-2,2	23,3	1,5	5,2
	Arm. Búzios + Cabo Frio	14,6	-1,7	21,6	2,1	5,7
	Arraial do Cabo	-3,1	3,8	-7,9	-0,5	0,8
	Casimiro de Abreu	21,9	2,6	29,9	6,5	6,0
	Iguaba Grande	2,0	6,7	0,4	1,3	3,0
	São Pedro D'Aldeia	1,5	0,9	2,2	0,6	2,6
	Iguaba Grande + S. Pedro da Aldeia	1,6	1,5	1,9	0,8	2,7
Entorno	Macaé	5,7	2,0	3,0	8,8	9,3
	Rio das Ostras	7,8	6,0	7,1	9,9	15,3
	Squarema	9,0	-2,2	3,7	13,7	1,5
	Silva Jardim	0,3	-6,9	2,8	0,4	-0,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Tabela 69 – Taxa de Variação Anual do PIB por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Costa do Sol

	MUNICÍPIOS	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
PRODETUR	Araruama	4,6	13,0	-13,3	6,0	36,8
	Armação dos Búzios	NA	NA	NA	NA	NA
	Cabo Frio	14,8	20,1	26,5	3,2	32,4
	Arm. Búzios + Cabo Frio	19,0	22,0	32,0	6,1	36,2
	Arraial do Cabo	3,1	160,8	-3,1	-1,6	30,0
	Casimiro de Abreu	19,4	0,2	27,3	5,3	40,9
	Iguaba Grande	NA	NA	NA	NA	NA
	São Pedro D'Aldeia	3,7	16,7	-8,3	5,2	6,0
	Iguaba Grande + S. Pedro da Aldeia	7,7	18,7	-4,6	9,2	10,5
Entorno	Macaé	22,1	4,0	44,2	5,3	35,2
	Rio das Ostras	56,7	17,1	84,6	12,9	30,9
	Squarema	8,5	11,5	-11,2	6,2	44,0
	Silva Jardim	7,6	1,7	-3,0	-2,5	39,4

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Tabela 70 – Evolução da Variação da participação relativa do setor terciário no PIB no Subpolo Costa do Sol

MUNICÍPIOS		Participação relativa do setor terciário (*) no PIB total		
		2007	2002	1996
Total do Estado RJ		43,7	47,9	54,3
PRODETUR	Araruama	48,4	47,8	44,3
	Armação dos Búzios	15,6	21,8	NA
	Cabo Frio	15,3	28,8	54,5
	Arm. Búzios + Cabo Frio	15,4	27,4	54,5
	Arraial do Cabo	40,6	35,6	46,9
	Casimiro de Abreu	10,7	21,0	44,6
	Iguaba Grande	48,1	49,7	NA
	São Pedro D'Aldeia	49,1	51,2	46,8
	Iguaba Grande + São Pedro da Aldeia	48,9	50,9	46,8
Entorno	Macaé	30,8	26,6	64,5
	Rio das Ostras	7,2	6,6	47,1
	Saquarema	58,7	47,6	54,1
	Silva Jardim	33,2	32,9	59,8

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Nota (*):excluído “administração pública”.

Devido a atuação voltada ao mercado do MERCOSUL, a crise econômica naqueles países afetou o turismo na região, fato que a curto e médio prazo deve ser monitorado para que outras estratégias e a busca de novos públicos sejam incorporadas às práticas do mercado.

Segundo dados da RAIS, Armação dos Búzios apresenta a maior quantidade de postos de trabalho formais vinculados a atividades turísticas (134 em 2000) e onde houve maior crescimento no período 2008 a 2000 (de 47 para 134). Em Cabo Frio também houve aumento, porém bem menos expressivo.

Em Araruama haviam nove postos em 2000 que caíram para 1 em 2008. Em Arraial os 3 postos existentes em 2000 acabaram. Em Casimiro de Abreu e em Iguaba Grande não foi registrado nenhum posto de trabalho nos anos avaliados.

Na área de entorno, Rio das Ostras e Saquarema apontam o desenvolvimento o surgimento desta atividade, ou pelo menos a formalização de mercado pré-existente.

Tabela 71 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Costa do Sol

MUNICÍPIOS		2008			2000		
		Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)
PRODETUR	Araruama	15.057	1	0,007%	8.680	9	0,104%
	Armação dos Búzios	8.808	134	1,521%	4.085	47	1,151%
	Arraial do Cabo	2.771	0	0,000%	3.195	3	0,094%
	Cabo Frio	28.138	59	0,210%	16.679	29	0,174%
	Casimiro de Abreu	5.613	0	0,000%	2.367	0	0,000%
	Iguaba Grande	1.994	0	0,000%	1.141	0	0,000%
	São Pedro D'Aldeia	9.744	0	0,000%	5.903	1	0,017%
Entorno	Macaé	103.159	65	0,063%	37.975	27	0,071%
	Rio das Ostras	16.669	14	0,084%	3.766	1	0,027%
	Squarema	10.866	13	0,120%	3.893	0	0,000%
	Silva Jardim	2.739	0	0,000%	2.157	0	0,000%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da RAIS, Ministério do Trabalho ¹²

Registra-se ainda a ocorrência de programas de apoio à formação/consolidação de APL's (Arranjos Produtivos Locais) turísticos nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Rio das Ostras.

De forma resumida, podem ser destacadas as seguintes evidências em relação ao Subpolo Costa do Sol:

¹² Referente aos seguintes ramos conforme classificação de atividades CNAE 2.0: “agências de turismo”, “Operadores turísticos” e “Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente”.

- No que se refere aos indicadores referentes ao dinamismo econômico, chama atenção o fato desse Subpolo (que conta com uma base econômica fortemente calcada no turismo) apresentar indicadores que se situam sempre abaixo da média do Polo. Em contraste, o crescimento do PIB, assim como da contribuição do setor serviços na composição deste, situa-se frequentemente acima da média do Polo, especialmente no caso dos municípios que sofrem mais de perto os efeitos das demandas geradas pelo setor de óleo e gás natural (Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu);

Finalmente, confirmando o que já foi dito, nota-se pela pontuação alcançada pelos municípios uma consistente correlação entre a densidade de indicadores acima da média em municípios com estrutura econômica mais sólida, seja ela associada ao turismo ou à cadeia de óleo e gás natural.

Identificação e análise da base legal ambiental e turística e dos instrumentos de uso e ordenamento do solo (aspectos legais relevantes)

No Subpolo Costa Verde

Gestão do Território e do Patrimônio Cultural

Paraty

Dentre os instrumentos legais e institucionais em vigor, que regem e apoiam a gestão do patrimônio cultural de Paraty destacam-se:

- . A Lei nº. 1.352/2002, de 30 de dezembro de 2002, que instituiu o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município* e cuja revisão, assim como de suas legislação complementar, está sendo realizada;
- . A Lei Complementar nº. 020/04, de 12 de janeiro de 2003, que instituiu o *Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município*;
- . O Decreto lei municipal nº. 35, de 03 de maio de 2000 – regulamenta o *Conselho Municipal de Turismo, COMTUR*.

Destaque para a atuação do Escritório Técnico da Costa Verde do IPHAN, sediado em Paraty, cuja área de atuação abrange todos os municípios do litoral sul

fluminense e que há décadas tem sido responsável pela preservação dos bens tombados pela União na região.

No âmbito municipal há uma Comissão de Proteção dos Bens Culturais, que atua em articulação com o Escritório Técnico do IPHAN.

Angra dos Reis

O Município de Angra dos Reis não dispõe de instrumentos legais para a proteção do patrimônio cultural, material ou imaterial, além do estabelece sua Lei Orgânica, de 04/04/1990, em seus Artigos 12 e 252:

Art. 12 – Compete ao Município, concomitantemente com a União e o Estado:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos;

Art. 252 – Os danos e ameaças ao patrimônio histórico artístico e cultural serão punidos na forma da lei.

Dentre os instrumentos legais em vigor, que regem a gestão e o controle do solo urbano destacam-se:

- . Lei nº. 1754/2006, que aprovou o Plano Diretor Municipal, revisado e atualizado pela Lei nº. 1780/2007;
- . Lei nº. 2087/2009 que aprovou o Código de Obras Municipal;
- . Lei nº. 2091 /2009 que aprovou o Zoneamento do Município;
- . Lei nº. 2092/2009 que dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo no Município;
- . Lei nº. 2093/2009 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo no Município.

No quadro institucional, a municipalidade não tem um órgão específico de proteção ao patrimônio cultural, mas dispõe de uma Fundação Cultural de Angra dos Reis – CULTUAR, que tem por missão *projetar, planejar, coordenar, executar, cooperar e avaliar a política cultural do município*. A fundação não atua diretamente na

proteção do patrimônio material ou imaterial, mas desenvolve ações de preservação e disseminação da memória histórica, artística e cultural local.

Outra entidade municipal que atua subsidiariamente na proteção do patrimônio cultural é a Fundação Turismo de Angra dos Reis – TURISANGRA que tem por missão, entre outros: *promover eventos de caráter cívico, cultural e educativo*, além de *adotar medidas que visem preservar o patrimônio histórico-artístico-cultural e as tradições e manifestações folclóricas peliculares ao Município*.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano vincula o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – CMUMA que vem participando do processo de crescimento da cidade, fiscalizando a aplicação da política urbana, além de contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos legais de gestão e controle.

O INEPAC, como instituição estadual responsável por bens tombados no Município, analisa, aprova e acompanha as intervenções solicitadas nos bens culturais sob sua tutela.

Mangaratiba

A municipalidade de Mangaratiba não dispõe de instrumentos legais e institucionais para a proteção e a gestão de seu patrimônio cultural.

Também não dispõe de tais instrumentos atualizados para o controle dos processos urbanos. Em 2006 foi aprovada a Lei nº. 528, que criou o Conselho Municipal de Política Urbana, com o objetivando de acompanhar a elaboração, o desenvolvimento e a implementação do Plano Diretor para o Município, que deveria ser elaborado com a assessoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Não há registro de que o Plano Diretor tenha sido elaborado e aprovado.

O INEPAC, como instituição estadual responsável por bens tombados no Município, analisa, aprova e acompanha as intervenções solicitadas nos bens culturais sob sua tutela.

Rio Claro

A municipalidade não dispõe de instrumentos legais e institucionais para a proteção e a gestão de seu patrimônio cultural. Também não dispõe de tais instrumentos atualizados para o controle dos processos urbanos. O Município não está obrigado a elaborar Plano Diretor, segundo o Estatuto da Cidade, em função de sua população ser inferior a 20.000 habitantes, mas não foi possível identificar qual a legislação urbanística em vigor.

O INEPAC, como instituição estadual responsável por bens tombados no Município, analisa, aprova e acompanha as intervenções solicitadas nos bens culturais sob sua tutela. Seus técnicos estão acompanhando o projeto do *Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*.

Quadro 22 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Costa Verde

Municípios	Angra dos Reis	Mangaratiba	Parati	Rio Claro
Variáveis				
Dispõe de Plano Diretor?	Sim	Sim	Sim	Sim
Tem Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar ?	Sim	Sim	Sim	Sim
Possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial? Tipo?	Não	Sim Ambiental, Histórico, Cultural, Arquitetônico	Sim Ambiental, Histórico, Cultural, Paisagístico e Arquitetônico	Sim Ambiental, Histórico e Paisagístico
Lei de Parcelamento do Solo?	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei de Zoneamento ou equivalente?	Sim	Sim	Sim	Sim
Código de Obras?	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei específica de Impacto de Vizinhança?	Não	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 2015

Quanto aos instrumentos de gestão urbanística, com forte interface com a gestão do Turismo, podemos citar o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (CMUMA), criado em 1992, para viabilizar a implantação da política urbana prevista no Plano Diretor Municipal, elaborado no mesmo ano. A criação do Conselho significou um marco na história das lutas pelo uso e ocupação do solo em Angra e sua atuação tem sido decisiva, no processo de desenvolvimento urbano do Município, através da apreciação de projetos de médio e grande porte, avaliando os impactos gerados e, também, no acompanhamento e fiscalização da aplicação do Plano Diretor.

O CMUMA é formado por 21 (vinte e um) membros, sendo 6 (seis) da administração municipal e 15 (quinze) da sociedade civil organizada, com mandato de dois anos.

No Subpolo Metropolitano

Gestão do Território e do Patrimônio Cultural

O Rio de Janeiro dispõe de variada e completa gama de instrumentos legais e institucionais de gestão do território e do patrimônio cultural. A cidade de Niterói também está bem aparelhada nestes quesitos, apesar de ter tradição mais recente em planejamento gestão.

Quadro 23 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Metropolitano

Municípios	Rio de Janeiro	Niterói
Variáveis		
Dispõe de Plano Diretor?	Sim	Sim
Tem Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano da Cidade ou similar ?	Sim	Sim
Possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial? Tipo?	Sim Ambiental, Histórico, Cultural, Paisagístico, Arquitetônico, Outra	Sim Ambiental, Histórico, Cultural, Paisagístico, Arquitetônico, Outra
Lei de Parcelamento do Solo?	Sim	Sim
Lei de Zoneamento ou equivalente?	Sim	Sim
Código de Obras?	Sim	Sim
Lei específica de Impacto de Vizinhança?	Não	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 205.

A tradição carioca de planejamento físico-territorial foi iniciada com os planos urbanísticos do final do século XIX e início do século XX, na “era Pereira Passos” e desenvolvida com os planos Agache (década de 1930), para o centro da antiga capital federal, o Plano Doxiadis (década de 1960), para o então Estado da Guanabara e Plano Urbanístico Básico da Cidade – PUB Rio, acompanhados de planos e projetos de intervenção localizada, e a geração recente dos Planos Estratégicos de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano. A elaboração desses planos sempre

foi acompanhada da edição de normas urbanísticas e edilícias, que configuraram a cidade que hoje conhecemos.

Em diversos momentos, as intervenções planejadas se voltaram mais para a demolição de partes da cidade da colonial ou imperial, do que para a sua preservação e valorização, como foi o caso do desmonte do Morro de Santo Antonio, onde a cidade se consolidou. Em outros momentos os instrumentos legais e normativos se destinaram mais à conservação do patrimônio ambiental urbano, como é o caso recente da instituição e regulamentação das Áreas de Preservação Ambiental – APAs e das Áreas de Preservação do Ambiente Cultural – APACs.

No âmbito estrito dos atos de proteção do patrimônio histórico-cultural, o Rio de Janeiro, além de pioneiro em sua aplicação, viu nascer o Decreto nº. 25/37, principal instrumento da preservação do patrimônio nacional, instituído pelo então Ministro Gustavo Capanema, com o apoio de Mario de Andrade e de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro dirigente do SPHAN. A legislação preservacionista nacional foi complementada e aperfeiçoada nas últimas décadas, servindo de referência às normas estaduais.

Atualmente, tanto o Estado do Rio de Janeiro como a Prefeitura da Cidade dispõem de instrumentos eficientes para o desempenho de seus deveres constitucionais.

No plano institucional, os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural urbano, como o IPHAN, o INEPAC e o órgão municipal têm exercido papel fundamental na conservação e recuperação dos bens tombados e da manutenção das ambiências das áreas de entorno dos mesmos. O bom estado de conservação dos imóveis edificados e conseqüentemente da ambiência urbana é devido a iniciativas capitaneadas por órgãos públicos e por instituições privadas.

O IPHAN é o órgão mais antigo, criado pela Lei n.º 378/1937 e vinculado ao Ministério da Cultura. Tem por finalidade promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. O IPHAN atua junto à sociedade e todo território nacional, por meio de unidades com autonomia orçamentária-financeira. No Rio de Janeiro está representado pela 6ª Superintendência Regional. O Conselho

Consultivo do Patrimônio Cultural, de caráter consultivo, integra a estrutura do IPHAN e também foi criado pela Lei n.º 378/1937

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Cultura – SEC compõe a estrutura da administração pública, sendo responsável pela política cultural do Estado. O INEPAC é órgão técnico da SEC que por atribuição realizar: inventário, registro, a fiscalização e a implementação de ações que visam a proteção dos bens que compõem o patrimônio cultural do Estado. A administração estadual conta, ainda, com o Conselho Estadual de Cultura – CEC, órgão colegiado de assessoria superior em matérias normativas, consultivas e de planejamento setorial ligada a questões da política cultural. O Conselho Estadual de Tombamento, instituído pela Lei n.º 509/1981 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.808/1982, é parte integrante da SEC.

A Secretaria Municipal de Cultura é órgão integrante da estrutura de administração pública municipal. O Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC, vinculado a SMC, é o órgão responsável pela aplicação da política de proteção do patrimônio cultural da cidade. São suas atribuições: o inventário, o registro, a normatização, a fiscalização e a implementação de ações que visam a proteção legal dos bens de natureza tangível e intangível, proporcionando a preservação da memória cultural carioca. O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC, órgão colegiado vinculado a SMC, é de natureza consultiva e responsável pela proposição da política de proteção do patrimônio cultural. A tutela dos bens situados em APACs e dos bens de natureza imaterial está a cargo do DGPC, enquanto que os bens tombados municipais estão sob tutela do CMPC.

Na administração municipal há ainda a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, criada pela Lei n.º 2.138/1994, é o órgão central do Sistema Municipal de Gestão Ambiental. A Fundação Parques e Jardins – FPJ, vinculada a SMAC, é responsável pelos projetos paisagísticos da cidade, incluindo a sua conservação e a arborização pública.

Participam, ainda, da gestão do território, através de projetos especiais ou de ações rotineiras de conservação e de requalificação, outros órgãos que integram a estrutura da Prefeitura da Cidade e a administração estadual. Observa-se,

entretanto, que são raras são as experiências de formalização da cogestão pública, mesmo dentro do mesmo nível de administração.

A recuperação de imóveis tombados tem recebido o acompanhamento sistemático dos órgãos de tutela. Para os conjuntos protegidos, devem ser destacadas as atuações do IPHAN na Praça XV de Novembro; do INEPAC na rua da Carioca; do DGPC nas APACs da Urca e da rua Teófilo Otoni e nas áreas abrangidas pelo Corredor Cultural do Centro.

Niterói também dispõe de Plano Diretor atualizado e de uma completa gama de normas para gestão do território e do patrimônio cultural. Há um órgão dedicado à proteção e valorização do patrimônio, o Departamento de Patrimônio Cultural, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, que atua em conjunto com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

No Subpolo Costa do Sol

Gestão do Território e do Patrimônio Cultural

Sobre a dificuldade de implementação do Plano Diretor, como instrumento de Planejamento e da Gestão participativa, registre-se que a maioria dos dirigentes municipais do Subpolo, embora tenham sido obrigados a elaborar seus Planos Diretores – exigência do Estatuto da Cidade – sentem as administrações “engessadas” por eles. Mostram-se mais suscetíveis a instrumentos de planejamento, de caráter estratégico, que aliem o aspecto de “autoria” dos Planos de Governo, com a visão técnica.

Quadro 24 – Estrutura pública de planejamento e gestão urbana no Subpolo Costa do Sol

SUBPOLO COSTA DO SOL							
Municípios	Araruama	Armação de Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Casimiro de Abreu	Iguaba Grande	São Pedro da Aldeia
Variáveis							
Dispõe de Plano Diretor?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tem Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar?	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
Possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial? Tipo?	Não	Sim Ambiental, Histórico, Cultural e Paisagístico	Sim Ambiental, e Paisagístico	Sim Ambiental, Histórico e Cultural	Sim Ambiental, Histórico, Cultural e Paisagístico	Sim Ambiental	Sim Ambiental e Histórico
Lei de Parcelamento do Solo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Lei de Zoneamento ou equivalente?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	não	Sim
Código de Obras?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei específica de Impacto de Vizinhaça?	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 214

O Município de Cabo Frio dispõe de Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado, aprovado pela Lei Complementar N° 04/2006. Em sua Seção III, *Da Preservação e da Conservação do Patrimônio Socioambiental* o PDDSCF define que *O desenvolvimento de políticas, programas ou projetos setoriais voltados à preservação e conservação do patrimônio socioambiental do Município de Cabo Frio deverá atender aos seguintes objetivos* (Art.13):

I – garantir a integridade do patrimônio socioambiental do Município conforme determinam legislações específicas dos órgãos de competência federal, estadual e municipal;

II – fazer respeitar o cumprimento das legislações federais, estaduais e municipais vigentes que tratam do entorno dos patrimônios socioambiental e histórico no território municipal, devendo ser observados os parâmetros urbanísticos e edifícios específicos para cada uma das áreas demarcadas na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo; (...)

VIII – desenvolver a política de preservação e conservação do patrimônio socioambiental do Município, mediante a utilização de todas as formas de acautelamento e preservação previstas na legislação em vigor.

Apesar dessas disposições legais, o Município tem negligenciado dos cuidados de proteção e preservação de seu patrimônio cultural. Isto porque, além do que estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado, o Instituto Municipal do Patrimônio Cultural, principal órgão de preservação da Prefeitura, deveria atuar em conjunto com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Há notícias de que recentemente um prédio histórico da região, considerada uma das residências mais antigas da cidade, foi demolida sem o aval desses órgãos, que não teriam participado do processo. A licença de demolição teria sido concedida pela Consultoria Jurídica da Secretaria Municipal de Planejamento, que é um órgão sem atribuição para tal, sem o pronunciamento dos órgãos municipais de proteção.

Identificação das principais tensões e potenciais conflitos entre o desenvolvimento do turismo e outras propostas de uso de ativos ambientais na região

Nos municípios de influência direta do Polo Litoral pode-se afirmar que as atividades turísticas não apresentam conflitos e/ou tensões potenciais significativas. Ao contrário, há uma enorme expectativa da população em geral pelo desenvolvimento desse setor por compreenderem que as demandas por emprego, trabalho e renda poderão ser atendidas, em grande parte, a partir da implementação das políticas e ações integrantes do PRODETUR-RJ.

Nesse sentido, são apresentados abaixo, para cada um dos três Subpolos, os pontos críticos que foram identificados como potencialmente conflitantes com a utilização dos ativos ambientais para a atividade turística.

No Subpolo Costa Verde

- ✓ Inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais.
- ✓ Pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais.
- ✓ Baixa incidência de RPPNs, se comparada com outras regiões do estado.
- ✓ Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação.
- ✓ Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental.
- ✓ Falta de controle de acesso / visitação aos atrativos turísticos naturais.
- ✓ Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.

No Subpolo Metropolitano

- ✓ Inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais do Rio de Janeiro e de Niterói.
- ✓ Pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais.
- ✓ Falta de divulgação de oportunidades de visitação a outras áreas protegidas situadas fora da capital do estado.
- ✓ Falta de controle de acesso / visitação aos atrativos turísticos naturais.
- ✓ Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental.
- ✓ Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.
- ✓ Pouco investimentos na proteção das UCs e na implementação de projetos voltados para o uso público.
- ✓ Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação – Parna Tijuca e Pão de Açúcar.
- ✓ Baixa integração entre as políticas de proteção da natureza e demais políticas setoriais.
- ✓ Carência de monitoramento e de um plano de ação para conservação das áreas florestadas.

- ✓ Riscos sazonais de deslizamentos de encostas e enchentes em pontos baixos – tragédias recorrentes marcam a paisagem e a imagem das cidades.
- ✓ Deficiências nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, especialmente nas áreas de ocupação irregular, comprometendo a balneabilidade das praias em vários trechos, após período de chuvas.
- ✓ Programa de Despoluição da Bacia da baía da Guanabara – PDBG inconcluso.
- ✓ Riscos atinentes aos aterros sanitários atualmente utilizados, de Gramacho (RJ) e Morro do Céu (Niterói); soluções definitivas ainda não implementadas.

No Subpolo Costa do Sol

- ✓ Baixa exploração do potencial turístico da região, com relação aos segmentos de ecoturismo e de turismo de aventura, náutico e cultural.
- ✓ Pouco aproveitamento turístico das paisagens naturais.
- ✓ Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental.
- ✓ Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.
- ✓ Crescimento demográfico desordenado gerando impacto sobre os recursos naturais, inclusive no interior das APAs.
- ✓ Baixos índices de cobertura das redes de esgotamento sanitário e dos sistemas de tratamento de esgotos.
- ✓ Ausência de sistemas adequados para coleta e tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, com fortes implicações na saúde da população, no meio ambiente e na imagem desses municípios turísticos.
- ✓ Implantação de empreendimentos turísticos sobre os remanescentes de vegetação de restinga e de dunas.

Conhecimento da situação existente na Região e do potencial de comprometimento do desenvolvimento do setor produtivo em função dos eventuais conflitos identificados e das tendências

As informações relativas a esse tópico encontram-se, como pode ser comprovado, distribuídas ao longo dos tópicos anteriores, todas relevantes para a elaboração do Diagnóstico Integrado. Entretanto, é apresentada abaixo uma síntese, para cada Subpolo, dos pontos mais significativos, tanto como perspectiva de desenvolvimento como as potenciais ameaças.

No Subpolo Costa Verde

NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Pontos Positivos

- ✓ Grandes investimentos ligados à ampliação dos portos de Itaguaí e Sepetiba, bem como dos terminais da Petrobrás e da Usina Nuclear de Angra III (em Angra dos Reis e Mangaratiba).

Pontos Negativos

- ✓ Pouco investimento governamental para fortalecer a economia do turismo em bases sustentáveis, à exceção de Paraty.
- ✓ Possíveis impactos industriais nas atividades urbanas e turísticas da baía da Ilha Grande, devido à tradicional baixa sinergia entre elas.
- ✓ Potenciais conflitos entre as atividades econômicas tradicionais (principalmente a pesca) e a necessidade de atuação e fiscalização dos órgãos ambientais, sem a criação de alternativas de trabalho e renda para as populações que dependem de tais atividades.

NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Pontos Positivos

- ✓ Alto índice de biodiversidade: recursos naturais abundantes (florestal e marinho), estando 65% do território protegido por UCs de proteção integral – federal e estaduais.
- ✓ Investimentos do INEA para o aperfeiçoamento da gestão e da infraestrutura de uso público nas UCs estaduais da região, em especial no PE da Ilha Grande – no Abraão.
- ✓ Disciplinamento do uso e ocupação da orla marítima mediante a implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla
- ✓ Implementação do projeto Gestão integrada do ecossistema da Baía da Ilha Grande.
- ✓ Revisão do zoneamento ecológico da APA Estadual de Tamoios (93 ilhas da Baía da Ilha Grande e 81 km de faixa litorânea continental).
- ✓ Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (recursos da SEA) para os centros urbanos de Paraty e Angra dos Reis.
- ✓ Criação do consórcio intermunicipal e implantação de aterro sanitário comum aos 4 municípios a ser implantado em Angra dos Reis.

Pontos Negativos

- ✓ Fragilidade ambiental em geral, em função das características do relevo, hidrografia e pluviosidade, com riscos de deslizamentos em áreas urbanas e não urbanas e de enchentes nas áreas baixas.
- ✓ Ocorrência de riscos sistemáticos (em períodos de chuva) à integridade da BR 101 ocasionando interrupção do acesso integral ou parcial à região, com obras de recomposição muito demoradas.
- ✓ Encostas sujeitas a deslizamentos, colocando em risco a área ocupada e a mobilidade de moradores e turistas.
- ✓ Falta de controle da ocupação urbana em áreas de interesse para proteção da paisagem – pressões da atividade imobiliária e privatização de praias.

- ✓ Vulnerabilidade da fauna e flora decorrente do extrativismo e da introdução de espécies exóticas.
- ✓ Degradação do meio natural, mediante: lançamentos de esgoto, lixo e óleo no mar, pesca predatória, tráfego intenso de embarcações marítimas, etc..
- ✓ Inadequação dos sistemas de gestão de águas e esgotos, compartilhados entre a CEDAE e as prefeituras.
- ✓ Precários sistemas de manejo e de disposição final dos resíduos sólidos.

NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Pontos Positivos

- ✓ Localização privilegiada e facilidade de acesso pela BR 101.
- ✓ Facilidades de visitação pela ampliação e melhoria da rede de estradas – rede de acessibilidade com grande potencial para implantação de estradas-parque (BR 101 e estradas estaduais).
- ✓ Recuperação da Infraestrutura de acessibilidade alternativa à região pela RJ 155 (Angra dos Reis – Barra Mansa), ligando a região ao subpolos Vale do Café e Agulhas Negras.
- ✓ Boa conservação e proteção dos principais bens imóveis de interesse cultural em Paraty.
- ✓ Proposta para reconhecimento de Paraty como Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO.

Pontos Negativos

- ✓ Necessidade de melhorias das rodovias BR 101 e nas RJs 165 (Paraty – Cunha) e 149 (Mangaratiba – Rio Claro), devendo o fluxo de veículos ser monitorado para evitar degradação ambiental nas áreas de entorno.
- ✓ Inadequação dos terminais marítimos de Angra dos Reis, Mangaratiba e de Paraty.
- ✓ Inadequação do sistema regional de transporte marítimo, marcadamente no que diz respeito ao acesso a Ilha Grande – concentrado em Mangaratiba no contexto de uma localidade que é distrito de Angra dos Reis.
- ✓ Ausência de um aeroporto regional para incrementar o turismo.

- ✓ Pouca presença de ações de educação patrimonial.
- ✓ Baixa competitividade do artesanato local e risco de descaracterização do artesanato de raiz tendo em vista as necessidades de homogeneização do mercado.
- ✓ Conflitos de uso entre o artesanato local (que utiliza como matéria prima recursos naturais) e as regras de proteção no Parque da Ilha Grande.

NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Pontos Positivos

- ✓ Grande número de entidades da sociedade civil e grupos de interesse atuantes no território de Paraty, além dos órgãos de estaduais e federais em prol patrimônio natural e histórico.
- ✓ Atuação efetiva do escritório técnico do IPHAN em Paraty.
- ✓ Planos Diretores e legislação complementar elaborados, aprovados e implementados.

Pontos Negativos

- ✓ Dificuldades de articulação das administrações locais c/ órgãos estaduais e federais.
- ✓ Estruturas (institucional e técnica) locais inexistentes ou deficientes, à exceção de Paraty.
- ✓ Ausência de instancias participativas na proteção do patrimônio cultural.
- ✓ Dificuldades na relação entre as entidades da sociedade civil e os representantes dos setores industriais atuantes na região.

No Subpolo Metropolitano

NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Pontos Positivos

- ✓ Prosperidade econômica no Rio de Janeiro em função dos investimentos realizados no estado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC).
- ✓ Realização de eventos internacionais na cidade do Rio de Janeiro: Copa 2014 e Olimpíadas 2016 – investimentos a serem realizados na região metropolitana; maior visibilidade dos destinos no cenário internacional.

Pontos Negativos

- ✓ Exclusão social provocada pela baixa qualificação da mão de obra local dos destinos.

NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Pontos Positivos

- ✓ Elaboração de projeto de gestão integrada das UCs do Rio de Janeiro integrantes do Mosaico Carioca de Áreas Protegidas.
- ✓ Recuperação da capacidade de investimentos da CEDAE e do controle sobre ligações clandestinas.
- ✓ Projetos de urbanização de favelas, com recursos do PAC e do *Minha Casa Minha Vida*, que incluem coleta de esgotos e redes de drenagem.
- ✓ Projeto de novo aterro sanitário do Rio de Janeiro, em Seropédica.

Pontos Negativos

- ✓ Pouco investimentos na proteção das UCs e na implementação de projetos voltados para o uso público.
- ✓ Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação – Parna Tijuca e Pão de Açúcar.
- ✓ Baixa integração entre as políticas de proteção da natureza e demais políticas setoriais.
- ✓ Carência de monitoramento e de um plano de ação para conservação das áreas florestadas.
- ✓ Riscos sazonais de deslizamentos de encostas e enchentes em pontos baixos – tragédias recorrentes marcam a paisagem e a imagem das cidades.
- ✓ Deficiências nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, especialmente nas áreas de ocupação irregular, comprometendo a balneabilidade das praias em vários trechos, após período de chuvas.
- ✓ Programa de Despoluição da Bacia da baía da Guanabara – PDBG inconcluso.
- ✓ Riscos atinentes aos aterros sanitários atualmente utilizados, de Gramacho (RJ) e Morro do Céu (Niterói); soluções definitivas ainda não implementadas.

NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Pontos Positivos

- ✓ Boa infraestrutura de acessos rodoviário e aeroviário de caráter regional, nacional e internacional.
- ✓ Implantação de projetos de renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro (Porto Maravilha) e novos equipamentos culturais no Rio de Janeiro (Museu da Imagem e do Som e Aquário, entre outros).
- ✓ Investimentos em Infraestrutura esportiva com vistas à Copa do Mundo e Olimpíadas.
- ✓ Ampliação do aeroporto internacional do Galeão.

Pontos Negativos

- ✓ Falta de investimentos em infraestrutura turística e geral adequada dos destinos para atender ao grande fluxo turístico que pode ser gerado após os eventos internacionais que a cidade do Rio de Janeiro sediará.
- ✓ Necessidade de melhorias nos terminais rodoviários e aquaviários.
- ✓ Deficiência de infraestrutura básica – segurança e iluminação, além do saneamento, principalmente na cidade do Rio de Janeiro – portão de entrada de turistas nacionais e internacionais.
- ✓ Impactos socioambientais, provocados pelo crescimento urbano desordenado.
- ✓ Especulação imobiliária advinda da alta valorização das áreas turísticas.

NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Pontos Positivos

- ✓ Entidades da sociedade civil e técnico-científicas atuantes no Rio de Janeiro e em Niterói em prol do patrimônio natural e histórico-cultural.
- ✓ Atuação efetiva dos órgãos municipais, estaduais e federais na proteção ao patrimônio natural e histórico-cultural.
- ✓ Planos Diretores e legislação complementar elaborados, sendo aprovados e implementados.

Pontos Negativos

- ✓ Falta de integração entre as ações de gestão ambiental e do patrimônio histórico-cultural com as de gestão do turismo.

No Subpolo Costa do Sol

NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Pontos Positivos

- ✓ Macaé como base logística de apoio à produção de óleo e gás natural realizada na Bacia de Campos.
- ✓ Ampliação da exploração de petróleo em áreas do pré-sal.
- ✓ Receitas municipais apoiadas predominantemente na arrecadação dos royalties do petróleo – a receita advinda do turismo não é significativa.

Pontos Negativos

- ✓ O dinamismo regional relacionado à atividade petrolífera começa a “disputar espaço” com a atividade turística.

NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Pontos Positivos

- ✓ 30% do território do subpolo coberto por UCs, sendo 95% delas de uso sustentável.
- ✓ Criação e implantação do PE da Costa do Sol.
- ✓ Desenvolvimento do projeto Geo-parque (Caminhos geológicos).
- ✓ Região com o maior número de RPPNs do estado.
- ✓ Disciplinamento do uso e ocupação da orla marítima mediante a implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla.
- ✓ Existência de Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira atuante.

- ✓ Garantia da disponibilidade de água tratada capaz de atender não apenas as populações residentes, mas os enormes afluxos sazonais de turistas.
- ✓ Execução de Planos municipais de saneamento básico e de Programa estadual Lixão Zero para implantação de aterros sanitários intermunicipais.

Pontos Negativos

- ✓ Crescimento demográfico desordenado gerando impacto sobre os recursos naturais, inclusive no interior das APAs.
- ✓ Baixos índices de cobertura das redes de esgotamento sanitário e dos sistemas de tratamento de esgotos.
- ✓ Ausência de sistemas adequados para coleta e tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, com fortes implicações na saúde da população, no meio ambiente e na imagem desses municípios turísticos.
- ✓ Implantação de empreendimentos turísticos sobre os remanescentes de vegetação de restinga e de dunas.

NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Pontos Positivos

- ✓ Acesso rodoviário em bom estado de conservação com melhorias na Niterói – Manilha, na Via Lagos, na BR 101 Norte, que interligam o subpolo Metropolitano aos demais municípios do subpolo Costa do Sol.
- ✓ Ampliação da malha aérea regional – Aeroporto Internacional de Cabo Frio.
- ✓ Ampliação do número de bens culturais protegidos, manutenção dos tombamentos existentes e boa conservação dos principais bens imóveis de interesse cultural.
- ✓ Recuperação da Infraestrutura de acessibilidade de interligação da Costa do Sol com a região da Serra Verde Imperial – estrada RJ 142 (Serramar).

Pontos Negativos

- ✓ Necessidade de criação de rotas de voos comerciais para o Aeroporto Internacional de Cabo Frio.
- ✓ Pouca divulgação oficial do patrimônio cultural material existente, à exceção de Cabo Frio; e falta de reconhecimento e divulgação do patrimônio imaterial – história colonial pouco valorizada.

NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Pontos Positivos

- ✓ Dinamização das atividades do Escritório Técnico do IPHAN na Região dos Lagos.

Pontos Negativos

- ✓ Baixa ou nenhuma articulação entre os órgãos municipais de Planejamento/Urbanismo e os de Turismo, muitas vezes criando conflito entre os interesses imobiliários e da construção civil e as vocações turísticas dos municípios.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO POLO LITORAL

O desenvolvimento dessa Etapa se deu a partir da consolidação da Linha de Base do Polo Litoral, em cumprimento aos seguintes Componentes: **3.Fortalecimento Institucional**; **4.Infraestrutura** e **5.Gestão Ambiental**.

O Diagnostico considerou os Subsídios Estratégicos indicados pelas Linhas de Base das Análises Temáticas, bem como as questões mais significativas colhidas nas Oficinas dos Trabalhos de Campo. Esses dados foram organizados e levados a uma avaliação coletiva¹³ com vistas à montagem dos Mapas-síntese dos Fatores Críticos.

A avaliação utilizou o modelo de análise estratégica tipo SWOT como instrumento para definir as agendas dos aspectos considerados estratégicos. A estrutura do mapa-síntese contemplou os pontos fortes e pontos fracos e as oportunidades e ameaças, relacionados aos ambientes interno e externo à economia do turismo, como apresentadas a seguir:

- (i) os **Pontos Fortes e Pontos Fracos** da economia do turismo nos polos e subpolos, refletindo assim uma análise do setor voltada para o seu Ambiente Interno; e
- (ii) as **Oportunidades e Ameaças** para a economia do turismo nos polos e subpolos refletindo, em complemento, uma visão do setor em relação ao seu Ambiente Externo (sinergias e conflitos).

Na estrutura do Mapa-síntese esses aspectos são referenciados às Dimensões da Sustentabilidade adotadas pela AAE, quais sejam: Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-Institucional, com a finalidade de delinear uma leitura integrada e de fácil assimilação e apontar os aspectos estratégicos a serem potencializados ou mitigados quando da cenarização.

¹³ Da qual participaram os membros da equipe da AAE e atores estratégicos convidados.

Os resultados da análise SWOT foram consolidados nos Mapas-síntese dos Fatores Críticos por Região (subpolo), o que permitiu configurar um Diagnóstico Integrado por Subpolo e consolidar um mais sintético por Polo. Os resultados obtidos levaram à identificação dos **elementos estratégicos centrais dos Polos e Regiões (Subpolos)** que foram considerados na fase de construção dos cenários – de Referência, PRODETUR-RJ e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Apresenta-se abaixo a síntese do Diagnóstico Integrado para o Polo Litoral, seguido dos Diagnósticos realizados para cada Subpolo.

A forma de apresentação literal reflete a estrutura dos Mapas-síntese concernentes a cada Subpolo, com um recorte que leva em consideração a organização desses fatores segundo as **Dimensões da Sustentabilidade** e os **Pontos Fortes e Pontos Fracos** (Ambiente Interno), **Oportunidades e Ameaças** (Ambiente Externo).

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO

O Polo Litoral compreende três subpolos com situações diferentes, mas que guardam certa semelhança face à presença de elementos comuns, quais sejam: a importância dos atrativos e da atividade turística; a importância histórica das funções portuárias-industriais; e o destaque que vem merecendo a produção, o transporte e o beneficiamento de óleo e gás natural ao longo da costa fluminense. Não obstante, é interessante frisar algumas peculiaridades de cada uma das trajetórias.

Na apresentação das questões consideradas mais relevantes e estratégicas para os subpolos Costa Verde, Metropolitano e Costa do Sol, caracterizadas nesse documento, pode-se observar a existência de uma série de fatores que se constituem como pontos comuns a esses territórios, assim como características específicas e problemas que incidem sobre eles de forma desigual e descontínua.

A Costa Verde apresenta uma economia do turismo lastreada pelo patrimônio natural e construído que caracteriza o litoral sul do território fluminense, e tem nos investimentos associados à produção de energia os principais responsáveis pela injeção de recursos na região, gerando uma série de efeitos multiplicadores em sua cadeia produtiva, como se pode ver na reativação da produção naval da região e na logística de transportes associada ao setor petrolífero.

O Subpolo Metropolitano tem no Rio de Janeiro o grande centro receptor de turistas nacionais e internacionais do Brasil, e atravessa uma fase de forte retomada da atividade econômica lastreada principalmente por investimentos associados à implantação do Polo Gás-químico na Baixada Fluminense e ao COMPERJ; à ampliação e modernização dos terminais portuários; à retomada da indústria da construção naval; e à consolidação de um Polo Siderúrgico junto ao Porto de Itaguaí. Além disso, a ampliação do número de grandes eventos esportivos em culturais internacionais a médio prazo cria a expectativa de novos investimentos de infraestrutura e serviços. Nesse sentido, vale lembrar que eventos tais como Carnaval (ou a “cadeia produtiva do Samba” que opera ao longo de todo o ano),

Reveillon, Rock in Rio etc. compõem uma agenda que já goza de reconhecimento internacional há décadas.

O Subpolo Costa do Sol tem sua dinâmica ligada aos efeitos produzidos pela intensificação das atividades e infraestruturas turísticas a partir da década de 1970, favorecidas pela construção da Ponte Rio – Niterói, pelas melhorias na malha rodoviária de acesso à região e pela ampliação dos serviços de abastecimento de água, além dos efeitos gerados pelo fato de Macaé passar, a partir dos anos 1990, a sediar a base logística de apoio à produção de óleo e gás natural na Bacia de Campos.

Neste item, os pontos destacados abaixo têm a pretensão de congregar, dada a relativa homogeneidade do Polo em análise, algumas características e problemas comuns – de caráter estratégico – e, ainda, algumas questões atinentes a territórios específicos que, por seu grau de importância, devem ser tratados com destaque, formando uma visão mínima de conjunto e de suas agendas comuns.

Do Quadro Síntese por subpolo extraímos as seguintes evidências e indicações estratégicas para o caso do Polo Litoral:

Na Dimensão Econômica:

- . Como principais *pontos fortes* observados no Polo Litoral para essa dimensão, destacam-se: a existência de um bom número de destinos consolidados e com condições de assumir um papel indutor do desenvolvimento do turismo em suas áreas de influência; e a existência de um planejamento mínimo do setor, em comparação com o Polo Serra, para a manutenção da oferta nos principais destinos em épocas de baixa temporada;
- . Os *pontos fracos* comuns aos três subpolos em questão são, também, características da economia do turismo em todo o Estado: os problemas relacionados ao alto índice de informalidade das atividades ligadas ao setor e a baixa oferta de capacitação de mão de obra local;
- . As *oportunidades* ligadas à dimensão econômica têm características semelhantes nos Polos Litoral e Serra, e dizem respeito à série de grandes investimentos projetados – ou em andamento – para o Estado do Rio de Janeiro, destacando-se aí a expansão da atividade industrial e os investimentos do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC) em vários dos municípios que compõem ou são adjacentes ao Polo, além das oportunidades geradas – e em especial no Polo em questão – em todo o Estado pela realização de grandes eventos esportivos/culturais internacionais;

- . Como principal *ameaça* pode-se destacar os potenciais conflitos de atividade decorrentes da pouca sinergia historicamente observada na região entre os setores industriais (e outros com forte dinamismo) e do turismo.

Na Dimensão Ecológica e Ambiental:

- . O *ponto forte* mais destacado neste Polo diz respeito à presença de um conjunto riquíssimo de atrativos naturais com grande potencial de visitação, incluindo-se aí toda a costa que acompanha seu território e as áreas de florestas de Mata Atlântica;
- . Como *pontos fracos* comuns aos três subpolos nesta dimensão, podemos destacar a ausência de licença ambiental por parte de grande número de estabelecimentos e empreendimentos turísticos que utilizam recursos ambientais; a falta, também generalizada, de uma cultura de sustentabilidade ecológica aplicada às edificações; e a falta de dimensionamento da capacidade de carga dos destinos. Tais problemas podem ser considerados comuns aos Polos Litoral e Serra;
- . A boa cobertura do território no que diz respeito às áreas protegidas deve ser considerada uma *oportunidade* deste Polo, assim como as ações do Projeto Orla; outro destaque deve ser dado ao grande número de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) criadas na Costa do Sol, abrindo a possibilidade de composição de roteiros de visitação integrados aos das Unidades de Conservação da região;
- . No caso das *ameaças*, merecem destaque: os problemas ligados ao crescimento urbano desordenado, à fragilidade das encostas e ao esgotamento sanitário e à balneabilidade das praias; a construção de empreendimentos turísticos irregulares em áreas protegidas e a prática da “privatização” de ilhas e praias merece também destaque, especialmente na Costa Verde e na Costa do Sol.

Na Dimensão Sociocultural:

- . Como principais *pontos fortes*, temos: a riqueza do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico presente em todo o território do Polo Litoral, com destaque para a representatividade da arquitetura colonial do Rio de Janeiro e do Centro de Paraty; e a existência de um calendário significativo de eventos culturais e negócios;
- . A pouca divulgação de seu legado cultural e de seu patrimônio imaterial; a deficiente infraestrutura de serviços de recepção e centros de atendimento ao turista; e pouca diversificação do turismo em face do enorme potencial são considerados os principais *pontos fracos* no que se refere à dimensão sociocultural;
- . Quanto às *oportunidades*, destaca-se para o Polo Litoral a boa infraestrutura de acessos rodoviários e a boa conservação dos bens imóveis de interesse cultural e histórico;
- . Problemas relacionados ao crescimento urbano desordenado devem ser destacados como *ameaças* também nesta dimensão, com potencial de prejudicar ainda mais a oferta de infraestrutura e de serviços públicos à população dos destinos (os casos da Região Metropolitana, de Angra dos Reis e de Cabo Frio são paradigmáticos). Além disso, deve-se destacar a ameaça representada pela inadequação dos sistemas de transporte hidroviário na Costa Verde, notadamente no que se refere ao acesso à Ilha Grande.

Na Dimensão Político Institucional:

- . Como principal *ponto forte*, deve-se destacar a presença de quatro destinos (Rio de Janeiro, Búzios, Paraty e Angra dos Reis) classificados como Destinos Indutores do Turismo Regional, e o desenvolvimento de estudos de competitividade por parte de outros destinos da região, no intuito de buscar o mesmo reconhecimento;
- . Assim como em todo o restante do território do Estado objeto desta Avaliação, no Polo Litoral temos como principal *ponto fraco* para esta dimensão a insuficiência de estudos, pesquisas e dados disponíveis para o setor turístico. Trata-se de um problema geral com grandes consequências para o processo de planejamento e gestão da atividade em todas as esferas. Além disso, ainda não foi institucionalizada uma Instância Regional de Governança para o Subpolo

Metropolitano, cujo papel é, em parte, cumprido pelo Conselho Estadual de Turismo;

- . Como *oportunidades*, pode-se destacar: a variedade de propostas e articulações para tentar solucionar a questão do saneamento ambiental, tais como a elaboração de Planos Municipais de Saneamento (Angra dos Reis, Paraty e Costa do Sol), a formação de Consórcios Intermunicipais (Costa Verde) e de Aterros Sanitários (Costa Verde, Costa do Sol e Seropédica), e a inclusão de coleta de esgoto e redes de drenagem em projetos de urbanização de favelas; e a existência, em geral, de uma sociedade civil atuante, especialmente no Subpolo Costa Verde;
- . As principal *ameaça* ligada à dimensão político institucional diz respeito à tradicional falta de integração e complementaridade entre as políticas de turismo, as políticas ambientais e outras políticas setoriais, problema verificado em todos os subpolos recortados pelo PRODETUR-RJ.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO SUBPOLO COSTA VERDE

A leitura integrada da situação do Subpolo Costa Verde, no que diz respeito ao turismo nos seus ambientes interno e externo, delineia um cenário bastante complexo, já que pleno de oportunidades e ameaças, para o desenvolvimento do setor sob o ponto de vista da sustentabilidade nas suas diversas dimensões, o que sublinha a importância de se desenvolver e fortalecer arranjos e mecanismos de gestão compartilhada e de pactuação de interesses setoriais.

Nesse território, a questão da convivência problemática entre a riqueza (e a fragilidade) de ativos ambientais e culturais de enorme potencial turístico e grandes investimentos industriais em andamento ou programados a médio e longo prazo, perpassa todas as dimensões analisadas, desde a expectativa quanto à geração de grandes oportunidades econômicas até a preocupação com suas eventuais consequências sociais, ambientais e urbanas, e seus rebatimentos para a economia do turismo, seja através da criação de sinergias ou do agravamento dos conflitos.

Detalhamos abaixo, por cada dimensão da sustentabilidade e de forma sintética e objetiva, as questões consideradas mais relevantes e estratégicas tendo em vista o ambiente interno do turismo (pontos fortes e pontos fracos) e seu ambiente externo (oportunidades e ameaças) no Subpolo Costa Verde. Tais fatores são fundamentais para se construir uma visão integrada das principais questões atinentes ao Subpolo e ao Polo Litoral, assim como para o exercício de construção de cenários objetos das próximas etapas da AAE.

Na **dimensão econômica**, pode-se dizer que entre os *pontos fortes* destacam-se: a expansão da captação de turistas junto ao mercado emissor do Estado de São Paulo e a consolidação da economia do turismo na região, com aumento significativo do número de postos de trabalho (notadamente em Paraty). Entre os *pontos fracos*, podemos destacar: a inexistência de uma política de comercialização do turismo na região; a alta exposição à sazonalidade da atividade turística com exceção de Paraty; o alto índice de informalidade das atividades relacionadas ao turismo; a falta de conhecimento e dimensionamento do mercado turístico regional; a baixa participação do *trade* na promoção da atividade turística; a inexistência de projetos

de capacitação de profissionais para o setor; e as poucas opções de hospedagem de qualidade para o turista com perfil de gasto médio (com exceção de Paraty).

Como *oportunidades*, destacam-se os grandes investimentos ligados à ampliação dos portos de Itaguaí e Sepetiba, bem como dos terminais da Petrobrás e da Usina Nuclear de Angra III (em Angra dos Reis e Mangaratiba). Quanto às *ameaças* mais diretas, são elas: o pouco investimento governamental para fortalecer a economia do turismo em bases sustentáveis (à exceção de Paraty); os possíveis impactos industriais nas atividades urbanas e turísticas da baía da Ilha Grande, devido à tradicional baixa sinergia entre elas; e os potenciais conflitos entre as atividades econômicas tradicionais (principalmente a pesca) e a necessidade de atuação e fiscalização dos órgãos ambientais, sem a criação de alternativas de trabalho e renda para as populações que dependem de tais atividades.

Na **dimensão ecológica e ambiental**, em relação aos *pontos fortes* destaca-se a boa promoção do destino turístico para o segmento de ecoturismo, fundamentalmente para o PE da Ilha Grande, com adequada infraestrutura de visitação, assim como a boa promoção do turismo náutico e subaquático. Entre os *pontos fracos* atinentes a essa dimensão e que tem afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais; a pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais; a baixa incidência de RPPNs, se comparada com outras regiões do estado; a indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação; a presença de estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental; a falta de controle de acesso/visitação aos atrativos turísticos naturais; e a falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.

Como *oportunidades*, destacam-se: o alto índice de biodiversidade (recursos naturais abundantes – florestais e marinhos), e grande percentagem do território (65%) protegido por UCs de proteção integral (federal e estadual); investimentos do INEA para o aperfeiçoamento da gestão e da infraestrutura de uso público nas UCs estaduais da região (em especial no PE da Ilha Grande – Vila do Abraão); o disciplinamento do uso e ocupação da orla marítima mediante a implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima; a implementação do projeto Gestão

Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande; a revisão do ZEE da APA Estadual de Tamoios; a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os centros urbanos de Paraty e Angra dos Reis; e a criação de consórcio intermunicipal e implantação de aterro sanitário comum aos quatro municípios (a ser implantado em Angra dos Reis). Quanto às *ameaças* mais diretas, foram identificadas: a fragilidade ambiental, em função das características do relevo, hidrografia e pluviosidade; a ocorrência de riscos sistemáticos (em períodos de chuva) à integridade da BR-101; a existência de encostas sujeitas a deslizamentos; a falta de controle da ocupação urbana em áreas de interesse para proteção da paisagem; a vulnerabilidade da fauna e flora decorrente do extrativismo e da introdução de espécies exóticas; a degradação do meio natural; a inadequação dos sistemas de gestão de águas e esgotos, compartilhados entre a CEDAE e as prefeituras; e os precários sistemas de manejo e de disposição final dos resíduos sólidos. Destacamos ainda a difícil convivência entre a riqueza do patrimônio natural-construído existente e o volume/velocidade das pressões que tendem a ser exercidas sobre o Subpolo como consequência do inevitável crescimento das atividades logísticas que apoiam a produção de óleo e gás natural na bacia de Santos.

Na **dimensão sociocultural** são destaques os seguintes *pontos fortes* relacionados ao ambiente interno: a diversidade de segmentos turísticos oferecidos, principalmente em Paraty; a consolidação de eventos culturais e a expansão dos calendários de eventos (atuando também na baixa estação); a valorização dos espaços culturais através de eventos com boa repercussão (FLIP, Festival Teatro de Angra dos Reis, etc.); a boa estrutura para o turismo náutico e subaquático; e a disseminação e valorização de novos atrativos turísticos na costa entre Paraty e Angra dos Reis. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a inexistência de centros de informações turísticas regional; a pouca articulação dos circuitos turísticos mais visitados da região com os atrativos de interesse histórico e cultural no município de Rio Claro; a pouca divulgação do patrimônio cultural imaterial da região, principalmente com relação ao artesanato de herança indígena e caiçara; e o pouco aproveitamento do potencial paisagístico da BR-101.

Quanto ao ambiente externo foram relacionadas as seguintes oportunidades estratégicas: a localização privilegiada e facilidade de acesso pela BR-101; as facilidades de visitação decorrentes da ampliação e melhoria da rede de estradas (que possui grande potencial para implantação de estradas-parque); a recuperação da infraestrutura de acessibilidade alternativa à região pela RJ-155 (Angra dos Reis – Barra Mansa), ligando a região ao subpolos Vale do Café e Agulhas Negras; a boa conservação e proteção dos principais bens imóveis de interesse cultural em Paraty; e a proposta para reconhecimento de Paraty como Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: a necessidade de melhorias das rodovias BR-101 e nas rodovias RJ-165 (Paraty – Cunha) e RJ-149 (Mangaratiba – Rio Claro), devendo o fluxo de veículos ser monitorado para evitar degradação ambiental nas áreas de entorno; a inadequação dos terminais marítimos de Angra dos Reis, Mangaratiba e de Paraty; a inadequação do sistema regional de transporte marítimo, marcadamente no que diz respeito ao acesso a Ilha Grande; a ausência de um aeroporto regional para incrementar o turismo; a pouca presença de ações de educação patrimonial; a baixa competitividade do artesanato local e risco de descaracterização do artesanato de raiz tendo em vista as necessidades de homogeneização do mercado; e os conflitos de uso entre o artesanato local (que utiliza como matéria prima recursos naturais) e as regras de proteção no Parque da Ilha Grande.

Na **dimensão político-institucional**, entre os *pontos fortes* destacam-se: a consolidação dos municípios de Angra dos Reis e Paraty como Destinos Indutores do Turismo Regional; as novas iniciativas de mobilização para valorização da cultura (GG Mar de Cultura – Paraty); e o poder de articulação – e disposição para o entendimento – das instituições da sociedade civil ligadas ao turismo. Entre os *pontos fracos* foram identificados: a baixa articulação entre as políticas de turismo com a de proteção aos patrimônios natural e cultural (à exceção de Paraty); a falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo regional; e a ausência de estudos sobre a capacidade de carga da Ilha Grande e de soluções para o seu monitoramento.

Como *oportunidades*, podemos destacar: o grande número de entidades da sociedade civil e grupos de interesse atuantes no território de Paraty, além dos órgãos estaduais e federais, em prol do patrimônio natural e histórico; a atuação

efetiva do escritório técnico do IPHAN em Paraty; e a elaboração, aprovação e implementação dos Planos Diretores e da legislação complementar. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: as dificuldades de articulação das administrações locais com os órgãos estaduais e federais; a inexistência ou deficiência de estruturas (institucional e técnica) locais (à exceção de Paraty); e as dificuldades na relação entre as entidades da sociedade civil e os representantes dos setores industriais atuantes na região.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO SUBPOLO METROPOLITANO

A leitura integrada da situação do Subpolo Metropolitano, no que diz respeito ao turismo nos seus ambientes interno e externo, delineia um cenário aonde as grandes oportunidades econômicas decorrentes de pesados investimentos públicos e privados e a perspectiva da realização de grandes eventos esportivos internacionais no Rio de Janeiro, se conjugam com a possibilidade de reforçar o papel indutor desse subpolo para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio de Janeiro.

Com destinos consolidados, como principal centro receptor dos fluxos turísticos nacional e internacional e sede do conjunto de atrativos naturais com maior potencial de visitação no Estado, o subpolo Metropolitano deve enfrentar uma série de desafios ligados à melhoria da qualidade de sua infraestrutura e dos produtos e serviços turísticos oferecidos, além dos impasses ligados à gestão ambiental e urbana e suas consequências socioambientais às vezes desastrosas.

Detalhamos abaixo, por cada dimensão da sustentabilidade e de forma sintética e objetiva, as questões consideradas mais relevantes e estratégicas tendo em vista o ambiente interno do turismo (pontos fortes e pontos fracos) e seu ambiente externo (oportunidades e ameaças) no Subpolo Metropolitano. Tais fatores são fundamentais para se construir uma visão integrada das principais questões atinentes ao Subpolo e ao Polo Litoral, assim como para o exercício de construção de cenários objetos das próximas etapas da AAE.

Na **dimensão econômica**, pode-se dizer que entre os *pontos fortes* destacam-se: o crescimento do segmento de convenções eventos, e o desenvolvimento de outros segmentos turísticos (Turismo Náutico, Turismo de Negócio e de Aventura); além

disso, ambos os municípios (Rio de Janeiro e Niterói) integram a RedeTuris, criada em 2008 pela Associação Comercial do Rio de Janeiro em parceria com o SEBRAE/RJ e são importantes captadores do fluxo turístico nacional e internacional, assumindo papel indutor para o desenvolvimento do turismo nos outros subpolos do Estado. Entre os *pontos fracos* que tem afetado a economia do turismo na região, podemos destacar: a inexistência de um diferencial de competitividade com outros destinos nacionais do segmento de negócios e eventos; uma baixa oferta de atrativos complementares ao segmento de “sol & praia” e o baixo valor agregado aos produtos turísticos ofertados; a pouca qualificação da mão de obra local; e a ausência de um plano turístico de comercialização e marketing dos destinos, somando-se à baixa divulgação dos demais destinos turísticos do estado.

Como *oportunidades*, destacam-se: a prosperidade econômica no Rio de Janeiro em função dos investimentos realizados no Estado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a realização de eventos internacionais na cidade do Rio de Janeiro (Copa 2014 e Olimpíadas 2016) como determinantes para ampliar a visibilidade dos destinos no cenário internacional. Como *ameaça* mais direta, foi apontada a exclusão social, provocada pela baixa qualificação da mão de obra local dos destinos.

Na **dimensão ecológica e ambiental**, em relação aos *pontos fortes* do ambiente interno, destaca-se a presença dos atrativos naturais (praias e florestas) com o maior potencial de visitação do Estado. Entre os *pontos fracos* atinentes a essa dimensão e que tem afetado negativamente a economia do turismo na região, foram identificados: a inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais do Rio de Janeiro e de Niterói; a pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais; a falta de divulgação das oportunidades de visitação a outras áreas protegidas situadas fora da capital do Estado; a falta de controle de acesso/visitação aos atrativos turísticos naturais; a presença de estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental; e a falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.

Como *oportunidades*, destacam-se: a elaboração de projeto de gestão integrada das UCs do Rio de Janeiro integrantes do Mosaico Carioca de Áreas Protegidas; a

recuperação da capacidade de investimentos da CEDAE e do controle sobre ligações clandestinas; os recentes projetos de urbanização de favelas, com recursos do “PAC” e do “Minha Casa Minha Vida” (projetos estes que incluem coleta de esgoto e redes de drenagem); e o projeto de um novo aterro sanitário para o Rio de Janeiro, em Seropédica. Quanto às *ameaças* mais diretas, foram identificadas: a insuficiência dos investimentos na proteção das UCs e na implementação de projetos voltados para o uso público; a indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação (Parna Tijuca e Pão de Açúcar); a baixa integração entre as políticas de proteção da natureza e demais políticas setoriais; a carência de monitoramento e de um plano de ação para conservação das áreas florestadas; riscos sazonais de deslizamentos de encostas e enchentes em pontos baixos; a recorrência de tragédias que marcam a paisagem e a imagem das cidades; as deficiências nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, especialmente nas áreas de ocupação irregular, comprometendo a balneabilidade das praias em vários trechos após período de chuvas; Programa de Despoluição da Bacia da Baía da Guanabara inconcluso; e a não implementação de soluções definitivas para os riscos atinentes aos aterros sanitários atualmente utilizados (Gramacho e Morro do Céu, em Niterói).

Na **dimensão sociocultural** são destaques os seguintes *pontos fortes*: a forte presença do patrimônio arquitetônico – herança do período colonial – e a ampla variedade de manifestações culturais, que favorecem o desenvolvimento do segmento do turismo cultural; a capacidade para realização de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro; a oferta quantitativamente razoável de meios de hospedagem; a ampla oferta de equipamentos que compõem o receptivo do subpolo; a consolidação dos atrativos turístico-culturais de Niterói; e a existência de polos gastronômicos. Entre os *pontos fracos* que tem afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a falta de infraestrutura portuária (portos e marinas) para explorar melhor o potencial náutico; a deficiência de infraestrutura e sinalização turística; a carência de centros de informação turística; a capacidade hoteleira abaixo das necessidades; a falta de proteção às áreas turísticas; e a necessidade de diversificação da demanda turística, a fim de atender a uma variedade maior de segmentos turísticos ainda potenciais.

Como *oportunidades*, destacam-se: a boa infraestrutura de acessos rodoviário e aeroviário de caráter regional, nacional e internacional; a implantação de projetos de renovação urbana (Porto Maravilha) e de novos equipamentos culturais no Rio de Janeiro (Museu da Imagem e do Som, Aquário, entre outros); os investimentos em Infraestrutura esportiva com vistas à Copa do Mundo e Olimpíadas; e a ampliação do aeroporto internacional do Galeão. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: a falta de investimentos em infraestrutura turística e geral adequada dos destinos para atender ao grande fluxo turístico que pode ser gerado após os eventos internacionais que a cidade do Rio de Janeiro sediará; a necessidade de melhorias nos terminais rodoviários e aquaviários; a deficiência de infraestrutura básica (segurança e iluminação, além do saneamento), principalmente na cidade do Rio de Janeiro, que é a cidade com maior capacidade de atração de turistas nacionais e internacionais; os impactos socioambientais, provocados pelo crescimento urbano desordenado; e a especulação imobiliária advinda da alta valorização das áreas turísticas.

Na **dimensão político-institucional**, entre os *pontos fortes* do ambiente interno destacam-se: o reconhecimento do Rio de Janeiro como Destino Indutor do Turismo Regional (seguido pelo fato de que Niterói está desenvolvendo estudos de competitividade para conquistar o mesmo reconhecimento); a aproximação e interesse no fortalecimento do protocolo de cooperação técnica firmado pelas cidades do Rio de Janeiro e Niterói em 2005; e a atuação e representação de segmentos representativos da cadeia do setor no Conselho Estadual de Turismo. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região nessa dimensão, foram identificados: a inexistência de conselhos municipais de turismo no Rio de Janeiro e em Niterói e de Planos de Desenvolvimento Turístico nos dois municípios; a carência de Conselho Regional de Turismo, cujo papel é, em parte, cumprido pelo Conselho Estadual de Turismo; a manutenção de ações isoladas das duas cidades, sem foco regional; e a falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo.

Como *oportunidades*, podemos destacar: a atuação de entidades da sociedade civil e técnico-científicas, no Rio de Janeiro e em Niterói, em prol do patrimônio natural e histórico-cultural; a atuação efetiva dos órgãos municipais, estaduais e federais na proteção ao patrimônio natural e histórico-cultural; e a elaboração, aprovação e

implementação de Planos Diretores e de legislação complementar. Quanto à *ameaça* mais direta, pode-se destacar a falta de integração entre as ações de gestão ambiental e do patrimônio histórico-cultural com as de gestão do turismo.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO SUBPOLO COSTA DO SOL

A leitura integrada da situação do Subpolo Costa do Sol, no que diz respeito ao turismo nos seus ambientes interno e externo, delineia um cenário aonde a forte presença da atividade turística convive com os problemas de uma dinâmica de crescimento urbano desordenado largamente influenciada por fortes investimentos do setor petrolífero na região e na Bacia de Campos.

Destaca-se a diversidade de atrativos naturais costeiros e a boa oferta de serviços disponíveis para todos os perfis de turistas; a presença de Búzios como um Destino Indutor do Turismo Regional e forte captador de fluxos de turistas internacionais, além da boa infraestrutura de acessibilidade e mobilidade, contrabalançados por problemas de gestão da atividade que podem ser entraves para o desenvolvimento sustentável do turismo na região.

Detalhamos abaixo, por cada dimensão da sustentabilidade e de forma sintética e objetiva, as questões consideradas mais relevantes e estratégicas tendo em vista o ambiente interno do turismo (pontos fortes e pontos fracos) e seu ambiente externo (oportunidades e ameaças) no Subpolo Costa do Sol. Tais fatores são fundamentais para se construir uma visão integrada das principais questões atinentes ao Subpolo e ao Polo Litoral, assim como para o exercício de construção de cenários objetos das próximas etapas da AAE.

Na **dimensão econômica**, pode-se dizer que entre os *pontos fortes* destaca-se a base econômica fortemente calcada no turismo de segunda residência e no segmento de sol & praia. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, podemos destacar: a baixa articulação regional da atividade; períodos de alta densidade contra períodos de baixíssimo fluxo turístico; a ausência de política de valorização dos veranistas, visando dinamizar a economia; a ausência de produtos formatados para comercialização em larga escala; o baixo valor agregado ao produto turístico (pouca oferta de atrativos complementares ao

turismo de sol & praia); e a falta de um programa/projeto para capacitação dos empreendedores e da mão-de-obra.

Como *oportunidades*, destacam-se: a proximidade com Macaé, base logística de apoio à produção de óleo e gás natural realizada na Bacia de Campos; a ampliação da exploração de petróleo em áreas do pré-sal; e boas receitas municipais, apoiadas predominantemente na arrecadação dos *royalties* do petróleo. Como *ameaça* mais direta, foi apontado o fato de o dinamismo regional relacionado à atividade petrolífera começar a “disputar espaço” com a atividade turística

Na **dimensão ecológica e ambiental**, em relação aos *pontos fortes* do ambiente interno, destaca-se a diversidade de atrativos naturais costeiros. Entre os *pontos fracos* atinentes a essa dimensão e que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a baixa exploração do potencial turístico da região, com relação aos segmentos de ecoturismo e de turismo de aventura, náutico e cultural; o pouco aproveitamento turístico das paisagens naturais; a presença de estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental; e a falta de uma cultura de sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.

Como *oportunidades*, destacam-se: percentagem considerável do território do subpolo coberto por UCs (30%), sendo 95% delas de uso sustentável; a criação e implantação do PE da Costa do Sol; o desenvolvimento do projeto Geo-parque (Caminhos geológicos); o alto número de RPPNs (maior número do estado); o disciplinamento do uso e ocupação da orla marítima; a existência de Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira; a garantia da disponibilidade de água tratada capaz de atender não apenas as populações residentes, mas os enormes afluxos sazonais de turistas; e a execução de Planos municipais de saneamento básico e do Programa estadual “Lixão Zero” para implantação de aterros sanitários intermunicipais. Quanto às *ameaças* mais diretas, foram identificadas: o crescimento demográfico desordenado gerando impacto sobre os recursos naturais, inclusive no interior das APAs; os baixos índices de cobertura das redes de esgotamento sanitário e dos sistemas de tratamento de esgotos; a ausência de sistemas adequados para coleta e tratamento e disposição final dos resíduos sólidos; e a implantação de

empreendimentos turísticos sobre os remanescentes de vegetação de restinga e de dunas.

Na **dimensão sociocultural**, um destaque dentre os *pontos fortes* do ambiente interno é a boa infraestrutura de serviços para atendimento aos diferentes perfis de público. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a pouca diversificação do turismo face o potencial a ser explorado, principalmente com relação aos segmentos cultural, náutico, rural, de aventura e ecoturismo; a dificuldade em consolidar uma infraestrutura para o turismo náutico; a deficiência da sinalização turística; a inexistência de postos de informação turística regional; a necessidade de fomentar a cultura e o artesanato regional para consolidá-los como produto turístico; a inexistência de calendário de eventos de natureza regional; e a dificuldade de coibir o turismo predatório.

Como *oportunidades*, destacam-se: o acesso rodoviário em bom estado de conservação; a recuperação da infraestrutura de acessibilidade de interligação da Costa do Sol com a região da Serra Verde Imperial (estrada RJ-142 – Serramar); a ampliação da malha aérea regional (Aeroporto Internacional de Cabo Frio); a ampliação do número de bens culturais protegidos e a manutenção dos tombamentos existentes, assim como a boa conservação dos principais bens imóveis de interesse cultural. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: a necessidade de criação de rotas de voos comerciais para o Aeroporto Internacional de Cabo Frio; a pouca divulgação oficial do patrimônio cultural material existente (à exceção de Cabo Frio); e a falta de reconhecimento e divulgação do patrimônio imaterial (história colonial pouco valorizada).

Na **dimensão político-institucional**, destacam-se como *pontos fortes*: o reconhecimento de Armação dos Búzios como Destino Indutor do Turismo Regional (Arraial do Cabo e Cabo Frio promovem estudos de competitividade para buscar o mesmo reconhecimento); e a existência de órgão regional de turismo (criado em 2008, Conselho de Turismo da Região da Costa do Sol – CONDETUR). Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a falta de estudos, de pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo na região; e deficiências técnicas e operacionais nas estruturas municipais de turismo.

Como *oportunidade*, podemos destacar a dinamização das atividades do “Escritório Técnico do IPHAN” na Região dos Lagos. Quanto à *ameaça* mais direta, pode-se destacar a baixa ou nenhuma articulação entre os órgãos municipais de Planejamento/Urbanismo e os de Turismo, muitas vezes criando conflitos entre os interesses imobiliários e da construção civil e as vocações turísticas dos municípios.

CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A realização da Meta 4 compreende cinco etapas de execução, quais sejam: Etapa 4.1 – Visão de Futuro, Etapa 4.2 – Construção do Cenário de Referência, Etapa 4.3 – Construção do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, Etapa 4.4 – Avaliação Comparativa dos Cenários e Etapa 4.5 – Construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Para dar suporte à construção dos cenários, foi necessário, primeiramente, definir a **Visão de Futuro**, isto é, a proposição do que se espera com a execução do plano ou do programa sob avaliação, em termos do desenvolvimento econômico e social, qualidade ambiental e de vida, determinando-se os **Objetivos de Sustentabilidade** que se deve perseguir para alcançar o que foi idealizado. A visão de futuro e os objetivos de sustentabilidade também servirão de orientação para a avaliação final dos impactos estratégicos.

Também essencial foi determinar o contexto no qual as variáveis analisadas se desenvolvem, mas sobre as quais os responsáveis pela estratégia sob análise não têm controle, referidos nesta AAE como **Questões-chave** condicionantes do turismo sustentável. Essa contextualização foi necessária para que ficasse claro em que condições as análises prospectivas foram realizadas, quer dizer, envolvendo questões que condicionam os cenários, mas que não fizeram parte do escopo do diagnóstico estratégico.

Dessa forma, apresentam-se os **Cenários** que fundamentaram a avaliação dos impactos estratégicos, antecédidos da proposta de visão de futuro para o desenvolvimento do turismo sustentável, dos respectivos objetivos de sustentabilidade e das questões-chave condicionantes desenvolvimento do turismo, que, guardam relação com os temas analisados nas etapas anteriores desta AAE, e podem influenciar a formulação dos cenários.

São diversos os métodos e técnicas que podem ser empregados para instrumentar os estudos prospectivos. A maioria dos estudos de AAE, realizados no País até 2010, tem utilizado o método de formulação ou construção de cenários, por ser ele um instrumento técnico apropriado para avaliar os prováveis comportamentos de sistemas complexos que tenham a eles associado um alto nível de incerteza, principalmente quando existem limitações de tempo e recursos para o emprego de outros métodos mais exigentes, por exemplo, os modelos de simulação. O método de construção de cenários que tem sido empregada nos estudos de AAE foi

desenvolvido pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA) da COPPE/UFRJ¹⁴.

Os cenários são construídos **a partir da extrapolação de tendências do passado**, descrevendo as projeções e apresentando uma visão de futuro que possa ser atingida ou evitada apenas se certas ações forem ou não forem realizadas. Os cenários permitem, assim, comparar uma situação inicial com situações futuras resultantes de condições preestabelecidas.

No âmbito de planos e programas, é frequente que sejam formuladas ações concretas, com a forma um conjunto de projetos de investimento e atividades de fortalecimento institucional e gestão ambiental, que são propostos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de determinado setor de atividades, como é o caso do PRODETUR-RJ. Na AAE, tais ações são então consideradas, não como fins, mas como os meios que o Poder Público escolheu para atingir os objetivos desse Programa e as diretrizes dos PDITS. O objeto de avaliação da AAE não é, portanto, cada um dos projetos e atividades propostos para a concretização do PRODETUR-RJ, mas a estratégia de desenvolvimento turismo que se pretende desenvolver.

Na presente AAE, a abordagem metodológica adotada para a realização da análise prospectiva também consistiu na aplicação da técnica de construção de cenários, de modo a permitir uma decisão fundamentada em torno das melhores alternativas para a consecução dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável nos polos turísticos do Estado do Rio de Janeiro, conforme expressos nos PDITS, tendo como base as ações a serem desenvolvidas no PRODETUR-RJ. Tais cenários são estabelecidos por meio da extrapolação dos dados da Linha de Base e por Análise Técnica integrada, realizada por profissionais com largo conhecimento dos temas sob sua responsabilidade e, preferencialmente, com o envolvimento dos principais atores relacionados com a situação em análise.

Idealizam-se nesta AAE três cenários:

1. **Cenário de Referência**, correspondente à manutenção das tendências de desenvolvimento observadas nos dois polos turísticos e seus subpolos, com base na análise da linha de base e do diagnóstico integrado, considerando ainda alguns fatores externos (ou exógenos) relacionados às condições econômicas e ambientais sobre as quais o turismo exerce pouca ou nenhuma influência, às

¹⁴ LIMA/COPPE/UFRJ. Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento do Setor Produtivo de Corumbá e Influências sobre a Planície Pantaneira. Produto 2: Diagnóstico. Rio de Janeiro. Dezembro de 2007. n .p.

- políticas, aos planos e aos programas que estão sendo esperados ou em implementação nas regiões;
2. **Cenário de Desenvolvimento PRODETUR**, cenário de desenvolvimento, que corresponde às consequências estratégicas na qualidade e no uso dos recursos ambientais e nas peculiaridades culturais da realização dos projetos e atividades do PRODETUR-RJ e das diretrizes dos PDITS, em termos de cumulatividade de efeitos e indução do desenvolvimento tanto do turismo como de outros setores da economia.
 3. **Cenário de Desenvolvimento e de Sustentabilidade** – cenário propõe a integração ao Cenário de Desenvolvimento PRODETUR das novas diretrizes a serem adotadas nas próximas fases do processo de planejamento do turismo no estado, as devidas ações de prevenção e controle dos impactos estratégicos (diminuição e prevenção dos riscos ambientais e potenciação das oportunidades), bem como as atividades de acompanhamento da implementação do programa. Tudo isto para aproximar os resultados da atual fase do PRODETUR-RJ e os programas vindouros de fomento ao turismo no estado à desejada visão de futuro e aos objetivos de sustentabilidade.

A partir da comparação da situação atual e dos cenários, identificam-se as oportunidades e os riscos ambientais (impactos estratégicos). Estes impactos são discutidos, aproveitando-se também os resultados da aplicação da matriz SWOT empregada no Diagnóstico Integrado, de modo a se definirem as recomendações e medidas de potenciação das oportunidades e prevenção dos riscos ambientais PRODETUR-RJ, assim como as ações de acompanhamento, tanto dos impactos estratégicos e do cumprimento das recomendações como da adoção das medidas preventivas.

Os três esquemas apresentados a seguir ilustram os processos utilizados para a configuração dos Cenários idealizados na AAE: de Referência, de Desenvolvimento PRODETUR e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Figura 19 – Cenário de Referência

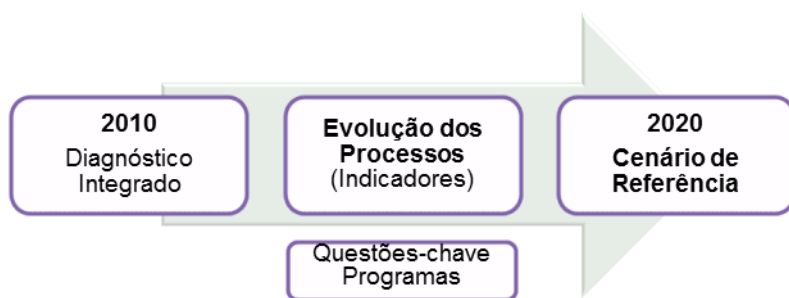


Figura 20 – Cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ

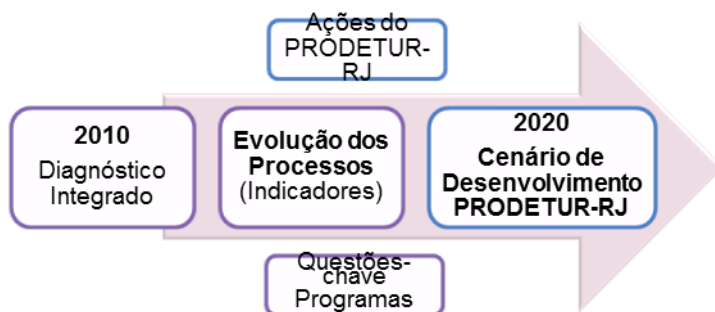
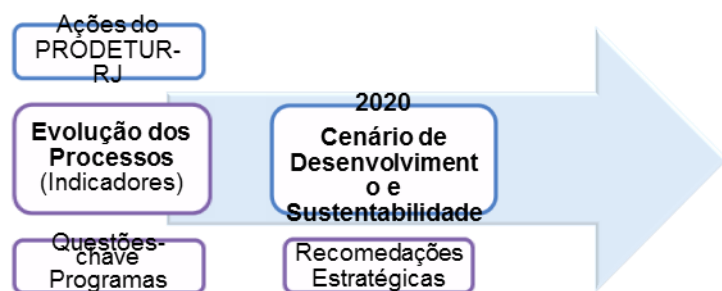


Figura 21 – Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade



Em todos os esquemas adotados para a construção dos três Cenários observa-se que esses processos, resultados das Análises Temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, que configura a situação atual, estão calcados no estudo da **Evolução dos Processos/indicadores** mais importantes, até o horizonte temporal de 2020, nos casos de que: (i) se mantenham as atuais tendências – Cenário de Referência; e (ii) se implemente o PRODETUR-RJ, mantendo-se as diretrizes de desenvolvimento do turismo expressas nos PDITS Serra e Litoral – Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, conforme descrito nos itens referentes às Etapas 4.2 e 4.3 e nos Quadros-síntese das análises temáticas que compõem o Anexo IX deste documento.

A comparação desses cenários sugeriu com conjunto de diretrizes a serem adotadas na construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Esse Cenário de Sustentabilidade foi construído também tendo em vista a identificação das oportunidades e riscos ambientais que formam o conjunto dos impactos estratégicos do PRODETUR-RJ.

VISÃO DE FUTURO

Conforme referido na Metodologia, a construção dos Cenários futuros do PRODETUR-RJ fundamenta-se nas proposições de Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade e na identificação das Questões-chave condicionantes ao desenvolvimento do turismo sustentável que guardam relação com os temas analisados nas etapas anteriores desta AAE.

A *Visão de Futuro para o Estado do Rio de Janeiro*, tal como proposta no Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2007–2010) delineia a perspectiva de se atingir um cenário de “*transformação renovadora com prosperidade*”, em cujo contexto estão inseridos, junto à prosperidade estritamente econômica, os imperativos da segurança pública, da sustentabilidade ambiental e da valorização da educação e da cultura.

Entre os fatores e impactos previstos sobre o território do estado, que subsidiaram a construção dessa perspectiva de futuro, algumas tendências consideradas pelo Plano Estratégico como consolidadas e, em grande medida, invariantes nos contextos mundial, nacional e regional, podem ser destacados: a tendência de crescimento do fluxo turístico em escala global associado a um aumento das pressões sociais pela preservação e conservação do meio ambiente em todas as escalas, em um contexto nacional e regional de retomada do dinamismo econômico, decorrente do aumento das pressões sobre o meio ambiente e sobre os espaços urbanos, e do aumento e diversificação das atividades do setor turístico.

Essa mudança de perspectiva, com relação ao setor turístico em particular, pode ser dimensionada levando-se em consideração um dos aspectos do desdobramento da Visão de Futuro proposto pelo Plano Estratégico; a perspectiva de que em 2027 o ambiente fluminense terá como uma de suas características o fato de ser um território *diferenciado* (assim como eficiente, competitivo, educado, inovador, próspero, seguro, saudável e sustentável) se manifesta na proposição de um indicador (número de visitantes por ano) que guarda estreita relação com o aproveitamento satisfatório de seu potencial turístico e com a qualidade de suas atividades culturais e esportivas, prevendo um aumento do número de visitantes entre 2006 e 2027 que vai de aproximadamente sete milhões para a casa dos quinze milhões.

Assim, e tendo em vista as prioridades estabelecidas pelo processo de planejamento de longo prazo do Governo do Estado do Rio de Janeiro e as diretrizes e os objetivos específicos do objeto (PDITS/PRODETUR-RJ) desta Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), foi enunciada a *Visão de Futuro para o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado do Rio de Janeiro para o ano de 2020*. Essa proposta foi apresentada e validada pelos representantes das instituições governamentais envolvidas diretamente no processo de construção da AAE, em Seminário Interno de Avaliação do Diagnóstico Integrado e dos Cenários Construídos (23/02/2011).

No Estado do Rio de Janeiro, em 2020, o desenvolvimento sustentável do turismo se faz assegurando a interiorização do turismo, a diversidade e a boa qualidade dos destinos e dos produtos turísticos, permitindo a integração dos fluxos por meio de uma adequada rede de mobilidade entre os destinos e da articulação dinâmica com outras forças produtivas, potencializando o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, criando novos negócios e oportunidades de emprego, trabalho e inclusão

produtiva, fixando a mão de obra local capacitada e melhorando a qualidade de vida nos Polos Litoral e Serra.

Essa Visão de Futuro deve ser entendida como a base orientadora da proposição de diretrizes e recomendações que constitui o Cenário de Sustentabilidade, síntese final do exercício de cenarização e da análise dos impactos estratégicos que serão apresentados neste documento. É necessário, portanto, explicitar o conjunto de objetivos que permita visualizar de forma mais clara as ações necessárias para se atingir o futuro desejável.

À luz das diretrizes gerais contidas no Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro (2007–2010) e aquelas definidas pelo PDITS/PRODETUR–RJ, o desenvolvimento do turismo no Estado se dará a partir dos seguintes fatores: expansão e melhoria da infraestrutura e da logística de transportes; qualificação da mão de obra e inclusão social; promoção e valorização da cultura e do esporte; recuperação dos grandes passivos ambientais do estado; expansão do sistema de saneamento; diversificação da estrutura econômica, com distribuição menos desigual no território fluminense; e fortalecimento da gestão pública.

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE

Esse contexto orientador, ladeado pelos objetivos estratégicos do Programa, conduz a um conjunto de *Objetivos de Sustentabilidade* para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio de Janeiro, referenciados às dimensões da sustentabilidade. São eles:

- Na *dimensão econômica*: o desenvolvimento da economia do turismo deve se dar promovendo a inserção competitiva de seus destinos/produtos nos mercados nacional e internacional e articulando-os à demanda potencial de serviços turísticos de outras atividades econômicas presentes nos seus territórios, ampliando, portanto, o tempo de permanência e o gasto médio dos turistas no Estado e reduzindo o nível de informalidade do setor.
- Na *dimensão ambiental*: o desenvolvimento da atividade turística deve se dar assegurando o controle e a proteção dos recursos ambientais e dos atrativos naturais face aos efeitos negativos do uso intensivo e da ocupação desordenada do solo e da insuficiência na oferta de infraestrutura e de serviços públicos, com a adoção de práticas sustentáveis de eficiência energética e de consumo mínimo, e observando os limites definidos para a capacidade de suporte de destinos e atrativos.
- Na *dimensão sociocultural*: o desenvolvimento do turismo deve se dar estabelecendo e fortalecendo relações funcionais e de mobilidade entre os Subpolos turísticos, promovendo a interiorização e a integração dos fluxos a partir da cidade do Rio de Janeiro e de outros estados, gerando trabalho e renda para as populações locais e melhorando a qualidade de vida nos destinos turísticos, e assegurando a proteção, o respeito e a promoção dos bens materiais e imateriais do patrimônio histórico-cultural e turístico e dos valores e atividades socioculturais tradicionais.
- Na *dimensão político-institucional*: o desenvolvimento da atividade turística deve se dar contando com sistemas eficientes de prestação de informações e de acompanhamento, monitoração e controle da evolução/situação do setor integrados com índices e indicadores de outros setores estratégicos para a sua economia, e com instituições capacitadas técnica e financeiramente para a gestão

do turismo, assim como para o manejo adequado das Unidades de Conservação e para fiscalização de serviços turísticos de potencial poluidor.

Esse conjunto de objetivos de sustentabilidade é que deram origem aos indicadores estratégicos definidos a partir dos impactos estratégicos do Programa e embasaram as Propostas de Ação recomendadas por essa AAE. Tais indicadores servirão também para o acompanhamento da implementação e o Monitoramento do Programa.

QUESTÕES-CHAVE

O conjunto das Questões-chave condicionantes do turismo sustentável também foi identificado e compõe o contexto em que se desenvolvem os processos referentes aos temas estudados no Diagnóstico Integrado desta AAE. Como já referido, as questões-chave correspondem a algumas variáveis que influem na formulação dos cenários, mas sobre as quais não se tem qualquer tipo de controle embora mantenham alguma relação com os temas analisados e ajudem a entender o contexto em que o programa e suas ações estratégicas estão sendo avaliados. Nelas, estão incluídos ainda eventos e investimentos previstos no horizonte da presente AAE.

Neste sentido, é importante identificar quais os aspectos relacionados às tendências de desenvolvimento econômico no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, inclusive no setor de turismo, que de alguma forma repercutem sobre a execução do PRODETUR-RJ e que possam ser consideradas na evolução dos temas estratégicos e respectivos processos que compõem a AAE. Nos textos apresentados a seguir são tratadas questões relacionadas às expectativas de evolução da economia e sua relação com o crescimento do turismo, face ao conjunto de investimentos previstos na próxima década, além das expectativas referentes às políticas e atividades de saneamento ambiental e às de proteção do meio ambiente.

Expectativas de Desenvolvimento

O Estado do Rio de Janeiro encontra-se exposto a um conjunto de oportunidades-pressões sem precedentes na sua história, correspondente a uma agenda de investimentos de caráter estruturante da economia regional. A densidade dessa agenda determinou o início de um processo de requalificação de seu território do que poderá resultar num cenário de desenvolvimento seja no plano estadual, regional e/ou local. Contudo, a resultante desse processo de requalificação dependerá, dentre outras condições, da capacidade de resposta do Poder Público no que diz respeito ao reordenamento desse mesmo território.

Na presente abordagem é dado um panorama das agendas dos principais investimentos previstos para o horizonte dessa AAE que poderão repercutir sobre os Polos Turísticos e, portanto, sobre das ações do PRODETUR-RJ, consideradas as ações setoriais (públicas e privadas) identificadas. Entre os principais financiadores públicos dessa pauta destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciativa do Governo Federal em parceria com o estado e municípios envolvidos e o investidor privado.

As principais agendas estão relacionadas a:

- Investimentos nos setores econômicos de exploração e produção (E&P) de óleo e gás natural (O&G); da atividade petroquímica, além da siderurgia e da indústria naval;

- Investimentos na área da logística de transporte, tais como ampliação, modernização e dragagem de portos, construção e requalificação da malha rodoviária, entre outros;
- Infraestrutura de apoio aos grandes eventos esportivos, principalmente aqueles voltados para recepcionar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Estudos que analisam a pauta dos investimentos previstos para os principais setores econômicos do Estado do Rio de Janeiro indicam que essa agenda envolve um montante de recursos superior a R\$300 bilhões, que estariam sendo investidos ao longo do período 2007–2015. Desse total, cerca de 50% (R\$155 bi) concentram-se nas atividades offshore de exploração e produção (E&P) de óleo e gás natural (O&G) realizadas na Bacia de Campos, em fase de ampliação pela entrada em produção dos blocos localizados na Bacia de Santos e pelo início das atividades de E&P nas camadas do pré-sal.

Em relação às atividades realizadas *on shore*, destaca-se o aglomerado metropolitano do Rio de Janeiro que concentra cerca de 40% do total de R\$300 bilhões. O restante dessa agenda está comprometida com projetos localizados na região da Costa do Sol e Litoral Norte (cerca de 6%), assim como no Médio Vale do Paraíba (cerca de 3%).

Em relação aos setores de atividade associados a essa agenda, destaca-se também a produção offshore de O&G com 54% do total dos recursos. Das atividades realizadas on shore destacam-se a petroquímica e a siderurgia (com 14%), assim como a indústria naval e a logística de transporte com 12% cada qual. Merece ainda destaque a participação do setor de geração de energia ao qual correspondem 5% desse total, quase todo ele dedicado a termelétricas (movidas a óleo, gás natural e nuclear).

Dentre os projetos a destacar estão os investimentos ao longo da cadeia produtiva de O&G realizados pela Petrobrás, notadamente aqueles relacionados ao Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS) e ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que induzem um amplo número de desdobramentos tais como a ampliação da rede de dutos e terminais, assim como as encomendas dirigidas à indústria da construção naval.

Na área de siderurgia e metal-mecânica podem ser contabilizados: a construção e a operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) parceria entre as empresas Thyssen Krupp e Cia. Vale do Rio Doce; a ampliação da COSIGUA do Grupo Gerdau, em Itaguaí; a implantação da mini-mill da Votorantim Metais, em Resende; a ampliação e a diversificação da produção da Usina Presidente Vargas da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda; e a instalação de novas unidades da fábrica de pneus Michelin e da montadora de carros da Hyundai, ambas em Itatiaia.

Entre os investimentos na área da logística de transporte, além daqueles citados acima, chama a atenção os projetos liderados pela CSN/Petrobrás/Gerdau para o Porto de Sepetiba, em Itaguaí, e a implantação do Arco Rodoviário Metropolitano, na Baixada Fluminense.

que liga Mangaratiba a Rio Claro, é considerada a primeira estrada de rodagem do país, aberta no século XIX para ligar o antigo município de São João Marcos ao porto de Mangaratiba, facilitando o escoamento da produção cafeeira e a entrada de mão-de-obra escrava para a lavoura do Val e do Paraíba Fluminense. Nessa rodovia estão sendo realizadas obras de revitalização dentro dos preceitos de uma Estrada-Parque, viabilizando outra ligação da Costa Verde com o Vale do Café. Essa estrada também dá acesso ao recém inaugurado Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Na BR-101, no trecho compreendido entre os municípios do Rio de Janeiro e Paraty, vem sendo implementadas obras de duplicação (trecho Santa Cruz-Itacuruçá, segmento que integra o Arco Metropolitano), além daquelas de contenção de encostas, fundamentalmente entre Mangaratiba e Paraty. Essa rodovia, que estrutura longitudinalmente a Costa Verde, percorrendo o litoral junto às baías de Sepetiba e da Ilha Grande, é de suma importância para o desenvolvimento turístico da região.



Figura 23 – Obras de recuperação das RJs 165

No Polo Serra também está ocorrendo a recuperação de importantes rodovias: a RJ-163 (Capelinha-Mauá) e RJ-151 no Subpolo Agulhas Negras; a RJ-143 e RJ-137 no Subpolo Vale do Café; a RJ-122, RJ-142 (Serramar) e as BRs-393, 116, 495 e 040 no Subpolo Serra Verde Imperial.

Melhorias rodoviárias no Subpolo Agulhas Negras – a requalificação da RJ-163 e da RJ-151 está incluída no PRODETUR-RJ e os resultados visam fomentar o aproveitamento turístico local e a interligar esse território turístico ao Planalto Sul Mineiro. A RJ-163 tem início na BR-116 (Rio-São Paulo) e liga Penedo (Itatiaia) a Visconde de Mauá (Resende). As obras de recuperação/revitalização previstas irão transformá-la na primeira Estrada-Parque do Estado do Rio de Janeiro. Para a RJ-151, que margeia, em grande parte, o Rio Preto, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o trecho a ser requalificado está situado entre Maromba e a Ponte dos Cachorros, em Visconde de Mauá.



Figura 24 – Obras de recuperação da RJ-163 e vista do rio Preto.

Melhorias rodoviárias no Subpolo Vale do Café – os investimentos foram direcionados para melhorias na RJ-143 e RJ-137 e para a BR-393. A RJ-143, que liga Quatis a Barão de Juparanã (Valença), passando por Conservatória, recebeu inúmeras benfeitorias em 2010. Representa uma alternativa de ligação entre os Subpolos de Agulhas Negras e o Vale do Café e promove a integração dos roteiros locais. A RJ-137 articula a BR-116 e a BR-393 com o Planalto Sul Mineiro, através de Santa Rita de Jacutinga, passando por Barra do Piraí, Ipiabas, Conservatória e Santa Isabel do Rio Preto. O trecho que liga Conservatória à divisa com Minas Gerais, atravessando a deslumbrante Serra da Beleza, está sendo revitalizado. Os investimentos irão fomentar o aproveitamento turístico local e a interligação com o Estado de Minas Gerais. A BR-393, no trecho fluminense que atravessa o Vale do Café, entre Barra Mansa e Vassouras, está sendo beneficiado com melhorias viárias que deverão atuar positivamente no fluxo turístico intra e interregional.



Figura 25 – Ponte dos Arcos e vista da Serra da Beleza (RJ-137).

Melhorias rodoviárias no Subpolo Serra Verde Imperial – foram incluídas no rol de investimentos as RJs-122 e 142 e as BRs-116, 495 e 040. A RJ-122, que interliga a BR-116 a RJ-116 (entre Guapimirim e Cachoeiras de Macacu), representa uma importante rota alternativa de acesso à região sem atravessar a ponte Rio-Niterói. A RJ-142 (Estrada Serramar) liga Mury e Lumiar (Nova Friburgo) a Casimiro de Abreu, viabilizando uma rota de integração direta entre a Serra Verde Imperial e a Costa do

Sol. Essa estrada, que atravessa a APA de Macaé de Cima, foi, recentemente, objeto de obras de recuperação, mas não a trataram dentro dos princípios de Estrada-Parque. O trecho da serra da BR-116, situado entre Guapimirim e Teresópolis, encontra-se em obras de duplicação há algum tempo, rodovia considerada de grande relevância para a economia fluminense. A BR-495 (Estrada das Hortênsias), que liga Teresópolis a Itaipava (Petrópolis), é uma das estradas com pavimentação em concreto mais antigas do país e que há três anos vem sendo objeto de obras de recuperação. Outra obra significativa para a região é aquela que está sendo programada para a BR-040 (trecho Rio-Juiz de Fora). O projeto prevê a duplicação do atual leito de descida do trecho Rio-Petrópolis, na Serra das Araras, e a construção de um túnel rodoviário com cinco quilômetros de extensão. O atual leito de subida será transformado em Estrada-Parque. O prazo de execução é de três anos.



Figura 26 – Obras de recuperação da RJ-142 e paisagem da APA de Macaé de Cima.

Os grandes eventos esportivos programados para os próximos cinco anos resultarão em um aumento considerável na movimentação de turistas domésticos e estrangeiros. Assim, a preparação, a operação e os resultados obtidos nas melhorias dos sistemas de transporte, no curto, médio e longo prazos, serão tão mais positivos quanto forem as ações de planejamento dedicadas à sua consecução. De outro lado, a estabilidade política e o crescente desenvolvimento econômico e social no Brasil refletem-se numa grande oportunidade para o turismo, na medida em que possibilita às diferentes camadas sociais realizar mais viagens e usufruir dos serviços turísticos, incrementando o desenvolvimento do setor.

Para sediar a os grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 – além das instalações de competição, o Rio de Janeiro tem como maior desafio a melhoria da infraestrutura de mobilidade urbana e regional (rede, terminais e transportes de massa) e das condições de acessibilidade universal na área urbana e em seus equipamentos, sejam públicos ou privados.

Somam-se aos investimentos citados anteriormente, em termos de infraestrutura logística de apoio à realização desses eventos, a construção do trem-bala (conectando o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas); e investimentos em corredores de ônibus, na expansão e modernização do metrô, na melhoria da

acessibilidade aos estádios e na ampliação e modernização dos portos e aeroportos. Afora a implantação do trem-bala e do Arco Metropolitano, todos os demais recursos são direcionados para a capital do estado. Também serão beneficiados o aeroporto internacional Tom Jobim e o porto do Rio de Janeiro, infraestrutura logística de porte regional. Há ainda os projetos para a revitalização da área portuária do Rio: o Porto Maravilha e o Museu do Amanhã, em início de construção.

Dentre o rol de ações complementares também são previstas obras de urbanização de algumas das maiores favelas cariocas, já iniciadas, bem como projetos ambientais, tais como: a proteção do sistema lagunar de Jacarepaguá e da Lagoa Rodrigo de Freitas; a melhoria e recuperação dos parques naturais; monitoramento da qualidade do ar, da água e das praias; a balneabilidade de praias e lagoas; e o controle de enchentes no entorno do Maracanã.

O quadro de investimentos para dotar a cidade de condições de sediar os grandes eventos esportivos é bastante expressivo. Se ocorrerem como programados, os êxitos não serão apenas esportivos, mas deixarão legados em infraestrutura e socioculturais expressivos para o Rio de Janeiro, diferentemente do que ocorreu nos Jogos Panamericanos de 2007, cujo legado se limitou aos equipamentos esportivos, alguns deles superdimensionados para o uso corrente.

Conforme já sugerido, esse conjunto de investimentos (alguns já bastante avançados) tende a induzir um processo de requalificação territorial do qual resultarão certamente novas dinâmicas regionais que poderão influenciar a positivamente economia do turismo.

A permanência das tendências associadas a esses fatores exógenos ao “território” do PRODETUR-RJ nos obrigaria a especular sobre cenários que envolvem muitas incertezas. A permanência desse dinamismo no plano do Estado do Rio de Janeiro (e mesmo da economia brasileira) depende em larga medida de fatores associados à conjuntura política, ambiental e econômica no nível mundial.

Além dos grandes investimentos estruturantes que serão aplicados no Estado do Rio de Janeiro, outras oportunidades poderão se fazer presentes e deverão ser consideradas e aproveitadas na obtenção de impactos positivos e sustentáveis para o desenvolvimento do turismo.

Por outro lado, ameaças também podem surgir no horizonte, decorrentes, ou não, dos mesmos processos de investimentos, ou de fatores externos, que poderão produzir impactos negativos ou retrocessos nos processos de desenvolvimento. Podem ser citados, entre outros se encontram totalmente fora de controle de todas as esferas envolvidas no Programa, as mudanças climáticas decorrentes dos procedimentos de produção e consumo das sociedades humanas, que produzem desastres naturais a alteram de forma radical as condições sociais, econômicas e paisagísticas dos destinos turísticos, comprometendo sua atratividade e reduzindo a quantidade de visitantes.

Expectativas para o Saneamento Ambiental

Do ponto de vista dos atrativos turísticos, as principais demandas associadas ao saneamento ambiental referem-se de forma mais imediata à qualidade dos recursos hídricos (balneabilidade de rios e praias) e aos padrões de limpeza urbana. Estes estão associados de forma indireta à incidência de doenças de veiculação hídrica, epidemias e segurança contra riscos de deslizamentos e enchentes. Tais aspectos, por sua vez, são resultantes da qualidade da infraestrutura e dos serviços de

saneamento básico, incluindo o abastecimento de água, a coleta e tratamento dos esgotos sanitários, ao manejo e disposição final dos resíduos sólidos e ao manejo das águas pluviais urbanas, que são exatamente os componentes do saneamento básico.

Como é sabido, trata-se do campo nos quais as chamadas “dívidas sociais e ambientais” são mais relevantes e os índices encontrados em todo o País, com poucas exceções, são extremamente baixos, com graves consequências na qualidade de vida urbana e na saúde da população. Nessa perspectiva, os riscos para o desenvolvimento das atividades turísticas e seu incremento estão conectados de maneira indissociável aos padrões de saneamento básico passíveis de serem alcançados em horizontes de curto e médio prazo.

Mais além do marco jurídico federal recentemente aprovado sobre o tema e de algumas leis específicas sancionadas no Estado do Rio de Janeiro que moldam o processo indutor de políticas e ações para o setor público e privado nesse campo, vem sendo desenvolvido um conjunto de programas de investimento federais e estaduais para suprir os déficits verificados no campo do saneamento básico. Não se trata somente de responder às demandas específicas associadas a grandes eventos previstos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ou outros grandes investimentos de âmbito regional, como o COMPERJ ou o Arco Metropolitano, mas sim de uma política e uma estratégia do Governo do Estado do Rio de Janeiro com metas expressivas de investimentos e melhoria da gestão neste campo. Isto faz antever, no contexto do saneamento ambiental, uma perspectiva inteiramente favorável para que se alcance no ano de 2020 um quadro sem problemas de saneamento ambiental, que venham a influir positivamente no desenvolvimento do turismo.

Os principais programas e projetos que fazem parte da estratégia do governo no campo do saneamento básico compreendem:

- O Pacto pelo Saneamento, que envolve as Secretarias de Estado do Ambiente (SEA), de Agricultura, Pesca e de Abastecimento (SEAPPA) e de Obras; a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O Pacto é dividido em dois Subprogramas:
 - Subprograma Rio+Limpo, que tem como meta duplicar os índices de esgotos coletados e tratados, passando dos 30% atuais para 60% em quatro anos, e atingir 80% de esgotos tratados em dez anos. Os recursos são do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FECAM), da ordem de R\$ 100 a 120 milhões por ano, do Fundo Nacional de Recursos Hídricos (FUNDRHI), advindo da cobrança pelo uso da água (cerca de 30 milhões por ano), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da FUNASA, com previsão de recursos do PAC II. Também são direcionados recursos para o desenvolvimento institucional, com a contratação e elaboração de planos municipais de saneamento básico (PMSB), com foco especial em abastecimento de água e esgotamento sanitário, especialmente na região dos Lagos, nas bacias do Rio Paraíba do Sul e da Baía da Guanabara (em parceria com os conselhos de recursos hídricos) e para projetos de sistemas de esgotamento sanitário. Incluem-se:
 - Convênio CEIVAPARASEA/AEMERJ: 53 municípios fluminenses na bacia do Rio Paraíba do Sul, em andamento;

- . Entorno da Baía de Guanabara: 15 municípios já aprovados pelo Comitê (parte do PSAM);
- . Comitê Guandu: sete municípios – já aprovados pelo Comitê;
- . Comitê Macaé e Rio das Ostras: três municípios – já aprovados pelo Comitê;
- . Comitê Lagos São João: oito municípios – já aprovados pelo Comitê.
- . Este subprograma também prevê ações voltadas para a regulação estadual e a sustentabilidade operacional.
- Subprograma Lixão Zero: tem como meta a erradicação dos lixões com sua remediação e construção de aterros sanitários regionais em até cinco anos. São previstos recursos de 25 a 30 milhões/ano, com projetos em fase de elaboração, de licitação, de construção e alguns já em funcionamento. Está sendo elaborado o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), com recursos do Ministério do Meio Ambiente, que define as bases para a regionalização e a formação de consórcios públicos intermunicipais para implantação dos aterros sanitários.
- . O Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios da Bacia da Baía da Guanabara (PSAM) tem como objetivo principal promover a reversão da degradação ambiental da Baía da Guanabara e do Sistema Lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, através de: implantação de sistemas complementares de esgotamento sanitário; fortalecimento institucional das entidades envolvidas; promoção da sustentabilidade das políticas públicas de saneamento dos municípios beneficiados; aproveitamento pleno e complementação das instalações de saneamento instaladas pelos PDBG e PSBJ; melhoria da qualidade de vida e da saúde pública da população do entorno da bacia; geração de emprego; efeito positivo para o setor de turismo, devido à melhoria ambiental das praias, das lagoas de Barra da Tijuca e da Baía de Guanabara. Neste programa inclui-se também, na componente de desenvolvimento institucional, 15 Planos de Saneamento Básico Municipais com foco em abastecimento de água e esgotamento sanitário, a serem realizados com recursos do projeto e do Conselho de Recursos Hídricos.
- . O Plano de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande (BIG) foi elaborado pelo INEA em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e tem como propósito orientar as práticas setoriais de gestão do território e seus recursos naturais com o objetivo de harmonizar as sobreposições e os conflitos e desta forma garantir a qualidade ambiental necessária à manutenção da integridade ecológica e da biodiversidade da região, aspectos fundamentais para garantir a qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região. A partir de 2011 o Plano deverá realizar um conjunto articulado de ações e estratégias de gestão que contará com os recursos do GEF e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, totalizando US\$9,8 milhões e com duração de cinco anos. O resultado deste processo estruturará um programa estratégico de longo prazo, com duração prevista de 25 anos.

Expectativas de Proteção do Meio Ambiente

As perspectivas em termos das políticas ambientais brasileiras de interesse para o PRODETUR são de progressão das tendências observadas nos últimos anos, que se caracterizam pelo avanço continuado da Política Nacional do Meio Ambiente. A legislação ambiental tende a ser cada vez mais aprimorada, tanto pela regulamentação mais adiantada e completa no campo do controle ambiental das atividades econômicas como nas iniciativas de aprimoramento da conservação dos recursos naturais.

A isto se acrescenta o avanço mundial no trato das questões ambientais ditas globais, como a proteção da biodiversidade e da camada de ozônio, as medidas de prevenção e adaptação às mudanças climáticas e a racionalização do uso de recursos ambientais, como a água, que se reflete cada vez mais nas políticas de proteção do meio ambiente. Por outro lado, prossegue a procura pela eficiência do controle ambiental das atividades econômicas, motivada pelas normas internacionais de desempenho das atividades produtivas, como as pertinentes à ISO 14000, pelo incentivo à produção ambientalmente sustentável e pelas barreiras alfandegárias a produtos agrícolas e industriais em desacordo, com as exigências do mercado mundial.

No âmbito internacional, esta tendência deve-se manter na próxima década, não só pela contínua evolução da consciência ambiental e das consequentes demandas do mercado internacional por produtos certificados, mas pelas políticas de sustentabilidade praticadas pelas agências internacionais de desenvolvimento, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), as agências bilaterais de cooperação econômica e os bancos e programas de cooperação do sistema das Nações Unidas. Entre estes últimos, destaque-se a Organização Mundial para o Turismo (UNWTO), que desenvolve trabalhos e oferece aos países membros cooperação específica para a integração, nos próximos anos, de critérios de qualidade e sustentabilidade às políticas e planos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais.

No Brasil, as expectativas são análogas. Os requisitos de compensação ambiental do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e seus regulamentos, ao aportarem recursos financeiros proporcionais aos investimentos em empreendimentos de grande porte, favorecerão cada vez mais a implementação das políticas

conservacionistas, principalmente a formulação de planos de manejo e a gestão ambiental mais organizada nas diversas categorias de áreas protegidas. No que interessa ao presente estudo, destacam-se as políticas públicas de conservação e uso sustentável das Unidades de Conservação que servem de suporte a atividades turísticas, ora em desenvolvimento no âmbito do Governo Federal em parceria com os estados, que dizem respeito a: (i) a identificação de mosaicos de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável; (ii) o conceito e a implantação de gestão participativa e compartilhada dos recursos e a capacitação de técnicos, gestores e tomadores de decisão. Além disto, tende a crescer, cada vez mais, o registro de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), muitas delas com finalidade de visitação e proteção de atrativos turísticos.

Quanto às questões de controle das atividades poluidoras ou que, de alguma forma, utilizam recursos ambientais, seguem as tendências de emprego de instrumentos avançados de política e gestão, como a auditoria ambiental. As negociações em torno da terceira fase do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) confirmam recursos significativos para a instrumentalização do licenciamento ambiental em todas as suas fases, enfocando a racionalização dos procedimentos, a normalização técnica e a capacitação das entidades de meio ambiente. As atividades programadas para a próxima fase do PNMA alcançam tanto as entidades federais (IBAMA, ICMBio) como as estaduais.

Resta mencionar a extensão do emprego da Avaliação Ambiental Estratégica em vários setores do Governo Federal, como consequência da proposta de regulamentação formulada pelo Ministério do Meio Ambiente, que se espera seja em breve editada pelo Governo Federal. Embora aplicável, especificamente, à formulação de políticas e ao planejamento na esfera federal, as repercussões da edição dos regulamentos da AAE, bem como a publicação de guia metodológico de apoio à sua aplicação nos próximos anos, devem ter como resultado, em todo o País, a melhor qualidade das políticas, dos planos e dos programas dos setores responsáveis pela infraestrutura de energia, transporte, saneamento e, conseqüentemente, de desenvolvimento sustentável do turismo.

Na esfera do Governo do Estado do Rio de Janeiro, observa-se a tendência de fortalecimento da estrutura institucional, e da capacitação técnica para as ações de

controle ambiental por parte da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

A exemplo disso, considera-se que a própria criação do INEA, por meio da integração dos três órgãos estaduais – SERLA, FEEMA e IEF, representa um grande avanço do Governo do Estado na formação, otimização e articulação de uma gestão integrada e capaz, que concilie as responsabilidades de licenciamento, fiscalização, monitoramento, planejamento para conservação efetiva dos recursos naturais. E que, a partir disso, articule esse órgão estadual com as demais entidades civis, públicas e privadas, em diferentes esferas governamentais, com capitação de recursos e técnica e elaboração de políticas públicas participativas.

Como programa de governo representativo desta integração, bem como, da síntese das principais demandas da política ambiental do Estado, têm-se o ICMS–Ecológico, consolidado nos últimos anos no estado, como um instrumento da política pública, desenvolvido a fim de uma justa distribuição de recursos aos municípios, correspondente a um percentual fixado sobre o total da arrecadação fiscal, proporcionalmente aos investimentos locais em gestão ambiental.

Ainda sobre os aspectos de fortalecimento da estrutura institucional e da capacitação técnica, o INEA reforçou o seu quadro técnico através de concurso público estadual; revitalizou e integrou a sua ação descentralizada junto as diversas regiões do estado; e tem incentivado a formação de órgãos de gestão ambiental colegiados regionais (comitês de bacias e consórcios municipais) e a participação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Programa Descentralização do Licenciamento Ambiental estadual.

A respeito dos temas estratégicos Saneamento Ambiental e Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental, a SEA e o INEA desenvolveram diversos programas nos quais os municípios são diretamente contemplados, tendo em vista as emergências diagnosticadas, ou ainda, por meio de credenciamentos voluntários e mobilizações feitas por região do estado, como: educação ambiental, Agenda 21 e os vinculados ao “Pacto pelo Saneamento”, este último relatado no item anterior. Sob esta mesma ótica, ressaltam-se os instrumentos de planejamento ambiental e ordenamento do território, em desenvolvimento no estado, como: o Zoneamento Econômico–Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE/RJ); o

Gerenciamento Costeiro no Estado do Rio de Janeiro (GERCO/RJ), que responde por programas como o Projeto Orla (Gestão Integrada da Orla Marítima) e o Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande (BIG), os quais tiveram avanços recentes na direção da gestão integrada das áreas protegidas, terrestres e marinhas; e o Inventário Florestal do Rio de Janeiro.

Como instrumento consolidado e efetivo de conservação dos recursos naturais, menciona-se a Câmara de Compensação Ambiental e o Fundo da Mata Atlântica – mecanismos financeiros que buscam a eficiência na aplicação de recursos para a criação, a regularização e a estruturação das Unidades de Conservação (UCs) sob tutela do governo estadual.

Neste sentido, considerem-se as ações de organização e estruturação dos órgãos públicos de gestão ambiental e os programas de governo e os investimentos que o estado foi capaz de formular e executar. Tem-se como perspectiva para a continuidade de desenvolvimento da Política Ambiental do estado, a elaboração de planos para cada uma das temáticas que aperfeiçoem e capitaneiem mais investimentos, estabelecendo metas a cumprir, dimensionando o desenvolvimento das regiões e a conservação de recursos naturais necessários a qualidade de vida humana tais como: Plano Estadual de Conservação da Biodiversidade; Plano de Restauração de Ecossistemas Naturais; Plano de Monitoramento Ambiental; Plano de Recursos Hídricos Interestadual; Plano Estadual de Fortalecimento Municipal; e o Plano de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande.

Nos itens a seguir são apresentados os Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, para cada um dos temas estratégicos, construídos com base na evolução dos processos identificados nos Polos Litoral e Serra, e levando em conta as questões chave acima descritas, além das propostas contidas no PRODETUR-RJ.

Na construção dos Cenários, foram avaliados os impactos socioeconômicos e aqueles relacionados à apropriação do território em função das dinâmicas decorrentes dos investimentos programados. Trata-se de avaliações complexas que traduzem a interdependência dos sistemas e subsistemas que congregam elementos sociais, econômicos, territoriais, culturais, humanos e ecológicos.

CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DE REFERENCIA PARA O POLO LITORAL

A construção dos Cenários de Referência fundamentou-se nos resultados das análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, compreendendo, a partir da situação atual de cada tema, o estudo da evolução dos indicadores e dos processos mais importantes observados no Polo Litoral e no Polo Serra, mantendo-se as atuais tendências até o horizonte temporal de 2020.

Além de fundamentar-se nas análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, a construção dos cenários levou em conta aspectos relevantes relacionados a: limites ao crescimento da mancha urbana; proteção de paisagens cênicas e da biodiversidade localizadas “na rota” dos vetores de expansão; estabelecimento de transições graduais de uso da terra; potenciação de economias verdes; proteção e divulgação de culturas tradicionais; distribuição equânime de oportunidades e recursos, mitigação de problemas relativos ao saneamento ambiental e ao abastecimento público; e fortalecimento institucional da gestão do turismo, pela presença e participação do Estado.

Na interpretação dos processos de construção dos Cenários, foram avaliados os impactos socioeconômicos e aqueles relacionados à apropriação do território em função das dinâmicas tendenciais e decorrentes dos investimentos programados. É uma avaliação complexa que traduz a interdependência dos sistemas e subsistemas que congregam elementos sociais, econômicos, territoriais, culturais, humanos e ecológicos.

Desta forma, os Cenários de Referência auxiliam na compreensão do que seria o futuro dos Polos afetados pelo Programa, caso prossigam as tendências atuais de desenvolvimento e sejam implementados os planos e programas governamentais previstos para as áreas de estudo, sem considerar as intervenções previstas no PRODETUR-RJ.

A apresentação do **Cenário de Referência para o Polo Litoral** está estruturada segundo os Temas Estratégicos, que orientaram esta Avaliação, e principais processos analisados por cada um deles.

Como referido na síntese da *Linha de Base* e do *Diagnóstico Integrado*, o Polo Litoral compreende três Subpolos que se diferenciam, mas que guardam semelhanças, devido: a importância dos atrativos e da atividade turística; a importância histórica das funções portuárias e industriais; e o destaque que vem merecendo a produção, o transporte e o beneficiamento de óleo e gás natural ao longo da costa fluminense. Vale destacar algumas das peculiaridades de cada região.

- A Costa Verde apresenta uma economia do turismo lastreada por seus patrimônios natural e cultural, características marcantes de todo o litoral sul-fluminense, mas que compete com o setor industrial; os investimentos associados à produção de energia vêm gerando efeitos multiplicadores em sua cadeia produtiva; entre estes estão a reativação da produção naval e a expansão da logística de transportes associada ao setor petrolífero.
- A Região Metropolitana do Rio de Janeiro abriga o grande centro receptor de turistas nacionais e internacionais do Brasil; atravessa uma fase de fortalecimento da atividade econômica, lastreada principalmente por investimentos associados à implantação do Polo Gasquímico na Baixada Fluminense e ao COMPERJ; ocorre ainda retomada da indústria da construção naval e a consolidação do Polo Siderúrgico junto ao Porto de Itaguaí, além da ampliação e modernização de terminais portuários. A realização de grandes eventos esportivos internacionais também cria a expectativa de novos investimentos em infraestrutura e serviços.
- A Costa do Sol tem sua dinâmica ligada aos efeitos produzidos pela intensificação das atividades e infraestruturas turísticas a partir da década de 1970, favorecidas pela construção da Ponte Rio – Niterói, pelas melhorias na malha rodoviária de acesso à região e pela ampliação dos serviços de abastecimento de água. A região também foi beneficiada pelo fato de Macaé passar, a partir dos anos 1990, a sediar a base logística de apoio à produção de óleo e gás natural na Bacia de Campos.

TEMA ESTRATÉGICO – DINÂMICA REGIONAL

Evolução da Estrutura Econômica – As taxas de crescimento da economia do turismo tendem a crescer em consequência de novos investimentos no Estado. Essas taxas tendem a ser suplantadas por aquelas apresentadas por outros setores de atividades relacionadas aos investimentos estruturantes em curso na zona costeira

do território fluminense, nos quais se destacam aqueles relacionados à cadeia produtiva de óleo e gás, energia, indústria naval, atividades portuárias.

Evolução do Uso do Solo – A expansão das malhas urbanas, principalmente nos Subpolos Costa do Sol e Costa Verde, resultará em aumento das pressões já exercidas sobre remanescentes florestais, especialmente sobre áreas ainda não protegidas, mas também sobre algumas Unidades de Conservação existentes.

Crescimento Populacional e Qualidade de Vida – A tendência é de crescimento populacional mais intenso no Subpolo da Costa do Sol, derivado da atração exercida pelas dinâmicas da cadeia produtiva de O&G. No geral, é de se prever uma melhoria nos indicadores de ocorrência de doenças de veiculação hídrica, em consequência dos investimentos em saneamento e infraestrutura urbana.

TEMA ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO URBANO

Consolidação dos Atrativos Turísticos – Rio de Janeiro, Paraty, Angra dos Reis e Búzios deverão se beneficiar de sua posição de Destinos Indutores de Turismo Regional, já conquistada e consagrada, sendo que Arraial do Cabo e Cabo Frio deverão alcançar o mesmo *status*. Tendência de baixo aproveitamento e valorização do potencial paisagístico do litoral e da BR 101, apesar das iniciativas públicas e privadas (poucas e pontuais). Da mesma forma, a insuficiência de centros de informação turística deve permanecer, apesar de alguns esforços dos poderes locais.

Sistemas de mobilidade e sobre a acessibilidade universal

- **Sistemas rodoviários** – A mobilidade terrestre no Polo Litoral continuará sendo predominantemente estruturada pela BR 101 e pela RJ 124. Na Costa Verde, a BR 101 apresenta problemas crônicos de instabilidade e já se encontra obsoleta em diversos trechos, principalmente entre Angra e Paraty, cujo quadro deve se agravar, já que as intervenções realizadas voltam-se apenas para conservação tópica e obras emergenciais. A implantação do Arco Rodoviário Metropolitano trará repercussões positivas na interligação dos Subpolos Costa Verde e Costa do Sol, mas deverá pressionar a BR 101 em Itaguaí, no entorno do Porto de Sepetiba. Circulação entre o litoral e serras fluminenses é crescente, sendo maior a demanda nas RJs 142 e 155. Obras de recuperação em rodovias estaduais executadas pelo DER-RJ, previamente ao PRODETUR-RJ, (trecho da

RJ-155, Rio Claro–Angra dos Reis; estrada parque na RJ-165, Paraty–Cunha; requalificação da RJ-149, Mangaratiba Rio Claro, como estrada-parque; e trecho da RJ-142, entre Lumiar e Casimiro de Abreu, conhecida como estrada Serramar), constituem importante contribuição à mobilidade entre o litoral e a serra, facilitando o acesso aos atrativos turísticos dos Subpolos.

- **Sistemas ferroviários** – No geral, os sistemas ferroviários não são mais utilizados como meio de transporte regular para acesso aos atrativos turísticos no Polo Litoral, face à desativação dos sistemas nas últimas décadas. A implantação do *trem bala*, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas, poderá recuperar este modal de transporte para uso da clientela de turística. A desativação das ferrovias para transporte de passageiros fora do Subpolo Metropolitano não levou à supressão de todas as linhas férreas da região litorânea. Na Costa do Sol, a ferrovia que conecta Angra dos Reis a Lídice, no Município de Rio Claro, será aproveitada para implantar o Trem Ecoturístico da Mata Atlântica. A iniciativa é da Prefeitura local, que prevê a expansão futura do circuito ferroviário turístico até Rio Claro e Barra Mansa, já que esses municípios demonstraram interesse na empreitada. Não há iniciativas semelhantes nos demais Subpolos, à exceção do tradicional trem turístico do Corcovado, no Subpolo Metropolitano, que continua atendendo às demandas apesar de suas limitações.
- **Sistemas hidroviários** – As carências nos sistemas hidroviários são tradicionais e tendem a permanecer (inadequação dos terminais marítimos de Angra dos Reis, Mangaratiba e de Paraty; sistema regional de transporte marítimo deficiente e acesso a Ilha Grande concentrado em Mangaratiba), não havendo perspectivas de resolução imediata, devido a problemas legais, institucionais e operacionais. No Subpolo Metropolitano, as carências nos transportes hidroviários entre o Rio de Janeiro e Niterói estão sendo paulatinamente superadas pela empresa concedida. O porto do Rio de Janeiro e sua ambientação urbana, portal de recepção de turistas nacionais e estrangeiros, destoam da paisagem da cidade e os serviços oferecidos padecem de deficiências crônicas. Pretende-se superar tal quadro com projetos para a revitalização da área portuária, englobados nas intervenções do *Porto Maravilha*.
- **Infraestrutura aeroportuária** – As deficiências na infraestrutura aeroportuária, especialmente nos Subpolos Costa Verde e Costa do Sol, devem permanecer e até se agravar, em decorrência do crescente aumento de movimento nos

aeroportos regionais. Apenas no Subpolo Metropolitano estão previstos investimentos federais, que beneficiarão o aeroporto internacional Tom Jobim.

- **Acessibilidade universal** – Os equipamentos turísticos públicos e privados, assim como a infraestrutura física em geral, não são adaptados para permitir a acessibilidade universal, restringindo a mobilidade de pessoas com deficiências físicas e desfavorecendo a atividade turística. À exceção do Rio de Janeiro, onde ocorrem adaptações mais sistemáticas, a tendência nos demais Subpolos é de que sejam executados apenas ajustes pontuais e esporádicos em áreas urbanas e edificações.

Qualidade do Ambiente Urbano

- **Impactos ambientais** – Os processos de expansão urbana em todos os Subpolos, decorrentes do aumento da atratividade turística ou não, devem continuar a gerar impactos sobre o território, afetando as paisagens urbanas e pressionando os recursos naturais, seja através da vulnerabilidade da fauna e flora (extrativismo e introdução de espécies exóticas), seja pela degradação do meio natural (lançamento de esgotos, lixo no mar e pesca predatória). Algumas deficiências em infraestrutura de saneamento ambiental, que ocasionam poluição e provocam assoreamento dos cursos d'água, poderão ser revertidas pelas ações previstas no *Pacto pelo Saneamento*.
- **Vulnerabilidade urbana** – Deve permanecer o quadro de vulnerabilidade urbana observado em cidades dos Subpolos Costa Verde e Metropolitano, expresso através da fragilidade de encostas, com riscos permanentes e pela ocorrência de deslizamentos sistemáticos, a despeito de intervenções saneadoras que estão sendo programadas.
- **Gestão eficiente de energia** – Apesar dos incentivos oferecidos há mais de uma década, pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, continuam sendo poucas as administrações locais (apenas Rio de Janeiro, Casimiro de Abreu e Rio Claro) que estão desenvolvendo ou desenvolveram ações de eficiência energética em seus municípios, tendência que deve permanecer.

Instrumentos de gestão do Território – No geral, deverão permanecer as deficiências existentes em relação aos instrumentos e estruturas (institucionais e técnicas) das municipalidades locais. É de se prever que as Prefeituras também não intensificarão a aplicação dos instrumentos de controle urbano para coibir

ocupações informais em áreas impróprias e de risco. O mesmo deve ocorrer em relação às dificuldades de articulação das administrações locais com órgãos estaduais e federais. Este quadro não deve se alterar e pode até se agravar pela falta de controle social sobre o aperfeiçoamento e implementação dos instrumentos de gestão do território.

TEMA ESTRATÉGICO – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Consolidação dos Atrativos Turísticos – Na Costa Verde, os espaços culturais de Paraty e Angra dos Reis continuarão sendo valorizados e deverá ser ampliada a diversidade de segmentos turísticos oferecidos. O reconhecimento de Paraty como Patrimônio da Humanidade reforçará atrativos locais da cidade. Na Costa do Sol, a baixa segmentação de oferta turística deve permanecer. O patrimônio imaterial continuará pouco valorizado e mal divulgado como atrativo turístico. O mesmo deve ocorrer com a sinalização dos atrativos turísticos, cujas iniciativas atuais são poucas e de alcance limitado.

Proteção do patrimônio cultural – O patrimônio cultural já protegidos não deverão sofrer alterações, assim como não é se prever a ocorrência de pressões de transformação sobre os centros históricos ou conjuntos de bens culturais. As ações de conservação deverão permanecer tópicas e descontínuas (destaque para a implantação do *Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*, na Costa Verde). As atividades de inventariação e de proteção do patrimônio, tanto material como imaterial, também deverão continuar assistemáticas, sendo realizadas principalmente pelo IPHAN e INEPAC (destaque para os inventários dos *Caminhos Singulares do Ouro, do Sal e do Açúcar*, e do *Centro Histórico* de S. Pedro d'Aldeia). Algumas manifestações tradicionais tendem a perder força, podendo até desaparecer, pela falta de apoio oficial e pela descontinuidade de sua prática. As ações de educação patrimonial também continuarão sendo pontuais e assistemáticas.

Gestão do patrimônio cultural – A tendência é de pouca atuação efetiva dos órgãos locais na proteção e valorização do patrimônio cultural, há cumprimento das responsabilidades municipais, previstas nos Planos Diretores, à exceção de Paraty, onde ocorrem iniciativas e cobranças de ONGs e há forte presença do IPHAN. Em geral, deve permanecer o reduzido controle social sobre a gestão do patrimônio

cultural, além da pouca articulação entre as políticas locais de gestão do turismo e do patrimônio. A presença do IPHAN continuará forte nas regiões, principalmente em Paraty, e o INEPAC deverá instalar escritórios técnicos regionais.

TEMA ESTRATÉGICO – INFRAESTRUTURA E PRODUTOS TURÍSTICOS

Uso responsável de recursos naturais – Apesar da constatação de que existem atualmente poucos empreendimentos com práticas sustentáveis, é de se prever o seu crescimento, em decorrência da disseminação de novas pautas de sustentabilidade nos ambientes urbanos e nas edificações. Também devem ser ampliadas as preocupações com eficiência energética e a gestão da água.

Demanda e maior uso das infraestruturas turísticas – A tendência é de ocorrer aumento no valor de investimentos em infraestrutura turística em função da expansão das atividades econômicas e dos fluxos turísticos, resultantes do crescimento da classe média no país, e em especial no estado, e de seu poder de consumo.

Demandas por qualidade e legalidade – A tendência é de redução dos índices de informalidade (que é pequena nos grandes centros, mas está muito presente nas regiões com alta sazonalidade de fluxos), devido à aplicação das normas legais e reguladoras do setor.

Procura por serviços turísticos com qualidade – Dever ocorrer a ampliação da oferta de programas de capacitação e qualificação por diferentes instituições, para atender a demanda e a dinâmica do mercado.

Intensificação do fluxo turístico – É de se prever melhores resultados nos fluxos turísticos, em decorrência de ações de planejamento de médio e longo prazos para os municípios indutores nacionais e estaduais e em função do alinhamento dessas ações com os planos macrorregionais, estaduais, regionais e municipais do turismo.

TEMA ESTRATÉGICO – RECURSOS NATURAIS

Gestão de Unidades de Conservação – A situação atual, marcada por diversas deficiências, deve evoluir para um quadro positivo, com: o avanço da regularização fundiária, implantação de Unidades de Conservação Estaduais (PEs da Ilha Grande, Cunhambebe e Costa do Sol) e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão das UCs estaduais e federais – planos de manejo, de infraestrutura e de uso público; aumento do número das Unidades de Conservação Municipal, a serem criadas por incentivo do ICMS–Ecológico e do fomento turístico regional; consolidação dos mosaicos (ainda sem efetiva gestão integrada); Plano de Pagamentos por serviços ambientais, em processo de implantação no Subpolo Costa Verde.

Gestão Ambiental – Ações ambientais consolidadas e integradas poderão ser mais efetivas no planejamento e controle ambiental. Deverá ocorrer maior participação da sociedade nos consórcios, comitês e conselhos municipais e estaduais de gestão ambiental. Também é de se prever o crescimento da arrecadação de ICMS–Ecológico e consequente aumento no repasse de recursos para os municípios, o que poderá contribuir para o aperfeiçoamento da gestão ambiental pelas administrações locais.

TEMA ESTRATÉGICO – SANEAMENTO AMBIENTAL

Abastecimento de água – No Subpolo Metropolitano, a tendência é de universalização do atendimento. No Subpolo Costa do Sol, a captação, o tratamento e a distribuição de água estão sendo equacionados, através de investimentos realizados pelo *Consórcio Lagos São João*. Nos Sistemas isolados do Subpolo Costa Verde, atualmente com deficiências nas redes de distribuição e sem controle da qualidade da água, estão previstas melhorias. No geral, o quadro futuro é de ampliação dos sistemas de abastecimento, com índice de cobertura de 100%. Também está prevista a implementação de Planos de Saneamento Municipais, com órgãos locais responsáveis e com aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização da qualidade da água.

Esgotamento sanitário – O quadro projetado pelo *Pacto do Saneamento* prevê: no Subpolo Metropolitano, 100% de esgotos coletados e o tratamento de 80% dos esgotos coletados, além da complementação dos sistemas de saneamento da Baía

de Guanabara e das Lagoas de Jacarepaguá (investimentos do PSAN–SEA/BID); no Subpolo Costa Verde, os Planos Municipais de Saneamento Básico deverão ser concluídos e executados as redes e os sistemas de tratamento de esgotos sanitários em Paraty e Angra dos Reis, com recursos de compensação ambiental da Eletronuclear, do FECAM e de outras fontes; no Subpolo Costa do Sol, também serão elaborados os Planos Municipais de Saneamento Básico, devendo ser implantados o cordão sanitário para saneamento das lagoas de Búzios, da praia do Sapo e da lagoa dos Ossos.

Manejo e disposição final de resíduos sólidos – As intervenções em curso e as ações projetadas permitem antever o seguinte quadro: os consórcios previstos no Plano Estadual deverão estar implementados, assim como os Planos de Gerenciamento Integrados de Resíduos Sólidos (financiamento do FECAM/FEHIDRO). No Subpolo Metropolitano, o novo aterro sanitário do Rio de Janeiro estará implantado e em funcionamento, sendo remediados os aterros de Gramacho e Morro do Céu. Também serão implementados os sistemas de coleta seletiva e logística reversa. No Subpolo Costa do Sol estará consolidado o Programa *Lixão Zero*, com a implantação dos aterros sanitários em São Pedro da Aldeia e Saquarema. Também deverá estar operando o Consórcio criado pelos municípios de Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo e Silva Jardim.

Manejo de águas pluviais urbanas – É de se prever a diminuição na ocorrência de enchentes e deslizamentos nos Subpolos Metropolitano e Costa Verde, em consequência de implantação de sistemas de prevenção e controle.

Qualidade das águas – O quadro futuro, decorrente das intervenções em curso e das ações projetadas, pode ser assim descrito: no Subpolo Metropolitano, a Baía da Guanabara e o sistema lagunar de Jacarepaguá deverão estar despoluídos, a lagoa Rodrigo de Freitas estará em recuperação e as praias totalmente liberadas; no Subpolo Costa Verde, os projetos de esgotamento sanitário em Paraty e Angra bem como dragagem dos rios e baía, obras a realizar com recursos Eletronuclear, devem reverter o cenário atual (rios Perequê–Açú e Mateus Nunes estão poluídos por esgotos e, das 29 praias monitoradas na região, 12 praias não são recomendadas a banhos); no Subpolo Costa do Sol as ações em curso terão reflexo na melhoria das condições de balneabilidade da lagoa de Araruama.

TEMA ESTRATÉGICO – GOVERNANÇA

Gestão governamental estadual do turismo (SETUR/TURISRIO/CET) – A perspectiva é de consolidação da estrutura de gestão do turismo no estado. Os instrumentos de planejamento e gestão deverão ser aperfeiçoados, inclusive com a revisão do Plano Diretor Estadual de Turismo, além da renovação, ampliação e atualização do quadro técnico. É de se prever também o aumento de recursos destinados ao setor em função do progressivo crescimento da atividade na economia global, inclusive os decorrentes dos grandes eventos esportivos previstos.

Gestão Regional do Turismo (instâncias participativas regionais) – O cenário inercial aponta para um insuficiente processo de descentralização e interiorização do Turismo no Estado, fragilizando as instâncias regionais de governança. Mas os Conselhos Regionais de Turismo, que estão formados em todos os Subpolos (a exceção do Metropolitano) deverão se consolidar. Os governos municipais deverão se apresentar um pouco mais capacitados para atender as demandas, devido aos investimentos econômicos regionais e ao ingresso de novas classes sociais no mercado, principalmente nos destinos indutores. Além dos destinos indutores já consagrados, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Niterói devem alcançar este status. As instâncias locais deverão ser mais participativas, principalmente as dos destinos indutores.

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR

Conforme já referido, os Cenários de Desenvolvimento PRODETUR-RJ foram construídos com base nos Cenários de Referência, para o mesmo universo temporal de 2020, considerando a hipótese de que as ações e os projetos do PRODETUR-RJ sejam executados.

Os investimentos do PRODETUR-RJ podem gerar efeitos positivos e negativos nas dinâmicas de desenvolvimento regional, dependendo de como se aproveitam as oportunidades e controlam-se os riscos e as ameaças identificadas nesta AAE. Sem um controle de causa e efeito das intervenções do Programa, dependendo da abordagem, tais oportunidades e riscos poderão impulsionar ou comprometer os processos de desenvolvimento pretendidos.

Assim, os Cenários de Desenvolvimento PRODETUR-RJ permitem avaliar as possíveis consequências da implementação do Programa, levando-se ainda em consideração as diretrizes de desenvolvimento do turismo expressas no PDITS para os Polos Serra e Litoral.

COMPONENTES DO PRODETUR-RJ

Os investimentos e as ações previstas no PRODETUR-RJ foram definidas pelo PDITS-RJ para os Polos Litoral e Serra, em consonância com a estruturação estabelecida pelo Ministério do Turismo.

Componente 1 – Produtos Turísticos: O foco deste componente é o apoio ao desenvolvimento de novos produtos turísticos associados às diversas modalidades de turismo cultural, turismo rural, ecoturismo e aventura, visando incrementar a interiorização da atividade e a aumentar a permanência dos turistas, tanto na serra quanto no litoral e, consequentemente, incrementar as despesas diárias dos visitantes. Entre as intervenções de valorização dos atrativos turísticos se destacam a sua sinalização adequada e a recuperação e preservação de patrimônio natural e histórico-cultural. Para efeito de melhor organizar as ações e os investimentos acima, o componente foi estruturado nos seguintes Subcomponentes:

- Subcomponente 1.1 – Parques Urbanos Turísticos: Implantação de parques urbanos turísticos, além do planejamento, produção e implementação de Roteiros Temáticos de Visitação;
- Subcomponente 1.2 – Centros de Atendimento Turístico: Desenvolvimento e implantação de Rede de Atendimento aos turistas e instalação de Centros Piloto de Atendimento;
- Subcomponente 1.3 – Centros de Memória: Construção de Centros de Memória e Centros Culturais, de Eventos e de Exposições em diversos municípios, além da Implantação de um Museu do Café;
- Subcomponente 1.4 – Urbanização de Centros Históricos: Urbanização de áreas, orlas e de Centros Históricos de atração turística;
- Subcomponente 1.5 – Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação: Fortalecimento da gestão empresarial da economia do turismo; Atualização do Plano Estadual de Turismo;

- Subcomponente 1.6 – Centros Culturais, de Eventos e de Exposições; e
- Subcomponente 1.7 – Sinalização Turística: Sinalização e interpretação dos destinos e atrações turísticas.

Componente 2 – Comercialização: Este componente prevê ações destinadas a reforçar a imagem dos destinos e dos produtos turísticos, além de assegurar a eficácia e eficiência dos canais de comercialização e de promoção selecionados. As ações foram organizadas em um único Subcomponente:

- Subcomponente 2.1 – Plano de Imagem e Marketing. – Elaboração do Plano Estratégico de Marketing para ambos os Polos, incluindo a implementação de Estratégia de Marketing On-line; e Elaboração e implementação de Planos Operativos Anuais.

Componente 3 – Fortalecimento Institucional: Neste componente estão englobadas ações voltadas ao aprimoramento das capacidades locais para planejar e gerenciar o desenvolvimento do turismo e para gerar os mecanismos necessários de coordenação entre o estado e o setor público municipal. Além disso, estão previstas ações destinadas a reforçar a associação de profissionais de turismo e a apoiar a gestão integrada dos destinos turísticos, com vistas a alcançar um desenvolvimento ordenado e consensual. Entre as ações de fortalecimento institucional previstas, destacam-se:

- Subcomponente 3.1 – Fortalecimento: Capacitação do gestor público; Fortalecimento institucional do Turismo Estadual; Fortalecimento institucional da SETUR e TURISRIO; Elaboração de projeto para a regularização da informalidade do setor turístico; e Elaboração de proposta técnica e de um quadro jurídico para introduzir um Novo Modelo de Gestão do turismo em nível estadual, com base nas melhores práticas; Desenvolvimento de sistemas de gestão integrada dos destinos turísticos; e
- Subcomponente 3.2 – Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas: Institucionalização de um Núcleo de Estudos e Pesquisas em turismo, incluindo infraestrutura física, hardware e software de um sistema de informação e apoio à coleta de informações para alimentar o núcleo; Elaboração de estudos de demanda e oferta nos destinos turísticos.

Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos: As intervenções previstas neste componente visam melhorar a acessibilidade aos destinos turísticos, prover os serviços públicos adequados através do saneamento ambiental e da urbanização de áreas turísticas e a realização de investimentos importantes destinados a desenvolver e valorizar os recursos turísticos. Para efeito de melhor organizar as ações e os investimentos acima, o componente foi estruturado nos seguintes Subcomponentes:

- Subcomponente 4.1 – Mobilidade e Acessibilidade: Elaboração de projetos e execução de obras civis para melhorar o acesso e a recepção ao turista, envolvendo melhorias em rodovias, estações de embarque e desembarque, e em centros de atendimento ao turista; e
- Subcomponente 4.2 – Saneamento e Drenagem: Execução de obras de saneamento e drenagem.

Componente 5 – Gestão Ambiental: Este componente contempla ações de apoio ao desenvolvimento sustentável do setor, garantindo a preservação e o uso adequado dos recursos naturais que constituem a base da atividade turística, principalmente

no quadro atual do Estado, onde importantes áreas protegidas estão sob forte pressão populacional. As ações previstas para aperfeiçoamento da gestão ambiental foram agrupadas em dois Subcomponentes:

Subcomponente 5.1 – Unidades de Conservação: Implementação das recomendações priorizadas pela Avaliação de Impacto Ambiental e pelo monitoramento socioambiental das obras selecionadas; Elaboração de Planos para Preservação, Manejo e Uso Público dos recursos naturais e culturais vulneráveis às atrações turísticas; e Realização de Estudos de Capacidade de Carga e de Uso Público; e Implementação de Sistemas de Gestão de fluxos turísticos nos locais selecionados.

Subcomponente 5.2 – Auditoria, Encargos Contratuais, Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingência: prevê ações relacionadas à implementação e monitoramento do Programa.

As ações e intervenções previstas no âmbito do PRODETUR–RJ foram especializadas sob as formas de quadro e figura, sendo apresentadas a seguir.

Quadro 25 – Ações do PRODETUR-RJ para o Polo Litoral

PRODETUR-RJ			
POLO LITORAL			
Item	Subpolo METROPOLITANO	Subpolo COSTA VERDE	Subpolo COSTA DO SOL
COMPONENTE 1. PRODUTOS TURÍSTICOS			
Subcomponente 1.1 - Parques Urbanos Turísticos- Rio de Janeiro e Niterói			
1	Museu da Imagem e do Som - MIS		
2	Torre Panorâmica - Caminho Niemayer (Niterói)		
3	Planejamento e Implantação de Roteiros Temáticos na cidade do Rio de Janeiro		
Subcomponente 1.2 - Redes de Centros de Atendimento Turístico			
4	Desenvolvimento de Rede Atendimento Turismo e Implantação de Centro Piloto no Rio de Janeiro		Desenvolvimento de Rede Atendimento Turismo e Implantação de Centro Piloto em Búzios
5	Elaboração de Conteúdo de Informações do Centro Piloto		Elaboração de Conteúdo de Informações do Centro Piloto
6	Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Centro Piloto		Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Centro Piloto
Subcomponente 1.3 - Centros de Memória do Vale do Café			
7			
8			
9			
Subcomponente 1.4 - Urbanização de áreas, Orlas e de Centros Históricos			
10			
11			
12			
13		Obras de Urbanização de Orla e Centro Histórico de Paraty	Obras de Urbanização de Orla e Centro Histórico de Arraial do Cabo e de Cabo Frio
14		Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	
Subcomponente 1.5 - Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação			
15		Fortalecimento na Gestão Empresarial da Economia do Turismo	
16			
17		Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo	
18		Identificação de novas Oportunidades de Negócios Turísticos na Ilha Grande (Angra dos Reis) para programa de fomento INVESTRIO	
Subcomponente 1.6 - Centros Culturais, Eventos e de Exposições			
19		Centro Cultural, Eventos e Exposições de Paraty	
Subcomponente 1.7 - Sinalização Turística			
20		Sinalização Turística (Projeto e Implantação)	
COMPONENTE 2. COMERCIALIZAÇÃO			
Subcomponente 2.1 - Plano de Imagem e Marketing			
21		Elaboração do Plano Estratégico (período Ano 1 a Ano 4) + (Estratégia de Marketing On line)	
22		Elaboração e Implantação dos Planos Operativos Anuais (2 Planos)	
COMPONENTE 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Subcomponente 3.1 - Fortalecimento			
23		Fortalecimento Atividade Econômica do Turismo- Regularização da Informalidade na Ilha Grande (Angra dos Reis)	Fortalecimento Atividade Econômica do Turismo- Regularização da Informalidade em Búzios
24		Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual - Capacitação do Gestor Público	
25		Fortalecimento Institucional da SETUR e da TURIÁRIO	
26	Sistema de Gestão Integrada de Destinos - Desenho e Implantação de Projeto Piloto Rio de Janeiro		
27		Identificação de Melhores Práticas e proposição de Marcos Legais de Turismo no âmbito Estadual e um novo modelo de gestão	
28		Fortalecimento das Instâncias Participativas de Gestão Estadual, Regional e Municipal	
Subcomponente 3.2 - Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas			
29		Infraestrutura física, hardware, software e sistema de informação	
30		Pesquisas no Polo Litoral p/ Monitoramento e Avaliação do PRODETUR-RJ (Ano 1 e Ano 4)	
31		Estudos de demanda (atual e potencial) dos Mercados Emissores (nacional e internacional) p/ Destinos Turísticos do Polo Litoral	
32		Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos do Polo Litoral	
33		Pesquisa de Ambiente Empresarial no Polo Litoral (REVPAR da Rede Hoteleira)	
COMPONENTE 4 . INFRAESTRUTURA			
Subcomponente 4.1 - Mobilidade e Acessibilidade			
34			
35			
36		Estação/Pier e Centro Atendimento Turista em Mangaratiba	Estação/Pier e Centro Atendimento Turista em Búzios
Subcomponente 4.2 - Saneamento e Drenagem			
37		Saneamento Centro Histórico e Urbanização da Orla e Cais dos Saveiros em Paraty	
38		Saneamento, Drenagem e Urbanização da Vila do Abraão - Ilha Grande (Angra dos Reis)	
COMPONENTE 5 . GESTÃO AMBIENTAL			
Subcomponente 5.1 - Unidades de Conservação			
39		Auditoria Ambiental de Obras selecionadas	
40		Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica incluindo potencial RPPN	
41		Estudo de Capacidade de Carga e Uso Público da Ilha Grande e Implantação do Sistema de Gestão dos fluxos turísticos e monitoramento (Angra dos Reis)	
42			
43		Estudos e Implantação no Parque Estadual da Ilha Grande	
44			
Subcomponente 5.2 - Auditoria, Encargos Contratuais , Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingência			
45		Auditoria Externa	
46		Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa	
47		Supervisão de Obras	
48		Operacionalização da UCP	
49		Avaliações Intermediária e Final do Programa	
50		Publicações de Aquisições	

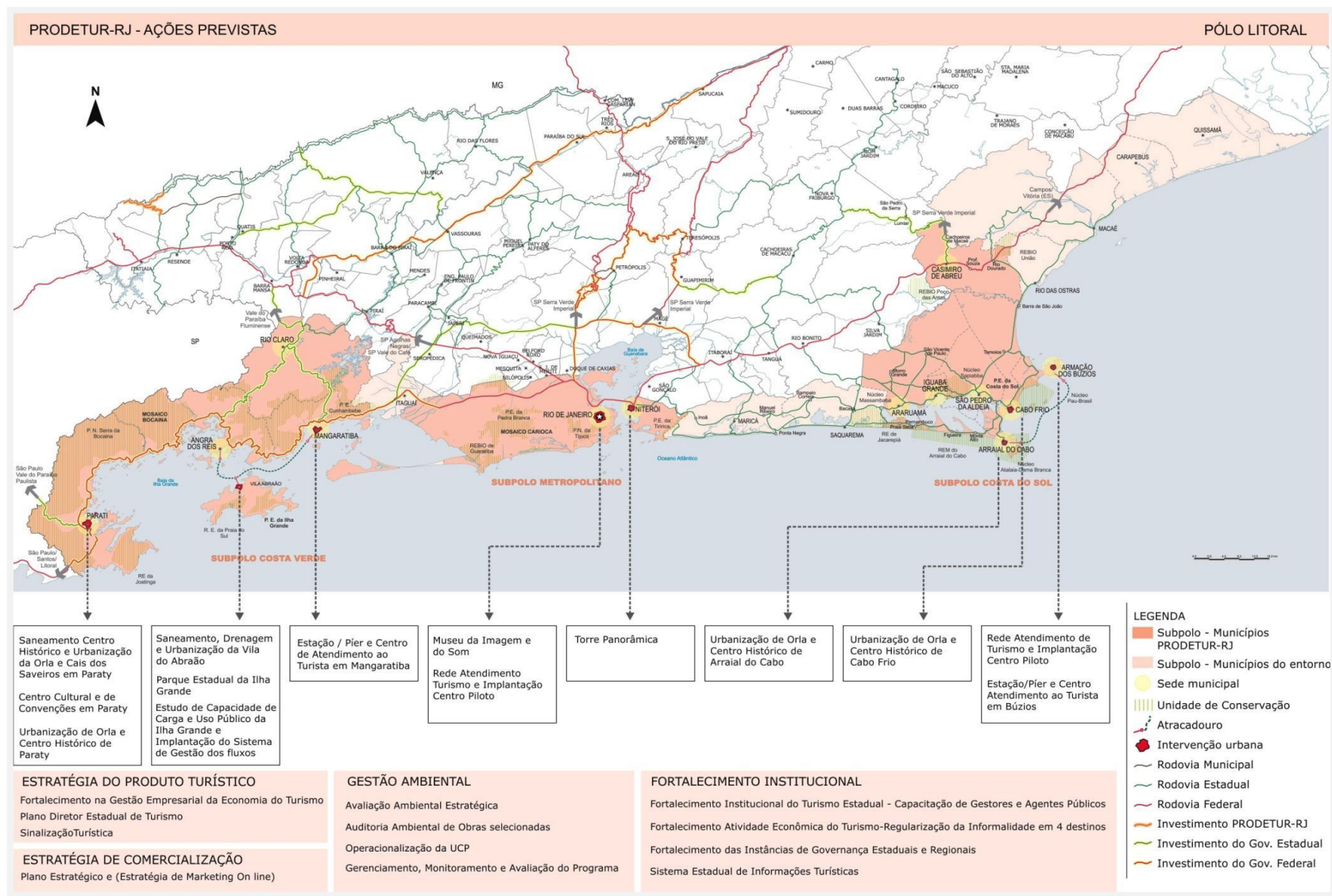


Figura 27 – Mapa das Ações previstas do PRODETUR-RJ para o Polo

A apresentação dos **Cenários de Desenvolvimento PRODETRUR-RJ para o Polo Litoral** está estruturada segundo os Temas Estratégicos abordados e os principais processos analisados.

Deve ser destacado que os principais elementos estruturadores das propostas estão relacionados à melhoria da infraestrutura dos destinos turísticos e à requalificação dos ambientes urbanos. Dentre essas intervenções encontram-se aquelas destinadas a recuperar as condições de acesso às localidades turísticas.

Em consequência, as intervenções programadas poderão desencadear muitos e diversificados efeitos na ocupação territorial dos espaços rurais e urbanos, tanto nos corredores de passagem como nas localidades de destino.

1. TEMA ESTRATÉGICO – DINÂMICA REGIONAL

Evolução da Estrutura Econômica – As ações previstas no PRODETUR-RJ deverão contribuir para um melhor aproveitamento das oportunidades vinculadas aos atrativos turísticos localizados no Polo Litoral. Espera-se uma variação positiva nos postos de trabalho vinculados ao setor turismo

Evolução do Uso do Solo – As repercussões das ações do Programa sobre os indicadores desse processo no Polo Litoral podem ser consideradas pouco relevantes, à exceção de uma melhoria na gestão das Unidades de Conservação.

Crescimento Populacional e Qualidade de Vida – Não se projeta modificação significativa desses indicadores em decorrência das ações a cargo do PRODETUR-RJ. É de se prever melhorias na qualidade de vida das comunidades dos núcleos onde serão executadas obras de saneamento e drenagem previstas no Programa.

2. TEMA ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO URBANO

Consolidação dos Atrativos Turísticos – Os *Planos de Imagem e de Marketing* previstos no PRODETUR-RJ deverão contribuir para consolidar os destinos turísticos regionais. Da mesma forma, os *Planos de Comercialização* deverão divulgar roteiros integrados de visitação aos atrativos. As intervenções urbanas em Paraty, Ilha Grande (Angra dos Reis), Cabo Frio e Búzios favorecerão os principais atrativos e poderão melhorar a estrutura do turismo. Idem, em relação à implantação de *Rede e Centros de Atendimento ao Turista* no Rio de Janeiro e em Búzios. Não estão previstas medidas ou intervenções de valorização de novos atrativos turísticos localizados no litoral.

Sistemas de mobilidade e acessibilidade universal

- **Sistemas rodoviários** – As obras de recuperação em rodovias estaduais que conectam o litoral às serras fluminenses (trecho da RJ-155, Rio Claro–Angra dos Reis; estrada parque na RJ-165, Paraty–Cunha; requalificação da RJ-149, Mangaratiba Rio Claro, como estrada-parque; e trecho da RJ-142, entre Lumiar e Casimiro de Abreu, conhecida como estrada Serramar), executadas previamente ao PRODETUR-RJ, representam importante contribuição à melhoria da acessibilidade aos atrativos turísticos do Polo. A implantação do Arco Rodoviário Metropolitano trará repercussões positivas na interligação do Subpolos Costa Verde e Costa do Sol, mas deverá pressionar a BR 101 em Itaguaí, no entorno do Porto de Sepetiba. Não há no PRODETUR-RJ previsão de intervenções para mitigar esses efeitos, nem tão pouco para requalificar a rodovia e valorizar seus aspectos paisagísticos, no trecho Itaguaí–Paraty.
- **Sistemas ferroviários** – Afora a intenção das administrações locais e estadual de restaurar o trecho ferroviário entre Angra dos Reis e Lídice para implantar o trem

da Mata Atlântica, não há previsão de investimentos do Programa para desenvolver a conexão ferroviária entre os Subpolos.

- **Sistemas hidroviários** – As intervenções nas orlas urbanas de Paraty e Vila do Abraão e no terminal de Mangaratiba favorecerão a circulação nos atracadouros, mas as deficiências nos sistema de transporte marítimo devem permanecer. A requalificação das Orlas de Arraial do Cabo e de Cabo Frio, previstas no PRODETUR-RJ, será positiva para os ambientes litorâneos das cidades, mas não estão acompanhadas de melhorias nos sistemas de transportes hidroviários relacionados ao turismo.
- **Infraestrutura aeroportuária** – Não são previstos recursos para melhoria da infraestrutura aeroportuária no PRODETUR-RJ.
- **Acessibilidade Universal** – Também não há previsão de recursos para adaptação de ambientes urbanos e/ou equipamentos turísticos às condições de acessibilidade universal.



Figura 28 – Terminais hidroviários de Mangaratiba e Abraão, Ilha Grande.

Fonte: IBAM, 2010

Qualidade do Ambiente Urbano

- **Impactos ambientais** – As intervenções de urbanização e de revitalização urbana, programadas para os municípios do Polo Litoral, poderão contribuir para a mitigação de impactos diretos ou indiretos sobre o território, desde que direcionados para tal. A edição dos *Manuais de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas*, prevista no PRODETUR-RJ, também poderá contribuir para orientar ações e medidas práticas voltadas para a redução de impactos ambientais.
- **Vulnerabilidade urbana** – Os projetos intencionados no Programa também poderão contribuir para minimizar situações de vulnerabilidade urbana e, quando necessário e possível, contribuir p/ a elaboração de planos de contingência. Idem, em relação à edição dos *Manuais de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas*.
- **Gestão eficiente de energia** – O PRODETUR-RJ não prevê projetos relacionados a ações de eficiência energética nos municípios do Polo Litoral.

Instrumentos de gestão do território – No PRODETUR-RJ não são previstas ações de fortalecimento institucional relacionados ao controle urbano. Os projetos intencionados no Programa não evidenciam a obrigação de compromissos de aperfeiçoamento dos instrumentos e das estruturas institucional, assim como do corpo técnico, por parte das administrações locais.

3. TEMA ESTRATÉGICO – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Consolidação dos Atrativos Turísticos – O Centro Cultural projetado para Paraty reforçará a infraestrutura para eventos culturais no Subpolo Costa Verde. A urbanização dos centros históricos de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Paraty requalificam os ambientes e favorecem as atividades turísticas. O escopo das intervenções de sinalização turística é amplo, contemplando rodovias, destinos turísticos e atrativos culturais.

Proteção do patrimônio cultural – A urbanização da orlas e dos Centros Históricos de Paraty, Arraial do Cabo e Cabo Frio deverá valorizar esses ambientes urbanos, com repercussões positivas para os atrativos turísticos locais. A aplicação das orientações dos *Manuais de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas* também poderá contribuir a valorização dos ambientes culturais. Não há previsão de recursos para atividades de inventário e/ou divulgação dos patrimônios material e imaterial, assim como não há explicitação de outras atividades de apoio ao saber fazer tradicional e às manifestações das comunidades locais.

Gestão do patrimônio cultural – No PRODETUR-RJ não estão previstas ações de fortalecimento institucional relacionados ao patrimônio cultural. Os projetos intencionados no Programa também não evidenciam a obrigação de contrapartidas e/ou compromissos institucionais ou técnicos por parte das administrações locais.



Figura 29 – Centros históricos de Paraty e Cabo Frio.

Fonte: IBAM, 2010

4. TEMA ESTRATÉGICO – INFRAESTRUTURA E PRODUTOS TURÍSTICOS

Uso responsável de recursos naturais – Não estão previstos investimentos para práticas de ações de sustentabilidade no PRODETUR-RJ.

Demanda e maior uso das infraestruturas turísticas – É de se prever que as ações do Programa voltadas para a valorização e comercialização dos produtos turísticos, entre outras, venham induzir novos investimentos públicos e privados nos municípios abrangidos e em eventuais municípios do entorno.

Demandas por qualidade e legalidade – A previsão para o período 2010–2020 é de se atingir uma informalidade quase nula em Búzios e na Ilha Grande, fruto das ações

e dos investimentos previstos no PRODETUR-RJ. Nos demais núcleos do Polo deverão ocorrer outras ações de formalização da atividade, em função da expansão da economia do turismo e das ações governamentais.

Procura por serviços turísticos com qualidade e segurança – Em decorrência dos investimentos realizados no âmbito do fortalecimento institucional (projetos de Fortalecimento da Atividade Econômica e estudos de Demanda e Oferta dos Mercados e Destinos e pesquisas de Ambiente Empresarial) deverá ser atingida uma melhoria na qualidade do produto turístico, favorecendo a inserção competitiva dos destinos abrangidos no mercado.

Intensificação do fluxo turístico – É de se prever o aumento no fluxo turístico em todos os Subpolos, fruto das ações de planejamento e das medidas decorrentes de estudos de oferta, demanda e estratégias setoriais.

5. TEMA ESTRATÉGICO – RECURSOS NATURAIS

Gestão de Unidades de Conservação – As ações previstas no PRODETUR-RJ para implementação e gestão de UCs no Polo Litoral estão concentradas no Parque Estadual da Ilha Grande e representam importante contribuição para a melhoria da infraestrutura, do acesso e dos instrumentos de gestão. Há previsão de incentivos à criação e implantação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs que poderão reforçar as ações em curso, custeadas com recursos da Câmara de Compensações Ambientais, sob a gerência do INEA/SEA e do FUNBIO. Apesar de suas repercussões positivas no quadro da conservação ambiental, esses investimentos são considerados de pequena monta, diante do universo abrangido pelo Programa e da importância das UCs como atrativos turísticos.

Gestão Ambiental – Os estudos previstos para Capacidade de Carga e Uso Público e as ações implantação do Sistema de Gestão dos Fluxos Turísticos para o Parque Estadual da Ilha Grande são contribuições muito importantes para o controle da capacidade de suporte e consequente consolidação da UC.



Figura 30 – Parque Estadual da Ilha Grande, trilha circuito do Abraão e Caminho para Dois Rios.

Fonte: IBAM, 2010

6. TEMA ESTRATÉGICO – SANEAMENTO AMBIENTAL

Abastecimento de água – Não há investimentos do PRODETUR-RJ destinados a sistemas de abastecimento de água. O aumento dos fluxos turísticos, decorrente da

expansão das atividades no período, poderá comprometer as melhorias de oferta programadas para alguns núcleos.

Esgotamento sanitário – Pelos investimentos previstos no Programa, apenas a Vila do Abraão, na Ilha Grande, e o Centro Histórico de Paraty serão saneados e drenados. Nos núcleos turísticos dos demais Subpolos estão previstas intervenções que integram outros programas, como relatado no Cenário de Referência, que poderão repercutir favoravelmente nas condições de saneamento.

Manejo e disposição final de resíduos sólidos – Não há previsão de investimentos em resíduos sólidos no PRODETUR-RJ. O aumento do turismo poderá exigir sistemas de coleta de resíduos dimensionados diferenciadamente para alta estação/momentos de pico do atendimento normal à população.

Manejo de águas pluviais urbanas – No geral, não há investimentos do programados para drenagem urbana. Como referido acima, apenas a Vila do Abraão, na Ilha Grande, e o Centro Histórico de Paraty serão saneados e drenados com recursos do Programa.

Qualidade das águas – Também em relação à melhoria da qualidade das águas, não há investimentos diretos previstos. As intervenções de saneamento e drenagem na Vila do Abraão o Centro Histórico de Paraty poderão ter como consequência a despoluição dos corpos d'água que contribuem para as respectivas enseadas. Nos núcleos turísticos dos demais Subpolos as previsões são positivas como referido no Cenário de Referência. Deve ser destacado que o aumento da demanda turística em todos os Subpolos ampliará o risco para a qualidade das águas, especialmente nos momentos de pico.

7. TEMA ESTRATÉGICO – GOVERNANÇA

Gestão governamental Estadual do Turismo (SETUR/TURISRIO/CET) – O cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ no período 2010–2020 é positivo: o Plano Diretor Estadual de Turismo estará atualizado e em implementação; as estruturas de gestão e as instâncias participativas estaduais serão aperfeiçoadas, com a execução de ações de Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual direcionadas à SETUR e à TurisRio e com a implantação de novo marco legal e novo modelo de gestão. Apesar das ações previstas na rubrica Capacitação do Gestor Público, os resultados poderão ser pouco expressivos, caso não se promova concursos públicos. É de se prever a implementação de uma nova cultura de Gestão do Turismo, a partir da criação e funcionamento da Unidade Coordenadora do Programa-UGP. Como previsto no Subcomponente Núcleo de Estudos e Pesquisas, deverá ser implantado o Sistema de Informações de turismo, que servirá de importante instrumento de apoio à gestão das atividades. Deverão ser formulados e implementados novos projetos, no âmbito do PRODETUR-RJ II, contemplando propostas do PDITS que não tenham sido incluídas no presente PRODETUR-RJ.

Gestão Regional do Turismo (instâncias participativas regionais) – No período, serão executados os Planos Estratégicos Regionais de Desenvolvimento do Turismo e Planos de Marketing. Está previsto o fortalecimento das instâncias participativas de gestão, no âmbito regional e nos Municípios, influenciando nas políticas públicas estaduais e municipais do setor. Deverá ser reduzida a excessiva centralidade do Subpolo Metropolitano, com o estabelecimento de complementaridade entre esse e os demais destinos turísticos. Estão previstos investimentos realizados com recursos federais e estaduais. As ações e as medidas executadas pelo PRODETUR-RJ

no Polo Litoral poderão contribuir para a elaboração a implantação de roteiros regionais integrados.

AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS CENÁRIOS

A partir da configuração dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, face aos temas estratégicos e respectivos processos analisados, foram trabalhados os principais aspectos que permitissem uma avaliação comparativa entre eles. De um modo geral, avalia-se que parte dos problemas ambientais e sociais identificados como relevantes durante as análises preparatórias do escopo do PRODETUR-RJ já tem encaminhamento programado nas agendas governamentais. Naquela ocasião, foram ressaltados como problemas mais relevantes: as deficiências dos sistemas de saneamento básico; o uso e ocupação desordenados do solo; a falta de educação ambiental; a gestão ambiental quase inexistente a nível municipal, incluindo a gestão de Unidades de Conservação e a degradação de áreas de interesse ambiental, cultural e turístico. Esses e outros aspectos são tratados a seguir como resultados da avaliação comparativa dos dois cenários configurados, com vistas a subsidiar a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

O sistema de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem) em todos os Subpolos turísticos deverá estar implantado e em funcionamento, em decorrência dos programas governamentais que serão executados pela Secretaria de Estado do Ambiente, em parceria com consórcios e comitês de bacias. A eficiência e eficácia dos investimentos dependerão de ações complementares dos municípios envolvidos, pelo poder público e pela sociedade, de forma que as cadeias de cada sistema funcionem de acordo com o previsto. No Polo Litoral, o PRODETUR-RJ complementarará essas ações em Paraty e na Vila do Abraão, na Ilha Grande.

As análises realizadas assinalam a participação das UC no planejamento estratégico das regiões, por meio da composição de mosaicos de uso do território e da gestão integrada, de modo a garantir a manutenção e o acesso aos recursos naturais – atributos fundamentais da economia turística, e a participação no desenvolvimento das denominadas *economias verdes*, entre elas a restauração de ecossistemas e o turismo ecológico.

A gestão das áreas protegidas, a cargo da união (ICMBio) e do estado (INEA), aponta para um cenário de consolidação dessas UCs, seja pelo aprimoramento dos instrumentos de gestão, seja pelos investimentos aplicados na regularização fundiária e em benfeitorias e serviços voltados para uso público. Ainda assim, a maior parte das UCs carece de estudos de capacidade de carga. A gestão das UCs municipais requer maior investimento em medidas de requalificação e conservação das áreas protegidas. Em geral, essa situação reflete a reduzida capacidade de gestão dos órgãos municipais ambientais, em termos de pessoal envolvido, capacitação técnica e recursos orçamentários.

O PRODETUR-RJ, em sua proposta de investimentos em UCs, sintetiza a necessidade de um planejamento integrado entre a economia turística e a política de conservação dos recursos naturais. Sua abrangência é singela, mas motivada pela necessidade de potencializar os atrativos naturais como produto turístico, de modo a compatibilizar os interesses de preservação da biodiversidade, o uso público e o ordenamento territorial. Entre as ações previstas para o Polo Litoral, há aquelas que contribuem com forte ênfase para a requalificação ambiental-urbana da vila do Abraão, porta de entrada do PE da Ilha Grande, e para a definição da capacidade de

carga e controle de fluxo turístico para essa ilha. Para o Polo Serra também são previstos investimentos pontuais no PE dos Três Picos e no Parque Fluvial do Piabanha.

São auspiciosos os cenários de recuperação e preservação ambiental no universo dos municípios abrangidos pelo PRODETUR-RJ, em consequência da ação descentralizada e articulada do INEA junto aos órgãos afins e da atuação proativa dos municípios face aos benefícios advindos do ICMS Ecológico e da participação da sociedade civil.

A gestão do patrimônio cultural também aponta para cenários mais promissores que o quadro atual, tendo em vista a atuação governamental proativa do IPHAN e do INEPAC, além da contribuição de ONGs e instituições privadas. A tendência é de valorização do patrimônio cultural existente, tanto os bens materiais quanto os intangíveis, como atrativos turísticos. No entanto, a falta de recursos para desenvolvimento de projetos voltados para a recuperação de sítios históricos e para resgate do patrimônio imaterial poderá comprometer os resultados almejados. De um modo geral, a atuação das administrações locais na gestão do patrimônio cultural é insipiente, à exceção de alguns municípios (entre eles Rio de Janeiro, Niterói e Paraty, no Polo Litoral; e Nova Friburgo e Petrópolis, no Polo Serra). Os recursos previstos no PRODETUR-RJ são direcionados para a recuperação dos centros históricos, como os de Paraty, Arraial do Cabo e Cabo Frio, no Polo Litoral e os de Valença, Petrópolis e Nova Friburgo, além da construção de Centros de Memória, do Museu do Café e de Centros de Artesanato, no Polo Serra. Estas são intervenções voltadas para o reconhecimento e valorização da diversidade do patrimônio cultural fluminense. A edição dos Manuais de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas, também poderá contribuir para a promoção do nosso patrimônio cultural, orientando ações e medidas práticas voltadas para a educação patrimonial e a requalificação dos espaços urbanos.

Com relação à qualidade ambiental-urbana dos destinos turísticos, os processos de expansão urbana em todos os Subpolos decorrentes do aumento da atratividade turística ou não, devem continuar a gerar impactos negativos sobre o território, afetando as paisagens urbanas e pressionando os recursos naturais. O quadro de vulnerabilidade urbana observado nas cidades dos Subpolos Metropolitano, Costa Verde, Serra Verde Imperial deve permanecer haja vista o grande passivo ambiental decorrente da ocupação indiscriminada das áreas frágeis de baixadas e de encostas, ao longo das últimas décadas, e das alterações climáticas recentes. As intervenções urbanas programadas pelo PRODETUR-RJ deverão requalificar núcleos e vilas reconhecidos como destinos turísticos de valor cultural e ambiental, como é o caso daquelas situadas na região de Visconde de Mauá, de Lumiar e São Pedro da Serra (Nova Friburgo) e de Conservatória (Valença), todas situadas no Polo Serra.

A requalificação da rede de estradas estaduais e federais favorecerá a mobilidade em todos os destinos, principalmente a partir da capital do estado, ensejando a revisão das condições e dos meios de transportes. O PRODETUR-RJ complementará, no Polo Serra, a rede rodoviária na região das Agulhas Negras, implantando a 1ª estrada-parque do estado em Visconde de Mauá, Maringá e Maromba, e viabilizará a realização de um Plano Estratégico para a região que, entre outros aspectos, definirá a capacidade de carga e as alternativas de controle de fluxo turístico. No Polo Litoral, as melhorias na infraestrutura de mobilidade terrestre serão complementadas por investimentos em equipamentos hidroviários (*piers* e atracadouros) que deverão favorecer o turismo náutico na baía da Ilha Grande e na

Costa do Sol. Além disso, são previstos investimentos em equipamentos turístico-ferroviários na Costa Verde e no Vale do Café. A mobilidade aérea entre os destinos regionais deverá permanecer nas condições atuais, já que estão previstas apenas benfeitorias em infraestrutura aeroviária no aeroporto internacional do Rio de Janeiro.

As precárias condições de atendimento ao turista deverão ser substituídas por melhores serviços, em função da implantação de rede e centros de atendimento em alguns dos destinos e dos resultados dos programas de capacitação previstos no PRODETUR-RJ. Deverá ser reduzida a excessiva centralidade do Subpolo Metropolitano, com o estabelecimento de complementaridade entre a metrópole e os demais destinos turísticos através, entre outras medidas, da implantação e gestão de roteiros turísticos integrados.

A gestão governamental do turismo estadual deverá ser aperfeiçoada a partir dos resultados das ações de fortalecimento institucional a serem implementadas pelo PRODETUR-RJ, que incluem a implantação de novo marco legal e novo modelo de gestão e a atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo. As gestões locais e regionais do turismo também deverão se fortalecer, assumindo a capacidade de influir nas políticas públicas estaduais e municipais do setor. É de se prever maior interlocução do setor turismo com segmentos afins, seja no âmbito governamental seja fora dele, com vistas à construção de uma agenda comum ou complementar, em função dos resultados da capacitação dos gestores públicos, dos empreendedores e das instancias participativas atuantes na economia do turismo.

CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade é resultado da avaliação comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ apurada no item anterior e, fundamentalmente, da avaliação dos Impactos Estratégicos do PRODETUR-RJ à luz da Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade definidos durante a AAE. Da avaliação dos impactos resultaram as Recomendações Estratégicas e as Propostas de Ação.

Assim, o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade foi construído com base na hipótese de que seja adotado o conjunto de recomendações resultantes da comparação dos cenários anteriores e dos impactos estratégicos assim identificados. As recomendações visam potencializar as oportunidades e controlar os riscos ambientais da implementação do PRODETUR-RJ, com vistas a aproximar os resultados do Programa aos objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento turístico. As figuras abaixo ilustram o processo final adotado para a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Figura 31 – Análise dos Impactos do PRODETUR-RJ e Recomendações Estratégicas para o Cenário de Desenvolvimento Sustentável

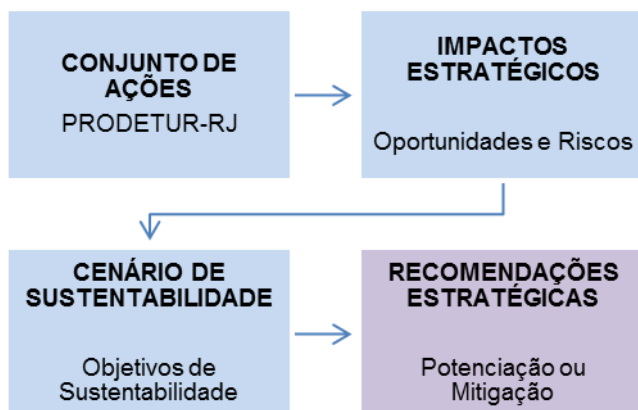
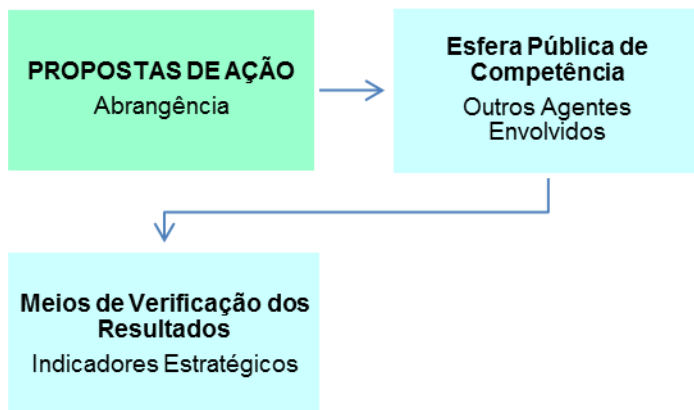


Figura 32 – Recomendações Estratégicas e Propostas de Ação



Figura 33 – Componentes do Programa de Acompanhamento e Monitoramento



ANÁLISE DOS IMPACTOS ESTRATÉGICOS DO PRODETUR-RJ E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Ao se identificar as ações indutoras dos impactos estratégicos no conjunto das ações previstas pelo Programa, constata-se que prevalecem investimentos de caráter essencialmente local, setorial e de curto prazo. É entendimento da presente AAE que esses investimentos e ações não terão força para induzir impactos estratégicos que alcancem todo o território do estado, ou grandes porções do seu território, como o seu litoral ou o seu interior. Porém, isto não impede que se tracem diretrizes, recomendações e propostas de ação destinadas a compor o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade a serem implementadas pelo programa em benefício do turismo sustentável em todos os polos e Subpolos.

Da comparação das projeções dos temas estratégicos no Cenário de Referência com as do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, além da definição de diretrizes para o futuro planejamento e o desenvolvimento do turismo sustentável, podem ser identificados os principais impactos estratégicos positivos (Oportunidades) e negativos (Riscos ambientais) da implantação do objeto da AAE, tomando como referência as ações estruturantes e os respectivos investimentos e, como critério de avaliação, o atendimento aos objetivos de sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, é possível relacionar as ações que podem facilitar o melhor aproveitamento, ou potenciação, das oportunidades e aquelas voltadas para a prevenção e mitigação de cada risco ambiental identificado, de acordo com o que segue apresentado no quadro 3. Das 13 Recomendações estratégicas, apenas uma delas refere-se à mitigação de potencial risco ambiental. As demais têm o caráter de potencializar as ações programadas pelo PRODETUR-RJ.

O quadro abaixo reúne um conjunto de Recomendações Estratégicas que não constam do quadro 14, uma vez que as essas recomendações não puderam ser associadas a qualquer ação de potenciação ou mitigação dos projetos propostos. No entanto, há ações propostas relacionadas a essas estratégicas que seguem indicadas nos quadros apresentados a seguir.

Quadro 26 – Recomendações Estratégicas suplementares

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS SUPLEMENTARES	DIMENSÕES / OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE
Articulação da economia do turismo com os outros setores econômicos “âncora”	Econômica Promover sinergias entre a economia do turismo e os setores econômicos “âncora” presentes nos Polos ou em Subpolos que mantenham (ou possam desenvolver) relações funcionais entre si
Harmonização dos vetores de uso e ocupação dos territórios turísticos	Sociocultural Fortalecer o diálogo e vinculação entre as políticas estaduais de desenvolvimento regional, ordenamento territorial e turismo Fortalecer a capacidade de respostas das Prefeituras frente aos agentes de pressão sobre os ambientes naturais, culturais e sobre os atrativos turísticos
Melhorias em infraestrutura hidroviária, ferroviária e aeroportuária	Sociocultural Aprimorar a mobilidade entre os destinos turísticos através da melhoria dos sistemas hidroviário, ferroviário e de transportes aéreos
Acessibilidade universal	Sociocultural Garantir a acessibilidade universal a todos os usuários dos atrativos turísticos e dos sistemas de transportes
Gestão eficiente da energia	Sociocultural Promover a gestão eficiente da energia nos municípios e nas edificações relacionadas às atividades turísticas
Ações de monitoramento e fiscalização ambiental	Ambiental Promover ações de monitoramento e fiscalização ambiental nos territórios turísticos objetos do PRODETUR-RJ

Quadro 27 – Análise dos Impactos do PRODETUR-RJ e Recomendações Estratégicas

Polo Litoral	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
Componente 1. Produtos Turísticos							
1.1 – Parques Urbanos Turísticos							
Metropolitano	Implantação de Museu da Imagem e do Som (Rio de Janeiro); e Torre Panorâmica – Caminho Niemayer (Niterói); Planejamento e Implantação de Roteiros Temáticos na cidade do Rio de Janeiro	Fortalecimento do perfil do turismo cultural nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói		Sociocultural Promover o patrimônio material e imaterial do núcleo metropolitano	Infraestrutura, equipamentos e roteiros temáticos implantados dinamizam a atividade cultural		
1.2 – Redes de Centros de Atendimento Turístico							
Metropolitano e Costa do Sol	Desenvolvimento de Rede de Atendimento e Implantação de Centro Piloto no Rio de Janeiro e Búzios	Implantação de sistemas de informações sobre produtos e serviços turísticos no Rio de Janeiro e em Búzios		Político-institucional e Econômica Promover os destinos e produtos turísticos e favorecer a economia do turismo	Rede e Centros de Atendimento implantados dinamizam a economia e podem auxiliar no monitoramento das atividades do setor	Ampliar a Rede e os Centros de Atendimento aos demais destinos do Polo	
1.3 – Centros de Memória do Vale do Café							
–							
1.4 – Urbanização de áreas, Orlas e de Centros Históricos							
Costa Verde e Costa do Sol	Obras de Urbanização de Orla e Centro Histórico de Paraty,	Valorização dos centros históricos		Ambiental e Sociocultural	Centros históricos recuperados e	Estender os projetos de	

	Arraial do Cabo e Cabo Frio	beneficiados – repercussão positiva em outros conjuntos de bens culturais e centros urbanos	Melhorar a qualidade ambiental-urbana dos destinos turísticos com a recuperação dos bens culturais e áreas de em torno	conservados valorizam a identidade cultural e dão vitalidade à atividade turística	revitalização a outros centros históricos e conjuntos urbanos não contemplados
Todos	Elaboração de Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	Orientação às ações de conservação e valorização do patrimônio cultural urbano e Apoio a atividades de educação patrimonial	Sociocultural Difundir valores e atividades socioculturais tradicionais da região contribui a conservação de vilas e centros históricos	Formação cultural e técnica como fundamentos da preservação e conservação do patrimônio cultural	Promover a educação patrimonial nos Centros Históricos e em locais de atrativos culturais

Polo Litoral	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
1.5 – Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação							
Todos	Fortalecimento na Gestão Empresarial da Economia do Turismo	Capacitação de empresários e empreendedores envolvidos nos serviços turísticos		Econômica Aprimorar a qualidade dos serviços prestados em função da demanda potencial de serviços turísticos	Empresariado e empreendedores capacitados, organizados e comprometidos com o fortalecimento da economia sustentável do destino turístico		
1.5 – Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação							
Todos	Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo	Aprimoramento dos instrumentos de planejamento e gestão do turismo estadual		Político– institucional Desenvolver a atividade turística de forma planejada e integrada com outros setores estratégicos para a sua economia	Plano Diretor Estadual de Turismo atualizado estabelece diretrizes e metas a serem alcançadas para o desenvolvimento do turismo estadual	Promover a integração (e a complementariedade) da política de desenvolvimento do turismo com as políticas de valorização e proteção dos ativos ambientais e culturais	
Costa Verde	Identificação de novas Oportunidades de Negócios	Levantamento de novos nichos de		Econômica e Socioambiental	Negócios consolidados fortalecem a economia		

	Turísticos na Ilha Grande (Angra dos Reis) para o INVESTIDOR	negócios (produtos e serviços) passíveis de fomento	Aumentar e diversificar a oferta de produtos e serviços, promovendo a inserção competitiva do destino turístico	e criam oportunidades de emprego, trabalho e inclusão produtiva
1.6 – Centros Culturais, Eventos e de Exposições				
Costa Verde	Implantação de Centro Cultural, Eventos e Exposições em Paraty	Implantação de equipamento adequado para atender à demanda de diversificação da atividade turística	Econômica e Sociocultural Promover a inserção competitiva do destino selecionado com vistas à redução dos impactos da sazonalidade	Centros Culturais, de Eventos e de Exposições implantados contribuem para a diversificação da atividade, geração de trabalho e renda para as populações locais e melhoria da qualidade de vida no destino turístico

Polo Litoral	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
1.7 – Sinalização Turística							
Todos	Implantação de Sinalização Turística	Divulgação e interpretação dos roteiros e dos atrativos culturais e naturais nas rodovias e nos destinos turísticos		Político– institucional e Sociocultural Divulgar os destinos e atrativos promove a interiorização e a integração dos fluxos turísticos	Sinalização turística implantada, atualizada e bem conservada promove os destinos e atrativos turísticos		
Componente 2. Comercialização							
2.1 – Plano de Imagem e Marketing							
Todos	Elaboração do Plano Estratégico (c/ Estratégia de Marketing <i>On line</i>) Elaboração e Implantação dos Planos Operativos Anuais	Fortalecimento da gestão estadual do turismo		Político– institucional Elaborar e implantar instrumentos de planejamento e gestão para efetivação do Programa	Instrumentos de planejamento e gestão do turismo implantado como ferramentas indispensáveis para avaliação da efetividade do programa		
Componente 3. Fortalecimento Institucional							
3.1 – Fortalecimento							

Costa Verde e Costa do Sol	Fortalecimento da Atividade Econômica do Turismo– Regularização da Informalidade na Ilha Grande (Angra dos Reis) e Búzios	Realização de projetos– piloto voltados para regularização da atividade econômica nos destinos selecionados	Econômica Reduzir o nível de informalidade do setor	Empresas prestadoras de serviços turísticos regularizadas contribuem para o desenvolvimento local	Estender as experiências de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos contemplados pelo PRODETUR

Polo Litoral	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
3.1 – Fortalecimento							
Todos	Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual – Capacitação do Gestor Público	Capacitação técnica dos gestores e agentes públicos e Aperfeiçoamento das instituições responsáveis com vistas a uma atuação conjunta e integradas na gestão do turismo no Estado		Político– institucional Fortalecer técnica e financeiramente as instituições e instâncias responsáveis pela gestão do turismo estadual	Sistema Nacional de Turismo implantado no estado com instituições capacitadas técnica e financeiramente e com canais de participação fortalecidos	Fortalecer a gestão integrada como estratégia para a interiorização do Turismo	
	Identificação de Melhores Práticas e proposição de Marcos Legais de Turismo no âmbito Estadual e um novo modelo de gestão						
	Fortalecimento das Instâncias Participativas de Gestão Estadual, Regional e Municipal (TurisRio, CET, FEST, CRTur, CMTur)						
Metropolitano	Sistema de Gestão Integrada de Destinos – Desenho e	Implantação de Sistema de Gestão Integrada de		Politico– institucional	Interiorização e integração dos destinos		

Implantação de Projeto Piloto Rio de Janeiro	Destinos no Rio de Janeiro e Niterói	Montar sistema eficiente de gestão integrada de destinos no núcleo metropolitano, irradiando a experiência para os demais subpolos	a partir da cidade do Rio de Janeiro

3.2 – Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas

Todos	Infraestrutura física, hardware, software e sistema de informação	Implantação de Sistema de Informações municia o processo decisório de gestão do turismo	Politico- institucional Montar Sistema de Informações que permita o acompanhamento dos planos e programas do setor	Sistema de Informações implantado, atualizado periodicamente e compartilhado com as instituições envolvidas na gestão do turismo e do território abrangido pelo programa

Polo Litoral	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
3.2 – Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas							
Todos	Pesquisas p/ Monitoramento e Avaliação do PRODETUR-RJ	Avaliação do Programa nos 1º e 4º anos					
	Estudos de demanda (atual e potencial) dos Mercados Emissores (nacional e internacional) p/ Destinos Turísticos Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos	Identificação das condições atuais e potenciais da demanda e da oferta e sistematização dos dados obtidos		Econômica e Político-institucional		Resultados dos estudos sobre oferta e demanda realizados com regularidade ajudam a monitorar os resultados da politica estadual para o setor	
	Pesquisa de Ambiente Empresarial (REVPAR da Rede Hoteleira)	Realização do REVPAR da Rede Hoteleira nos destinos objeto do programa		Econômica e Político-institucional			
Componente 4. Infraestrutura							
4.1 – Mobilidade e Acessibilidade							
Costa Verde e Costa do Sol	Construção da Estação/Pier e Centro Atendimento Turista em	Modernização da infraestrutura		Sociocultural e Ambiental	Melhorias no sistema de mobilidade.	Estender a intervenção	

Mangaratiba e em Búzios	hidroviária para melhoria do atendimento ao turista e controle de acesso (associado à capacidade de suporte, no caso da Ilha Grande)	Requalificar os acessos e a mobilidade para o aproveitamento turístico e monitoramento do fluxo	atendimento ao turista e controle de acesso asseguram a proteção dos recursos ambientais de acordo com a capacidade de suporte	construção da Estação/Pier e Centro Atendimento Turista na Costa Verde e na Costa do Sol

4.2 – Saneamento e Drenagem

Costa Verde	Saneamento do Centro Histórico e Urbanização da Orla e Cais dos Saveiros em Paraty; Saneamento, Drenagem e Urbanização da Vila do Abraão – Ilha Grande (Angra dos Reis)	Urbanização de áreas urbanas requalifica os espaços urbanos e inclui obras de saneamento	Ambiental e Sociocultural Desenvolver a atividade turística assegurando a recuperação proteção dos recursos ambientais e dos atrativos naturais	Requalificação ambiental-urbana dos destinos turísticos cria um círculo virtuoso na atratividade do território turístico	Promover a articulação entre o PRODETUR-RJ e os programas de saneamento do Estado na implementação das intervenções previstas
Gestão precária ou ineficiente dos sistemas implantados poderá comprometer os benefícios ambientais almejados			Fortalecer a capacidade de resposta das administrações locais/regionais na gestão dos sistemas de saneamento		

Polo Litoral	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
Componente 5. Gestão Ambiental							
5.1 – Unidades de Conservação							
Todos	Auditoria Ambiental de Obras selecionadas Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	–					
Costa Verde	Estudo de Capacidade de Carga e Uso Público da Ilha Grande e Implantação do Sistema de Gestão dos fluxos turísticos e monitoramento (Angra dos Reis)	Utilização de novos instrumentos de gestão da atividade turística, promovendo a integração dos destinos e a preservação da qualidade ambiental dos territórios		Ambiental Desenvolver atividades turísticas garantindo a proteção e conservação dos recursos ambientais e dos atrativos naturais face aos efeitos negativos do uso intensivo	Resultados do estudo de capacidade de carga informam o sistema de gestão de fluxo turístico para controle e monitoramento do mesmo	Estender os estudos de capacidade de carga, previsto para a Ilha Grande, a destinos e atrativos turísticos para prevenção de riscos potenciais	
Costa Verde	Estudos e Implantação do PE da Ilha Grande	Complementação das ações governamentais para a implantação da UC		Ambiental Assegurar a proteção dos recursos ambientais e dos atrativos naturais	Resultados das intervenções previstas nas UCs contribuem para implantação das mesmas	Incentivar a criação de UCs em áreas ambientalmente críticas (recursos naturais a	

proteger ou a
recuperar)

5.2 – Auditoria, Encargos, Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingencia

Todos	Auditoria Externa – Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa Supervisão de Obras Operacionalização da UCP Avaliações Intermediária e Final do Programa Publicações de Aquisições	Sociocultural e Ambiental Assegurar o cumprimento das condicionantes ambientais do programa	Instrumentos de planejamento e gestão implantados como ferramentas indispensáveis para avaliação / efetivação do programa	Elaborar estudo para estabelecer a base dos indicadores estratégicos indicados pela AAE para monitoramento das recomendações Promover ações de monitoramento e fiscalização ambiental nos territórios turísticos objeto do PRODETUR-RJ

CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E MONITORAMENTO

As Recomendações Estratégicas consubstanciam as Conclusões apontadas por esta AAE e contemplam Propostas de Ação voltadas, entre outras, para: imposição de limites ao crescimento da mancha urbana, proteção de paisagens cênicas e da biodiversidade localizadas “na rota” dos vetores e áreas de expansão, estabelecimento de transições graduais de uso da terra, potenciação de economias verdes, proteção e divulgação culturas tradicionais, distribuição equânime de oportunidades e recursos, fortalecimento pela presença e participação do estado e a mitigação de problemas relativos aos serviços públicos.

De antemão, vislumbra-se que o alcance do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade pressupõe deslançar um processo desafiador para as administrações, notadamente para a Unidade Coordenadora do Programa (UCP) e para os órgãos estaduais diretamente envolvidos, bem como para empreendedores e lideranças regionais e locais. Entre os principais desafios cita-se a adoção das ferramentas de planejamento e monitoramento eficientes, a implantação de serviços e infraestrutura adequados por parte do Poder Público e da cadeia produtiva do turismo e o controle do crescimento dos fluxos para os destinos turísticos objeto do PRODETUR-RJ, com vistas a alcançar a sustentabilidade desejada. Tal condição é pressuposto fundamental para que se consiga atrair novos investimentos, seja governamental ou não, em prol dos objetivos fins do Programa.

O mercado atual do turismo oferece importantes oportunidades que, se bem aproveitadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada, poderão acrescentar maior diversidade nas possibilidades de desenvolvimento do setor.

A implementação das Recomendações da AAE é de responsabilidade do gestor público estadual, UCP e demais órgãos envolvidos diretamente na execução do PRODETUR-RJ. Em apoio à ação da UCP, a implementação deverá ser compartilhada com os órgãos municipais envolvidos na execução do Programa e com empreendedores e demais segmentos da sociedade civil.

Grande parte das Recomendações diz respeito ao aperfeiçoamento da gestão do turismo nos ambientes interno e externo:

- Interno, fortalecendo os gestores governamentais e as instancias de governança que compõem o Sistema Nacional de Gestão do Turismo, atraindo a participação dos atores relevantes em cada Subpolo que integram o Programa, de acordo com o modelo de gestão descentralizada, concebido pelo Plano Nacional de Turismo (ver figura 1);

Figura 34 – Sistema Nacional de



- Externo, promovendo sinergias e uma agenda comum com os órgãos governamentais e instituições não governamentais relacionados ao desenvolvimento econômico, infraestrutura e gestão ambiental e cultural, nas esferas da união, do estado e dos municípios integrantes do Programa.

Das 28 Propostas de Ação, foram selecionadas apenas cinco, que deverão ser executadas com os recursos previstos no PRODETUR-RJ, Componente Gestão Ambiental, relacionados aos Subcomponentes e Itens indicados no Cronograma abaixo. Essa recomendação não discrimina o montante a ser repartido entre os Polos.

Nesse Cronograma também é proposta uma pequena alteração, antecipando o início da implementação das Recomendações da AAE para o Ano I e, naturalmente, um remanejamento dos recursos previstos para o item 40, sem, no entanto, aumentar o montante previsto.

Quadro 28 – Recomendações para a Gestão Ambiental do PRODETUR-RJ

CRONOGRAMA		ANOS (US\$ x 1.000)				TOTAL
		I	II	III	IV	
COMPONENTE 5 . GESTÃO AMBIENTAL		7.712,00	13.702,00	4.048,00	2.238,00	27.700,00
Subcomponente 5.1 – Unidades de Conservação		3.500,00	7.300,00	1.650,00	150,00	12.600,00
39	Auditoria Ambiental de Obras selecionadas		300,00	150,00	150,00	600,00
40	Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	500,00	1.000,00	500,00		2.000,00
	Estudo de Capacidade de Carga e Educação Ambiental para Destinos Turísticos e UCs integrados aos roteiros de visitação	*	*	*		
	Estudos para criação de UCs nos Subpolos Serra Verde, Vale do Café, Agulhas Negras e Costa Verde		*	*		
	Cartilha para difusão das aplicações voltadas para a eficiência energética em áreas urbanas e edificações			*		
41	Estudo de Capacidade de Carga e Uso Público da Ilha Grande e Implantação do Sistema de Gestão dos fluxos turísticos e monitoramento (Angra dos Reis)	500,00				500,00
42	Estudos e Implantação no Parque Fluvial Itaipava		2.500,00			2.500,00

43	Estudos e Implantação no Parque Estadual da Ilha Grande	2.500,00	2.500,00			5.000,00
44	Estudos e Implantação no Parque dos Três Picos		1.000,00	1.000,00		2.000,00
Subcomponente 5.2 – Auditoria, Encargos Contratuais, Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingência		4.212,00	6.402,00	2.398,00	2.088,00	15.100,00
45	Auditoria Externa	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
46	Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa	3.577,00	3.577,00	1.533,00	1.533,00	10.220,00
	Estudo-base dos indicadores estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE	*				
	Mapeamentos sistemáticos das coberturas do solo e ações de fiscalização ambiental	*	*	*	*	
47	Supervisão de Obras	250,00	2.250,00	500,00		3.000,00
48	Operacionalização da UCP	225,00	225,00	225,00	225,00	900,00
49	Avaliações Intermediária e Final do Programa		200,00		200,00	400,00
50	Publicações de Aquisições	40,00	30,00	20,00	10,00	100,00

* itens para orçamento

As demais Propostas, igualmente relevantes para a sustentabilidade do Programa, deverão ser incluídas nas agendas das respectivas esferas públicas de competência, devendo ser iniciadas ainda no primeiro ano de implantação do PRODETUR-RJ com vistas a alcançar os efeitos esperados para potencializar os resultados positivos.

Recomenda-se, ainda, que os planos de marketing dos Polos, ou demais ações de incentivo à visitação turística em destinos específicos, somente sejam implementadas após a conclusão dos estudos de capacidade de carga e após a elaboração de planos de uso público, no caso de áreas protegidas abertas à visitação pública.

O quadro 2, apresentado a seguir, reúne as Propostas de Ação para o Polo Litoral e os Efeitos Esperados, segundo as Recomendações Estratégicas. Cada Recomendação Estratégica /Proposta de Ação está relacionada ao Componente / Subcomponente do PRODETUR-RJ.

Quadro 29 – Recomendações Estratégicas, Propostas de Ação e Efeitos Esperados – Polo Litoral

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
1	1.2	Todos ¹⁵	Ampliar a Rede e os Centros de Atendimento aos turistas	Elaborar estudo para estender a instalação da rede de Centros de Atendimento aos demais destinos turísticos objeto do PRODETUR-RJ	Centros de Atendimento favorecem o fluxo continuado de visitantes e contribuem para reduzir as sazonalidades
2	1.3	–			
3	1.4	Todos ¹	Estender os projetos de revitalização a outros centros históricos e conjuntos urbanos não contemplados	Elaborar projetos de revitalização de centro histórico para Angra dos Reis, São Pedro d' Aldeia e Cabo Frio	Conservação e valorização dos atrativos culturais de importantes centros históricos

¹⁵ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
4	1.4	Todos	Promover a educação patrimonial nos Centros Históricos e em locais de atrativos culturais	Realizar atividades de educação patrimonial associadas à divulgação do Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	Reforçar a identidade cultural e a noção de controle social da comunidade; e contribuir para a conservação do patrimônio
5	1.5	Todos	Promover a integração da política de desenvolvimento do turismo com as políticas de valorização e proteção dos ativos ambientais e culturais	Elaborar estudos regionais para identificação de novos atrativos culturais e naturais potenciais	Integrar as ações governamentais para desenvolvimento do Turismo nos planos Estadual e Regionais
6	1.6	Costa Verde	Estender a criação de Centro de Turismo e Artesanato a outros municípios com fortes tradições locais	Implantar Centro de Turismo e Artesanato em Angra dos Reis	Divulgar e valorizar as tradições locais (caiçaras e indígenas) do município
7	1.6	Costa Verde	Promover o saber-fazer e as tradições das comunidades, como previsto no componente 4.1, e ampliá-lo para destinos turísticos com tradições culturais	Identificar e fortalecer o saber-fazer e as tradições das comunidades de Angra dos Reis	Resgatar e valorizar as tradições locais nesses destinos turísticos
8	3.1	Todos ¹	Estender as experiências de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos	Avaliar e implantar as experiências-piloto de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos	Aperfeiçoar a qualidade do produto e da prestação de serviços turísticos e dinamizar a atividade econômica em todos os destinos turísticos
9	3.1	Todos	Fortalecer a gestão integrada como estratégia para a interiorização do Turismo	Estabelecer canal permanente de comunicação entre a UCP e as instancias regionais com a implantação de Portal web do programa	Envolver os atores municipais e regionais no acompanhamento da execução do programa

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
10	3.1	Todos (arranjos espaciais de Subpolos)	Promover sinergias entre a economia do turismo e os setores econômicos "âncora" presentes nos Polos ou em Subpolos que mantenham (ou possam desenvolver) relações funcionais entre si	Realizar avaliação dos setores econômicos "âncora" quanto às oportunidades de negócios correlacionados; e avaliação e apoio à formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de caráter turístico	Transformar as potenciais ameaças à atividade turística em oportunidades de dinamização da economia do turismo, com resultados positivos para os setores e agentes envolvidos
11	3.1	Municípios selecionados ¹⁶	Fortalecer a capacidade de respostas das Prefeituras frente aos agentes de pressão sobre o ambiente e atrativos turísticos.	Incluir na capacitação do gestor público os resultados dessa AAE, especialmente no que diz respeito ao controle do uso do solo e preservação do patrimônio natural e construído	Aprimorar a gestão ambiental local
12	3.2	Todos	Fortalecer o diálogo e vinculação entre as políticas estaduais de desenvolvimento regional, ordenamento territorial e turismo	Viabilizar a participação efetiva do setor turismo na elaboração e implementação do Zoneamento Econômico-ecológico (ZEE) do estado do RJ	Reduzir as pressões sobre o patrimônio ambiental e cultural, através da compatibilização e harmonização dos vetores de evolução e transformação do uso do solo

¹⁶ Baseado em critérios que considerem: menor nível de preparo; maior exposição a pressões; e maior concentração de patrimônio a ser preservado.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
13	4.1	Costa Verde	Valorizar os atributos paisagísticos e ambientais da rede de circulação entre os destinos turísticos implantando benfeitorias típicas de estrada-parque	Estudar a requalificação como estradas-parque as rodovias com qualidades ambientais e paisagísticas: BR 101, entre Mangaratiba e Paraty; e RJ 155 (B. Mansa-Angra dos Reis)	Valorizar ambientalmente as estradas cria novas fronteiras e atrativos
14	4.1	Todos	Promover o disciplinamento e o controle do uso do solo das áreas beneficiadas pelas melhorias rodoviárias no estado, inclusive as empreendidas fora do PRODETUR-RJ	Incluir nos processos de requalificação rodoviária a realização de estudos de impactos específicos voltados para o controle permanente das ocupações	Reduzir as pressões por ocupação urbana às margens das rodovias requalificadas com manutenção da qualidade ambiental existente
15	4.1	Costa Verde e Costa do Sol	Estender a intervenção construção da Estação/Pier e Centro Atendimento Turista na Costa Verde e na Costa do Sol	Realizar levantamentos/estudos para complementar as intervenções previstas, identificando outros atracadouros (públicos e particulares) que promovam o turismo náutico entre os diversos destinos situados na Ilha Grande (Angra dos Reis) e na Costa do Sol	Estabelecer rede de mobilidade e atendimento ao turista para os destinos turísticos com controle efetivo do fluxo em consonância com a capacidade de carga definida (caso da Ilha Grande)
16	4.1	Costa do Sol	Aprimorar a mobilidade entre os destinos turísticos através da melhoria dos sistemas hidroviário, ferroviário e de transportes aéreos	Estender as melhorias nos sistemas de transporte marítimo na Costa do Sol entre Arraial do Cabo e Búzios	Ampliar a oferta de serviços turísticos na região
17	4.1	Costa Verde	Idem anterior	Complementar as intervenções nos terminais marítimos de Mangaratiba, Angra Reis, Ilha Grande e Paraty com ações de melhoria nos sistemas de transporte de passageiros (rotas, horários e	Rever o contrato de concessão dos serviços de transportes marítimos na Baía da Ilha Grande é reivindicação antiga para atendimento à demanda de

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
				equipamentos)	mobilidade
18	4.1	Costa Verde	Idem anterior	Apoiar as ações de resgate de antigos sistemas ferroviários como o trem da Mata Atlântica, Angra dos Reis	Ampliar a oferta de serviços e atrativos turísticos histórico-culturais
19	4.1	Costa Verde	Idem anterior	Abrir pauta para os sistemas de transportes aéreos, priorizando a ampliação e melhoria da infraestrutura aeroportuária	Atender a demanda crescente na Costa Verde; melhorias na infraestrutura favorecerão atividades de turismo e negócios no subpolo
20	4.1	Todos ¹⁷	Garantir a acessibilidade universal a todos os usuários dos atrativos turísticos e dos sistemas de transportes	Incentivar a implementação da Acessibilidade Universal aos destinos turísticos, iniciando com projeto-piloto para requalificação dos atrativos e meios de transporte	Garantir a acessibilidade universal é atitude ética, além de obrigação legal; a ampliação da mobilidade de PDFs favorece a atividade turística

¹⁷ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
21	4.2	Todos ¹⁸	Promover a articulação entre o PRODETUR-RJ e os programas de saneamento do Estado na implementação das intervenções previstas	Acompanhar a execução dos programas de saneamento programados de relevância para os destinos turísticos	Potencializar os investimentos e prioridades destacados pelos programas como estratégia essencial de reforço à qualificação dos destinos turísticos
22	4.2	Todos	Fortalecer a capacidade de resposta das administrações locais/regionais na gestão dos sistemas de saneamento	Apoiar e integrar programas voltados para ampliação da capacidade de gestão das prefeituras nos sistemas de saneamento básico	Garantir a capacitação dos gestores locais/regionais para gestão de sistemas de saneamento básico
23	5.1	Todos	Estender os estudos de capacidade de carga, previsto para a Ilha Grande, a destinos e atrativos turísticos para prevenção de riscos potenciais	Identificar Destinos Turísticos e UCs integrados aos roteiros de visitação que não contam com estudo de capacidade de suporte (ou plano de uso público) e viabilizar a sua realização com programa continuado de educação ambiental	Garantir o uso turístico sustentável dos recursos naturais e culturais

¹⁸ Considerando regionalizações segundo comitês de bacias e consórcios propostos pelo o PEGIRS.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
24	5.1	Todos	Incentivar a criação de UCs em áreas ambientalmente críticas (recursos naturais a proteger ou a recuperar)	Estudar a criação de UC em Rio Claro	Resguardar e recuperar o patrimônio natural e seus atrativos de usos indiscriminados, permitindo o uso sustentável dos mesmos
25	5.1	–			
26	5.1	Todos	Promover a gestão eficiente da energia nos municípios e nas edificações relacionadas às atividades turísticas	Elaborar cartilha para difusão das aplicações voltadas para a eficiência energética em áreas urbanas e edificações	Promover a eficiência energética nos destinos turísticos
27	5.2	Todos ¹⁹	Assegurar o cumprimento das condicionantes ambientais do programa	Elaborar estudo para estabelecer a base dos indicadores estratégicos indicados pela AAE para monitoramento das recomendações da AAE	Implantar a base de dados estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE

¹⁹ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
28	5.2	Todos	Assegurar o cumprimento das condicionantes ambientais do programa	Realizar mapeamentos sistemáticos das coberturas do solo e incrementar fiscalização em parceria com órgãos municipais	Garantir o uso turístico sustentável dos recursos naturais e culturais

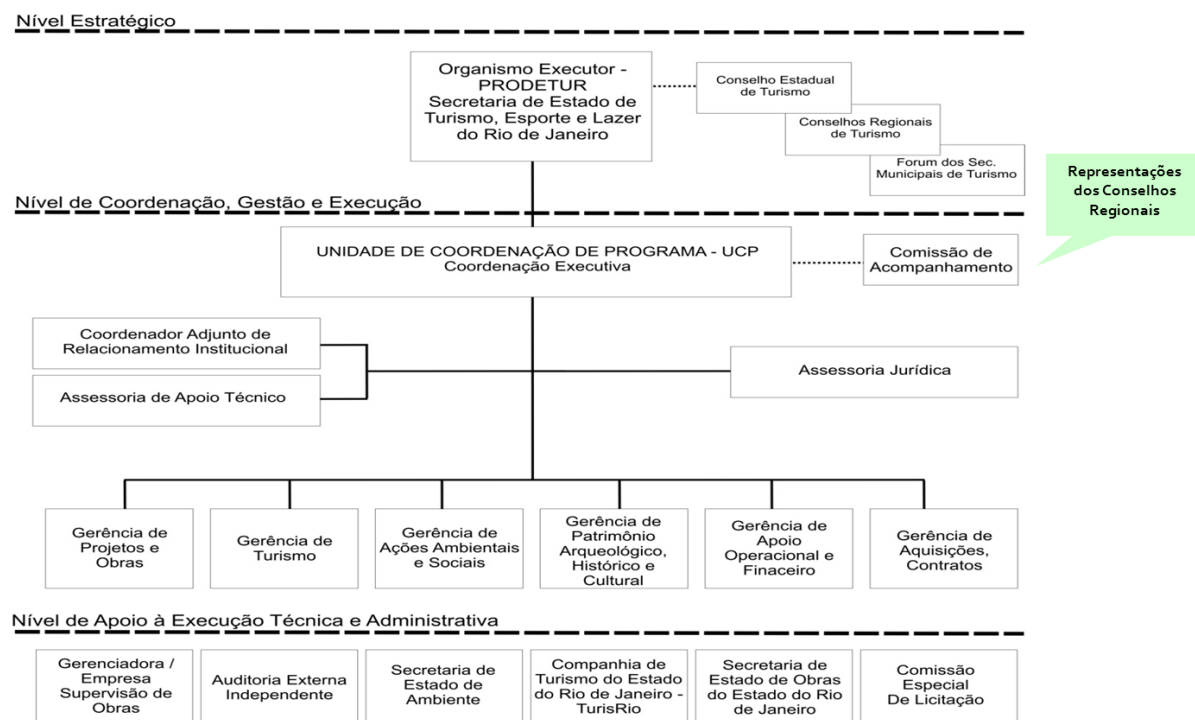
MONITORAMENTO DO PROGRAMA

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento para implementação das Propostas de Ação é apresentado sob a forma de quadro onde são indicados: a Esfera Pública de Competência, Outros Agentes Envolvidos na implementação da Ação, os Meio de Verificação dos Resultados e os Indicadores Estratégicos para monitoramento. Cada Proposta de Ação está relacionada ao Componente / Subcomponente do PRODETUR-RJ.

O estabelecimento dos meios de verificação e de indicadores a eles relacionados tem por objetivo estabelecer as bases de avaliação da implementação das Propostas, durante o período de execução do Programa. A linha de base ou de partida dos indicadores será indicada pelo estudo recomendado no item 27, que visa detalhar e implantar a base dos indicadores estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE.

Os resultados da AAE também consideraram de grande importância para Monitoramento do Programa incluir as representações dos Conselhos Regionais de Turismo na Comissão de Acompanhamento prevista no organograma da Unidade Coordenadora do Programa – UCP (Dec. N.º 42.632/10), conforme figura abaixo, de acordo com o que for regulamentado.

Também deverão ter assento na Comissão instituições da sociedade civil e da comunidade acadêmica atuantes nos segmentos produtivos de turismo e meio ambiente, com vistas à participação na implementação e avaliação de resultados gerados pelo PRODETUR-RJ.



Por fim, recomenda-se que o documento de AAE seja revisto nos anos II e IV da execução do Programa, quando também serão realizadas as Avaliações Intermediária e Final do PRODETUR-RJ.

Quadro 30 – Propostas de Ação – Programa de Acompanhamento e Monitoramento – Polo Litoral

PRODETUR-RJ Subcomponente	Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos	
1	1.2	Todos ²⁰	Elaborar estudo para estender a instalação da rede de Centros de Atendimento aos demais destinos turísticos objeto do PRODETUR-RJ	UCP	Prefeituras, instituições e comunidades locais	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção e numero de edificações (m2) e estimativa de população atendida
2	1.3	–					
3	1.4	Todos ¹	Elaborar projetos de revitalização de centro histórico para Angra dos Reis, São Pedro d' Aldeia e Cabo Frio	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio, INEPAC	IPHAN, Prefeituras	Relatórios da UCP	Áreas de centros urbanos beneficiados (ha); área das edificações restauradas (m2)

²⁰ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
4	1.4	Todos	Realizar atividades de educação patrimonial associadas à divulgação do Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio, INEPAC	IPHAN, Prefeituras e ONGs	Seminários e workshops de avaliação e Relatórios da UCP e instituições envolvidas	Numero de comunidades e ONGs envolvidas
5	1.5	Todos	Elaborar estudos regionais para identificação de novos atrativos culturais e naturais potenciais	UCP, Secretarias de Estado do Turismo, de Cultura e do Ambiente	Órgãos federais e municipais afins	Relatório UCP	Ações conjuntas implementadas
6	1.6	Costa Verde	Implantar Centro de Turismo e Artesanato em Angra dos Reis	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio, INEPAC	Prefeitura de Angra dos Reis e ONGs locais	Relatórios da UCP	Centro implantado e área de construção da edificação (m2)
7	1.6	Costa Verde	Identificar e fortalecer o saber-fazer e as tradições das comunidades de Angra dos Reis	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio, INEPAC	Prefeitura de Angra dos Reis e ONGs locais	Relatórios da UCP	Numero de comunidades e ONGs envolvidas
8	3.1	Todos ¹	Avaliar e implantar as experiências-piloto de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio	Prefeituras/Secretarias de Estado de Fazenda e de Turismo	Relatórios CADASTUR Arrecadação do ISS dos municípios	Numero de prestadores de serviço cadastrados; receitas do ISS vinculadas ao setor (municípios PRODETUR)

PRODETUR-RJ Subcomponente	Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos	
9	3.1	Todos	Estabelecer canal permanente de comunicação entre a UCP e as instancias regionais com a implantação de Portal web do programa	UCP	Conselhos Regionais de Turismo, CET, SEBRAE-RJ, CGs, CEPERJ, Universidades	Relatório UCP e dos Conselhos Regionais	Numero de adesões / parceiros ao portal
10	3.1	Todos (arranjos espaciais de Subpolos)	Realizar avaliação dos setores econômicos "âncora" quanto às oportunidades de negócios correlacionados; e avaliação e apoio à formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de caráter turístico	UCP, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Turismo	Sistema de Informações Geográficas (SIG) integrado a outros sistemas semelhantes existentes no plano estadual e dos municípios contemplados pelo	Participação do setor na composição do PIB regional

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
						PRODETUR	
11	3.1	Municípios selecionados ²¹	Incluir na capacitação do gestor público os resultados dessa AAE, especialmente no que diz respeito ao controle do uso do solo e preservação do patrimônio natural e construído	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Turismo	idem ao anterior	Índice de urbanização; área de cobertura vegetal em bom estado de conservação; perda de biodiversidade; área total de UCs
12	3.2	Todos	Viabilizar a participação efetiva do setor turismo na elaboração e implementação do Zoneamento Econômico-ecológico (ZEE) do Estado do RJ	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Turismo	Sistema de Informações Geográficas (SIG) integrado a outros sistemas semelhantes existentes no plano estadual e dos municípios	Índice de urbanização; área de cobertura vegetal em bom estado de conservação; perda de biodiversidade; área total de UCs

²¹ Com base em critérios que considerem: menor nível de preparo; maior exposição a pressões; e maior concentração de patrimônio a ser preservado.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
						contemplados pelo PRODETUR	
13	4.1	Costa Verde	Estudar a requalificação como estradas-parque as rodovias com qualidades ambientais e paisagísticas: BR 101, entre Mangaratiba e Paraty, e RJ 155 (B. Mansa-Angra dos Reis)	UCP, DER e DNIT	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Extensão dos trechos de rodovias requalificadas como estradas-parque (km)
14	4.1	Todos	Incluir nos processos de requalificação rodoviária a realização de estudos de impactos específicos voltados para o controle permanente das ocupações	UCP	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Extensão das áreas objeto de estudos de impacto e aplicação de medidas de mitigação (km2)
15	4.1	Costa Verde e Costa do Sol	Realizar levantamentos/estudos para complementar as intervenções previstas, identificando outros atracadouros que promovam o turismo náutico entre os diversos destinos situados na Ilha Grande (Angra dos Reis) e na Costa do Sol	UCP, secretarias estaduais e empresas envolvidas	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção em terminais hidroviários (m2), numero de embarcações e população atendidas
16	4.1	Costa do Sol	Estender as melhorias nos	UCP, secretarias	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
			sistemas de transporte marítimo na Costa do Sol entre Arraial do Cabo e Búzios	estaduais e empresas envolvidas			em terminais hidroviários (m2), numero de embarcações e população atendidas
17	4.1	Costa Verde	Complementar as intervenções nos terminais marítimos de Mangaratiba, Angra Reis, Ilha Grande e Paraty com ações de melhoria nos sistemas de transporte de passageiros (rotas, horários e equipamentos)	UCP, secretarias estaduais e empresas envolvidas	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção em terminais hidroviários (m2), numero de embarcações e população atendidas
18	4.1	Costa Verde	Apoiar as ações de resgate de antigos sistemas ferroviários como o trem da Mata Atlântica, em Angra dos Reis	UCP, secretarias estaduais e empresas envolvidas	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Estações ferroviárias em funcionamento (m2), numero de composições e

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
							população atendidas
19	4.1	Costa Verde	Abrir pauta para os sistemas de transportes aéreos, priorizando a ampliação e melhoria da infraestrutura aeroportuária	UCP, secretarias estaduais e empresas envolvidas	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção em terminais aeroportuários (m2), numero de vôos, aeronaves e população atendidas
20	4.1	Todos ²²	Incentivar a implementação da Acessibilidade Universal aos destinos turísticos, iniciando com projeto-piloto para requalificação dos atrativos e meios de transporte	UCP	Prefeituras, instituições e comunidades locais	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção atendidas (km2), numero de edificações e usuários atendidos

²² Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
21	4.2	Todos ²³	Acompanhar a execução dos programas de saneamento programados de relevância para os destinos turísticos	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Prefeituras, Comitês de bacias; consórcios públicos; CEDAE; concessionárias privadas de saneamento; SAAEs	Relatórios de acompanhamento dos programas estaduais (Rio + Limpo; Lixão Zero; PSAM; BIG); produtos municipais específicos (PMSB; PGIRS)	Indicadores de Saneamento Básico no SNIS e IBGE; indicadores de balneabilidade das praias e de qualidade dos recursos hídricos do INEA
22	4.2	Todos	Apoiar e integrar programas voltados para ampliação da capacidade de gestão das prefeituras nos sistemas de saneamento básico	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Conselhos municipais de meio ambiente e de turismo, consórcios, comitês de bacias; SEBRAE	Relatórios de acompanhamento dos programas estaduais (Rio + Limpo; Lixão Zero; PSAM; BIG); produtos municipais específicos (PMSB;	Seminários e workshops de avaliação das estruturas e dos quadros técnicos de gestão

²³ Considerando regionalizações segundo comitês de bacias e consórcios propostos pelo o PEGIRS.

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
						PGIRS)	
23	5.1	Todos	Identificar Destinos Turísticos e UCs integrados aos roteiros de visitação que não contam com estudo de capacidade de suporte (ou plano de uso público) e viabilizar a sua realização com programa continuado de educação ambiental	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente e INEA	Prefeituras e ONGs	Relatório UCP	Numero de Destinos Turísticos e UCs com capacidade de carga definida
24	5.1	Todos	Estudar a criação de UC em Rio Claro	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e INEA	Prefeituras e ONGs	Relatório UCP	Área de UCs (ha)

	PRODETUR-RJ Subcomponente	Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
25	5.1	–					
26	5.1	Todos ²⁴	Elaborar cartilha para difusão das aplicações voltadas para a eficiência energética em áreas urbanas e edificações	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Cartilha editada
27	5.2	Todos	Elaborar estudo que detalhe e implante a base dos indicadores estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE	UCP		Relatórios da UCP	Estudo realizado
28	5.2	Todos	Realizar mapeamentos sistemáticos das coberturas do solo e incrementar fiscalização em parceria com órgãos	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente e INEA	Prefeituras e ONGs	Relatório UCP	Extensão de área florestada; número de empreendimentos regularizados

²⁴ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

PRODETUR-RJ Subcomponente	Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos
		municipais				

REFERÊNCIAS

Fontes de consulta – Documentos Oficiais

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais**. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas**. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Regulamento Operacional do Prodetur Nacional**. Brasília: 2008. Disponível em www.turismo.gov.br. Acesso em março de 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2007/2010**. Brasília, 2007.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2001.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Litoral**. Rio de Janeiro: 2009.

RIO DE JANEIRO, Unidade Executora Estadual do PRODETUR. **Termo de Referência para a Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica dos Polos Turísticos e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, no Âmbito do PRODETUR**. Rio de Janeiro.

Fontes de consulta – Estudos e Pesquisas

Análise e Qualificação Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro: subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Diversos documentos extraídos do sítio <http://zeerj.bem-vindo.net/portal/?q=node/38>, acessado em 25 de março de 2010. GEOHECO/SEA, 2008.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Brasília: 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental**. Brasília.

CINTRA, Heitor de Brito. **Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e o Turismo Rural: Uma Proposta para Aldeia Velha, Município de Silva Jardim – RJ e Região do Entorno**. 2004. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2004.

COSTA, Helena; BURSZTYN, Maria Augusta; NASCIMENTO, Elimar. **Participação Social em Processos de Avaliação Ambiental Estratégica**. Revista Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, pp. 89–113. Brasília: 2009.

DE PAULA, Murta Barbosa Mariana. **Desenvolvimento Desigual e Turismo no Brasil Pós 1995: Planejamento Governamental e Padrão Espacial**. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.

EGLER, Paulo. **Perspectivas de Uso no Brasil do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica**.

FRAMEWORK for Sustainable Tourism Development in Honduras: Strategic Environmental Assessment on the Tourism Strategy for the North Coast, Bay Islands, and Copán Valley. Oslo: Econ. Analysis, 2004.

MELO, Silva Omena de Melo. **Da privatização da paisagem às tentativas de homogeneização do território: políticas públicas e conflitos na urbanização turística de cabo Frio**. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.

METODOLOGIA para a elaboração de relatórios GEO cidades: Manual de Aplicação: Versão 2. Rio de Janeiro: PNUMA/Consórcio Parceria 21, 2004.

ANEXO I – ATORES SOCIAIS RELEVANTES

Composição do Conselho Estadual de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – CET-RJ

1	PRESIDENTE CET: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
2	VICE-PRESIDENTE CET: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISTAS DE TURISMO – ABRAJET
3	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENTES DE VIAGEM – ABAV
4	ASSOCIAÇÃO BRAS. LOCADORAS DE AUTOMÓVEIS – ABLA
5	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BACHARÉIS DE TURISMO – ABBTUR
6	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTO – ABEOC
7	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA HOTELEIRA – ABIH
8	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS OPERADORES DE TRENS TURÍSTICOS – ABOTtC
9	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISTAS DE TURISMO
10	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL DO EST RJ – ABRATURR-RJ
11	AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO TURISMO MACRORREGIÃO SUDESTE – ADETUR
12	ASSOCIAÇÃO DOS ALBERGUES DA JUVENTUDE
13	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO DE AVENTURA – ABETA
14	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTADORES DE TURISMO – ANTTUR
15	BANCO BRASIL
16	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES DE RECEPTIVO – BITO
17	BNDES
18	BATALHÃO DE POLICIAMENTO EM ÁREAS TURÍSTICAS – BPTUR
19	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF
20	COMISSÃO DE TURISMO DA ALERJ
21	DELEGACIA ESPECIAL DE APOIO AO TURISMO – DEAT
22	DER
23	Empresário
24	FECOMERCIO
25	FEDERAÇÃO CONVENTION & VISITORS BUREAUX-ERJ
26	FORUM ESTADUAL SECRETÁRIOS MUNICIPAIS TURISMO
27	FORUM NACIONAL CURSOS GRADUAÇÃO TURISMO/HOTELARIA
28	HOTELEIRO
29	INFRAERO
30	MINISTÉRIO DO TURISMO
31	RIO CONVENTION & VISITORS BUREAU
32	RIOTUR
33	SEBRAE / RJ
34	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
35	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
36	SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
37	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
38	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
39	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
40	SECRETARIA ESTADO AGRIC. PECUARIA, PESCA E ABASTECIMENTO
41	SECRETARIA ESPECIAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DO RIO JANEIRO
42	SENAC
43	SINDICATO ESTADUAL DE GUIAS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO – SINDEGTUR
44	SINDICATO DE EMPRESAS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO – SINDETUR
45	SINDICATO EMPRESAS LOCADORAS VEÍCULOS AUTOMOTORES/ERJ – SINDLOC RJ
46	SINDICATO DE HOTEIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – SINDRIO
47	SINDICATO NAC. TRABALHADORES PROFISSIONAIS TURISMO – SINTUR
48	SINDICATO NACIONAL DE EMPRESAS AEROVIÁRIAS – SNEA
49	TURISRIO

(instituído pelo Decreto 33.334, de 05/06/2003)

Fonte: TurisRio (jul/2011)

Membros do Fórum Estadual de Secretários e Dirigentes do Estado do Rio de Janeiro – FEST-RJ

COMPOSIÇÃO / REPRESENTANTES	CONTATOS	
Presidente: Antonio Rossi M. Bastos (Cacheiras de Macacu)	fundmacatur@yahoo.com.br	(21) 2649-6740 / 2649-6393
1º Vice-presidente: Daniel Rabha Nunes Santiago (Angra dos Reis)	daniel.santiago@angra.rj.gov.br	(24) 3367-7866 / 3367-7518
2º Vice-Presidente: José Mauro Haddad (Niterói)	presidente@neltur.com.br	(21) 7816-4467 / 2705-7944
Secretário Executivo: Osório Luis Figueiredo (C. Macacu)	deicomturcachoeiras@gmail.com	(21) 9819-3116 / 2649-6393
Vice-Presidente Regional: Costa Verde – Daniel Rabha Nunes Santiago (Angra dos Reis)	daniel.santiago@angra.rj.gov.br	(24) 3367-7866 / 3367-7518
Vice-Presidente Regional: Agulhas Negras – Reynaldo Lombardi Raeli Resende)	reynaldoraeli@gmail.com	(24) 2108-0791
Vice-Presidente Regional: Vale do Café – Danielle Fidelis e Silva (Barra Mansa)	turismo@barramansa.rj.gov.br	(24) 9956-9956 / 2106-3480 PMBM
Vice-Presidente Regional: Metropolitana – José Mauro Haddad (Niterói)	presidencia@neltur.com.br	(21) 2705-7944 / 7816-4467
Vice-Presidente Regional: Baixada Fluminense – Daniel Eugênio Figueiredo (D.Caxias)	danieleugeniofigueiredo@bol.com.br	(21) 8894-7495 / 2672-8817 2672-8880 / 8882
Vice-Presidente Regional: Serra Verde Imperial – Antonio Rossi M. Bastos (Cacheiras de Macacu)	fundmacatur@yahoo.com.br	(21) 2649-6740 / 2649-6393
Vice-Presidente Regional: Costa do Sol – Haroldo Carneiro da Silva (Quissamã)	smde@quissama.rj.gov.br	(22) 9278-3840 / 2768-9300 / 9315
Vice-Presidente Regional: Caminhos da Mata – Cláudio Márcio Souza (Tanguá)	secmarcio@gmail.com	(21) 2747-4113 / 8509-6448
Vice-Presidente Regional: Caminhos da Serra – Mario Alfredo Vieira Botelho (Cordeiro)	ict@cordeiro.rj.gov.br	(22) 9962-9784 / 2551-4243
Vice-Presidente Regional: Costa Doce – Lúcio José de Jesus (Campos dos Goytacazes)	ljesus2010@gmail.com	(22) 9898-9250
Vice-Presidente Regional: Águas do Noroeste – Jefferson Leite (Itaperuna)	turismo@itaperuna.rj.gov.br	(22) 3824-6297
Vice-Presidente Regional: Região Caminhos das Colônias – João Marcos Gomes de Pinho	marcospinho@globo.com	(24) 2255-1729
		(instituído em 2/12/1997)

Fonte: <http://festrj.com.br> (out/2011)

Membros dos Conselhos de Turismo do Subpolo Costa Verde – Polo Litoral

FORUM REGIONAL DE TURISMO DA COSTA VERDE	COMPOSIÇÃO	REPRESENTANTES / CONTATO
Municípios e Secretarias	Angra dos Reis	Presidente: Ana Paula Ueti
	Itaquaí	(24) 3365-2865 / (24) 7812-2444
	Paraty	veti@uol.com.br / anapaula@ilhagrande.org.br
	Mangaratiba	
	Rio Claro	Secretária Executiva: Rita de Cássia C. do Sacramento
Outras Entidades	Ministério do Turismo	(24) 3369-7708
	TurisRio	tur.planejamento@angra.ri.gov.br
	Sebrae RJ	
	trade turístico	
	Sociedade civil organizada	
Data de Criação: 19 de agosto de 2008		
Estatuto: Sim		
DESTINOS INDUTORES (MTur)	COMPOSIÇÃO	CONTATO
Grupo Gestor de Angra dos Reis	TurisAngra	turisangra@angra.ri.gov.br / www.turisangra.com.br
	Convention Bureau Angra dos Reis	angracyb@gmail.com
	Secretaria / Fundação de Turismo de Angra	tur.planejamento@angra.ri.gov.br
	Secretaria de Meio Ambiente	sma.opca@angra.ri.gov.br
	Setor Privado	
	Sociedade Civil Organizada	
Grupo Gestor de Paraty	Secretarias, ONGs e setor privado:	http://grupogestormardecultura.wordpress.com/
	Convention Bureau Paraty, Trade Hotels	
	Ass. Casa Azul, Ass. Paraty Cultural	
	Trade Bares e Restaurantes, Trade Agencias	
	Parque Nacional da Serra da Bocaina, IPHAN, FUNAI	
	Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP)	
	Colônia Z18, Secretarias, SEBRAE	
CONSELHOS MUNICIPAIS	REPRESENTANTES	CONTATOS
Angra dos Reis	Marcus Vinicius Barbosa e Rita Carreira	(24) 3367-7518/3367-7992 turisangra@angra.ri.gov.br
Paraty	Amaury Barbosa	http://www.comturparaty.com.br/
Mangaratiba – Projeto de Lei em Tramitação	Kelly Nascimento	(21) 3789-9036
Rio Claro – Não atuante	Fábio Valle de Oliveira	(24) 3332 3072

Fonte: TurisRio (out/2010)

Membros dos Conselhos de Turismo do Subpolo Metropolitano – Polo Litoral

CONSELHO REGIONAL DE TURISMO METROPOLITANO	COMPOSIÇÃO	REPRESENTANTES / CONTATO
Municípios e Secretarias	–	–
	–	–
Outras Entidades	–	–
	–	–
	–	–
	–	–
	–	–
	–	–
Data de Criação:	–	–
Estatuto:	–	–
DESTINO INDUTOR (MTur)		
Rio de Janeiro	sem informações	
CONSELHOS MUNICIPAIS	REPRESENTANTES	CONTATO
Rio de Janeiro – em formação	–	–
Niterói – inexistente	–	–

Fonte: TurisRio (mar/2010)

Membros dos Conselhos de Turismo do Subpolo Costa do Sol – Polo Litoral

CONSELHO REGIONAL DE TURISMO DA COSTA DO SOL – CONDETUR	COMPOSIÇÃO	REPRESENTANTES / CONTATO
Municípios e Secretarias	Búzios	Presidente: Octavio Mateus Martins
	Cabo Frio, Iguaba Grande	(21) 3575-0790 / 9982-8727
	Araruama, Macaé	octavio@convencional.com.br
	Arraial do Cabo, Maricá	(C&VB Búzios e Representante Regional da BITO)
	Carapebus, Quissamã	
	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras	Vice (setor publico): Decio Marco de Souza
	São Pedro da Aldeia e Saquarema	(22) 8823 3132/ dms@pero.com.br
Outras Entidades	Ministério do Turismo, Secretaria de	
	Estado de Turismo, Esporte e lazer	Vice (setor privado): Marco Navega
	TurisRio, Sebrae, Senac, ABAV	(22) 9962 8030 / marconavega@gmail.com
	Associações Comerciais, Associações setor turismo	
	Sindicato dos Guias de Turismo	Secretario: Marco Antonio Barreto Simas
	Federação do Convention Bureau	
	ABIH, ABB TUR, ABEOC, CDL	Suplente: Ana Claudia Melo Vieira
	ABRASEL, UFF, CEFET, UVA, UNESA	SEBRAE/RJ – Secretária Executiva Suplente
	ABRAJET, FEST, SIND HOTEIS BARES	(22) 2643-0805 / (21) 8762-7579
Data de Criação: 18 de dezembro de 2008		acvieira@sebraerj.com.br / rsilveira@sebraerj.com.br
Estatuto: Sim		
DESTINO INDUTOR (MTur)	COMPOSIÇÃO	CONTATO
Grupo Gestor de Armação de Búzios	Isac Tillinger – Secretaria de Turismo de Búzios	
	Janice Maria Kunrath – ABIH de Búzios	
	Sergio de Mello – TURISRIO	(22) 2220 2834 / sergio@turisrio.rj.gov.br
	Ana Cláudia Melo Vieira – SEBRAE RJ Regional Baixada Litorânea	
	Octavio Martins – CONDETUR	(22) 9982 8727 / octavio@convencional.com.br
	Thomas Weber – Sindicato dos Hotéis de Búzios e AHB –	

	Associação dos Hotéis de Búzios	
	Sergio Rebora – Convention & Visitors Bureau de Búzios	(22) 2623 6655 / gerencia@dosreis.com.br
	Kelly Coutinho – Ass. de Passeios Marítimos de Búzios	
	Enrique Alvarez – Ass. das Pousadas de Búzios	(22) 2623 6120 / acquarelapousada@globo.com
CONSELHOS MUNICIPAIS	REPRESENTANTES	CONTATO
Cabo Frio	Presidente: Gustavo Beranger	8124-6657/gustavoberanger@yahoo.com.br
Arraial do Cabo	Presidente: Márcia Augusta Araujo	22 2622 4751 (Pousada Timoneiro)

Fonte: TurisRio (out/2010)

Representantes governamentais municipais do Polo Litoral

SUBPOLO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO			TELEFONE		E-MAIL	WEB SITE
Região Metropolitana	1. Rio de Janeiro	Antonio Pedro Viegas F.de Mello	Pça. Pio X, 119 / 10º andar – Centro	20.040-020	(21) 2976-7310	(21) 2271-7000	valeria.riotur@hotmail.com	www.rioguiaoficial.com.br
	2. Niterói	José Mauro Chafic Haddad	Est. Leopoldo Fróes, 773 – São Francisco	24360-005	0800-282-7755	(21)2710-2727	presidente@neltur.com.br	www.neltur.com.br
Costa Verde	3. Angra dos Reis	Daniel Rabha Nunes Santiago	Av. Júlio Maria n° 10 – Centro	23.900-512	(24) 3367.7866	(24) 3368.4372	turisangra@angra.rj.gov.br	www.angra.rj.gov.br
	4. Paraty	Renata Castro	Av. Roberto Silveira, n° 1 – Centro	23.970-000	(24) 3371-1897	(24) 3371-1897	turismo@pmparaty.rj.gov.br	www.pmparaty.rj.gov.br
	5. Mangaratiba	Vitor Tenório Santos	Pç. Robert Simões, 92 – Centro	23.860-000	(21) 3789-9036	(21) 3789-9016	turismo.mangaratiba@hotmail.com.br	www.mangaratiba.rj.gov.br
	6. Rio Claro	Ronaldo Lupi	Av. João Batista Portugal, 230 – Centro	27.460-000	(24) 3332-1292	(24) 3332-1717	comunica@rioclaro.rj.gov.br	www.rioclaro.rj.gov.br
Costa do Sol	7. Armação de Búzios	Cristiano Marques	Av. José Bento R. Dantas, Km 5 – Manguinhos	28.950-000	(22) 2633-6200	(22) 2623-3966	sectucbuzios@gmail.com	www.destinobuzios.com.br
	8. Cabo Frio	Carlos Victor da Rocha Mendes	Largo Santo Antônio, 131 – Itajurú	28.905-060	(22) 2647-1689	(22) 2647-6227	turismo@cabofrio.rj.gov.br	www.cabofrioturismo.rj.gov.br
	9. Araruama	Mauri Delanes	R. República da Argentina, 502 – Parque	28.960-000	(22) 2665-5223	(22) 2665-2121	araturismo@gmail.com	www.araruama.rj.gov.br
	10. Iguaba Grande	Paulo César Rito Nunes	Rod. Amaral Peixoto n° 227 – Cidade Nova	28.960-000	(22) 2624-4466	(22) 2624-3275	sectur@iguaba.rj.gov.br	www.iguaba.rj.gov.br
	11. São Pedro D'Aldeia	Anibal Coura Junior	Av. Francisco Coelho Pereira, 255	28.940-000	(22) 2621-6376	(22) 2621-1559	turismo@pmspa.rj.gov.br	www.pmspa.rj.gov.br
	12. Casimiro de Abreu	Bruno Gonçalves Bastos	R. São João, 52 – Barra de São João	28.860-000	(22) 2774-5550	(22) 2774-5434	brunosecturcasimiro@gmail.com	www.casimiro.rj.gov.br
	13. Arraial do Cabo	Marco Antônio Barreto Simas	Rod. General Bruno Martins Km 5, Pórtico	28.930-000	(22) 2622-1949	(22) 2620-5183	turismo@arraial.rj.gov.br	www.arraial.rj.gov.br

Fonte: <http://festrj.com.br> (out/2011)

ANEXO III – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE

ALEXANDRE SANTOS – Supervisão Técnica

Mestre em Geografia Humana (IGC/UFRJ – 1989), com Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Santa Úrsula RJ – 1974), e Especialização em Desenvolvimento Urbano (ENSUR/IBAM – 1978). Sua experiência se concentra nas áreas de Planejamento Governamental, Desenvolvimento Urbano, Políticas Públicas, Gestão de Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento Social. É sócio-gerente da Empresa Diálogo Assessoria e Consultoria em Projetos Urbanos e Sociais Ltda. e Superintendente da área de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), desde 2004. Foi assessor da Secretaria Executiva da COMUNITAS (2002/2004), Coordenador Adjunto da Unidade de Gerenciamento do Programa *Parcerias entre Sociedade Civil e Estado* – Conselho da Comunidade Solidária – Banco Interamericano de Desenvolvimento – UNESCO – (1998/2002); Assessor de Planejamento e Organização da Superintendência Geral do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM 1996/1998); Coordenador Geral de Planejamento Setorial do Ministério da Ação Social (1990/1992); Coordenador dos programas de capacitação da Escola Nacional de Serviços na área de Desenvolvimento Urbano (1992 /1996); Coordenador do Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano – CEMUAM – Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR / IBAM 1978/1987); Assessor Técnico do Grupo Especial da Diretoria de Engenharia – GEDEN da Rede Ferroviária Federal SA – RFFSA (1975 / 1978); Membro do Grupo de Trabalho de Estudos e Proposição da Regionalização do Estado do Rio de Janeiro – GT – Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara – 1975. Dentro dessas instituições atuou como técnico, coordenador e colaborador de diversos projetos.

MARIA CRISTINA Tiná SOARES DE ALMEIDA – Coordenação Técnica

Pós-graduada em Gestão Ambiental pela COPPE/UFRJ (1998), com graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFBA – 1974). Arquiteta do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1979/2000), atuou na Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM (1979/88) e na Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Rio de Janeiro – SEAF (1989/91). Foi Coordenadora de Planejamento e Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro – SMAC (1992/96), Chefe-substituto do Parque Nacional da Tijuca/IBAMA (1997/98) e Chefe da Assessoria Técnica do gabinete da Gerência Executiva do IBAMA/RJ (1999/00). É sócia gerente da R & T Arquitetos Associados Ltda. desde 1987. Consultora de diversas organizações e instituições nas áreas de planejamento e gestão ambiental e cultural: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal; IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / 6ª SR; IBG – Instituto Baía de Guanabara; Instituto Terrazul; IPHAN/ 6ª SR Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; UNESCO Brasil; Instituto de Conservação Ambiental – *The Nature Conservancy* do Brasil; e DBE – *Société d'Études en Environnement et Communication*.

CLARICE ANTOUN MARTINHO – Assistente, Gerência de Projetos

Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ – 2009), com graduação em Ciências Econômicas (IE/UFRJ – 2006) e Pós-Graduação *latu-sensu* em Planejamento Urbano e Uso do Solo (IPPUR/UFRJ – 2006). Sua experiência se concentra na área de

pesquisa e planejamento regional, especialmente Economia Fluminense. É Consultora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), onde atuou como consultora executiva do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Local do Município de Macaé. Atuou como consultora de outros órgãos e empresas, como Oikos Pesquisa Aplicada, Ministério da Integração Nacional, Prefeitura do Rio de Janeiro, e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Na área acadêmica participou como pesquisadora associada do Laboratório Economia, Estado e Território (LESTE/IPPUR/UFRJ).

RICARDO MORAES – Assistente, Programação e Monitoramento

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Gama Filho – UGF/RJ (1982), com Pós-graduação em Metodologias para o Desenvolvimento Municipal e Urbano (ENSUR/IBAM – 1988). Sua experiência se concentra na elaboração de planos diretores e legislação urbanística, incluindo a assessoria direta às equipes locais. Assessor Técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, desde 1989, e Coordenador na Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – DUMA, integrando os quadros da Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR. Atualmente coordena o tema da acessibilidade no IBAM, incluindo o Projeto Município e Acessibilidade, na parceria do Instituto com a SEDH – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/DPDH/CORDE/Ministério da Justiça e a UNESCO. Tem experiência como técnico da SM de Planejamento da Prefeitura de Dourados/MS (82/88), na área de planejamento urbano e na chefia da Divisão de Organização e Métodos. Consultor técnico para a CORDE/SEDH/MJ na regulamentação da LF 10098, incluindo a relatoria no tema da acessibilidade na IV Conferência das Cidades (CDUI 2002).

IARA VEROCAI – Assistente, Análise de Viabilidade

Arquiteta graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha no campo da política e da gestão ambiental desde 1975, tendo se dedicado ao desenvolvimento de diversos instrumentos de política ambiental, ao planejamento ambiental e à análise e ao fortalecimento institucional de entidades públicas de meio ambiente. Dos instrumentos de política ambiental, participou de diversas atividades de consultoria referentes ao desenvolvimento técnico e processual e à aplicação da avaliação ambiental estratégica.

GUSTAVO RABELLO – Suporte de Pesquisa

Psicólogo (PUC/RIO 2004), mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), sua experiência se concentra nas áreas de desenvolvimento e meio ambiente na construção coletiva e pactos de sustentabilidade e que demarcam intensa atividade de pesquisa. É consultor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) desde 2006, assumindo cargos de assessor técnico, consultor e coordenador de projetos. Entre estes se destacam: Projeto de elaboração de materiais escritos e articulação institucional para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo (2006); Projeto Comunidade, uma parceria IBAMA/ISER, no sul da Bahia, no contexto das ações de responsabilidade social das empresas Aracruz Celulose e Suzano Papel e Celulose (2007/2008); Técnica no Projeto Avaliação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD (2008); e de Construção Participativa de Programa

de Educação Ambiental para a região da Costa Verde, Estado do Rio de Janeiro, no contexto do licenciamento da implantação da Usina de Angra 3 (ELETRONUCLEAR), no qual exerceu o cargo de Coordenação Técnica (2008/2009).

GUSTAVO ELPES – Apoio de Pesquisa

Cientista Social (IFCS/UFRJ, 2008), mestrando em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRJ). Sua experiência se concentra na área de pesquisa sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro, com ênfase na revisão de interpretações clássicas da formação da sociedade brasileira, assim como a dimensão heurística inerente a estas e o processo de construção cognitiva do campo das Ciências Sociais. Atuou na redação do relatório de pesquisa em projeto sobre crianças e adolescentes em situação de rua diante a prevenção do HIV/AIDS (Se essa Rua fosse Minha/Escola/UNICEF, 2010). Assumiu função de suporte a pesquisa em projeto sobre Determinantes Sociais da Saúde (EBAPE/FGV-RJ, 2009). Sua prática se estendeu, ainda, a pesquisas sobre linguagem cinematográfica, desigualdades e representações raciais no Brasil, e ao aprendizado de técnicas de realização cinematográfica (no âmbito do Instituto Brasileiro de Audiovisual/Escola de Cinema Darcy Ribeiro, 2005).

EVANELZA SABINO QUADROS – Especialista em Cartografia e Sistemas de Informações Geográficas – SIG

Geógrafa (UERJ–1997). Atuou como Assessora técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2002/2010 e 1991/1999), em diversos projetos nas áreas de Geoprocessamento, Implantação de Sistema de Informações Geográficas e Cadastro Técnico de prefeituras em projetos de Implantação de Rede de Informações, de Gestão Ambiental, Plano Diretores, entre outros, prestados para governos e empresas de diversos estados do Brasil. Foi Assessora técnica da empresa CI Consultoria e Informática Ltda. (1999/2001), onde participou da Montagem da base cartográfica digital do Município do Rio de Janeiro para o projeto CADURB da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU–RJ); Treinamento de funcionários da SMU–RJ para o uso dos *softwares* ARC VIEW e ATLAS–GIS, Consultoria e suporte técnico a usuários dos Sistemas de Informação Geográfica; e Supervisão de equipe de geoprocessamento voltada para a montagem de bases de dados e de bases cartográficas digitais para diversos clientes, destacando-se: IBGE, SMU–RJ, VESPER, NUSEG/UERJ, LIGHT, TSE.

CLAUDIO ANTONIO GONCALVES EGLER – Consultor para o tema “Dinâmica Regional”

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974) com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Tem experiência nas áreas de Geoeconomia, Desenvolvimento Regional e Gestão do Território, tendo realizado estudos e pesquisas sobre a América do Sul, a Zona Costeira Brasileira e o Nordeste semiárido.

BIANCA BORGES MEDEIROS SANTOS – Consultor para o tema “Dinâmica Regional”

Especialista em Gestão Ambiental (UFRJ/2011), com graduação em BScGeografia (UFRJ/2010). Sua experiência se concentra nas áreas de Gestão e Planejamento

Ambiental do Território, Manejo de Áreas Protegidas e Geografia Regional. Atuou como Consultora Temática no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como subsídio ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio de Janeiro (PRODETUR/RJ) no mapeamento de investimentos estruturantes no Rio de Janeiro para o horizonte de 2007–2020.

MARIA DA GRAÇA NEVES – Consultora para o tema “Governança e Desenvolvimento Local”

Doutora em Planejamento Urbano (Universidade da Califórnia – UCLA 1977), com graduação em Administração (EBAP/FGV-RJ – 1971), e mestrado em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ – 1976). Sua experiência se concentra em todas as atividades realizadas no campo das políticas sociais, cuja implementação é dependente da articulação entre os diversos agentes sociais envolvidos, de maneira geral, constituem projetos em administração e gestão governamentais. Possui formação complementar gerenciamento de políticas públicas, especialmente de gênero, e publicações pelo IBAM, BID, IPEA, UNICEF e PNUD, sobre os temas de descentralização, autonomia municipal e indicadores de gênero. É Assessora Técnica da Área de Organização e Gestão do IBAM desde 2002. Foi Assessora Especial da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro (1997/2000), Supervisora de Informações Gerais da FININVEST S.A (1985/1987), Técnica de Nível Superior da SUDENE (1981/1985), Assessora da Presidência e Técnica Senior de Planejamento da FUNDREM (1979).

MIRIAM DANOWSKI– Consultora para o tema “Governança e Desenvolvimento Local”

Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PUR/COPPE–UFRJ – 1981), formação em Arquitetura e Urbanismo (FAU–UFRJ – 1973), desenvolveu sua prática profissional nos três níveis de governo. No âmbito municipal, fez parte da equipe técnica da Secretaria de Urbanismo, na Prefeitura de Armação dos Búzios, de 2001 a 2002 e de 2005 a 2008, envolvida, entre outros projetos, na elaboração do Plano Diretor Municipal e Legislação Urbanística complementar. Na administração estadual, integrou os quadros da FUNDREM, de 1977 a 1989, em atividades de assistência técnica aos municípios da Região Metropolitana do Rio, e projetos relativos à preservação ambiental, tendo chefiado o Setor de Políticas Urbanas. No presente momento, desde 2009, faz parte da Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria do Patrimônio da União, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde também participou da equipe do Projeto Orla, em cujo âmbito, a SPU-RJ compõe a Coordenação Estadual, juntamente com o INEA. Prestou também consultorias na área ambiental, tendo participado do Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil (através da Ambiental Engenharia, em 2002) e do Projeto “Rio, Paisagem Cultural”, com vistas à candidatura da cidade do Rio de Janeiro à Patrimônio da Humanidade/UNESCO (através da R&T Consultoria Ambiental e Urbanística, em 2004). Igualmente, prestou consultoria na área de Patrimônio Histórico/Cultural, com destaque para o Projeto “Caminhos Singulares no Estado do Rio de Janeiro” – Propostas de implantação de roteiros turístico-culturais a partir dos bens remanescentes do ciclo do açúcar. (UNESCO / INEPAC / SEBRAE, de 2003 a 2004) e para o Projeto Inventário das Fazendas de Café do Vale

do Paraíba Fluminense (INEPAC/Instituto Light/Instituto Cultural Cidade Viva, em 2009).

ANA MARIA SIEMS FORTE – Consultora para o tema “Produtos e Infraestrutura Turística e Gestão da Economia do Turismo”

Mestre em Projetos Sociais e Bens Culturais (CPDOC/FGV – 2005), com graduação em MUSEOLOGIA (Faculdades Integradas Estácio de Sá – 1985); pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável (CD/UNB – 2000),. É Secretária Executiva do Instituto para o Desenvolvimento da Economia do Indivíduo do Ambiente e da Sociedade (IDEIAS) que atua nas áreas de turismo e cultura. Sua experiência acumulada se concentra em projetos de turismo no Estado do Rio de Janeiro e em projetos de gestão de políticas públicas, em especial junto à EMBRATUR. Foi consultora do SEBRAE RJ nos projetos de turismo das regiões Costa do Sol, Costa Verde, Agulhas Negras, Serra Verde Imperial, com a realização de estudos, pesquisas, inventários turísticos e oficinas de planejamento estratégico orientado a resultados (GEOR). Da mesma forma atuou em órgãos como Fundação Nacional pro-Memória / Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria Nacional de Cultura, EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo e Universidade Católica de Brasília.

HEITOR DE BRITO CINTRA – Consultor para o tema “Produtos e Infraestrutura Turística e Gestão da Economia do Turismo”

Mestre em Ciência Ambiental (PGCA/UFF – 2004), com graduação em Engenharia Mecânica (Universidade Católica de Petrópolis–UCP – 1976) e Pós-graduação em Engenharia do Meio Ambiente (UFRJ – 1994). Sua experiência se concentra na área de Consultoria em projetos de turismo no estado do Rio de Janeiro e em projetos de planejamento e gestão em políticas públicas de turismo, em planos e programas de desenvolvimento turístico e em termo de ajuste de conduta relacionados a projetos que impactam ao ambientes natural, cultural e social. Serviços prestados em programas e projetos contratados ou com a chancela da EMBRATUR, SEBRAE etc. É professor assistente nos cursos de Turismo e Engenharia Civil na Universidade Católica de Petrópolis e Professor Assistente nos cursos de Turismo, Engenharia Ambiental na Univercidade, além de consultor associado da empresa Instituto Idéias.

RUI ROCHA VELLOSO – Consultor para o tema “Patrimônio Histórico/Cultural e Desenvolvimento Urbano”

Arquiteto pela Faculdade Nacional de Arquitetura (1967) da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, com especialização em Projetos de Desenvolvimento Urbano pelo CENDEC/ IPEA/BANCO MUNDIAL (1979). Arquiteto do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1977/2001), onde atuou na Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM, na Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários – SEAF (1989/91), na Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SOSP (1991/96), no Instituto INEPAC (1996/99) e na Secretaria de Estado de Meio e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMADS (2000/01). Professor Adjunto IV aposentado do Departamento de Arquitetura –TAR, da Universidade Federal Fluminense – UFF, onde atuou como professor em disciplinas de teoria e projeto de arquitetura e patrimônio cultural (1975/2006), Chefe do TAR (2002/06) e Membro do Conselho Universitário (2001–03). Atuou como conselheiro no Conselho Estadual

de Tombamento, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (1999/2005) e no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Niterói (2001/2003). É sócio-gerente da firma R & T Arquitetos Associados Ltda., desde 1987. Consultor de diversas organizações e instituições, nas áreas de projeto de edificações e de urbanização, planejamento urbano e gestão cultural: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal; IPHAN/6ª SR Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Usina Termelétrica Norte Fluminense SA; AGRAR – Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda.

SONIA LUCIA PEIXOTO – Consultor para o tema “Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental”

Bióloga (Universidade Santa Úrsula, 1977), mestrandia do Programa Eicos (Meio Ambiente, Cidadania e Inclusão Social), UFRJ / 2008. Pertence a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – ECO-ECO. Sua experiência se concentra nas áreas de gestão de unidades de conservação, e em países como Brasil, França (2005) e África do Sul (2003). Atuou como consultora do Programa Nacional para a Mata Atlântica (PNMA – 2008), professora da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro (1987/2008), Diretora do Parque Nacional da Tijuca (2001/2007), do Parque Lage (1999/2001) e Assessora Técnica da Superintendência do IBAMA/RJ (1990/1994).

FELIPE CRONEMBERGER – Consultor para o tema “Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental”

Mestre em Ciência Ambiental (UFF– 2009), com graduação em Biologia (Santa Úrsula 2004), e Pós-Graduação em Análise e Avaliação Ambiental (PUC/RJ – 2006). Sua experiência se concentra nas áreas de planejamento e gestão ambiental. Atuou como Consultor e Colaborador em diversos projetos: Ensino e Elaboração da base de dados do ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico do Rio de Janeiro utilizando plataforma ARCGIS (INEA/SEA 2009); Projeto de elaboração de uma base de dados (geo) referenciada para a evolução histórica da malha ferroviária do Brasil (NEMESIS – IPEA / 2007); também elaboração de base de dados do Projeto Climate Change: Energy Security, projeção dos cenários climáticos, período 2000–2010 (PPE/COPPE/UFRJ – 2007/2009); Mapeamento do Uso e Cobertura do Solo no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Rio de Janeiro (UFRJ/SEA – 2008); Estudo de Impacto Ambiental do asfaltamento da estrada parque de Visconde de Mauá (FEEMA/SEOBAS – 2009); Projeto da Estrada parque Visconde de Mauá análise preliminar do projeto básico existente (SEOBAS/UERJ – 2008/2009); Projeto de Pesquisa “A Observação Internacional do Impacto do COMPERJ sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) nos Municípios do CONLESTE” (UFF – 2007/2010).

VICTOR ZULAR ZVEIBIL – Consultor para o tema “Saneamento Ambiental”

Doutor em Ciências – Políticas Públicas e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ (2003), com graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie de São Paulo (1978); Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia – COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – 1980. Foi Secretário Nacional de Qualidade Ambiental do Ministério

do Meio Ambiente no período 2004/2007, responsável pelas políticas nacionais para o licenciamento ambiental; programas de resíduos sólidos urbanos; mudanças climáticas. De 1990 a 2010 trabalhou no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como Superintendente e Coordenador Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, responsável por coordenação de projetos de consultoria, preparação de planos de saneamento ambiental, através de processos participativos e compatibilizados com o novo marco legal para o saneamento básico; recuperação de sítios contaminados e revitalização urbana associados; gestão de resíduos sólidos, professor da Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, nesses temas, entre outros ao longo dos anos que esteve no Instituto.

ANEXO IV – APRESENTAÇÕES DO SEMINÁRIO INTERNO

ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA DO SEMINÁRIO INTERNO

SEMINÁRIO AAE/PRODETUR 24 de março de 2010 / IBAM/RJ				
nome	instituição	cargo	e-mail	telefones
1 Alexandre Santos	IBAM	superintendente	alexandre@ibam.org.br	2356-9750
2 Ana Claudia Paraneze	UCP/PRODETUR	assessora	paraenseana@yahoo.com.br	9972-3147
3 Bruno Sasson	UCP/PRODETUR	coordenador	bruno.sasson@vicegovernadoria.rj.gov.br	2333-1484
4 Carmen Lúcia Petraglia	SEOBRAS	coordenadora	clucia01@globo.com	2333-1485
5 Clarice Costa Gomes Pinto	SEA/SIGA	assessora	claricecosta@gmail.com	2334-5897
6 Denise Urias Levy	IDB/ESG	especialista	denisel@iadb.org	202 623-3111
7 Eloisa Elena Torres	UCP/PRODETUR	superintendente	torres.elo@gmail.com	8596-5608
8 Erika Campagnoli	INEA	assessora	erikacampagnoli@gmail.com	2332-5516
9 Felipe Matos Cronenberger	IBAM	consultor	felipecron@yahoo.com	9103-2927
10 Gustavo Rabello	IBAM	consultor	gustavuuu@gmail.com	9191-1494
11 Heitor Cintra	IBAM/IDEIAS	consultor	heitorcintra@gmail.com	2522-2421
12 Joseph C. Milewski	IDB/CBR	especialista	josephm@iadb.org	(61) 3717-4128
13 Luciana Amado Guimarães	MTUR	analista	luciana.guimaraes@turismo.gov.br	(61) 2023-7273
14 Manuela Torres Tambellini	INEA	assessora	manuelatambellini@yahoo.com.br	2332-5523
15 Maria Cristina Soares de Almeida	IBAM	coordenadora	tina_almeida@terra.com.br	2221-7558
16 Maria Graça Ribeiro das Neves	IBAM	assessora	mneves@ibam.org.br	2536-9800
17 Paulo Costa	SEOBRAS	superintendente	pcesar@obras.rj.gov.br	2333-0896
18 Paulo Gusmão	IBAM	consultor	ppg.gusmao@gmail.com	2710-0252
19 Rui Velloso	IBAM	consultor	ruiveloso@terra.com.br	2221-7558
20 Sônia Peixoto	IBAM	consultora	soniapeixoto@terra.com.br	2254-0048

ANEXO VI – CRONOGRAMA FÍSICO

METAS/ ETAPAS	MÊS1	MÊS2	MÊS3	MÊS4	MÊS5	MÊS6
META 1 - PREPARAÇÃO DO ESTUDO						
ETAPA 1.1 Mobilização e Preparação da Equipe						
ETAPA 1.2 Planejamento do Seminário Interno						
ETAPA 1.3 Preparação de Trabalhos de Campo						
META 2 - METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA AAE						
ETAPA 2.1 Resultados do Seminário Interno						
ETAPA 2.2 Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE						
ETAPA 2.3 Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE						
META 3 - DIAGNÓSTICO INTEGRADO						
ETAPA 3.1 Consulta aos agentes sociais relevantes						
ETAPA 3.2 Linha de Base dos Polos e Regiões						
ETAPA 3.3 Diagnostico Integrado						
META 4 - CENARIZAÇÃO						
ETAPA 4.1 Visão de Futuro						
ETAPA 4.2 Construção Cenários de Referencia						
ETAPA 4.3 Construção Cenários Desenvolvimento PRODETUR						
ETAPA 4.4 Avaliação Comparativa dos Cenários						
ETAPA 4.5 Construção Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade						
META 5 - VERSÃO PRELIMINAR DA AAE						
ETAPA 5.1 Conclusões e Recomendações						
ETAPA 5.2 Monitoramento do Programa						
META 6 - VERSÃO FINAL DA AAE						
ETAPA 6.1 Validação AAE						
ETAPA 6.2 Versão Final AAE						
ETAPA 6.3 Resumo Executivo						

ANEXO VII – QUADROS DOS INDICADORES SEGUNDO TEMA ESTRATÉGICO

Tema: Dinâmica Regional

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FBR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
ecológica e ambiental	edução do índice de urbanização	edução da área de cobertura vegetal em biomestabde conservação	edução de índices de biodiversidade	indicador estratégico	outros indicadores	aedução do uso ou pressão do solo com destaque para usos urbanos, explicando pressões sobre remanescentes florestais e por extensão sobre os demais componentes do ambiente	mapeamentos de uso e cobertura do solo realizados pelo PROBO (MMA, 2004 - ano base 2000) e pelo ZEE do RJ (SEI, 2010 - ano base 2007)	relacionados à necessidade de validar informações dadas de fontes secundárias e resultados preliminares gerados pela equipe	projeções de cenários baseados nos dados fornecidos pelo projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do RJ (2009) e na equação de curva de área descrita por Strassburg et al. (2009) para os biomas brasileiros
				edução da área total correspondente a UCs de proteção integral e uso sustentável					
econômica	edução da composição do PIB	edução da participação do setor serviços na composição do PIB	variação nos postos de trabalho do setor serviços face aos totais de postos de trabalho	apoio à formação/consolidação de Arranjos Produtivos Locais Turísticos	variação no número de visitantes e a defecção de	adistribuição espacial temporal das atividades econômicas refletindo em condições de dinâmica das regiões	Fundação CDE (rje CDE), Ministério do Trabalho (FAT) e EMBRAPA Turismo	relacionados à necessidade de validar informações dadas de fontes secundárias e resultados preliminares gerados pela equipe	não há previsão de restrições quanto à projeção de cenários
sociocultural	taxa de crescimento urbano	taxa de cobertura de serviços de saneamento	incidência de doenças correlacionadas à infraestrutura de saneamento	investimentos em infraestrutura urbana		adistribuição espacial temporal das contingentes populacionais e da qualidade do ambiente (sobretudo nas áreas urbanas) refletindo em condições de dinâmica das regiões	Censos e contagem de população do IBGE	relacionados à necessidade de validar informações dadas de fontes secundárias e resultados preliminares gerados pela equipe	salvo em casos de limitações impostas pelas bases de dados, não há previsão de restrições quanto à projeção de cenários
político-institucional	distribuição espacial e setorial dos investimentos estruturantes que ocorrerem influenciar o território do RJ do PRODEUR	posição relativa da economia do turismo no contexto das economias dos Polos e Sítios	sinergias e conflitos entre os investimentos estruturantes e a economia do turismo/PRODEUR	políticas públicas de ordenamento territorial em âmbito regional		adistribuição espacial e setorial dos investimentos estruturantes são considerados determinantes/condicionantes da dinâmica das regiões	Relatórios de Acompanhamento do PAC, internet, imprensa e entrevistas	relacionados à necessidade de validar e complementar informações dadas de fontes secundárias	os resultados do traçado dos eixos indicadores serão qualitativos e com o intuito de serem considerados para a construção dos cenários previstos na AAE

Tema: Desenvolvimento Urbano

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FBR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
ecológica e ambiental	Mudanças do uso do solo urbano e do entorno	Cobertura Vegetal	Alteração do microclima e de outras condições ambientais	Utilização de terrenos e fontes de energia limpas	Ações de recuperação ambiental	A utilização de terrenos e fontes de energia limpas no setor turístico na administração pública é considerada pelo PDOT como um indicador estratégico, relacionado às ações para o aumento da competitividade dos destinos turísticos.	Banco de dados do IBGE, FBR, S do ZEE, dos órgãos locais de licenciamento e de gerenciamento de tráfego do CPTC, do INMT, do PROCEL e seus programas e do RELUZ.	desenvolvimento em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
	Taxa de impermeabilização								
econômica	Dinâmica econômica - características	Distribuição das atividades sobre o território	Perda de arrecadação fiscal	Incentivos fiscais / empreendimentos e atividades turísticas		Identificar instrumentos fiscais de fomento ao turismo existentes nas administrações locais, como o conjunto de outros instrumentos existentes nas instâncias estadual e federal.	Organismos e cartas municipais, banco de dados do IBGE, do ZEE, da Fundação CEFOP e do SBR/REU.	levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
sociocultural	Assentamentos urbanos formais e informais	Qualidade do ambiente construído	Aumento da vulnerabilidade urbana	Intervenções em requalificação urbana	Intervenções em atrativos turísticos existentes	A requalificação física está entre as principais respostas ao processo de perda de qualidade do ambiente urbano, seja em relação à deterioração do quadro construído, seja em relação à vulnerabilidade de áreas urbanas a eventos naturais destrutivos.	Banco de dados do IBGE, do ZEE e da Fundação CEFOP, documentos e categorias disponíveis nas secretarias municipais de urbanismo e do meio ambiente.	desenvolvimento em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
		Áreas de risco ocupadas			Identificação de novos atrativos turísticos				
político-institucional	Dinâmicas recentes sobre a estrutura político-administrativa	Quadro atual dos instrumentos de controle urbano	Perda de controle urbano	Plano Diretor Urbano aprovado e legislação complementar e em implementação		A existência de Plano Diretor aprovado e em implementação é uma das condições de resposta aos aspectos observados quanto às deficiências no aparato institucional e legal e suas consequências sobre o quadro urbano e ambiental.	Órgãos municipais relacionados ao desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente, banco de dados associado ao ZEE e ao RELUZ.	levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas, com base no quadro político-institucional

Tema: Patrimônio Histórico e Cultural

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FBR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
indicador estratégico				outros indicadores					
econômica	Dinâmica econômica-características	Distribuição das atividades sobre o território	Perda de arrecadação fiscal	Incentivos fiscais/preservação do patrimônio cultural		Identificar quais os instrumentos fiscais de fomento à preservação do patrimônio cultural existentes nas administrações locais, como conjuntos de outros instrumentos existentes nas instâncias estadual e federal.	Orçamentos e contas municipais, órgãos de proteção do patrimônio (INEAC, IPHAN), banco de dados do IBGE, do ZEE, da Fundação CEFETJ e do SEBRAE RJ	observações em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
sociocultural	Dinâmicas urbanas e do patrimônio cultural	Áreas de interesse cultural protegidas	Deterioração do patrimônio	Intervenções em bens imóveis do patrimônio cultural	Proteção do patrimônio cultural material e imaterial	Classificar em relevâncias de valorização de patrimônios turísticos existentes e registrar as medidas de recuperação de edificações eventualmente deterioradas, reintegrar o bem ao ambiente construído e potencializar suas qualidades dentro do patrimônio local; considerar pelo PDITS como um indicador estratégico para o cumprimento do Objetivo Institucional de Diversificação da Oferta de Atrativos Turísticos.	Secretarias municipais de cultura, órgãos de proteção do patrimônio cultural (IPHAN, INEPAC), agentes e instituições culturais, pesquisas e associações comunitárias.	observações em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
		Herança cultural – patrimônio imaterial			Fomento às expressões culturais locais				
político-institucional	Dinâmicas relevantes da estrutura político-administrativa	Qualidade da administração local	Perda de controle sobre o patrimônio cultural	Planos de Preservação de Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos	Aperfeiçoamento de instrumentos de proteção do patrimônio cultural	Preservar o patrimônio cultural a partir da sua identificação, através da consolidação de uma cultura turística relacionada ao patrimônio, patada no planejamento, na gestão e na reabilitação urbana, bases para a preservação sustentável do patrimônio cultural.	Secretarias municipais de cultura, órgãos de proteção do patrimônio cultural (IPHAN, INEPAC), agentes e instituições culturais, pesquisas e associações comunitárias.	levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas, com base no quadro político-institucional

Tema: Governança e Desenvolvimento local

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FBR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
				indicador estratégico	outros indicadores				
ecológica-ambiental	pressão sobre o funcionamento da administração municipal face ao aumento das construções e da demanda por áreas de atividades econômicas por licitação de obras e edificações, pressão sobre o uso do solo e sobre o funcionamento da Prefeitura na arrecadação	evolução da quantidade de áreas e de licenças expedidas, % de áreas concedidas sobre o volume de áreas solicitadas	aumento da informalidade (casas de fundos, passagatim, etc.) no cadastro de estado	efeitos nos processos de concessão de áreas e licenças	mecanismos da administração municipal para agilizar os processos de formalização da economia e do comércio	examinar a capacidade de resposta da Prefeitura para fazer face às demandas dos cidadãos e empreendedores locais	relatórios da administração municipal; documentos do TCE	buscar informações nas unidades apropriadas das Prefeituras	depende de informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
	pressão sobre a disponibilidade de mão de obra, para atuar nos setores: identificação de programas de capacitação de mão de obra em turismo	identificação de iniciativas de treinamento no âmbito das organizações que compõem a cadeia produtiva do turismo	variação no número de empregos do setor turístico, variação na qualidade dos serviços	ajustes na capacidade de treinamento e de mão de obra, desenvolvimento de parcerias para maior aproveitamento da mão de obra treinada	disponibilidade de postos de trabalho em outras cadeias produtivas, preferências dos postulantes à trabalho por cadeias produtivas	identificar o número de empreendedores do setor privado local e sua capacidade de articulação regional	Sitrag e associações e federações do ramo, organismo da Prefeitura voltado para a geração de empregos, IBGE	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende de informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
econômica	pressão sobre a autonomia municipal e sua capacidade de aplicar recursos no turismo	verificação de evolução dos tributos vinculados à atividade turística (ISS...) e de outros recursos (proventos de Convênios, transferências constitucionais, ...)	disponibilidade de recursos (tributos) para gastos de investimento e de custeio	evolução dos recursos municipais próprios, transferências e convênios de relações com os segmentos do turismo	identificação de mecanismos municipais de arrecadação e controle de transferências	examinar questões relacionadas à autonomia municipal e à contribuição do turismo para a arrecadação	MUNQ, IBGE, TCE, orçamentos e balanços municipais	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	varia de acordo com o acesso às fontes de informação secundária
	pressão sobre a transparência das decisões pelos interessados e/ou envolvidos na atividade turística e atividades impactadas e/ou correlatas	identificação de Conselhos, e outras instâncias de deliberação e consulta existentes (consórcios, convênios, associações) - espaço governamental	composição representativa dos Conselhos, Órgãos e instâncias deliberativas e consultivas	identificação de formulações, iniciativas e ações que atendam a diversos interesses de diferentes atores	sinergia com organizações similares de outros setores correlatos	identificar a participação da sociedade nas decisões de governo, verificando a potencialidade para que a decisão pública seja a mesma	legislação e instrumentos normativos dos três níveis de governo, MUNQ, IBGE, TCE	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende de informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
sociocultural		identificação de Consórcios, Convênios e Associações de Empresários voltados para as relações do setor - espaço privado e misto	representação, composição dos Consórcios, Convênios, Associações de Empresários	identificação de formulações, iniciativas e ações que atendam a diversos interesses de variados grupos	sinergia com organizações similares de outros setores correlatos	identificar o desenvolvimento das organizações não governamentais (empresariais, terceiro setor etc.) na construção do setor turístico, verificando a interação entre as relações turísticas, culturais, industriais, sociais, políticas, trabalho, etc.	Sitrag e associações e federações do ramo, IBGE	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende de informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
		identificação de manifestações socioculturais relacionadas à formação de territórios municipais do Poder	disponibilidade de organizações para serem parceiras do processo de promoção do desenvolvimento local via ações do setor turístico	identificação de formulações, iniciativas e ações que atendam a diversos interesses de variados grupos	sinergia com organizações similares de outros setores correlatos	identificar o desenvolvimento das organizações não governamentais (empresariais, terceiro setor etc.) na construção do setor turístico, verificando a interação entre as relações turísticas, culturais, industriais, sociais, políticas, trabalho, etc.	documentos dos governos municipais, INEPAC, Misa, etc. e do Fide	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende de informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
político-institucional	pressão sobre a atuação dos governos municipais e estaduais no fortalecimento dos processos de descentralização, integração regional e interiorização do turismo	verificação da caracterização da estrutura organizacional estadual e dos governos municipais, observando a inserção do setor turístico	funcionamento das administrações municipais em termos de grau de descentralização, cooperação intragovernamental, elaboração e gestão compartilhada de ações e políticas	identificação da estrutura do setor turístico e correlatos (cooperação intragovernamental, disponibilidade de distribuição de recursos humanos e orçamentários, gestão) nos diferentes municípios atendidos pelo PRODEUR	comparação entre os padrões e atribuições dos órgãos e entidades de cada setor turístico nos diferentes municípios que participam do PRODEUR	examinar o grau de institucionalização do setor no interior das estruturas dos governos municipais e estaduais	documentos dos governos municipais e estaduais	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende de informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais

Tema: Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FEIR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
ecológica e ambiental	Uso responsável de recursos naturais e culturais	% de empreendimentos sustentáveis X empreendimentos convencionais	Perda de qualidade de recursos naturais e paisagísticos e perda de identidade cultural com consequente perda de atratividade de destinos/produtos	Empreendimentos de Turismo Sustentável	Consumo de energia elétrica. Qualidade da água, Percentual de lixo com gestão e reaproveitamento. Tratamento e reaproveitamento de efluentes líquidos. Uso de tecnologias limpas	Crescimento da quantidade de turistas produz o crescimento de diversos consumos de recursos naturais e energéticos, que demandam por investimentos em infraestrutura, equipamentos e instalações desenvolvidas dentro de critérios de tecnologias limpas e ecodiferenciais tradicionais que reduzamos impactos resultantes de consumo de materiais, de energia e de mais recursos, que reduzamos impactos na paisagem natural e nos sistemas naturais de destinos turísticos. É necessária a adoção de comportamentos produtivos sustentáveis e compatíveis com a manutenção da qualidade das interações funcionais nas mais diversas dimensões da sustentabilidade.	Prefeituras, SEBRAE, Fundação CEFERJ, associações de representação empresarial, GMUR, Conventions Bureau, ONGs ambientalistas etc.	visita preliminar para estabelecer a linha de base e visitas periódicas anuais para acompanhar e avaliar a evolução do indicador	identificação de projetos e ações voltadas à sustentabilidade de empreendimentos, menor consumo/gasto em recursos
econômica	Melhor uso da Infraestrutura Turística	Quantidade e qualidade da Infraestrutura Turística disponível	Perda de qualidade de oferta e atendimento aos turistas com consequente perda de atratividade de destinos/produtos	Investimentos em infraestrutura turística	Oferta de empreendimentos de hospedagem. Capacidade de hospedagem de estabelecimentos. Oferta de empreendimentos e de serviços turísticos	Crescimento da demanda turística deve ser acompanhado pelo crescimento da infraestrutura e equipamentos turísticos que, em alguns casos, também são utilizados pela população local; caso contrário, os investimentos em recursos suficientes para a conservação da qualidade da infraestrutura turística existente e para a implantação de estruturas que atendam às necessidades locais da atividade turística, certamente haverá prejuízos à sustentabilidade econômica, social e ecológica.	Prefeituras, bancos financeiros de atividade turística – BNDES/CEF/BB, SEBRAE, Fundação CEFERJ, associações de representação empresarial, GMUR, Conventions Bureau, outras instituições do Sistema S	levantamento de dados - aplicação de questionário	identificação de projetos/ações
	Melhor uso da Infraestrutura de Apoio	Quantidade e qualidade da Infraestrutura de Apoio disponível	Perda de qualidade de oferta, atendimento às necessidades dos moradores locais e do atendimento aos turistas com consequente perda de atratividade de destinos/produtos	Investimento em Infraestrutura de Apoio	Oferta de serviços diversos como passeios, comunicações, bancários, segurança, saneamento etc.	Crescimento da demanda turística deve ser acompanhado pelo crescimento da infraestrutura e equipamentos turísticos que, em alguns casos, também são utilizados pela população local; caso contrário, os investimentos em recursos suficientes para a conservação da qualidade da infraestrutura existente e para a implantação de estruturas que atendam às necessidades locais da atividade turística e dos moradores, certamente haverá prejuízos à sustentabilidade nas mais diversas dimensões.	Prefeituras/Secretarias Municipais de Fazenda, Governo do Estado/Secretaria Estadual de Fazenda, SEBRAE, Fundação CEFERJ, TCE-RJ, associações de representação empresarial, empreendedores privados	levantamento de dados - aplicação de questionário com documentos complementares	identificação de projetos/ações
sociocultural	Conservação turística do visitante e promoção de serviços turísticos com qualidade e segurança	Quantidade e qualidade de profissionais de turismo capacitados e qualificados	Redução do fluxo de turismo em função da prestação de serviços	Programas de capacitação e qualificação de funcionários para prestação de serviços turísticos	Regulamentação local do turismo. Qualidade do atendimento turístico. Satisfação do visitante como turista local. Cursos regulares de capacitação e reciclagem	A capacitação e a qualificação são dois fatores estratégicos para uma prestação de serviço turístico com segurança e qualidade e é responsável, em grande parte, pela sustentabilidade do desenvolvimento local do turismo. Verifica-se, a partir de observações, estudos e pesquisas, que em grande parte dos profissionais de turismo possui somente formação empírica, sem ter passado por cursos que promovam melhoria no atendimento. É necessário criar as condições de cadastro do atendimento turístico - nas áreas do poder público, respectivo, governança, alimentos e bebidas, condutores de visitantes e administração - a fim de se planejar adequadamente a partir das necessidades do cadastro.	Secretarias Municipais de Educação, SEBRAE, SIVAC, SIVAR, Sindicatos	levantamento de dados - aplicação de questionário com documentos complementares	quantitativa a partir das datas de revisão
político-institucional	Projeções de intensificação de fluxo turístico	Capacidade atual das infraestruturas para atendimento da demanda turística	Perda de capacidade por incapacidade de atendimento	Planejamento a longo prazo do turismo	Plano Diretor do Turismo. Programas de desenvolvimento local do turismo. Participação em programas governamentais de turismo	Crescimento do fluxo de turistas decorrente das intervenções propostas no PRODETURJ implica em uma necessidade maior de planejamento para local do turismo. Riscos de impactos negativos, mal interpretados os positivos em programas governamentais de turismo.	Prefeitura, Câmara Municipal, Secretaria Estadual de Turismo/Turismo, Ministério do Turismo, Entidades, organizações não governamentais, integrantes/membros do GMUR e fornecedores de serviços turísticos	levantamento de dados - aplicação de questionário	qualitativa
	Demanda de mercado por qualidade, segurança e elegibilidade	Mercado turístico de estrutura e padrão de infraestrutura informalidade	Perda de arrecadação fiscal e de controle da atividade turística	Percentual de informalidade na prestação de serviços turísticos	Iniciativas de apoio/incentivo à formalização	É necessário criar as condições de informalidade a fim de evitar os causados por esse e por outras formas de desenvolvimento de turismo. A informalidade produz uma série de problemas ao consumidor de serviços turísticos, e ao poder público.	Prefeitura, integrantes/membros do GMUR e fornecedores de serviços turísticos, SEBRAE	levantamento de dados - aplicação de questionário com documentos complementares	quantitativa e qualitativa a partir de políticas públicas de incentivo à formalização

Tema: Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FBR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
ecológica e ambiental	% de população atendida por rede de água	falta de água ou intermitência de abastecimento	riscos de transmissão de doenças por violação hídrica/limitações ao atendimento como consequência da demanda turística	relação entre quantidade de água captada, tratada e distribuída e demanda atual/futura	projetos de ampliação do sistema de abastecimento de água (captação, tratamento e redes)	demanda por água tratada é essencial para garantir padrões de saúde pública, atendimento à população local e turismo	SNS (para municípios atendidos pela CEA e concessionárias privadas), Prefeituras/SVAES nos demais casos, INEA/ANEAS	será necessário identificar principais carências e projetos, especialmente em PMs com serviços autônomos	verificação de projetos de ampliação dos sistemas pela CEA/Concessionárias, FEAM/PCePM
	% de economias ligadas à rede de esgotos	volumetria de efluentes líquidos domésticos não tratados	riscos de transmissão de doenças por violação hídrica/limitações ao atendimento como consequência da demanda turística (obras e aspectos visuais negativos)	% de esgotos coletados e não tratados/índices de doenças de violação hídrica/qualidade da rede de esgotos e praças	projetos de ampliação do sistema de esgotos sanitários (redes, ETS e outros sistemas de tratamento)	contaminação de recursos hídricos a rede de esgotos sanitários, limitação à ampliação do turismo	SNS (para municípios atendidos pela CEA e concessionárias privadas), Prefeituras/SVAES nos demais casos, INEA/ANEAS	será necessário identificar principais carências e projetos, especialmente em PMs com serviços autônomos	verificação de projetos de ampliação dos sistemas pela CEA/Concessionárias, FEAM/PCePM
	efluentes industriais não tratados	contaminação industrial em corpos d'água	contaminação dos corpos d'água, morte de peixes	aumento de doenças de violação hídrica, redução de atividades econômicas ligadas aos corpos d'água (pesca, turismo)	autos de infração pelo INEA, índices de contaminação dos corpos d'água	riscos à saúde pública, ao meio ambiente e a outras atividades econômicas, incluindo turismo	SZ- autos de infração, informes locais, Ministério Público	verificação junto às secretarias de meio ambiente em municípios/Ministério Público	existência de PAC
	quantidade total de resíduos sólidos coletados (on/dia) e forma de disposição final	existência de lixões e lixo a céu aberto, sítios contaminados	contaminação do lençol freático dos recursos hídricos, proliferação de vetores, doenças, infestação de pragas, riscos de deslizamentos	formas de tratamento dos resíduos sólidos, aterros sanitários, perspectivas para o ordenamento	projetos previstos pelo RGFS, INEA, existência de RGFS	resíduos sólidos são uma das principais queixas e limitações para o turismo. A ausência de sistemas adequados de tratamento dos resíduos sólidos é fator grave para a saúde do meio ambiente	RGFS, INEA, projetos locais	verificação junto às prefeituras municipais	perspectivas para o ordenamento e uso dos recursos/para a com SVA/INEA
	% de resíduos atendidos pela coleta seletiva	lixo a céu aberto, queimadas, lixo em vias públicas, aumento da demanda sazonal como turismo	proliferação de vetores, doenças, infestação de pragas	frequência de padrões de atendimento de serviços de coleta seletiva, capacidade de ampliação do atendimento sazonal, existência de RGFS (plano de gestão de resíduos sólidos municipal)	iniciativas para a redução de resíduos sólidos, perspectivas para a universalização do atendimento, coleta em núcleos rurais, empreendimentos não urbanos	resíduos sólidos são uma das principais queixas e limitações para o turismo. A não universalização do atendimento e a capacidade de expansão sazonal é limitadora.	RGFS, INEA, projetos locais	verificação junto às prefeituras municipais	perspectivas para a universalização, redução de resíduos sólidos
	poluição hídrica	níveis de O2 e outros contaminantes	qualidade dos corpos d'água	sistemas de controle		baixa qualidade da rede de esgotos, impactos negativos ao turismo	INEA/SVA/CEA	verificação	identificação de projetos de saneamento
	áreas sujeitas à inundação e deslizamento de encostas	ausência de sistemas de drenagem de águas pluviais, ocupação informal	riscos à vida humana e ao turismo, interrupção de acessos	sistemas de drenagem de águas pluviais urbanas, respeito às linhas de drenagem na ocupação urbana, planos de contingência	planejamento urbano e licenciamento de empreendimentos adequados a evitar ocupação de margens de cursos d'água e encostas	vulnerabilidade urbana, interrupção de acessos, doenças de violação hídrica, transmissão de doenças, impactos ao turismo	registros em secretarias municipais, INEA/SVA, Defesa Civil estadual e municipais, corpo de bombeiros	verificação junto às prefeituras municipais	qualitativa
econômica	limitações em qualidade dos serviços de saneamento básico	intermitência na prestação dos serviços	redução da atratividade para o turismo	tenências, quedas no fluxo de turistas, redução de tributos locais gerados pelo turismo	redução no número de empreendimentos ligados ao turismo	limitações ao aumento do fluxo de turismo, redução da geração de SLQMS	PM, CEA, SNS, PDTS	conselhos locais e regionais, PM	identificação de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas, dados raros e pouco confiáveis
sociocultural	forças e espaços de participação social	qualidade do controle social	potencial para melhoria dos sistemas de saneamento	participação e fomento em rede	continuidade dos conselhos, agendas	os espaços de controle social no campo de saneamento são fundamentais à garantia da qualidade e universalização dos serviços, segundo Lei 11.450/07	PM	conselhos locais e regionais, PM	qualitativa, verificação de fomento em redes de controle social no campo de saneamento
político-institucional	padrões de geração de lixo urbano	altos índices de geração per capita	maiores custos para o da e disposição final	iniciativas de redução de resíduos sólidos	existência de catadores nos lixões	perspectivas de redução do lixo gerado, geração de trabalho e renda	Degratário RGFS	verificação	qualitativas
	forma de prestação de serviços de água e esgotos (CEA, empresa, SVA ou administração)			existência de órgãos de fiscalização e planos de contingência	existência de Paros Municipais de Saneamento Básico ou RGFS	potencial para a melhoria do atendimento em regiões	Prefeitura Municipal	Secretaria de Estado, Prefeitura, SNS, Sanatório ODE	planos de ação
	forma de prestação de serviços de limpeza urbana			existência de Órgão gestor municipal ou atuação com CEA, concessionárias e formação de consórcios intermunicipais para atender sanitários		perspectivas de melhoria com sustentabilidade	INEA/SNS (região Lapa)	confirmação	propostas INEA

Tema: Saneamento Ambiental

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (EAB)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
ecológica e ambiental	Ocupações irregulares em áreas internas das APPs e US	Redução da cobertura vegetal e perda da biodiversidade e fragmentos dos remanescentes florestais (corredores ecológicos)	Redução da cobertura vegetal e perda da biodiversidade	% de áreas florestadas e índice de vulnerabilidade ambiental	Índice de vulnerabilidade ambiental	A preservação da cobertura vegetal é fundamental para o fornecimento de serviços ambientais à população e para a preservação da biodiversidade. Os indicadores elencados permitem avaliar a vulnerabilidade ambiental diante das pressões antrópicas e o grau de ameaça aos recursos naturais existentes nas regiões.	Levantamento de trabalhos publicados pela área acadêmica, resultados de projetos governamentais e de ONGs.	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (US).	Perspectiva de incremento do turismo semirureno e da degradação ambiental.
	Riscos de Acidentes Ambientais	Ausência de programas de prevenção	Riscos à vida humana e perda de visitação turística	Nº de acidentes ambientais e planos de contingência			Requisitos junto aos órgãos estaduais de US, MMA/SF, INEA, UERJ e UFPA.	Entrevistas com Chefes de US (federais e estaduais) e das áreas técnicas dos Conselhos Consultivos.	
	Emissão de CO2	Contribuição de CO2 em material particulado no ar	Contribuição do ar	Nº de casos de doenças respiratórias decorrentes da poluição (programa de monitoramento em funcionamento)			Entrevistas com Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, SCS/Min. da Saúde.		
econômica	Educação dos recursos financeiros para gestão ambiental em US	Limitação de investimento na prestação de serviços	Perda de oportunidade de aumento das divisas locais com o turismo	Magnitude dos recursos financeiros destinados para gestão ambiental em US. Investimentos oriundos do OMC e de fundos ambientais. Parcerias e atividades entre organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais e respectivos investimentos. Nº de concessões e terceirizações de parcerias e atividades para gestão ambiental em US.		Os indicadores elencados permitem avaliar a aplicação orçamentária (custos e investimentos) públicos e privados em atividades de gestão ambiental (parcerias, estaduais, nacionais e internacionais), com a finalidade de avaliar a partir de séries históricas. Neste contexto, torna-se fundamental o levantamento e análise dos recursos oriundos das compensações ambientais, sua alocação e resultados provenientes dos investimentos.	Prefeituras Municipais, órgãos estaduais de US, Câmara de compensação ambiental do governo do Estado do Rio de Janeiro, SCS/INEA.	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (US).	Verificação da possibilidade de sustentabilidade financeira para a gestão dos recursos naturais em US, considerando equipamentos, infraestrutura, recursos humanos etc., tendo em vista a possibilidade de aumento do turismo nas regiões.
	Quantitativo dos recursos financeiros oriundos dos licenciamentos ambientais	Baixa aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental	Perda dos investimentos oriundos dos licenciamentos ambientais	% dos recursos oriundos dos licenciamentos ambientais					
sociocultural	Erguimento de moradia e comunidades tradicionais em educação e proteção ambiental	Realização de erguimento de moradia e comunidades tradicionais nas áreas de turismo/edução e preservação da qualidade ambiental	Perda de oportunidade de geração de emprego e renda das divisas oriundas da visitação às US	Programa de Educação Ambiental. Agenda 21. Programa de Turismo (recursos humanos para monitoria e implementação de atividades de turismo ambiental).			Prefeituras Municipais, órgãos estaduais de US, Câmara de compensação ambiental do governo do Estado do Rio de Janeiro, SCS/INEA.	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (US).	Perspectiva de geração de emprego e renda com investimentos na área ambiental, considerando o erguimento da população e comunidades tradicionais.
	Serviços para atendimento de demanda turística	Carência de oferta de serviços	Perda de divisas e oportunidade de incremento do turismo	Iniciativas/projetos de geração de emprego e renda na área ambiental em US		Os indicadores elencados permitem avaliar a capacidade de mobilização e erguimento dos atores sociais nas áreas ambientais e as respostas às ameaças de degradação ambiental. Também permitem avaliar o potencial de geração de emprego e renda.	Prefeituras Municipais, órgãos estaduais de US, Câmara de compensação ambiental do governo do Estado do Rio de Janeiro, SCS/INEA.	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (US).	
	Qualidade das visitações. Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e áreas com atrativos naturais para a prática de turismo ecológico	US abertas à visitação, bem como áreas privadas com atrativos naturais	Perda de recursos financeiros provenientes das taxas de serviços ingressos	Nº de US, incluindo as APPs, com infraestrutura e equipamentos adequados para visitação					
político-institucional	Quadro institucional normativo e executivo para a implementação de APPs	Instrumentos de planejamento, estrutura de fiscalização e de monitoramento	Conflito de gestão entre níveis de tutela	Planos Diretores Municipais e Planos de Manejo (US) elaborados e implementados. Acordos de cooperação entre os 3 níveis de governo. Ações junto ao MP.		Permite avaliar os instrumentos e mecanismos existentes para gestão ambiental, participativa - mecanismos de governança e accountability.	Ações em curso no Ministério Público, das Prefeituras Municipais e Consultivos de US e Membros de US, levantamentos de informações nas páginas digitais das Prefeituras.	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (US).	Verificar o grau de institucionalização dos municípios/regiões para gestão integrada de APPs de turismo e proteção da natureza, bem como os espaços e técnicas de participação social.
	Fóruns de participação social	Qualidade do controle social	Melhoria da gestão ambiental	Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Conselhos Consultivos (US) implementados em funcionamento					

ANEXO VIII – MAPAS–SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA–SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO LITORAL – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO COSTA VERDE

AMBIENTE INTERNO			AMBIENTE EXTERNO	
PONTOS FORTES		PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
ECONÓMICA	- Expansão da captação de turistas junto ao mercado emissor do estado de S. Paulo. - Economia do turismo consolidada na região com aumento significativo do numero de postos de trabalho, notadamente em Paraty.	- Inexistência de política de comercialização do turismo da região. - Atividade turística sazonal, à exceção de Paraty. - Alto índice de informalidade das atividades relacionadas ao turismo. - Falta de conhecimento e dimensionamento do mercado turístico regional. - Baixa participação do <i>trade</i> na promoção da atividade turística. - Inexistência de projetos de capacitação de profissionais para o setor. - Alta participação relativa de turistas com perfis que geram poucos efeitos multiplicadores (de alto luxo ou de gasto muito baixo), notadamente em Angra dos Reis. - Poucas opções de hospedagem de qualidade para o turista com perfil de gasto médio, com exceção de Paraty.	- Grandes investimentos ligados à ampliação dos portos de Itaguaí e Sepetiba, bem como dos terminais da Petrobrás e da Usina Nuclear de Angra III (em Angra dos Reis e Mangaratiba).	- Pouco investimento governamental para fortalecer a economia do turismo em bases sustentáveis, à exceção de Paraty. - Possíveis impactos industriais nas atividades urbanas e turísticas da baía da Ilha Grande, devido à tradicional baixa sinergia entre elas. - Potenciais conflitos entre as atividades econômicas tradicionais (principalmente a pesca) e a necessidade de atuação e fiscalização dos órgãos ambientais, sem a criação de alternativas de trabalho e renda para as populações que dependem de tais atividades.

ECOLÓGICA e AMBIENTAL	- Boa promoção do destino turístico para o segmento de ecoturismo, fundamentalmente para o PE da Ilha Grande, com adequada infraestrutura de visitação; e para o turismo náutico e subaquático.	- Inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais. - Pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais. - Baixa incidência de RPPNs, se comparada com outras regiões do estado. - Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação. - Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental. - Falta de controle de acesso / visitação aos atrativos turísticos naturais. - Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.	- Alto índice de biodiversidade: recursos naturais abundantes (florestal e marinho), estando 65% do território protegido por UCs de proteção integral – federal e estaduais. - Investimentos do INEA para o aperfeiçoamento da gestão e da infraestrutura de uso público nas UCs estaduais da região, em especial no PE da Ilha Grande – no Abraão. - Disciplinamento do uso e ocupação da orla marítima mediante a implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla²⁵ - Implementação do projeto Gestão integrada do ecossistema da Baía da Ilha Grande²⁶. - Revisão do zoneamento ecológico da APA Estadual de Tamoios (93 ilhas da Baía da Ilha Grande e 81 km de faixa litorânea continental). - Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (recursos da SEA) para os centros urbanos de Paraty e Angra dos Reis. - Criação do consórcio intermunicipal e implantação de aterro sanitário comum aos 4 municípios a ser implantado em Angra dos Reis.	- Fragilidade ambiental em geral, em função das características do relevo, hidrografia e pluviosidade, com riscos de deslizamentos em áreas urbanas e não urbanas e de enchentes nas áreas baixas. - Ocorrência de riscos sistemáticos (em períodos de chuva) à integridade da BR 101 ocasionando interrupção do acesso integral ou parcial à região, com obras de recomposição muito demoradas. - Encostas sujeitas a deslizamentos, colocando em risco a área ocupada e a mobilidade de moradores e turistas. - Falta de controle da ocupação urbana em áreas de interesse para proteção da paisagem – pressões da atividade imobiliária e privatização de praias. - Vulnerabilidade da fauna e flora decorrente do extrativismo e da introdução de espécies exóticas. - Degradação do meio natural, mediante: lançamentos de esgoto, lixo e óleo no mar, pesca predatória, tráfego intenso de embarcações marítimas, etc.. - Inadequação dos sistemas de gestão de águas e esgotos, compartilhados entre a CEDAE e as prefeituras. - Precários sistemas de manejo e de disposição final dos resíduos sólidos.

25 Ação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPO), em parceria com o INEA e Prefeituras Municipais.

26 Iniciativa da Secretaria de Estado do Ambiente, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO –Food and Agriculture Organization), financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF – Global Environment Facility) e execução do Inea.

SOCIOCULTURAL	- Diversidade de segmentos turísticos oferecidos, principalmente em Paraty. - Consolidação de eventos culturais e expansão dos calendários de eventos, atuando em baixa estação. - Valorização dos espaços culturais através de eventos com boa repercussão (FLIP, Festival Teatro de Angra dos Reis, etc.). - Boa estrutura para o turismo náutico e subaquático. - Disseminação e valorização de novos atrativos turísticos na costa entre Paraty e Angra dos Reis.	- Inexistência de centros de informações turística regional. - Pouca articulação dos circuitos turísticos mais visitados da região com os atrativos de interesse histórico e cultural no município de Rio Claro. - Pouca divulgação do patrimônio cultural imaterial da região, principalmente com relação ao artesanato de herança indígena e caiçara. - Pouco aproveitamento do potencial paisagístico da BR 101.	- Localização privilegiada e facilidade de acesso pela BR 101. - Facilidades de visitação pela ampliação e melhoria da rede de estradas – rede de acessibilidade com grande potencial para implantação de estradas–parque (BR 101 e estradas estaduais). - Recuperação da Infraestrutura de acessibilidade alternativa à região pela RJ 155 (Angra dos Reis – Barra Mansa), ligando a região ao subpolos Vale do Café e Agulhas Negras. - Boa conservação e proteção dos principais bens imóveis de interesse cultural em Paraty. - Proposta para reconhecimento de Paraty como Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO.	- Necessidade de melhorias das rodovias BR 101 e nas RJs 165 (Paraty – Cunha) e 149 (Mangaratiba – Rio Claro), devendo o fluxo de veículos ser monitorado para evitar degradação ambiental nas áreas de entorno. - Inadequação dos terminais marítimos de Angra dos Reis, Mangaratiba e de Paraty. - Inadequação do sistema regional de transporte marítimo, marcadamente no que diz respeito ao acesso a Ilha Grande – concentrado em Mangaratiba no contexto de uma localidade que é distrito de Angra dos Reis. - Ausência de um aeroporto regional para incrementar o turismo. - Pouca presença de ações de educação patrimonial. - Baixa competitividade do artesanato local e risco de descaracterização do artesanato de raiz tendo em vista as necessidades de homogeneização do mercado. - Conflitos de uso entre o artesanato local (que utiliza como matéria prima recursos naturais) e as regras de proteção no Parque da Ilha Grande.
POLÍTICO-INSTITUCIONAL	- Consolidação dos municípios de Angra dos Reis²⁷ e Paraty²⁸ como Destino Indutor do Turismo Regional. - Novas iniciativas de mobilização para valorização da cultura – GG Mar de Cultura (Paraty). - Boa articulação e combatividade das instituições da sociedade civil ligadas ao turismo. - Existência de órgão regional de turismo (criado em 2008) – Fórum Regional de Turismo da Costa Verde.	- Baixa articulação entre as políticas de turismo com a de proteção aos patrimônios natural e cultural, à exceção de Paraty. - Falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo regional. - Ausência de estudo sobre a capacidade de carga da Ilha Grande e de soluções para o seu monitoramento.	- Grande número de entidades da sociedade civil e grupos de interesse atuantes no território de Paraty, além dos órgãos de estaduais e federais em prol patrimônio natural e histórico. - Atuação efetiva do escritório técnico do IPHAN em Paraty. - Planos Diretores e legislação complementar elaborados, aprovados e implementados.	- Dificuldades de articulação das administrações locais c/ órgãos estaduais e federais. - Estruturas (institucional e técnica) locais inexistentes ou deficientes, à exceção de Paraty. - Ausência de instancias participativas na proteção do patrimônio cultural. - Dificuldades na relação entre as entidades da sociedade civil e os representantes dos setores industriais atuantes na região.

27 <http://turisangra.com.br/>

28 <http://www.destinoparaty.com.br/>

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA–SINTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO LITORAL – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO METROPOLITANO				
AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO		
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
ECONÔMICA	- Crescimento do segmento de convenções e eventos, atraindo publico específico. - Desenvolvimento de outros segmentos turísticos – Turismo Náutico, Turismo de Negócio e de Aventura. - Rio de Janeiro e Niterói como captadores da demanda nacional e internacional que visita o estado deflagrando a cadeia produtiva do turismo para outros subpolos. - Ambos os municípios integram a RedeTuris, criada em 2008, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro em parceria com o SEBRAE/RJ, com vistas à integração de toda a cadeia produtiva do turismo fluminense.	- Falta diferencial de competitividade com outros destinos nacionais do segmento de negócios e eventos. - Baixo valor agregado ao produto turístico ofertado – pouca oferta de atrativos complementares ao turismo de sol&praia. - Pouca qualificação da mão de obra local. - Baixa divulgação dos demais destinos turísticos do estado. - Ausência de um plano turístico de comercialização e <i>marketing</i> dos destinos.	- Prosperidade econômica no Rio de Janeiro em função dos investimentos realizados no estado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC). - Realização de eventos internacionais na cidade do Rio de Janeiro: Copa 2014 e Olimpíadas 2016 – investimentos a serem realizados na região metropolitana; maior visibilidade dos destinos no cenário internacional.	- Exclusão social provocada pela baixa qualificação da mão de obra local dos destinos.
ECOLÓGICA e AMBIENTAL	- Atrativos naturais (praias e florestas) com maior potencial de visitação do Estado.	- Inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais do Rio de Janeiro e de Niterói. - Pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais. - Falta de divulgação de oportunidades de visitação a outras áreas protegidas situadas fora da capital do estado. - Falta de controle de acesso / visitação aos atrativos turísticos naturais. - Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental. - Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.	- Elaboração de projeto de gestão integrada das UCs do Rio de Janeiro integrantes do Mosaico Carioca de Áreas Protegidas. - Recuperação da capacidade de investimentos da CEDAE e do controle sobre ligações clandestinas. - Projetos de urbanização de favelas, com recursos do PAC e do <i>Minha Casa Minha Vida</i>, que incluem coleta de esgotos e redes de drenagem. - Projeto de novo aterro sanitário do Rio de Janeiro, em Seropédica.	- Pouco investimentos na proteção das UCs e na implementação de projetos voltados para o uso público. - Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação – Parna Tijuca e Pão de Açúcar. - Baixa integração entre as políticas de proteção da natureza e demais políticas setoriais. - Carência de monitoramento e de um plano de ação para conservação das áreas florestadas. - Riscos sazonais de deslizamentos de encostas e enchentes em pontos baixos – tragédias recorrentes marcam a paisagem e a imagem das cidades. - Deficiências nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, especialmente nas áreas de ocupação irregular, comprometendo a balneabilidade das praias em vários trechos, após período de chuvas. - Programa de Despoluição da Bacia da baía da Guanabara – PDBG inconcluso. - Riscos atinentes aos aterros sanitários atualmente utilizados, de Gramacho (RJ) e Morro do Céu (Niterói); soluções definitivas ainda não implementadas.

SOCIOCULTURAL	- Forte presença do patrimônio arquitetônico, herança do período colonial, e ampla variedade de manifestações culturais, que favorecem o desenvolvimento do segmento do turismo cultural. - Capacidade para realização de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro. - Oferta quantitativamente razoável nos meios de hospedagem, principalmente nas cidades de Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Niterói, Paraty e Rio de Janeiro. - Ampla oferta de equipamentos que compõem o receptivo do Polo. - Consolidação dos atrativos turístico-culturais de Niterói. - Existência de polos gastronômicos.	- Falta de infraestrutura portuária (portos e marinas) para explorar melhor o potencial náutico. - Infraestrutura e sinalização turística deficientes. - Carência de centros de informação turística. - Capacidade hoteleira abaixo das necessidades. - Necessidade de diversificação da demanda turística, a fim de atender a uma variedade maior de segmentos turísticos ainda potenciais. - Falta de proteção às áreas turísticas.	- Boa infraestrutura de acessos rodoviário e aeroviário de caráter regional, nacional e internacional. - Implantação de projetos de renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro (Porto Maravilha) e novos equipamentos culturais no Rio de Janeiro (Museu da Imagem e do Som e Aquário, entre outros). - Investimentos em Infraestrutura esportiva com vistas à Copa do Mundo e Olimpíadas. - Ampliação do aeroporto internacional do Galeão.	- Falta de investimentos em infraestrutura turística e geral adequada dos destinos para atender ao grande fluxo turístico que pode ser gerado após os eventos internacionais que a cidade do Rio de Janeiro sediará. - Necessidade de melhorias nos terminais rodoviários e aquaviários. - Deficiência de infraestrutura básica – segurança e iluminação, além do saneamento, principalmente na cidade do Rio de Janeiro – portão de entrada de turistas nacionais e internacionais.. - Impactos socioambientais, provocados pelo crescimento urbano desordenado. - Especulação imobiliária advinda da alta valorização das áreas turísticas.
POLÍTICO-INSTITUCIONAL	- Rio de Janeiro²⁹ reconhecido como Destino Indutor do Turismo Regional; Niterói³⁰ está desenvolvendo estudos de competitividade para alçar o mesmo reconhecimento. - Aproximação e interesse no fortalecimento do protocolo de cooperação técnica firmado pelas cidades do Rio de Janeiro e Niterói em 2005. - Segmentos representativos da cadeia do setor atuantes com representação no Conselho Estadual de Turismo.	- Inexistência de conselhos municipais de turismo no Rio de Janeiro e em Niterói e de Planos de Desenvolvimento Turístico nos dois municípios - Carência de Conselho Regional de Turismo, cujo papel é, em parte, cumprido pelo Conselho Estadual de Turismo. - Manutenção de ações isoladas das duas cidades, sem foco regional. - Falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo.	- Entidades da sociedade civil e técnico-científicas atuantes no Rio de Janeiro e em Niterói em prol do patrimônio natural e histórico-cultural. - Atuação efetiva dos órgãos municipais, estaduais e federais na proteção ao patrimônio natural e histórico-cultural. - Planos Diretores e legislação complementar elaborados, sendo aprovados e implementados.	- Falta de integração entre as ações de gestão ambiental e do patrimônio histórico-cultural com as de gestão do turismo.

29 <http://www.rioguiaoficial.com.br/>

30 http://www.neltur.com.br/index_off.htm

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA-SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO LITORAL – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO COSTA DO SOL			
AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
ECONÔMICA - Base econômica da atividade fortemente calcada no turismo de segunda residência e no segmento de sol & praia.	- Segmento da economia com baixa articulação regional. - Atividade turística sazonal: períodos de alta densidade contra períodos de baixíssimo fluxo turístico. - Ausência de política de valorização dos veranistas visando dinamizar a economia. - Ausência de produtos formatados para comercialização em larga escala. - Baixo valor agregado ao produto turístico – pouca oferta de atrativos complementares ao turismo de sol&praia. - Falta programa/projeto para capacitação dos empreendedores e da mão-de-obra.	- Macaé como base logística de apoio à produção de óleo e gás natural realizada na Bacia de Campos. - Ampliação da exploração de petróleo em áreas do pré-sal. - Receitas municipais apoiadas predominantemente na arrecadação dos royalties do petróleo – a receita advinda do turismo não é significativa.	- O dinamismo regional relacionado à atividade petrolífera começa a “disputar espaço” com a atividade turística.

ECOLÓGICA e AMBIENTAL	- Diversidade de atrativos naturais costeiros.	- Baixa exploração do potencial turístico da região, com relação aos segmentos de ecoturismo e de turismo de aventura, náutico e cultural. - Pouco aproveitamento turístico das paisagens naturais. - Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental. - Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.	- 30% do território do subpolo coberto por UCs, sendo 95% delas de uso sustentável. - Criação e implantação do PE da Costa do Sol. - Desenvolvimento do projeto Geo-parque (Caminhos geológicos). - Região com o maior numero de RPPNs do estado. - Disciplinamento do uso e ocupação da orla marítima mediante a implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla³¹. - Existência de Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira atuante. - Garantia da disponibilidade de água tratada capaz de atender não apenas as populações residentes, mas os enormes afluxos sazonais de turistas. - Execução de Planos municipais de saneamento básico e de Programa estadual Lixão Zero para implantação de aterros sanitários intermunicipais.	- Crescimento demográfico desordenado gerando impacto sobre os recursos naturais, inclusive no interior das APAs. - Baixos índices de cobertura das redes de esgotamento sanitário e dos sistemas de tratamento de esgotos. - Ausência de sistemas adequados para coleta e tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, com fortes implicações na saúde da população, no meio ambiente e na imagem desses municípios turísticos. - Implantação de empreendimentos turísticos sobre os remanescentes de vegetação de restinga e de dunas.

31 Ação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), conduzida pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPO), em parceria com o INEA e Prefeituras Municipais.

SOCIOCULTURAL	- Boa infraestrutura de serviços para atendimento aos diferentes perfis de público.	- Pouca diversificação do turismo face o potencial a ser explorado, principalmente com relação aos segmentos cultural, náutico, rural, de aventura e ecoturismo. - Dificuldade em consolidar uma infraestrutura para o turismo náutico. - Sinalização turística deficiente. - Inexistência de postos de informação turística regional. - Necessidade de fomentar a cultura e o artesanato regional para consolidá-los como produto turístico. - Inexistência de calendário de eventos de natureza regional. - Dificuldade de coibir o turismo predatório.	- Acesso rodoviário em bom estado de conservação com melhorias na Niterói – Manilha, na Via Lagos, na BR 101 Norte, que interligam o subpolo Metropolitano aos demais municípios do subpolo Costa do Sol. - Ampliação da malha aérea regional – Aeroporto Internacional de Cabo Frio. - Ampliação do numero de bens culturais protegidos, manutenção dos tombamentos existentes e boa conservação dos principais bens imóveis de interesse cultural. - Recuperação da Infraestrutura de acessibilidade de interligação da Costa do Sol com a região da Serra Verde Imperial – estrada RJ 142 (Serramar).	- Necessidade de criação de rotas de vôos comerciais para o Aeroporto Internacional de Cabo Frio. - Pouca divulgação oficial do patrimônio cultural material existente, à exceção de Cabo Frio; e falta de reconhecimento e divulgação do patrimônio imaterial – história colonial pouco valorizada.

POLÍTICO-INSTITUCIONAL	- Armação dos Búzios³² considerada como Destino Indutor do Turismo Regional; estando Arraial do Cabo e Cabo Frio promovendo estudos de competitividade para alçar o mesmo reconhecimento. - Existência de órgão regional de turismo (criado em 2008) – Conselho de Turismo da Região da Costa do Sol (CONDETUR).	- Falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo na região. - Estruturas municipais de turismo com deficiências técnicas e operacionais.	- Dinamização das atividades do Escritório Técnico do IPHAN na Região dos Lagos.	- Baixa ou nenhuma articulação entre os órgãos municipais de Planejamento/Urbanismo e os de Turismo, muitas vezes criando conflito entre os interesses imobiliários e da construção civil e as vocações turísticas dos municípios.

32 <http://www.destinobuzios.com.br/index.php>

ANEXO IX – QUADROS–SÍNTESE DAS DINÂMICAS DOS PROCESSOS – POLO LITORAL

Tema Estratégico: Dinâmica Regional

Processos	Situação atual	Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR
		Situação em 2020	Situação em 2020
Evolução da Estrutura Econômica	Constatado um maior dinamismo econômico centrado nos Subpolos da Costa do Sol e da Costa Verde, nessa ordem	Taxas de crescimento da economia do turismo tendem a um crescimento como consequência de novos investimentos e eventos (Copa do Mundo, Olimpíadas etc.) Essas taxas tendem a ser suplantadas por aquelas apresentadas por outros setores de atividades relacionadas aos investimentos estruturantes em curso na Zona Costeira (predominando cadeia de O&G, energia, indústria naval, atividades portuárias etc.) Incremento da demanda dirigida, p.ex., ao setor hoteleiro, restaurantes etc., associado aos efeitos da Lei Geral do Turismo, tende a incrementar a formalização da atividade do setor e à consequente formalização do emprego no mesmo	Contribuir para um melhor aproveitamento das oportunidades vinculadas aos atrativos turísticos localizados no Polo Espera-se uma variação positiva nos postos de trabalho vinculados ao setor turismo como resultado direto do PRODETUR-RJ.
Evolução do Uso do Solo	Constatada uma maior expansão da mancha urbana nos Subpolos da Costa do Sol e da Costa Verde	Expansão da mancha urbana nesse Polo resultará em acréscimos das pressões já exercidas sobre remanescentes florestais e, particularmente, UCs	Incrementos na capacidade de resposta (gestão ambiental) dos órgãos de tutelas das UCs como resultante do PRODETUR-RJ

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Crescimento Populacional e Qualidade de Vida	Destaca-se a taxa de crescimento populacional verificada no Subpolo da Costa do Sol Em geral crescem os investimentos em saneamento e infraestrutura urbana Contudo, segue em destaque a ocorrência de doenças de veiculação hídrica	Seguirá em destaque o crescimento populacional no Subpolo da Costa do Sol, sobretudo como consequência do poder de atração exercido pelo dinamismo imposto pela cadeia produtiva de O&G Tendência de melhoria dos indicadores de ocorrência de doenças de veiculação hídrica	Não se projeta modificação significativa desses indicadores em decorrência das ações a cargo do PRODETUR-RJ. A exceção se faz naquelas localidades (como, por exemplo, na Vila do Abraão) onde o PRODETUR-RJ realizará intervenções em saneamento. Contudo, deve-se sublinhar o caráter local e não sistêmico dessa intervenção.

Tema Estratégico: Desenvolvimento Urbano

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Consolidação dos Atrativos Turísticos	Municípios de Angra dos Reis, Búzios, Paraty e Rio de Janeiro consolidados como Destinos Indutores de Turismo Regional; Arraial do Cabo e Cabo Frio estão desenvolvendo estudos para obter mesmo reconhecimento Diversidade de segmentos turísticos oferecidos e boa estrutura para o turismo náutico e subaquático Inexistência de centros de informações turística regional e falta de divulgação de roteiros integrados de visitação aos atrativos Litoral com alto potencial paisagístico (BR 101) mas pouco aproveitado; novos atrativos turísticos, entre Angra dos Reis e Paraty, mal divulgados – podem ser mais valorizados	Angra dos Reis, Búzios, Paraty e Rio de Janeiro deverão se beneficiar de sua posição de Destinos Indutores de Turismo Regional; Arraial do Cabo e Cabo Frio deverão alcançar o mesmo <i>status</i> Apesar de alguns esforços dos poderes locais, deve permanecer a insuficiência de postos de informação turística Tendência de baixo aproveitamento e valorização do potencial paisagístico do litoral e da BR 101, apesar das iniciativas públicas e privadas (são poucas e pontuais)	Planos de Imagem e de Marketing contribuirão para consolidar os destinos turísticos regionais Planos de Comercialização deverão divulgar roteiros integrados de visitação aos atrativos Intervenções urbanas em: Paraty, Ilha Grande (Angra dos Reis), Cabo Frio e Búzios favorecerão os principais atrativos e poderão melhorar a estrutura do turismo náutico. Há projetos para Postos de Informação Turística, mas parecem insuficientes (não se sabe quantos serão e onde serão instalados) Não são previstas medidas ou intervenções de valorização do litoral como um todo
Sistemas de mobilidade aos atrativos	Localização privilegiada dos atrativos e facilidade de acesso pela BR 101 e RJ 124 – rodovia com baixa capacidade Rede de mobilidade com potencial para estradas-parque (BR 101 e	Mobilidade terrestre no Polo continuará sendo estruturada pela BR 101 e a RJ 124. No SP Costa Verde a BR 101 apresenta	PRODETUR-RJ prevê intervenções apenas nas RJ 149 e 165, para transformação em estradas-parque

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
turísticos e sobre a acessibilidade universal	RJs) Necessidade de melhorias na BR 101, RJs 165 (Paraty – Cunha) e 149 (Mangaratiba – Rio Claro) Recente recuperação da RJ 155 (Angra dos Reis – Barra Mansa) – alternativa de ligação aos SP Vale do Café e Agulhas Negras Inadequação dos terminais marítimos de Angra dos Reis, Mangaratiba e de Paraty; sistema regional de transporte marítimo deficiente e acesso a Ilha Grande concentrado em Mangaratiba Necessidade de melhorias nos aeroportos regionais para atender voos comerciais	problemas crônicos de instabilidade e obsoleta em alguns trechos (entre Angra e Paraty) –quadro deve se agravar Circulação entre litoral e serras é crescente, sendo maior a demanda na RJs 142 e 155 (as demais são precárias) Arco Rodoviário Metropolitano favorecerá a integração do SP Costa Verde e Costa do Sol, mas deve pressionar a BR 101 em Itaguaí Deficiências nos sistemas hidroviários são tradicionais e tendem a permanecer; não há perspectivas de resolução imediata (problemas legais, institucionais e operacionais) Movimentação nos aeroportos é crescente; deficiências devem permanecer; e não há previsão para intervenções na infraestrutura aeroportuária	Não há previsão para melhorias na BR 101 e RJ 155 As intervenções nas orlas urbanas (Paraty e Vila do Abraão) e no terminal de Mangaratiba favorecerão a circulação nos atracadouros, mas as deficiências no sistema de transporte marítimo devem permanecer PRODETUR–RJ não prevê projetos para infraestrutura dos sistemas de transportes aéreos
Qualidade do Ambiente Urbano	Crescimento urbano tem afetado paisagens urbanas e pressionado recursos naturais SP Costa Verde: fragilidade ambiental em geral; falta de controle da ocupação em áreas de interesse para proteção da paisagem; pressões da atividade imobiliária e privatização de praias; vulnerabilidade de fauna e flora (extrativismo e introdução de	Processos de expansão das cidades e núcleos nos Subpolos (decorrentes do aumento da atratividade turística ou não) devem continuar a gerar impactos sobre o território, pressionando os recursos naturais, a infraestrutura de saneamento e a	As intervenções de urbanização e de revitalização urbana devem contribuir para a mitigação de impactos diretos ou indiretos sobre o território Projetos intencionados pelo PRODETUR

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	espécies exóticas); degradação do meio natural (lançamento de esgotos, lixo no mar e pesca predatória) SP Costa do Sol: crescimento desordenado gera impactos sobre recursos naturais, inclusive em APAs; implantação de empreendimentos turísticos sobre dunas e restingas SP Metropolitano: poucos investimentos na proteção de UCs indefinição de capacidade de carga de importantes atrativos naturais – Parna Tijuca e Pão de Açúcar; Infraestruturas deficientes de saneamento ambiental em todos os Subpolos ocasionam poluição e provocam assoreamento dos cursos d'água; Vulnerabilidade urbana nos Subpolos Costa Verde e Metropolitano acarretam fragilidade de encostas, com ocorrência de deslizamentos sistemáticos Gestão eficiente de energia apenas Rio de Janeiro, Casimiro de Abreu (Costa do Sol) e Rio Claro (Costa Verde) realizaram Planos Municipais de Gestão de Energia Elétrica-PLAMGES	qualidade ambiental urbana Apesar dos incentivos oferecidos, há mais de uma década, pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, continuam sendo poucas as administrações locais que vêm desenvolvendo ações de eficiência energética em seus municípios – esta tendência deve permanecer	também poderão contribuir para minimizar situações de vulnerabilidade urbana e, quando necessário e possível, contribuir para a elaboração de planos de contingência Não são previstos projetos relacionados a ações de eficiência energética nos municípios. Há apenas a previsão de Reestruturação dos Sistemas de Energia Elétrica da Vila do Abraão (Componente Infraestrutura)
Instrumentos legais e estruturas institucionais de gestão do território	Todos os municípios dispõem de Planos Diretores e os atos de sua legislação complementar estão sendo implementados Estruturas (institucional e técnica) deficientes ou inexistentes (exceção de Paraty) Há Conselhos Regionais de Turismo consolidados e atuantes no SP Costa Verde (Fórum Regional de Turismo da Costa Verde) e no SP Costa do Sol (CONDETUR). No SP Metropolitano há protocolo de cooperação técnica firmado pelas cidades do Rio de Janeiro e Niterói	Consolidação de Paraty e de A. Reis como destinos turísticos regionais deverá fortalecer o Fórum da Costa Verde e poderá contribuir para a redução de algumas fragilidades institucionais No geral, as deficiências nas estruturas institucionais e técnicas das municipalidades locais deverão permanecer	PRODETUR-RJ não prevê ações de fortalecimento institucional relacionados ao controle urbano Projetos intencionados no Programa não evidenciam a obrigação de compromissos por parte das administrações locais Assim, o cenário PRODETUR deverá ser o mesmo previsto para o cenário tendencial

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	para fortalecimento do turismo regional Dificuldades de articulação das administrações locais com órgãos estaduais e federais (em geral) Prefeituras não utilizam instrumentos de controle urbano para coibir ocupações informais (áreas impróprias, encostas e de risco) Há informações de que os Planos Diretores (e sua legislação complementar) estão elaborados, aprovados e implementados; mas sabe-se que apenas Angra dos Reis está nesta situação; Paraty aprovou PD, que foi suspenso pelo Min. Público (está sendo feito um novo) Idem sobre a existência de Conselhos Municipais de Política Urbana (ou similar), mas não há registros de seu funcionamento	Idem em relação à boa articulação e à combatividade das instituições da sociedade ligadas ao turismo Em Paraty este quadro deve se fortalecer, caso ocorra o município seja reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO Dificuldades de articulação das administrações locais com órgãos estaduais e federais tendem a crescer Este quadro tende a permanecer e até se agravar pelas deficiências institucionais já referidas e pela falta de controle social sobre o aperfeiçoamento e a implementação dos instrumentos de gestão do território	

Tema Estratégico: Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Uso não responsável de recursos naturais	Poucos empreendimentos com práticas sustentáveis, alguma preocupação com eficiência e economia energética e gestão da água	Maior número de empreendimentos turísticos com práticas sustentáveis	Não existem investimentos previstos para práticas de ações de sustentabilidade
Demanda e maior uso das infraestruturas turísticas	Poucos investimentos municipais na área de infraestrutura	Crescimento econômico a partir de investimentos em municípios do cenário regional e dos grandes eventos esportivos	Indução de novos investimentos públicos e privados nos subpolos e em municípios do entorno
Demandas por qualidade, segurança e legalidade	Baixo índice de informalidade nos grandes centros Maior informalidade nas regiões com alta sazonalidade de fluxos	Aplicação das normas legais e reguladoras do setor	Informalidade quase nula a partir das ações de formalização da atividade econômica do turismo
Procura por serviços turísticos com qualidade e segurança.	Programas dissociados não atendem as reais necessidades de qualificação	Ampliação da oferta de programas de capacitação e qualificação por diferentes instituições atendendo a demanda e a dinâmica do mercado	Obtenção de uma melhor qualidade do produto turístico garantindo a inserção competitiva dos destinos abrangidos no mercado
Intensificação do fluxo turístico	Ações de planejamento a médio e longo prazo para os municípios indutores nacionais e estaduais	Melhores resultados em função do alinhamento com os planos macrorregionais, estaduais, regionais e municipais do turismo	Ações de planejamento decorrentes de estudos de oferta, demanda e estratégias setoriais

Tema Estratégico: Patrimônio Histórico e Cultural

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Consolidação dos Atrativos Turísticos	Costa Verde – espaços culturais valorizados – Paraty e Angra dos Reis Diversidade de segmentos turísticos oferecidos Reconhecimento de Paraty como Patrimônio da Humanidade Costa do Sol – baixo aproveitamento turístico das paisagens naturais e pouca diversificação de atividades Patrimônio imaterial pouco conhecido e mal divulgado (tradições e artesanato caiçara e indígena) – há algumas iniciativas de divulgação em Paraty Aspectos deficientes: sinalização dos bens materiais; educação patrimonial; pouca articulação entre circuitos tradicionais e novos atrativos turísticos	Costa Verde – valorização dos espaços culturais e diversidade de segmentos turísticos aumentados Reconhecimento de Paraty como Patrimônio da Humanidade reforça atrativos locais da cidade Costa do Sol – baixa segmentação de oferta turística deve permanecer Patrimônio imaterial pouco valorizado e mal divulgado como atrativo turístico Iniciativas de sinalização poucas e de alcance limitado Ações de educação patrimonial de forma pontual e assistemática; A baixa interação entre circuitos tradicionais e novos atrativos	Centro Cultural projetado para Paraty reforça realização de eventos Costa Verde e Costa do Sol melhorias em infraestrutura e hidrovias favorecem atividades turísticas Patrimônio imaterial da Costa Verde permanece pouco conhecido – previsão de Centro e Mercado de Artesanato apenas na Costa do Sol Sinalização turística com pouco alcance (recursos muito reduzidos)
Proteção do patrimônio cultural (bens materiais e imateriais)	Bens do patrimônio cultural não sofrem pressões; não foram verificadas alterações nos conjuntos tombados – bem preservados, mas necessitam conservação e intervenções valorizadoras	Bens materiais protegidos – centros históricos não deverão sofrer alterações; não devem ocorrer pressões de transformação sobre os centros históricos ou conjuntos de bens culturais (exceções em Cabo Frio); ações de	Apenas Paraty e a Vila do Abraão (I. Grande) estão sendo privilegiados com projetos de reurbanização e revitalização No Programa não há previsão de atividades

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	Ações de conservação tópicas e assistemáticas – destaque para o projeto do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (Costa Verde) Prefeituras não realizam inventários, nem promovem a proteção de bens materiais – destaque para os inventários realizados pelo INEPAC: (Caminhos Singulares; Centro Histórico de S. Pedro d’Aldeia) Perdas no patrimônio imaterial – mas ainda subsistem algumas manifestações tradicionais	conservação deverão permanecer tópicas e descontínuas O mesmo se aplica às atividades sistemáticas de inventariação e proteção dos patrimônios (material e imaterial); Essas atividades continuarão sendo realizadas pelos órgãos de tutela federal e estadual (IPHAN e INEPAC) Algumas manifestações tradicionais tendem a perder força e até desaparecer – falta de apoio oficial e descontinuidade da prática	sistemáticas de inventário e/ou divulgação dos patrimônios material e imaterial Centros de Memória previstos em Casimiro e Niterói não explicita outras atividades de apoio ao saber fazer tradicional e às manifestações das comunidades locais.
Instrumentos legais e estruturas institucionais de gestão do patrimônio cultural	Não há cumprimento das responsabilidades municipais, previstas nos Planos Diretores, para patrimônio cultural Baixo controle social local sobre a gestão do patrimônio cultural – Costa Verde há novas iniciativas de mobilização para valorização da cultura – o mesmo não ocorre na Costa do Sol Reduzida articulação entre as políticas locais de turismo e a proteção ao patrimônio cultural (à exceção de Paraty) – controle mais efetivo sobre os bens protegidos é exercido pelos principais órgãos de tutela: IPHAN e INEPAC	Tendência de pouca efetividade dos órgãos locais na proteção e valorização do patrimônio cultural – à exceção de Paraty (forte presença do IPHAN e iniciativas de ONGs), quadro melhorado caso haja o reconhecimento da UNESCO Baixo controle social sobre a gestão do patrimônio cultural; e reduzida articulação entre as políticas locais de gestão do turismo e do patrimônio Presença do IPHAN continua forte nas regiões (principalmente em Paraty); INEPAC com escritórios técnicos regionais, para gerenciar os bens tombados pelo Estado na	Não explicita ações de fortalecimento institucional relacionados ao patrimônio cultural Projetos intencionados no Programa não evidenciam a obrigação de compromissos por parte das administrações locais O mesmo previsto para o Cenário Tendencial

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
		região	

Tema Estratégico: Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Gestão de Unidades de Conservação	Unidades de Conservação, com problemas de regularização fundiária, forte pressão por ocupação irregular, com pouca inserção no planejamento turístico regional, sem planos de manejo que orientem o potencial turístico de visitação, com infraestrutura turística insuficiente e sérios problemas logísticos de acesso Existência de poucas e pequenas UC municipais e RPPNs Mosaicos de UC ainda não consolidados e sem uma gestão regional	Melhoria na regularização fundiária, planos de manejo, planos de uso público e infraestrutura para recepção de visitantes nas Unidades de Conservação, porém só nas de maior visitação Aumento das Unidades de Conservação Municipal, criadas por incentivo do ICMS–Ecológico e do fomento turístico regional, porém ainda deficiente na proteção dos ecossistemas Consolidação dos mosaicos porém ainda sem uma gestão integrada entre as UCs e entre os mosaicos em suas áreas e recursos Plano de Pagamentos por serviço ambientais para áreas do subpolo Costa Verde	Melhoria na infra estrutura, acesso e planos de manejo de poucas UCs Regularização e plano de manejo do Parque Estadual Costa do Sol Incentivo a criação de RPPN em especial para os Municípios de Casimiro de Abreu e Rio Claro, de acordo com perfil fundiário inferido PE Ilha Grande com plano de manejo e recategorização da RESEC Joatinga beneficiando o planejamento turístico Conscientização por meio de educação ambiental e vivência aos visitantes Participação no planejamento turístico regional como atrativos turísticos participantes da economia turística, e dos arranjos produtivos decorrentes do desenvolvimento regional com esta perspectiva
Gestão Ambiental	Municípios com alto grau de institucionalização e desenvolvimento no Sistema de Gestão Municipal no subpolo Metropolitano, os outros subpolos apresentam	Gestão ambiental em todas as esferas incapaz de frear a degradação dos recursos naturais, em especial aos ecossistemas	Estrada Parque Paraty – Cunha, no subpolo Costa Verde, aumenta acessibilidade de turistas a região Estudo de Capacidade de suporte para a Ilha Grande e

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	baixos índices Com relação a integração aos demais níveis hierárquicos de governo, todo o polo possui elevado nível de integração e organização, notadamente na gestão atual Grande parte dos municípios possui Agenda 21 Local, ONGs e compõem os Consorcio Regionais de Bacias	costeiros, causado pelo aumento no fluxo de navios e aporte de indústrias Aumento da arrecadação de ICMS–Ecológico e consequente aumento no repasse para as secretarias municipais de Meio Ambiente	implantação do Sistema de Gestão dos Fluxos Turísticos, controlando a visitação

Tema Estratégico: Saneamento Ambiental

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Abastecimento de água	Tendência de universalização do atendimento na RM Alto índice de perdas de água tratada nos sistemas CEDAE Poluição e riscos nas bacias dos rios Guandu e Macacu – abastecimento da RM Iniciativas de reflorestamento nas bacias (INEA) Sistemas isolados na Costa Verde, sem controle da qualidade da água e com deficiências nas redes de distribuição Na Costa do Sol as questões de captação, tratamento e distribuição parecem equacionadas, função dos investimentos do Consórcio Lagos São João	Ampliação dos sistemas – índice de cobertura de 100% Redução do índice de perdas – menos riscos de desabastecimento Reflorestamento de matas ciliares e fiscalização nas bacias dos rios Guandu e Macacu Implementação dos Planos de Saneamento, com órgãos municipais responsáveis e com fiscalização da qualidade da água	Não há investimentos do PRODETUR em abastecimento de água Ampliação significativa da rede hoteleira no RJ, Costa Verde e Costa do Sol, bem como de loteamentos de turismo sazonal na CV e Costa do Sol. Riscos de grandes fluxos sazonais na CV e Costa do Sol
Esgotamento sanitário	Na RM, situações pontuais no espaço formal e em ocupações informais, sem redes de coleta ou não conectadas a sistemas de tratamento, comprometem o ecossistema, a qualidade das águas (complexos lagunares e da baía da Guanabara) – balneabilidade das praias	Pacto do Saneamento. Na RM – 100% de esgotos coletados 80% dos esgotos coletados tratados Investimentos PSAN (SEA/BID) complementação dos sistemas Na Costa Verde, Planos Municipais de Saneamento Básico	PRODETUR prevê implantação de esgotamento sanitário para praia do Abraão, em Ilha Grande Recursos para esgotamento sanitário em Paraty e Angra advindos da compensação ambiental da Eletronuclear, do FECAM e

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	Sistemas de coleta e tratamento, previstos desde o PDBG, não concluídos Situação mais grave na Costa Verde – comprometimento do ecossistema da Baía de Ilha Grande, cursos d'água, manguezais e comunidades Avanços significativos nas redes e estações de tratamento na Costa do Sol (Consórcio Lagos São João e concessionárias)	concluídos; Esgotamento sanitário para o centro urbano de Paraty, implantado Na Costa do Sol, Planos Municipais de Saneamento Básico – elaborados Cordão sanitário para saneamento das lagoas de Búzios, da praia do Sapo e da lagoa dos Ossos implantados	outras fontes – contribuindo para melhoria do cenário na costa Verde
Manejo e disposição final de resíduos sólidos	Gramacho em desativação; Morro do Céu Niterói inadequado Aterros de CC clandestinos Costa Verde, somente Rio Claro encaminha para aterro sanitário em Piraí, os demais dispõem em lixão ou AC (Angra) Costa do Sol nenhum dos municípios tem aterro sanitário, somente S.P. Aldeia deposita em aterro controlado, demais em lixões Não há coleta seletiva, apenas experiências pontuais – alguns PEV em Cabo Frio e pneus	Centrais de reciclagem de RCC implantadas Novo aterro sanitário do Rio de Janeiro implantado e em funcionamento Gramacho remediado; Morro do Céu remediado Sistemas de coleta seletiva e logística reversa implantados Consórcios implementados, conforme Plano Estadual PGIRS implementados (financiamento FECAM/FEHIDRO) Lixão zero – SEA – aterros sanitários em São Pedro da Aldeia e Saquarema; Consórcio já criado entre Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo e Silva Jardim	Não há previsão de investimentos em resíduos sólidos Fluxos de turismo advindos do PRODETUR exigem sistemas de coleta de resíduos dimensionados diferenciadamente para alta estação/momentos de pico do atendimento normal à população

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Manejo de águas pluviais urbanas	Recorrência de enchentes e deslizamentos – Niterói 2010 RJ com GEORio e sistemas de controle e alarme em implantação Rios e canais desembocando na baía da Guanabara assoreados Na Costa Verde recorrentes deslizamentos de encostas – não apenas nas áreas ocupadas, mas também naquelas preservadas – bem como enchentes nas áreas baixas interrupções sazonais na BR 101 Na Costa do Sol, relevo favorável Áreas baixas ocupadas por loteamentos	Morro do Bumba, Morro do Céu e outras áreas de Niterói recuperadas Sistemas de controle e prevenção implantados Planos Diretores bem elaborados, aprovados e implementados (Angra dos Reis já o possui, o de Paraty está sendo elaborado), respeitando UCs, APPs, etc..	PRODETUR amplia os fluxos sazonais para Costa Verde e Costa do Sol que não podem ser ameaçados por enchentes e deslizamentos
Qualidade das águas	Praias internas à Baía da Guanabara impróprias Pontos próximos a canais em praias oceânicas impróprios Lagoa Rodrigo de Freitas e sistema lagunar Marapendi poluídos Na Costa Verde, 29 praias monitoradas, 12 praias não recomendadas Rios Perequê-Açú e Mateus Nunes, em Paraty poluídos por esgotos	Baía da Guanabara despoluída Praias totalmente liberadas Lagoa Rodrigo de Freitas em recuperação Sistema lagunar Marapendi despoluído Projetos de esgotamento sanitário em Paraty e Angra bem como dragagem dos rios e baía tendem a melhorar o cenário – recursos Eletronuclear Na Costa do Sol ações já em curso têm reflexo na melhoria das condições de balneabilidade da Lagoa de Araruama	O único investimento do PRODETUR que contribui para melhoria da qualidade das águas concentra-se no esgotamento sanitário na Ilha Grande A ampliação da demanda turística amplia o risco para a qualidade das águas, especialmente nos momentos de pico.

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	Na Costa do Sol, 1 entre 8 praias monitoradas está imprópria Comprometimento do sistema lagunar, do canal do Itajurú e da bacia do Rio Una, em função de esgotamento sanitário e poluição em geral		

Tema Estratégico: Governança

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Gestão governamental Estadual do Turismo (SET/TURISRIO/CET)	Pontos fortes Conhecimento acumulado pela TurisRio Histórico vinculado ao fortalecimento das instâncias regionais de Governança do Estado Desenvolvimento de capacidade articuladora na promoção de parcerias público-privadas Pontos fracos Falta de renovação dos quadros técnico-funcionais Carência de infraestrutura e de recursos orçamentários/financeiros – Receita dependente de convênios Plano Diretor Estadual de Turismo desatualizado Insuficiente integração com os demais órgãos governamentais do Estado com interface na gestão do turismo Pouca capilaridade do Conselho Estadual de Turismo – CET no interior do estado	Perspectiva de consolidação da estrutura de gestão do turismo no estado Renovação e atualização do quadro técnico e dos instrumentos de planejamento e gestão Ampliação de recursos destinados ao setor em função do progressivo crescimento da atividade na economia global – mega eventos esportivos	Plano Diretor Estadual de Turismo atualizado Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual (SET e TurisRio); e aperfeiçoamento das instâncias participativas estaduais com a implantação de novo marco legal e de novo modelo de gestão Capacitação do gestor público, com pouco resultado, caso não se promova concursos públicos Formulação de novos projetos a serem implementados a partir do PDITS (PRODETUR II) Nova cultura de gestão do Turismo a partir da criação e funcionamento da UCP Sistema de Informações de turismo implantado como apoio à gestão
Gestão Regional do	Pontos fortes	Insuficiente processo de descentralização e	Planos Estratégicos Regionais de

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Turismo (instâncias participativas regionais)	Presença de quatro destinos indutores do Turismo Regional (Rio de Janeiro, Búzios, Paraty e Angra dos Reis) Estudos de Competitividade nos municípios de Arraial e Cabo Frio (Costa do Sol), Niterói (Metropolitano). Conselhos Regionais de Turismo formados em todos os subpolos (a exceção do Metropolitano), em diferentes estágios de consolidação Organização social – destaque para o SEBRAE/RJ que atua em parcerias governamentais e não governamentais; e para as instituições atuantes em Paraty e na Ilha Grande (Costa Verde) Gestão compartilhada e integrada entre os diferentes níveis de governo, na solução de questões de âmbito regional – destaque para: Projeto de Gestão Integrada da Baía da Ilha Grande e Projeto Orla Praia da Tartaruga, em Búzios Atuação efetiva dos órgãos municipais, estaduais e federais na proteção ao patrimônio natural e histórico-cultural (Metropolitano) Órgãos municipais de Turismo consolidados e atuantes com instâncias participativas; Planos Diretores municipais e legislação complementar	interiorização do Turismo no Estado, fragilizando as instâncias regionais de governança Governos municipais um pouco mais capacitados para atender as demandas, fruto de investimentos regionais e do ingresso de novas classes sociais no mercado, principalmente nos destinos indutores Instâncias locais mais participativas, principalmente as dos destinos indutores Implantados novos destinos indutores: Arraial, Cabo Frio e Niterói	Desenvolvimento do Turismo e Planos de Marketing executados Fortalecimento das Instâncias Participativas de Gestão Regionais e Municipais, influenciando nas políticas públicas estaduais e municipais do setor Reduzida a excessiva centralidade do SP Metropolitano, com o estabelecimento de complementaridade entre esse e os demais destinos Investimentos realizados com recursos federais e estaduais Roteiros regionais integrados e estabelecidos

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	elaborados, aprovado e em implementação Iniciativas de mobilização, em âmbito regional, na forma de consórcios e outras modalidades de associações intermunicipais, para assuntos de saneamento e preservação ambiental Instâncias participativas regionais dos Subpolos representadas no Comitê de Acompanhamento da AAE do PRODETUR-RJ Pontos fracos Inexistência de Planos de Desenvolvimento Turístico Regional e de Planos de Marketing integrado Recursos públicos e privados insuficientes para o desenvolvimento do turismo regional Insuficiência de dados, estudos e pesquisas sobre o setor turístico a nível regional Ações governamentais não integradas para desenvolvimento do Turismo Regional Baixo nível de empreendedorismo, refletindo na qualidade da gestão regional e local		

ANEXO X – MATRIZ DE INVESTIMENTOS DO PRODETUR–RJ

 Governo Federal Ministério do Turismo  Governo do Estado do Rio de Janeiro Unidade Executora Estadual 																				
Pólo	Subpólo	Item	Projetos	Fontes(US\$ X 1.000)				Total(US\$ x 1.000)		2011		2012		2013		2014		TOTAL US\$		
				BID	%	GERJ	%	BID+GERJ	%	BID	GERJ	BID	GERJ	BID	GERJ	BID	GERJ	BID	GERJ	BID+GERJ
Componente 1 Produtos Turísticos																				
			Sub-componente 1.1-Parques Urbanos Turísticos- Rio de Janeiro e Niterói															0,00	0,00	0,00
Litoral	Metropolitano	1	Museu da Imagem e do Som - MIS	30.300,00				30.300,00		15.000,00	0,00	15.300,00						30.300,00	0,00	30.300,00
Litoral	Metropolitano	2	Torre Panorâmica - Caminho Niemayer-Niterói			11.000,00		11.000,00			11.000,00							0,00	11.000,00	11.000,00
Litoral	Metropolitano	3	Planejamento e Implantação de Roteiros Temáticos na Cidade do Rio de Janeiro para estímulo a pequenos negócios associados	700,00				700,00		700,00								700,00	0,00	700,00
			Sub-componente 1.2-Redes de Centros Atendimento Turístico																	
Todos	Metropolitano,Serra Verde Imperial,Costa Verde e Costa do Sol	4	Desenvolvimento de Rede de Atendimento de Turismo e Implantação de Centros Pilotos(Rio de Janeiro,Búzios,Nova Friburgo e Valença-Conservatória)	3.000,00				3.000,00										3.000,00	0,00	3.000,00
Todos	Metropolitano,Serra Verde Imperial,Costa Verde e Costa do Sol	5	Elaboração de Conteúdo de Informações dos Centros Pilotos	300,00				300,00		300,00								300,00	0,00	300,00
Todos	Metropolitano,Serra Verde Imperial,Costa Verde e Costa do Sol	6	Infra-estrutura de Tecnologia da Informação dos Centros Pilotos	250,00				250,00										250,00	0,00	250,00
			Sub-componente 1.3-Centros de Memória do Vale do Café																	
Serra	Vale do Café	7	Centros de Memória e Museus(Vale do Café - Valença -Museu do Café e Estação de Juparanã)	1.250,00		400,00		1.650,00			400,00	1.250,00						1.250,00	400,00	1.650,00
Serra	Vale do Café	8	Conteúdo dos Centros de Memória e Museus(Vale do Café - Valença -Museu do Café e Estação de Juparanã)	1.500,00				1.500,00						1.500,00				1.500,00	0,00	1.500,00
Todos	Vale do Café	9	Identificação de novas oportunidades de Negócios Turísticos no Vale do Café para programa de fomento-investerio	200,00				200,00		200,00								200,00	0,00	200,00
			Sub-componente 1.4-Urbanização de áreas,orlas e de Centros Históricos																	
Serra	Agulhas Negras	10	Urbanização de Visconde de Mauá-2ª Etapa ,Maromba e Maringá	3.500,00				3.500,00				3.500,00						3.500,00	0,00	3.500,00
Serra	Serra Verde Imperial	11	Urbanização da Rua Teresa-Petropolis	3.000,00				3.000,00		1.500,00		1.500,00						3.000,00	0,00	3.000,00
Serra	Serra Verde Imperial	12	Urbanização de Lumiar e São Pedro-Nova Friburgo	2.900,00				2.900,00				2.900,00						2.900,00	0,00	2.900,00
Todos	Costa do Sol,Costa Verde e,Serra Verde Imperial e Vale do Café	13	Obras de Urbanização de Orlas , Centros Históricos e Paisagísticos(Arraial do Cabo,Valença,Petrópolis,Cabo Frio , Nova Friburgo e Paraty)			12.000,00		12.000,00				12.000,00		0,00				12.000,00	0,00	12.000,00
Todos	Todos	14	Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	100,00				100,00		100,00								100,00	0,00	100,00
			Sub-componente 1.5-Estudos Turísticos,Qualificação e Capacitação																	
Todos	Todos	15	Fortalecimento na Gestão Empresarial da Economia do Turismo	2.000,00				2.000,00				1.000,00		1.000,00				2.000,00	0,00	2.000,00
Todos	Agulhas Negras	16	Planificação Interpretativa da Estrada Parque Capelinha - Mauá	100,00				100,00		100,00								100,00	0,00	100,00
Todos	Todos	17	Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo	500,00				500,00				500,00						500,00	0,00	500,00
Todos	Costa Verde e Agulhas Negras	18	Identificação de novas oportunidades de Negócios Turísticos em Visconde de Mauá(Resende) e Ilha Grande(angra dos Reis) para programa de fomento-Investerio	200,00				200,00		200,00								200,00	0,00	200,00
			Sub-componente 1.6-Centros Culturais,Eventos e de Exposições																	
Todos	Costa do Sol,Costa Verde e Serra Verde Imperial	19	Centro Cultural,Eventos e de Exposições(Nova Friburgo e Paraty)			9.000,00		9.000,00				9.000,00						0,00	9.000,00	9.000,00
			Sub-componente 1.7-Sinalização Turística																	
Todos	Todos	20	Sinalização Turística nos Pólos Litoral e Serra-Projeto e Implantação	4.000,00				4.000,00		2.500,00		1.500,00						4.000,00	0,00	4.000,00
			Total	53.800,00	62,41	32.400,00	37,59	86.200,00	46,10	20.600,00	11.400,00	42.700,00	9.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	65.800,00	20.400,00	86.200,00

Componente 2 Comercialização																				
			Subcompoenente Plano de Imagem e Marketing																	
Todos	Todos	21	Elaboração do Plano Estratégico(período Ano 1 a Ano 4)+(Estratégia de Marketing On line)	1.000,00				1.000,00		1.000,00							1.000,00	0,00	1.000,00	
Todos	Todos	22	Elaboração e Implantação dos Planos Operativos Anuais (2 Planos)	8.000,00				8.000,00		2.000,00		3.000,00		3.000,00			8.000,00	0,00	8.000,00	
			Total	9.000,00	100,00	0,00	0,00	9.000,00	4,81	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
Componente 3 Fortalecimento Institucional																				
			Subcomponente Fortalecimento																	
Todos	Costa do Sol,Costa Verde ,Serra Verde Imperial e Agulhas Negras	23	Fortalecimento da Atividade Economica do Turismo - Regularização da Informalidade(Ilha Grande,Visconde de Mauá,Conservatória e Búzios)	1.200,00				1.200,00		1.200,00							1.200,00	0,00	1.200,00	
Todos	Todos	24	Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual-Capacitação do Gestor Público	900,00				900,00		900,00							900,00	0,00	900,00	
Todos	Todos	25	Fortalecimento Institucional da SETE e da TURISRIO	1.050,00				1.050,00		1.050,00							1.050,00	0,00	1.050,00	
Todos	Metropolitano	26	Sistemas de Gestão Integradas de Destinos-Desenho e Implantação de projeto Piloto Rio de Janeiro(Cartão Fidelidade Turístico e Cultural)	750,00				750,00				750,00					750,00	0,00	750,00	
Todos	Todos	27	Identificação de Melhores Práticas e proposição de Marcos Legais de Turismo no ambito Estadual e um novo modelo de gestão	500,00				500,00		500,00							500,00	0,00	500,00	
Todos	Todos	28	Fortalecimento das Instâncias Participativas de Gestão Estadual, Regional e Municipal Estadual	500,00				500,00		250,00		250,00					500,00	0,00	500,00	
			Subcomponente Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas																	
Todos	Todos	29	Infraestrutra física,hardware , software e sistema de informação	700,00				700,00		700,00							700,00	0,00	700,00	
Todos	Todos	30	Pesquisas nos Pólos para monitoramento e avaliação do Programa(Ano 1 e Ano 4)	600,00				600,00		300,00					300,00		600,00	0,00	600,00	
Todos	Todos	31	Estudo de Demanda Atual e Potencial dos mercados emissores nacional e internacional para Destinos Turísticos dos Pólos Litoral e Serra	1.700,00				1.700,00		1.700,00							1.700,00	0,00	1.700,00	
Todos	Todos	32	Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos dos Pólos Litoral e Serra	500,00				500,00		500,00							500,00	0,00	500,00	
Todos	Todos	33	Pesquisa de Ambiente Empresarial nos Polos Serra e Litoral(REVPAR da Rede Hoteleira)	600,00				600,00		600,00							600,00	0,00	600,00	
			Total	9.000,00	100,00	0,00	0,00	9.000,00	4,81	7.700,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
Componente 4 Infraestrutura																				
			Sub-componente 4.1-Mobilidade e Acessibilidade																	
Serra	Agulhas Negras	34	Estrada Parque Capelinha - Visconde de Mauá-Resende - RJ163	3.000,00		29.000,00		32.000,00		3.000,00	29.000,00						3.000,00	29.000,00	32.000,00	
Serra	Agulhas Negras	35	Estrada Parque - Visconde de Mauá- - Maromba RJ 151	7.000,00		3.600,00		10.600,00			7.000,00	3.600,00					7.000,00	3.600,00	10.600,00	
Litoral	Costa Verde e Costa do Sol	36	Estação /Pier e Centro de Atendimento ao Turista (Búzios ,Mangaratiba)	4.000,00				4.000,00			4.000,00						4.000,00	0,00	4.000,00	
			Sub-componente 4.2-Saneamento e Drenagem																	
Litoral	Costa Verde	37	Saneamento Centro Histórico e Urbanização da Orla e cais dos Saveiros em Paraty	1.000,00		2.500,00		3.500,00			1.000,00	2.500,00					1.000,00	2.500,00	3.500,00	
Litoral	Costa Verde	38	Saneamento ,Drenagem e Urbanização - Vila do Abraão-Ilha Grande-Angra dos Reis			5.000,00		5.000,00			2.500,00	2.500,00					0,00	5.000,00	5.000,00	
			Total	15.000,00	27,22	40.100,00	72,78	55.100,00	29,47	3.000,00	31.500,00	12.000,00	8.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	40.100,00	55.100,00

Componente 5 Gestão Ambiental																				
			Sub-componente 5.1 - Unidades de Conservação																	
Todos	Todos	39	Auditoria Ambiental de Obras selecionadas	600,00				600,00				300,00		150,00		150,00		600,00	0,00	600,00
Todos	Todos	40	Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica incluindo Potencial RPPN	2.000,00				2.000,00				1.000,00		1.000,00				2.000,00	0,00	2.000,00
Litoral	Todos	41	Estudo de Capacidade de Carga e Uso Público da Ilha Grande e Implantação do Sistema de gestão dos fluxos turísticos e monitoramento	500,00				500,00		500,00								500,00	0,00	500,00
Serra	Serra Verde Imperial	42	Estudos e Implantação no Parque Fluvial Itaipava			2.500,00		2.500,00					2.500,00					0,00	2.500,00	2.500,00
Litoral	Costa Verde	43	Estudos e Implantação no Parque da Ilha Grande	5.000,00				5.000,00		2.500,00		2.500,00						5.000,00	0,00	5.000,00
Serra	Serra Verde Imperial	44	Estudos e Implantação no Parque dos Tres Picos	2.000,00				2.000,00		1.000,00		1.000,00						2.000,00	0,00	2.000,00
			Total	10.100,00	80,16	2.500,00	19,84	12.600,00	6,74	4.000,00	0,00	4.800,00	2.500,00	1.150,00	0,00	150,00	0,00	10.100,00	2.500,00	12.600,00
Auditoria, Encargos Contratuais , Gerenciamento,Supervisão e Reserva de Contingencia																				
Todos	Todos	45	Auditoria Externa	480,00				480,00		120,00		120,00		120,00		120,00		480,00	0,00	480,00
Todos	Todos	46	Gerenciamento,Monitoramento e Avaliação do Programa	10.220,00				10.220,00		3.577,00		3.577,00		1.533,00		1.533,00		10.220,00	0,00	10.220,00
Todos	Todos	47	Supervisão de Obras	3.000,00				3.000,00		250,00		2.250,00		500,00				3.000,00	0,00	3.000,00
Todos	Todos	48	Operacionalização da UCP	900,00				900,00		225,00		225,00		225,00		225,00		900,00	0,00	900,00
Todos	Todos	49	Avaliações Intermediária e Final do Programa	400,00				400,00				200,00				200,00		400,00	0,00	400,00
Todos	Todos	50	Publicações de Aquisições	100,00				100,00		40,00		30,00		20,00		10,00		100,00	0,00	100,00
			Total	15.100,00	100,00	0,00	0,00	15.100,00	8,07	4.212,00	0,00	6.402,00	0,00	2.398,00	0,00	2.088,00	0,00	15.100,00	0,00	15.100,00
TOTAL GERAL - PRODETUR NACIONAL - RJ																				
			Total Geral Prodetur	112.000,00	60	75.000,00	40	187.000,00	100,00	42.512,00	42.900,00	69.902,00	20.100,00	9.048,00	0,00	2.538,00	0,00	124.000,00	63.000,00	187.000,00
			Total Geral Prodetur ACUMULADO							42.512,00	42.900,00	112.414,00	63.000,00	121.462,00	63.000,00	124.000,00	63.000,00		187.000,00	
			% ANUAL POR FONTE							34,28	68,10	56,37	31,90	7,30	0,00	2,05	0,00	100,00	100,00	100,00

ANEXO XI – RESULTADO DO 2º SEMINÁRIO INTERNO

Objetivos: Avaliação do Diagnóstico Integrado e da Cenarização proposta

Data: 23/02/2011

Horário: 09h00min às 18h00minh

Local: IBAM

Participantes: representantes da SEOBRAS-UCP, INEA, SEA, TurisRio e da Equipe Executora

Pontos da Pauta e principais aspectos debatidos

Tendo em vista os objetivos do Seminário Interno, expõe-se a seguir os itens de pauta e as sugestões de ajustes e complementações recolhidas durante o evento.

1. Diagnóstico Integrado Estratégico dos Polos e Subpolos recortados pelo Programa

Os resultados do Diagnóstico Estratégico, realizado com base na metodologia SWOT segundo as Dimensões da Sustentabilidade, foram apresentados de forma individualizada para o Polo Litoral e o Polo Serra.

Como resultado do debate, em uma avaliação mais ampla, constatou-se que o **PRODETUR como um todo afeta pouco a dinâmica do Estado do Rio de Janeiro**, não sendo de grande monta, nessa escala, os impactos positivos ou negativos do Programa. No entanto, na **escala de análise de subpolo ou destino turísticos, pode-se perceber uma série de possíveis impactos em suas dinâmicas internas e em suas relações funcionais com os outros territórios.**

Desse modo, tem-se como desafio **diferenciar as questões mais amplas e gerais**, em cada um dos temas relevantes, e **as questões específicas** que afetam cada um dos territórios.

2. Construção dos Cenários Tendencial, PRODETUR e de Sustentabilidade

Apresentação e debate sobre as **principais características da metodologia empregada para a construção dos cenários.**

Discussões e contribuições acerca das propostas para a **Visão de Futuro** e para os **Objetivos de Sustentabilidade**, como base para subsidiar a avaliação e a proposição de diretrizes e recomendações.

Foram feitas sugestões para revisão de alguns pontos no texto da Visão de futuro e concluiu-se pela necessidade de **cotejar os Objetivos De Sustentabilidade com as discussões já realizadas ligadas às Dimensões da Sustentabilidade e, eventualmente, condensar alguns objetivos para atingir uma redação mais sucinta e objetiva.**

A importância de se reforçar a **dimensão institucional** e a **questão da capacitação**

Discussão sobre as formas mais recentes da **atuação dos órgãos ambientais** – da exclusiva ação repressiva para a valorização da prevenção e do diálogo entre outros setores. Avaliou-se, no entanto, que nova postura ainda é bastante tímida.

Os **Cenários projetados** foram apresentados em quadros síntese por cada uma das Linhas Temáticas. Neles são trabalhados os principais processos/indicadores relacionados aos fatores críticos identificados no Diagnóstico Estratégico. Os quadros utilizados como suporte de análise apresentam a seguinte estrutura:

- . Situação atual – principais processos identificados no Diagnóstico
- . Cenário de Referência – Situação em 2020 – projetado em função de ações em curso ou projetadas identificadas
- . Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR 2020 – projetado em função de ações programadas

Na apresentação do tema **Dinâmica Regional** foi destacado o **conjunto inédito de investimentos estruturantes** previstos para o Estado do Rio de Janeiro e a **capacidade limitada do PRODETUR-RJ diante desse cenário**, além dos riscos associados aos investimentos previstos, notadamente no Polo Litoral. Sobre a leitura do Polo Serra, ressaltou-se a importância de se retomar o vínculo daquele território (notadamente o Vale do Café), com o sul de Minas Gerais. O **vazio de desenvolvimento observado no Vale do Café merece um olhar específico** dado sua configuração histórica e o potencial do turismo cultural.

Com relação ao tema **Desenvolvimento Urbano** foram destacados os investimento previstos para a Costa Verde e os riscos e oportunidades a eles relacionados. Identificou-se que as pressões vão ser muito fortes e será preciso não repetir os mesmos erros que ocorreram na Costa do Sol (Macaé e em torno). Foi ressaltado o **impacto gerado pelo aumento do fluxo turístico através dos navios de cruzeiros, na Costa Verde e na Costa do Sol, e a ausência de controle social e ambiental**. Foi debatida a precariedade da gestão urbana-ambiental no nível local e a importância de se fortalecer as estruturas institucionais municipais. A **importância dos arranjos institucionais e do conhecimento da capacidade de carga dos destinos** para conter/mitigar as pressões decorrentes do aumento da visitação nos territórios-alvo do Programa foi bastante enfatizada.

A apresentação do tema **Infraestrutura e Produtos Turísticos** destacou a precariedade de informações consolidadas relativas ao setor e a **questão da informalidade** no turismo como um obstáculo para o desenvolvimento da atividade. Principais aspectos debatidos: (i) a importância de se tratar a questão da informalidade não só no que se refere aos estabelecimentos turísticos, mas pensando na **formalização total do lugar/ambiente**, que inclui todas as pendências (ambientais, territoriais, comerciais, etc.); (ii) a dificuldade de se mapear os **vínculos entre turismo e comércio local**, definir que estabelecimentos estão realmente vinculados ao setor turismo; (iii) a questão da **sazonalidade** como um empecilho para a formalização; (iv) o pouco interesse/envolvimento encontrado na execução de projetos de combate à informalidade. Restou uma grande indagação: a **atividade**

econômica pode ser sustentável apoiada em ciclos de sazonalidade? Como romper esses ciclos?

Com relação ao tema **Recursos Naturais e Gestão Ambiental** foi destacada a importância da Educação Ambiental e das **Unidades de Conservação** para a sustentabilidade da atividade. Foi lamentado o fato do RJ não associar a sua imagem à **variedade de UCs e sua diversidade ambiental**. O cenário de sustentabilidade poderia enfatizar esse aspecto e fomentar o uso público em áreas protegidas, notadamente nos parques. Foi destacada a importância do **papel a ser desempenhado pelas APAs na gestão territorial**. Foram relatados os **avanços na gestão das áreas protegidas**, como: a criação de conselhos consultivos para incrementar a gestão das UCs, a implantação de infraestrutura física voltada para a visitação nos parques estaduais, os investimentos em RPPNs estaduais, a criação dos Mosaicos, etc.

A apresentação do tema Patrimônio Histórico-Cultural destacou a má **situação do patrimônio e seu desprestígio** em termos de articulação de políticas, notadamente na sua relação com a atividade turística. Foram debatidas as diferenças de amplitude entre os inventários de oferta turística e os inventários de patrimônio; e a importância de o Estado retomar uma visão sobre a importância de se **recuperar/valorizar o patrimônio**, dada a situação precária de gestão do acervo material e imaterial.

Durante a abordagem do tema **Saneamento Ambiental** foi salientada a boa situação da questão da distribuição e da qualidade da água potável (em relação às outras dimensões do saneamento) e a **existência de iniciativas e projetos na área de saneamento favorecem uma visão otimista do setor**, não obstante a necessidade de se reforçar a estrutura/capacidade institucional.

Para o tema **Governança** foram destacados e debatidos os principais pontos fortes e fracos da gestão estadual do turismo. Registrou-se como aspecto relevante em prol do setor, a recente criação de secretaria estadual exclusiva para a administração da pasta do turismo – a SETUR.

Ao final desse item de pauta foram apresentados:

- . O esquema que sintetiza a estrutura metodológica empregada na AAE;
- . Os modelos de quadros a serem empregados na identificação dos impactos estratégicos do PRODETUR-RJ e para compilação das Recomendações e Propostas de Ação ao Programa.

3. Composição e de atribuições do Comitê de Acompanhamento do Programa

Foi apresentada a proposta da AAE de incluir na Comissão de Acompanhamento, vinculada à Coordenação Executiva prevista na estrutura da Unidade Coordenadora do Programa (UCP), representações dos Conselhos Regionais de Turismo. A proposta não recebeu qualquer adendo e será consolidada nas Recomendações.

Por fim foram destacados dois aspectos gerais de importância para a sustentabilidade do Programa, que deveriam ser implementadas pelos órgãos gestores do PRODETUR:

- . Incrementar o diálogo entre os interesses setoriais com vistas à **integração de políticas públicas** que tem interfaces com o desenvolvimento turístico nas regiões beneficiadas;
- . Promover o **fortalecimento das estruturas de governança locais e regionais**, considerado como questão-chave para o sucesso da sustentabilidade do Programa.



LISTA DE PRESENÇA		
NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail
Alexandre C. de A. Santos	IBAM	alexandre@ibam.org.br
Alexandre Silva Ramos	TurisRio	alexandreros@turisrio.rj.gov.br
Ana Maria Siems Forte	IBAM	ana@ideias.org.br
Ana Claudia Paraense	SEA	paraenseana@yahoo.com.br
Felipe Mendes Cronenberger	IBAM	felipecron@gmail.com
Gustavo Rabello	IBAM	gustavuuu@gmail.com
Heitor Cintra	IBAM	heitorcintra@gmail.com
Iara Verocai	IBAM	iverocai@oi.com.br
Manuela Tambellini	INEA	manuelatambellini@gmail.com

Maria Cristina Soares de Almeida	IBAM	tinah.almeida@gmail.com
Miriam Danowski	IBAM	mdanowski@globo.com
Paulo César Costa	SEOBRAS-UCP	pcesar@obras.rj.gov.br
Paulo Gustavo Bastos	SEOBRAS-UCP	pgarq@hotmail.com
Paulo Gusmão	IBAM	ppg.gusmao@gmail.com
Rui Velloso	IBAM	ruiveloso@gmail.com
Victor Zveibil	IBAM	victor@zveibil.com.br

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Diego do Nascimento, 2010, A Avaliação Ambiental Estratégica como Subsidio para o Planejamento do Setor de Turismo no Brasil: Uma Analise do Caso da Costa Norte. Tese M.Sc., Planejamento Energético, COPPE/UFRJ.

CINTRA, Heitor de Brito, 2004, Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e o Turismo Rural: Uma Proposta para Aldeia Velha, Município de Silva Jardim – RJ e Região do Entorno. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

CONSÓRCIO PARCERIA 21, 2004, Metodologia para a elaboração de relatórios GEO cidades: Manual de Aplicação: Versão 2. Rio de Janeiro.

COSTA, Helena; BURSZTYN, Maria Augusta; NASCIMENTO, Elimar, 2009, Participação Social em Processos de Avaliação Ambiental Estratégica. Revista Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, pp. 89–113. Brasília.

DE PAULA, Murta Barbosa Mariana, 2009, Desenvolvimento Desigual e Turismo no Brasil Pós 1995: Planejamento Governamental e Padrão Espacial. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

EGLER, Paulo, 2001. Perspectivas de Uso no Brasil do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica. In Educação e Meio Ambiente.

FARIAS, C. A. P, 2003, Ideias, conhecimento e políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Rev. bras. Ci. Soc. vol.18 nº. 51, São Paulo.

FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso; UZEDA, Mariella Camardelli; BERGALLO, Helena de Godoy; COSTA, Thomaz Corrêa e Castro, 2007, Remanescentes da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro: distribuição dos fragmentos e possibilidades de conexão. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, pp. 3885– 3892. INPE, Florianópolis, Brasil.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE), 2002, Índice de qualidade dos municípios – verde (IQM – Verde). Rio de Janeiro: CD-ROM.

IRVING, M.A. et al, 2006, Construção de Governança Democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M.A (Org.). Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados. Ed. Aquarius, Rio de Janeiro

_____ et al, 2007, Governança e Políticas Públicas: desafios para a gestão de parques nacionais no Brasil. In: Fontain G.; van Vilet G.; Pasquit, R.; (Coord.) *Políticas Ambientales y gobernabilidad en America Latina*. FLACSO/IDDRI/CIRAD, Quito–Equador

LABORATÓRIO DE GEO-HIDROECOLOGIA (GEOHECO) 2008, Análise e Qualificação Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro: subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Diversos documentos extraídos do sítio <http://zeerj.bem-vindo.net/porta/?q=node/38>, acessado em 25 de março de 2010.

MELO, Silva Omena de Melo, 2009, Da privatização da paisagem às tentativas de homogeneização do território: políticas públicas e conflitos na urbanização turística de cabo Frio. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro/UFRJ. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), 2002, Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e partição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Ministério do Meio Ambiente e

Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Brasília, 404 p., Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

_____, 2002, Avaliação Ambiental Estratégica. Brasília.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur), 2003, Plano Nacional de Turismo 2003/2007. Brasília.

_____, 2004, Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais. Brasília.

_____, 2007, Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Brasília.

_____, 2009, Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental. Brasília.

_____, 2010, Regulamento Operacional do Prodetur Nacional. Brasília: 2008. Disponível em www.turismo.gov.br. Acesso em março de 2010.

_____, 2007, Turismo no Brasil 2007/2010. Brasília, 2007.

PARTIDÁRIO, M.R., 2007, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica: Orientações Metodológicas. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

SANDERSON, J.; ALGER, K.; FONSECA, G.A.B.; GALINDO-LEAL, C.; INCHAUSTY, V.H.; & K. MORRISON, 2003, *Biodiversity conservation corridors: planning, implementing and monitoring sustainable landscapes. Conservation International*, Washington, DC.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO (SEPDET), 2001, Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER (SET), 2010, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Litoral. Rio de Janeiro.

-----, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
– PDITS: Polo Serra. Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Izabella Mônica Vieira, 2008. O Uso da Avaliação Ambiental Estratégica no Planejamento da Oferta de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil: Uma Proposta. Tese D.Sc., Planejamento Energético, COPPE/UFRJ.

UNIDADE EXECUTORA ESTADUAL DO PRODETUR (UCP), 2010, Termo de Referência para a Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica dos Polos Turísticos e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, no Âmbito do PRODETUR. Rio de Janeiro.

VEROCAI, I. (ed.), 1990, Vocabulário Básico de Meio Ambiente. Rio de Janeiro, FEEMA/PETROBRAS, Rio de Janeiro/RJ.

